



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU* EM
EDUCAÇÃO FÍSICA

THIAGO OLIVEIRA QUEIROZ NUNES

LUKÁCS, A REPRODUÇÃO SOCIAL E AS DETERMINAÇÕES DO LAZER
NO CAPITALISMO TARDIO

BRASÍLIA – DF

2023

THIAGO OLIVEIRA QUEIROZ NUNES

**LUKÁCS, A REPRODUÇÃO SOCIAL E AS DETERMINAÇÕES DO LAZER
NO CAPITALISMO TARDIO**

Tese apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação Física.

Área de concentração: Atividade Física e Esporte.

Linha de pesquisa: Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física, Esporte e Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro (Presidente)
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Bartolomeu Lins de Barros Júnior (Membro Externo à Instituição)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano IF Sertão PE

Prof. Dr. Jonatas Maia da Costa (Membro Interno)
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Ranieri Carli de Oliveira (Membro Externo à Instituição)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Bruno Assis de Oliveira (Membro Externo à Instituição – Suplente)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG

BRASÍLIA – DF

2023

AGRADECIMENTOS

Se pudesse resumir esses anos de doutorado em três palavras, elas seriam “desafio, medo e gratidão”. Desafio, por se tratar de uma tarefa que exigiria muita dedicação. Medo, por não me considerar apto a cumpri-la. E gratidão, pelos seres humanos que estiveram ao meu lado nesse processo. Correndo o risco de não citar nomes que foram muito importantes (e já pedindo desculpas de antemão), peço licença para enumerar algumas pessoas.

Inicialmente, agradeço aos servidores públicos e, de maneira especial, aos do Ministério da Educação – MEC, que, pela sua luta organizada, conquistaram o direito de licença para estudo e aperfeiçoamento, da qual pude usufruir por um tempo ao longo do doutorado.

Agradeço, também, aos funcionários e professores da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, que, pelas dedicadas horas de trabalho, garantem a continuidade dos estudos dos discentes. Gostaria de agradecer de igual maneira a todos os demais trabalhadores da UnB e, por extensão, a toda a classe trabalhadora brasileira, que de maneira direta ou indireta mantém as universidades públicas do país.

Meu reconhecimento e minha gratidão às bancas que examinaram tanto o trabalho de qualificação quanto este documento final. Falo dos professores Bartolomeu Lins, Bruno Assis de Oliveira, Hugo Leonardo, Jonatas Maia da Costa, Marcel Farias de Sousa, Pedro Athayde e Ranieri Carli.

Minha gratidão ao querido professor Renato Hilário e a todos os integrantes do GENPEX (grupo da Faculdade de Educação da UnB), que também participaram da minha formação. Meu muito obrigado ao AVANTE, grupo de pesquisa do qual faço parte, pertencente à Faculdade de Educação Física da UnB. Na representação do camarada Wagner Barbosa Matias (*in memoriam*), agradeço a todos pelos momentos compartilhados de reflexão, estudo e amizade.

Meu muito obrigado ao meu querido orientador e camarada, Édson Marcelo Húngaro. Trata-se de um daqueles professores capazes de mudar os rumos das vidas dos discentes em função do conhecimento, do companheirismo, da amizade e das sugestões de leituras.

Aos colegas e amigos, também ofereço o meu muito obrigado. Aos meus avós (*in memoriam*), primos, sobrinhos, tios e irmãos. Sem vocês a minha formação, acadêmica e

peçoal, não teria sido possível. Muito obrigado. Aos meus amados pais, Tânia e Tião, alicerces da minha vida, gratidão!

Termino este agradecimento me dirigindo aos três amores da minha vida: minha esposa Priscilla e minhas filhas, Kiara e Mel! Foram tantos os momentos nos quais, em função dos estudos, não pude estar ao lado de vocês, mas, a cada retorno para casa, os seus sorrisos, o seu carinho e a sua compreensão me davam força para continuar. Amo muito vocês! Muito obrigado!

RESUMO

Esta tese propõe uma investigação estruturada com base no complexo da reprodução social, apresentada por Gyorgy Lukács em seu texto de maturidade intitulado a *Ontologia do Ser Social II*, na medida em que ele nos oferece elementos que nos auxiliam a entender não só o capitalismo contemporâneo, como a própria dinâmica dos seus complexos sociais parciais, tais como o lazer. Sobre esse pilar, o estudo, de matiz teórico materialista histórico-dialético e constituído segundo uma abordagem qualitativa assentada na pesquisa bibliográfica e documental, estende-se para o exame do capitalismo em seus estágios imperialista e tardio, apontando, especialmente, alguns dos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Em seguida, a pesquisa trata dos conceitos de modo de produção e classes sociais, para, com base em tais elementos e sob a perspectiva da reprodução social citada anteriormente, discutir o lazer, historicizando-o e identificando as suas determinações no estágio contemporâneo, que se expressam, a título de exemplo, na hegemonia de sua forma mercadoria e no fetichismo que o impregna. Nessa parte do texto são apresentadas algumas notas introdutórias sobre as possibilidades emancipatórias do lazer, a concretude do que poderíamos considerar um contexto de plena liberdade e, por fim, as diferenças entre o ócio de tempos idos da história da humanidade e o lazer contemporâneo. Concluindo o estudo, também segundo Lukács, discute-se o complexo da alienação e realizam-se alguns apontamentos sobre a sua expressão no complexo do lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Lukács. Ontologia do Ser Social. Reprodução social. Capitalismo tardio. Lazer.

ABSTRACT

This thesis proposes a structured investigation based on the complex of social reproduction, presented by Gyorgy Lukács in his mature text entitled the *Ontology of the Social Being II*, insofar as he offers us elements that help us understand not only contemporary capitalism, as the very dynamics of its partial social complexes, such as leisure. From this pillar, the study, with a historical-dialectical materialist theoretical tone and constituted according to a qualitative approach based on bibliographical and documentary research, extends to the examination of capitalism in its imperialist and late stage, pointing out, especially, some of its aspects economic, social, political and ideological. Next, the research deals with the concepts of mode of production and social classes, to, based on these elements, as well as the perspective of social reproduction mentioned above, discuss leisure, historicizing it and identifying its determinations in the contemporary stage, which are expressed, by way of example, in the hegemony of its commodity form and the fetishism that permeates it. In this part of the text, some introductory notes are presented on the emancipatory possibilities of leisure, the concreteness of what we could consider a context of full freedom and, finally, the differences between the leisure of times gone by in the history of humanity and contemporary leisure. Concluding the study, also according to Lukács, the alienation complex is discussed, and some notes are made about its expression in the leisure complex.

KEYWORDS: Lukács. Ontology of Social Being. Social reproduction. Late capitalism. Leisure.

LISTA DE SIGLAS

AVANTE – Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBCE – Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

CEMPRE – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

DF – Distrito Federal

EF – Educação Física

EUA – Estados Unidos da América

FE – Faculdade de Educação

GENPEX – Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILO – International Labour Organization

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MEC – Ministério da Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OXFAM – Comitê de Oxford para Alívio da Fome

PIB – Produto Interno Bruto

SIIC – Sistema de Informações e Indicadores Culturais

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Taxa média de lucro sobre o estoque mundial de capital (1869-2007)	134
Figura 2 — Taxa média de lucro das economias emergentes (1950-2016)	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1 LUKÁCS: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A SUA VIDA E O SEU PENSAMENTO	23
1.1 Lukács e a Ontologia do Ser Social	27
<i>1.1.1 O TRABALHO</i>	<i>31</i>
<i>1.1.2 A REPRODUÇÃO SOCIAL</i>	<i>41</i>
<i>1.1.2.1 Apontamentos universais sobre a reprodução</i>	<i>43</i>
<i>1.1.2.2 A unidade do diverso e o complexo de complexos</i>	<i>53</i>
<i>1.1.2.3 A antecedência ontológica</i>	<i>62</i>
<i>1.1.2.4 A reprodução social e o indivíduo</i>	<i>70</i>
<i>1.1.2.5 A sociedade como uma totalidade</i>	<i>82</i>
CAPÍTULO II	
2 APONTAMENTOS GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DO CAPITALISMO	105
2.1 Imperialismo e capitalismo tardio: impactos econômicos, sociais, culturais, políticos e ideológicos	109
2.2 Apontamentos sobre o capitalismo tardio e a taxa de utilização decrescente	130
CAPÍTULO III	
3 O LAZER	149
3.1 O conceito marxista de modo de produção	150
<i>3.1.1 O MARXISMO E AS CLASSES SOCIAIS</i>	<i>155</i>
<i>3.1.2 AS CLASSES EM-SI E AS CLASSES PARA-SI</i>	<i>158</i>
3.2 Notas sobre a história dos estudos sobre o lazer e as suas concepções	161
<i>3.2.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UM TEMPO DE NÃO TRABALHO E A ORIGEM DO LAZER</i>	<i>176</i>
<i>3.2.2 CAPITALISMO, “TEMPO LIVRE” E LAZER</i>	<i>193</i>
<i>3.2.3 BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRI DO LAZER</i>	<i>212</i>

3.2.4	<i>NOTAS SOBRE A CONCRETUDE DE UMA LIBERDADE PLENA</i>	221
3.2.5	<i>A DIFERENÇA ENTRE O ÓCIO E O LAZER: ALGUMAS NOTAS HISTÓRICAS E ONTOLÓGICAS</i>	228
CAPÍTULO IV		
4	ALIENAÇÃO EM LUKÁCS E MARX: POSSÍVEIS MEDIAÇÕES COM O COMPLEXO DO LAZER	237
4.1	Alienação: as diferenças entre Hegel, Marx e Lukács	238
4.2	O solo genético da alienação	243
4.3	Sensibilidade e alienação	254
4.4	As reificações humanas e as suas possíveis expressões no lazer	264
4.5	Notas sobre a reificação e a alienação para Lukács no texto “História e Consciência de Classe – HCC”	273
4.6	Apontamentos sobre o “consumo de prestígio” e as suas possíveis influências sobre o lazer	292
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	301
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	303

INTRODUÇÃO

Inicialmente, em sinal de respeito ao leitor, é importante que explicitemos os supostos metodológicos que nos guiaram ao longo da elaboração deste texto. Ora, um estudo de cunho marxista, como o nosso, deve ater-se à ortodoxia do método. Lukács, em seu clássico *História e Consciência de Classe*, ressaltou de forma lapidar que: “o marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese [...] Em matéria de marxismo a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (Lukács, 2003, p. 64).

E qual foi o método, qual foi o caminho para o conhecimento seguido pelo intelectual e revolucionário alemão, ao qual, humildemente, nos alinhamos? Como ele se originou? Segundo Paulo Netto (2011, p. 28), o método de Marx não resultou de inspirações iluminadas. Antes, foi um produto teórico que maturou ao longo de sucessivas aproximações, tendo como objeto de estudo a sociedade civil burguesa e as categorias que garantem a sua articulação interna (Marx, 2011b; Paulo Netto, 2011). Em outras palavras: a gênese, o desenvolvimento, as contradições e as possibilidades de sua superação. Dessa forma, o método marxiano encontra-se diretamente relacionado à constituição de sua Teoria Social. É fruto de sua relação com aquele específico objeto.

Diferentemente de autores clássicos das ciências sociais, como Durkheim (1975) e Weber (1992, 2000), Marx não se preocupou em escrever, ao longo de sua trajetória, uma pormenorizada metodologia. Para além da discussão epistemológica, era-lhe cara a perspectiva ontológica, a análise concreta de uma determinada realidade, aquela construída a partir do surgimento da sociedade burguesa. Desde a década de 40 do século XIX — especialmente a partir do caso dos catadores de lenha alemães, quando ficou claro ao revolucionário alemão que, naquela sociedade, o direito à propriedade antecedia o direito à vida — até a sua morte, em 1883, Marx dedicou-se a dissecá-la. E o fez com o intuito não apenas de conhecer as suas legalidades e tendências, mas, sim, de compreendê-las a fim de superá-las. A perspectiva marxiana era revolucionária e partia do ponto de vista da classe trabalhadora. Ele próprio nos explicou o motivo do alinhamento à perspectiva proletária:

[...] uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são

universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; **de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão**; por fim, **de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas** — o que é, em suma, a perda total da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma redenção total do homem. **A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado** (Marx, 2005b, p. 155-156, grifo nosso).

Tal constatação infirma desde logo, tanto no estudo marxiano quanto no nosso, qualquer tipo de suposta neutralidade no trato com o objeto — o que não significa afirmar a impossibilidade de uma relação ontológica, impulsionada pela objetividade, com a esfera analisada. E, antes que sejamos mal compreendidos, é fundamental explicar que inexistente neutralidade em uma pesquisa social, mesmo que ela seja supostamente proclamada pela mistificação positivista. Afinal, nesse tipo de pesquisa, assim como na própria reprodução social, sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, consciência e ser social estão incontornavelmente vinculados.

Seguindo por esse caminho, Marx (2011b; Paulo Netto, 2011) superou a imediatividade da sociabilidade burguesa, valendo-se de um processo intelectual de abstração que também tentamos reproduzir neste estudo. Assim, de um todo aparentemente caótico, Marx procurou, com base na análise e na abstração, identificar as determinações mais simples, os elementos mais tênues e abstratos — por serem carentes de mediações, uma vez que foram “retirados” momentaneamente da totalidade em que se desenvolvem como forma de serem apreendidos intelectualmente — que subjazem à aparência da reprodução social burguesa. Vejamos o que Marx (2011b) tem a nos dizer sobre esse processo:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo [...]; os diferentes ramos de produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. **Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.** Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. **A população é uma abstração quando deixo de fora,**

por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (Marx, 2011b, p. 47, grifo nosso).

A realidade concreta é, pois, a síntese de múltiplas determinações, a unidade do diverso (Marx, 2011b). Dessa forma, para reproduzi-la no pensamento em toda a sua complexidade, é necessário que, identificadas as suas determinações mais simples, as categorias constituintes do real — e refletidas na consciência em forma de categorias reflexivas —, seja realizada a viagem inversa, reconstruindo a totalidade a partir das relações e das mediações existentes entre aquelas determinações — no caso analisado por Marx, o trabalho, o valor, a troca, a divisão do trabalho etc. A teoria é a reprodução ideal desse movimento real, o qual, por sua vez, antecede a consciência, sendo, em parte, independente dela. Outra interessante constatação marxiana, ao estudar a sociedade burguesa, encontra-se presente nesta passagem:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade (Marx, 2011b, p. 50-51, grifo nosso).

A compreensão de que o momento mais complexo ilumina o mais simples é essencial à vertente teórico-metodológica marxiana — e inversa, diga-se de passagem, à perspectiva positivista. O revolucionário alemão constatou essa tendência, por exemplo,

na função social desempenhada pelo dinheiro desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais: de um meio de troca utilizado em algumas relações naquela totalidade social, às funções de medida de valor, meio de circulação, de entesouramento e uma das formas assumidas pelo capital (Marx, 2013a, 2013b), atualmente. Portanto, as complexas funções assumidas pelo dinheiro, hoje, iluminam as atribuições de outrora.

Além do mais, em seu trajeto de desvelamento da sociabilidade burguesa, Marx verificou a função nuclear de três categorias, apesar de não restritas apenas a essa concreitude, quais sejam: a totalidade, a mediação e a contradição. Afinal, as sociedades constituem totalidades relativas derivadas da síntese de distintas dimensões totais subordinadas, menos complexas (ex.: economia política, filosofia, educação, educação física, cultura corporal, lazer, religião etc.). Entretanto, tais totalidades subordinadas também possuem as próprias legalidades, ou seja, certa autonomia relativa, apesar de incontornavelmente atrelada à totalidade mais ampla. Lukács, vale sublinhar, magistralmente caracterizou cada totalidade como “complexo de complexos” (Lukács, 2010, 2012, 2013a, 2013b).

A verdadeira totalidade, a totalidade do materialismo dialético, ao contrário, é uma unidade concreta de forças opostas em uma luta recíproca; isto significa que, sem causalidade, nenhuma totalidade viva é possível e, ademais, que cada totalidade é relativa; significa que, quer em face de um nível mais alto, quer em face de um nível mais baixo, ela resulta de totalidades subordinadas e, por seu turno, é função de uma totalidade e de uma ordem superior; segue-se, pois, que esta função é igualmente relativa. Enfim, cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente; ela pode esgotar-se e destruir-se — seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco de circunstâncias históricas determinadas e concretas (Lukács, 2007, p. 59, grifo nosso).

Aqui vale uma ressalva, para que não sejamos incompreendidos: quando tratamos da autonomia dos complexos singulares, como o lazer, é importante não generalizá-la ou simplificá-la conceitualmente. Afinal, em termos de existência, tanto a eficácia de sua influência sobre os demais complexos, a interação concreta que leva a uma determinada resultante, quanto o próprio papel que desempenha um momento predominante particular “não é sempre e em toda parte o mesmo” (Lukács, 2013a, p. 355).

Além disso, é fundamental assinalar que as totalidades são profundamente dinâmicas, logo, em constante transformação, sendo a categoria da contradição o motor desse processo. Isto porque, seja na totalidade mais ampla, seja nas diferentes dimensões totais subordinadas (complexos parciais) que a constituem, a complexificação da vida

social, que tem no trabalho o seu solo genético inicial, dá origem a diferenças, divergências e antagonismos que garantem o próprio movimento. A título de exemplo, Marx e Engels (1998) identificaram na contradição expressa pela disputa entre as classes sociais um elemento essencial à reprodução das sociedades, especialmente a burguesa. Segundo Paulo Netto:

Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas — e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade — e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (2011, p. 57, grifo nosso).

Finalmente, cada totalidade social possui os próprios sistemas de mediação. São esses sistemas que articulam as esferas constituintes e dão concretude às diferentes realidades, aos distintos contextos. Ao articular essas três categorias essenciais à reprodução — a totalidade, as mediações e a contradição —, a partir do solo genético da produção material da vida burguesa, Marx nos legou uma Teoria Social dessa sociedade. Não uma lógica universal, mas a lógica do capital. E nos deixou também, enquanto estivermos submetidos a tal sociabilidade, pistas importantes para o estudo dos complexos¹ que se expressam a partir desse modo de produção.

Quanto a Lukács, é importante salientar que o revolucionário húngaro se considerava um discípulo ortodoxo das formulações marxianas. Não à toa, em seu estudo maduro sobre a reprodução social, partindo de um alto grau de abstração, expressou a forma pela qual as categorias supramencionadas se explicitam no devir humano — iluminando, por essa via, certas legalidades presentes, de igual maneira, no desenvolvimento dos próprios complexos sociais parciais. Aliás, esse foi um dos motivos que nos levou a propor a mediação entre o lazer e a categoria da reprodução social.

Pois bem, realizadas essas primeiras considerações sobre os supostos metodológicos que balizaram a elaboração desta tese, é importante que façamos, agora, alguns apontamentos sobre os objetivos a que nos propusemos ao construí-la. De maneira geral, poderíamos citar o intento de contribuir com a vertente crítica que estuda o complexo do lazer com base no marxismo. Entre os autores que compõem essa tradição, em uma lista não exaustiva, indicaríamos: Maria Isabel Leme Faleiros (1980), Valquíria

¹ Ao longo do texto, utilizaremos como sinônimos os termos “complexos”, “complexos sociais”, “esferas” e “complexos sociais parciais”.

Padilha (2000, 2006), Lino Castellani Filho (1996, 2008), Fernando Mascarenhas (2000, 2001, 2005), Édson Marcelo Húngaro (2008, 2011), Elza Peixoto (2007, 2010), Thelma Polato (2003), Ório (2019), Bruno de Assis de Oliveira (2022), entre outros.

Com esse intuito, partimos da *Ontologia do Ser Social* de Lukács e, de maneira especial, da categoria da reprodução social. Afinal, as pistas que surgiram da investigação dessa obra nos ofereceram elementos para reflexão a respeito dos próprios complexos parciais que compõem as totalidades em movimento (imaginemos a necessária relação entre a parte e o todo). Posteriormente, o estudo do complexo do lazer e de suas determinações nos permitiu realizar mediações com aqueles indícios expostos por Lukács em sua obra de maturidade.

Dito de outra forma, poderíamos ressaltar que, nesta tese, a análise do lazer foi tratada não de maneira isolada, mas, sim, como parte integrante do todo social, refletindo as suas relações e estruturas e sendo influenciada por elas. Destarte, estruturá-la em mediação com a *Ontologia do Ser Social* de Lukács criou as condições para uma abordagem do lazer que o reconhece como mais um complexo dessa reprodução mais abrangente, sempre em determinação reflexiva com as particulares dinâmicas de classe, de produção e das relações sociais, além das demais esferas que constituem a sociabilidade.

Em vista disso, também assumimos como objetivos secundários do texto, os seguintes tópicos: (I) descrever a trajetória de Lukács e elucidar a sua importância para a tradição crítica; (II) apresentar a categoria da reprodução social, segundo Lukács; (III) identificar as determinações ontológicas da atual reprodução social capitalista; (IV) expor as determinações ontológicas do lazer, especialmente no capitalismo tardio; e (V) explicitar uma categoria estruturante tanto da reprodução social que tem por suposto o modo de produção capitalista, quanto do próprio lazer, ou seja, a alienação, mediando-a, quando possível, com o próprio complexo analisado.

No tocante às justificativas para a realização deste estudo, poderíamos articulá-las em três diferentes dimensões: universais, particulares e singulares. Aquelas que se aproximam do que chamamos de universais nos remetem necessariamente à totalidade social em seu grau máximo de abstração, ou seja, à humanidade. Afinal, consideradas as crescentes contradições que se expressam de forma cada vez mais intensa nas reproduções sociais que ocorrem sob o modo de produção capitalista, é indispensável também à ciência buscar as raízes desses processos, pois só assim poderemos superá-los.

Aprofundaremos essa investigação no segundo capítulo da tese, de modo que, por ora, basta citar algumas contradições atuais que, no limite, podem até mesmo inviabilizar a vida humana no planeta e que, por si só, colocam à humanidade perguntas que demandam respostas universais e estruturais, quais sejam: desigualdade social crescente; destruição da natureza; conflitos armados por todo o mundo pela posse de energia, matéria-prima e zonas de influência comerciais; avanço do desemprego estrutural; financeirização da economia; monopólios e oligopólios cada vez mais dominantes; coisificação das relações humanas, entre tantos outros elementos deletérios.

Logo, caso não se coloque à ciência a necessidade de dar respostas às questões estruturais de nosso tempo, corremos o risco de descobrir tudo aquilo que há para se descobrir e, ainda assim, esse avanço será “apenas um avanço para longe da humanidade. O precipício entre vocês [cientistas]² e a humanidade pode crescer tanto, que ao grito alegre de vocês, grito de quem descobriu alguma coisa nova, responda um grito universal de horror” (Brecht, 1977, p. 120). E, partindo desse suposto, não há como negar ao marxismo, herdeiro da fase ascendente da filosofia burguesa³, um lugar de destaque no movimento de compreensão radical, ou seja, que vai às raízes, da dinâmica capitalista, bem como de sua superação dialética.

² O texto entre colchetes foi por mim inserido, visando à clareza.

³ De forma magistral, Carlos Nelson Coutinho (2010, p. 21-22) sintetizou, pautado pela história, o movimento de ruptura da filosofia burguesa com o seu passado revolucionário — este, simbolizado, a título de exemplo, pela sua participação na Revolução Francesa, quando a classe em questão foi capaz de apontar um horizonte que beneficiava a imensa maioria daquela sociedade, inclusive os demais constituintes do Terceiro Estado tricolor (Hobsbawm, 2015). Entretanto, essa realidade mudou, impactando conseqüentemente as modernas ciência e filosofia. Vejamos em linhas gerais como essa dinâmica ocorreu: desde o Renascimento, passando pelo Iluminismo e chegando à ciência e à filosofia do século XIX, uma ideia permeou hegemonicamente o pensamento sistematizado ocidental, a busca pelo conhecimento do real de maneira desantropomorfizada, o propósito de compreender a realidade segundo as próprias tendências. Afinal, ao fazê-lo, hipoteca-se à humanidade a possibilidade de construir de forma consciente o seu “vir-a-ser”, ampliando inclusive a capacidade produtiva do capitalismo nascente. Esse foi o caminho percorrido desde o racionalismo subjetivista de Descartes (1596–1650) até o pensamento sistemático e idealista de Hegel (1770–1831), passando antes pelo empirismo de John Locke (1632–1704) e D. Hume (1711–1776) e pela síntese de I. Kant (1724–1804). Todavia, após a maturação do ser social regido pelo capital — forma de sociabilidade constituída com as revoluções políticas na França (1789), na Inglaterra (1642) e nos Estados Unidos da América (EUA) (1776) e com a Revolução Industrial inglesa na segunda metade do século XVIII —, sinalizada pela “Primavera dos Povos”, em que um novo sujeito político organizado (o proletariado) se contrapôs ao domínio da burguesia, a ciência moderna se dividiu. De um lado, uma vertente que ou nega a possibilidade de entendimento racional da objetividade (irracionalismo) ou reduz a razão à sua dimensão instrumental e imediata, sendo o positivismo a sua principal expressão. Do outro, uma vertente progressista e ascendente, encampada pelo materialismo histórico e dialético marxiano, que se apropria dos elementos racionais e emancipatórios do Iluminismo e propõe a superação do capitalismo (Marx, 2005b). Nesse sentido, é imperativo retomarmos os supostos do humanismo, do historicismo e da razão dialética — caros à filosofia burguesa em seu período ascendente e encampados, posteriormente, pelo marxismo — e os colocarmos a serviço da construção de uma sociabilidade compatível com o estágio contemporâneo de desenvolvimento das forças produtivas.

Quanto às justificativas particulares, consideramos fundamental que a tradição marxista de análise do lazer amplie o seu espaço no debate acadêmico. Peixoto (2007) e Oliveira (2022) salientaram a predominância, no Brasil, durante o século XX, da concepção funcionalista do *licere*, bem como de uma repulsa às macroteorias explicativas dessa esfera. Nesse cenário, cabe a nós, marxistas, à luz de nossas distintas vertentes e tradições, demonstrar o potencial investigativo do materialismo histórico-dialético. Por isso, de maneira modesta, coloco-me a serviço dessa perspectiva na batalha das ideias, com base na tradição lukacsiana.

Finalmente, peço licença para falar da minha escolha pessoal pelo tema. Sei que corro o risco de ser mal-entendido, fazendo com que as próximas linhas sejam interpretadas como um desvio subjetivista; de toda sorte, gostaria de falar um pouco do caminho que me levou a admirar Lukács e, de maneira especial, a *Ontologia do Ser Social*. Afinal, não há consciência descolada de um contexto particular. Em 2004, formei-me em educação física – EF, no curso de licenciatura plena então ofertado pela Universidade de Brasília – UnB. Sempre gostei de esportes (automaticamente associados pelo senso comum à educação física), desde a infância. À época do vestibular, esse vínculo era ainda mais forte, visto que passei parte significativa da adolescência a reboque de um quadro de síndrome do pânico. Nesse contexto, praticar atividades físicas, mesmo restrito ao ambiente de casa, transformou-se em um dos pilares do tratamento. Menciono essa questão, pois, se não fosse tal conjuntura, provavelmente teria escolhido outra formação, como as ciências sociais ou o serviço social. Isto porque, sempre pretendi colocar-me a serviço de uma causa: a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Vale ressaltar que essa vontade foi alimentada de maneira significativa pela minha proximidade — que permaneceu até o início da pós-graduação — com um humanismo idealista, de cariz cristão⁴, que bebia da fonte da Teologia da Libertação.

Bem, quando terminei o curso, não vislumbrei na EF a possibilidade de contribuir com a construção de um mundo melhor. Afinal, em minha formação inicial, não tinha tido contato com a perspectiva crítica da área, especialmente aquela que se origina do seu

⁴ Não à toa, a categoria lukacsiana denominada *intentio obliqua* (Lukács, 2012) fez tanto sentido para mim. Segundo Lukács, a partir de Hartmann, a antropomorfização da relação sujeito-objeto, entre o ser humano e o mundo, no momento da apreensão da realidade, tende a originar mistificações. Todavia, essas incongruências não impedem, necessariamente, a adoção de escolhas e de práticas operativas do real. E, em algumas situações, tais escolhas enviesadas podem ser, até mesmo, um veículo oblíquo de explicitação da generidade. No meu caso, a partir de uma compreensão antropomorfizada do mundo, buscava construir uma realidade — humanidade mais justa e menos desigual — que, em tese, poderia, contraditoriamente, auxiliar na explicitação genérica. Uma epistemologia de direita aliada a uma ética de esquerda.

movimento renovador⁵. Destarte, acabei dela me afastando. Profissionalmente, na perspectiva de tentar auxiliar os menos favorecidos, atuei de maneira breve como socioeducador. Em 2006, ingressei no Ministério da Educação – MEC, idealizando a possibilidade de, por meio das políticas públicas educacionais, ajudar a construir um país menos desigual.

Com o passar dos anos, senti a necessidade de retornar à universidade. Objetivava qualificar a minha prática profissional no MEC e, ao mesmo tempo, aproximar-me de grupos de pesquisa e extensão que atuassem nas regiões periféricas do Distrito Federal – DF. Em 2011, ingressei no Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais (GENPEX), da Faculdade de Educação (FE/UnB), à época sob a coordenação do professor Renato Hilário — hoje, um grande amigo. Assim, passei a atuar, quando não estava no Ministério, na educação popular de jovens e adultos, no Paranoá (região administrativa do DF), bem como, novamente, com a socioeducação, em Taguatinga (outra região administrativa do DF). Pretendia fazer o mestrado em uma dessas linhas de atuação.

Entretanto, em 2011, após um convite de Pedro Athayde — hoje professor da Faculdade de Educação Física da UnB e, naquele período, mestrando dessa Faculdade e colega de trabalho no Ministério —, conheci o Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer (AVANTE). Nesse grupo, fui apresentado a uma educação física que não conhecia. Relacionei-me com os professores Marcelo Húngaro, Fernando Mascarenhas, Roberto Lião Júnior, entre outros, o que me aproximou da perspectiva crítica da área. De mais a mais, tive a oportunidade de ser aluno do professor Lino Castellani Filho, um dos principais formuladores da vertente crítica do movimento renovador, além de ter começado a estudar o marxismo de maneira sistemática. Por essa via, sobretudo a partir do momento em que tive contato com a obra

⁵ O final da década de 1970 — a partir da criação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e posterior ascensão de sua vertente progressista — e a década de 1980 compuseram um momento de efervescência da educação física brasileira, em linha com o próprio processo mais abrangente de contestação do regime ditatorial vigente no país à época e da lenta reabertura política que se iniciara. Foi nesse período que surgiu um movimento renovador crítico, que colocou em perspectiva a conservadora função social desempenhada pela área até então, especialmente no interior da escola. Tratava-se de atribuição vinculada, a depender do contexto, ao militarismo, às práticas eugênicas e higiênicas, ao adestramento físico ou ao treinamento esportivo (Castellani Filho, 2011). Entretanto, é importante indicar que, além do movimento renovador de viés crítico, havia um movimento renovador voltado às formulações no campo do desenvolvimento motor (Bracht, 2010) e, portanto, não crítico. Segundo Húngaro (2010), compunham o movimento de viés crítico, entre outros professores: Vitor Marinho de Oliveira, Celi Taffarel, Lino Castellani Filho, Valter Bracht, Apolônio Abadio do Carmo, Carmem Lúcia Soares, João Batista Freire e João Paulo Medina.

de Gyorgy Lukács, surgiu a possibilidade de um estudo acadêmico não vislumbrado por mim, anteriormente.

Encantaram-me em Lukács tanto a sua trajetória pessoal — especialmente a sua recusa da sociabilidade burguesa, que o acompanhou por toda a vida, e a busca por uma ética, um dever-ser que se tornasse meio de explicitação do potencial genérico —, quanto as categorias que foi capaz de aprofundar, pautado por Marx, em suas obras de maturidade. Entre elas, podemos citar a categoria do trabalho, da linguagem, das relações sociais, da reprodução social, da alienação etc., todas elas capazes de demonstrar, racionalmente, a possibilidade concreta da construção de uma humanidade justa, de igualdade material e de real liberdade. E são os seres humanos, mediados pelas forças sociais, os únicos responsáveis pela concretização ou não dessa potência.

Desde então, apesar das minhas incontáveis insuficiências intelectuais, tenho buscado realizar algumas intermediações entre as descobertas lukacsianas e os objetos da educação física⁶. Trilho esse caminho por considerar que as elaborações do intelectual e revolucionário húngaro recolocam na ordem do dia a imperiosa necessidade de superação das contradições de nossa sociabilidade, além de nos apresentarem reflexões úteis ao enriquecimento categorial do próprio complexo da educação física. Por fim, quanto ao lazer, nosso objeto de estudo, eu o escolhi pelas seguintes razões: (I) é parte constitutiva das investigações de nossa área; (II) tem uma determinação mútua com a protoforma das demais práxis sociais, o trabalho, tão cara à tradição marxista; (III) é um complexo que, mesmo de maneira enviesada, é capaz de apontar a miséria existencial de uma vida que se reproduz sob o modo de produção capitalista.

A tese que ora apresento é resultado desse conjunto de justificativas, objetivos e caminhos investigativos. Trata-se de um estudo teórico, sob uma perspectiva qualitativa ancorada na pesquisa de documentos e bibliografia, cuja estrutura explicaremos a seguir. No primeiro capítulo da tese, tangenciamos alguns pontos essenciais à perspectiva teórica que orienta a elaboração do trabalho. Para tanto, inicialmente, fizemos certos apontamentos sobre a vida e o pensamento de Lukács, autor central de nosso texto. Sem nos atermos especificamente a cada momento do desenvolvimento intelectual do revolucionário marxista húngaro, indicamos as ideias centrais que permearam a sua vida,

⁶ Vale ressaltar que outros pesquisadores da área já percorreram esse caminho, utilizando Lukács tanto como o autor central do trabalho, quanto como um dos alicerces. Em uma lista não exaustiva, podemos citar: Barros Júnior (2023), Húngaro (2008), Oliveira (2022), Ortigara (2002), Sousa (2020) e Thelma Polato (2003, 2004).

assim como os estágios reflexivos que lhes deram forma. Finalmente, apontamos os objetivos que o levaram a elaborar a sua obra derradeira, a *Ontologia do Ser Social*, sustentáculo de nossa tese, e de maneira especial a categoria da reprodução social.

Depois, dedicamos algumas páginas à *Ontologia do Ser Social*. Demos especial atenção ao complexo do trabalho, bem como à reprodução social. No que tange à última, estruturamos o texto que lhe cabe em cinco seções, atendo-nos, especialmente, às ideias centrais que Lukács apontou sobre o tema em sua obra de maturidade. Com esse fim, falamos dos elementos universais presentes na reprodução, além do caráter de “complexo de complexos” que a sua explicitação assume. Ademais, tangenciamos as questões referentes à prioridade ontológica, à constituição das individualidades no interior das totalidades sociais, bem como à consolidação de sociedades que assumem o caráter de todos articulados.

Por essa via, no tópico intitulado “Apontamentos universais sobre a reprodução”, baseamo-nos em Lukács para explorar aspectos gerais da reprodução, de maneira central, o trabalho e a sua capacidade de gerar novas necessidades e inauditos sistemas de pores teleológicos. Destacamos, além disso, como as barreiras naturais são afastadas ao longo do devir humano, o que leva a uma maior socialização da vida e ao desenvolvimento da autoconsciência individual e social. No item “A unidade do diverso e o complexo de complexos”, analisamos os contornos heterogêneos da reprodução social, salientando, de igual maneira, que esse movimento se inclina à constituição de totalidades igualmente diversas.

Já na seção “A antecedência ontológica”, sempre com base em Lukács, investigamos como o desenvolvimento da práxis humana do trabalho levou à formação de um mundo mediado de maneira ascendente por categorias sociais que tem na economia um complexo que, embora cumpra uma função ontológica primordial, não anula a autonomia relativa dos demais complexos sociais, bem como as suas respectivas capacidades de influírem, em maior ou menor medida, no desenvolvimento da própria totalidade social.

Na subdivisão “A reprodução social e o indivíduo”, exploramos o processo de constituição das individualidades em articulação com particulares formas de reprodução social. Por fim, em “A sociedade como uma totalidade”, refletimos, com Lukács, a respeito das totalidades sociais, examinando a socialização ascendente das categorias econômicas e o impacto desse movimento nas formações sociais concretas, tais como a

criação de um campo de possibilidades para o surgimento de personalidades e generidades cada vez mais complexas.

Bem, na medida em que, no terceiro capítulo, apresentamos certas determinações que constituem o complexo do lazer, remetendo-as, necessariamente, ao contexto sócio-histórico que lhes dá vazão (na linha da descoberta lukacsiana que se expressa na categoria da reprodução social), foi necessário transformar o segundo capítulo em um espaço em que pudéssemos apresentar as características universais do capitalismo em seu estágio imperialista e tardio. Considerados esses atributos, aprofundamos a análise, voltando-nos aos impactos políticos, sociais, culturais e ideológicos decorrentes dessa etapa. Finalmente, concluímos essa parte do texto apresentando as taxas decrescentes de utilização de força de trabalho, maquinário, bens e serviços presentes no atual contexto, que levam, por sua vez, a contradições sistêmicas cada vez mais agudas.

Ora, como dissemos acima, no terceiro capítulo da tese, aproximamo-nos das determinações do lazer. Para tanto, acrescentando mais uma camada de complexidade à categoria da reprodução social, começamos o capítulo trazendo à baila o debate sobre modos de produção e classes sociais, tendo em vista que ambos impactam o próprio *licere*. Posteriormente, dedicamos algumas linhas à história dos estudos do nosso objeto, bem como às concepções que os atravessaram. Em seguida, considerada a importância de dimensões abrangentes como a reprodução social e o modo de produção para o entendimento dos complexos sociais parciais, examinamos a conjuntura histórica que deu origem a um tempo de não trabalho — diretamente relacionado, por seu turno, ao tempo de trabalho —, que, no seu interior, possibilitou a fruição de práticas de lazer.

Ao longo desse capítulo, também apresentamos algumas determinações que dão substância ao tempo livre e ao tempo de lazer em sociedades capitalistas, desde a forma de mercadoria que essa prática assume, passando pela respectiva indústria que ganha corpo com esse movimento até nos atermos à cultura do consumismo que a sustenta. Terminamos essa parte do texto com breves apontamentos sobre as possibilidades emancipatórias do lazer, mesmo no contexto do capitalismo tardio, somados a algumas notas sobre os supostos de uma “liberdade plena” e a diferença existente entre o ócio de tempos idos e o moderno complexo do *licere*.

No último capítulo, fizemos algumas mediações entre a categoria da alienação e o lazer. Realizamos essa escolha por ser a alienação uma dimensão estruturante do capitalismo e de sua reprodução, com rebatimentos em todos os complexos sociais constituintes das formações sociais que se erguem a partir daquele modo de produção,

incluído o nosso objeto de estudo. Destarte, para minimamente tangenciar ideias elementares desse complexo e de sua relação com o lazer, dividimos o capítulo em seis tópicos, a saber: (I) “Alienação: as diferenças entre Hegel, Marx e Lukács”; (II) “O solo genético da alienação”; (III) “Sensibilidade e alienação”; (IV) “As reificações humanas e as suas possíveis expressões no lazer”; (V) “Notas sobre a reificação e a alienação para Lukács no texto ‘História e Consciência de Classe – HCC’”; (VI) “Apontamentos sobre o ‘consumo de prestígio’ e as suas possíveis influências sobre o lazer”. Iniciemos o nosso percurso...

CAPÍTULO I

1 LUKÁCS: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A SUA VIDA E O SEU PENSAMENTO

Gyorgy Lukács nasceu em Budapeste, na Hungria, no dia 13 de abril de 1885, tendo morrido na mesma cidade no dia 4 de junho de 1971. Filho de um dos principais dirigentes bancários do Império Austro-Húngaro e pertencente a uma família de judeus enobrecidos, Lukács sempre esteve inserido em densos círculos intelectuais. Em 1906, doutorou-se em ciências jurídicas e, em 1909, em filosofia — tendo sido ambos os cursos realizados na Universidade de Budapeste (Frederico, 1997).

No início do século XX, Lukács, então um jovem crítico literário, viveu uma angústia compartilhada pelos seres humanos que buscavam uma vida autêntica naquela Hungria: a incompatibilidade entre o ser e o dever-ser. Isto é, o antagonismo entre uma vida empírica degradada, como a de sua família burguesa-aristocrata, e o desejo de uma vida plena de sentido, ligada à generidade.

Lukács muito precocemente desenvolveu uma firme atitude de recusa em face do modo de viver e de pensar instaurado pelo capitalismo. O estilo burguês-aristocrático de vida e pensamento — não se esqueça que Budapeste reproduzia os costumes de Viena, capital do império austro-húngaro — que se oferecia a Lukács apresentava-se como um misto de **sofisticação e mundanismo**; era o clima da *belle époque*, penetrando os poros da sociedade húngara. Precisamente **esta miséria húngara, que poderia constituir o espaço para a fácil notoriedade do jovem Lukács, repugnou-o**: o seu ponto de partida afetivo e intelectual foi “uma recusa apaixonada da ordem existente na Hungria”. **Esta recusa do jovem Lukács, porém, não encontrou a forma concreta pela qual conduziria à transformação das instituições sociais** — não se viabilizou por meio da política (Paulo Netto, 1983, p. 11-12, grifo nosso).

Entretanto, a oposição ao regime magiar⁷, à época uma monarquia constitucional sob a regência da Casa de Habsburgo, não tinha um respaldo social concreto. A grande burguesia do país encontrava-se próxima da aristocracia rural e da burguesia financeira

⁷ Os magiares são um grupo étnico originário dos montes Urais, que ocupou a Europa Central e a Bacia dos Cárpatos no século IX. Falantes da língua húngara, eles estabeleceram o seu Principado naquela região. Durante a Idade Média, o Reino Húngaro se tornou um importante poder da Europa Central e Oriental. Ao longo da história, a Hungria passou por uma série de mudanças, incluindo a ocupação pelos otomanos no século XVI e o domínio do Império Habsburgo a partir do século XVII.

austríaca, além de fundida à nobreza latifundiária húngara. Já os proletários (900 mil em 1910) ainda não possuíam uma vontade política organizada. Assim, naquela “Hungria enrijecida, palco de uma aliança desigual entre os latifundiários feudais e o capitalismo em vias de desenvolvimento para a exploração comum dos operários e camponeses” (Paulo Netto, 1983, p. 14-15), Lukács não reconhecia qualquer possibilidade revolucionária.

Sob tais circunstâncias, renunciou à disputa política, participando apenas de atividades culturais e de pequenos círculos de intelectuais contestadores. Entre 1907 e 1914, bebeu da filosofia kantiana e da tradição sociológica alemã inaugurada por Ferdinand Toennies. Da primeira, inspiraram-no as “exigências morais categóricas”, o “dualismo” e o “complexo de antinomias” (Paulo Netto, 2023, p. 18). Doutra, apropriara-se das análises que contrapunham a comunidade (tradicional e assentada nos vínculos pessoais) à sociedade (capitalista, racional e impessoal), bem como a cultura (valores éticos e estéticos) à civilização (progresso técnico-material).

Posteriormente, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Lukács buscou em Hegel as respostas para tamanha barbárie. Não obstante, após a Revolução Soviética de outubro de 1917, vislumbrou, na sociedade que nascia com a ação da classe proletária russa, a possível solução para sua inquietação desde a juventude, qual seja: a inadequação entre o ser e o dever-ser. Por conseguinte, no final de 1918, vinculou-se ao marxismo e ao Partido Comunista Húngaro.

Já como membro do partido, nosso autor participou da revolução proletária em seu país, surgida na esteira do período revolucionário aberto pela Revolução Russa e pelas contradições internas à formação austro-húngara. Dessa maneira, em 21 de março de 1919, superando a República Democrática Húngara criada com a dissolução do antigo Império e a posterior proclamação de independência do país, constituiu-se a República Soviética Húngara. Originária da ascensão da classe trabalhadora organizada, da instabilidade decorrente da Primeira Guerra Mundial, da queda imperial e da crise econômica vigente naquele período, a “República Proletária dos Conselhos” (Paulo Netto, 2023, p. 30) vigorou por alguns meses — na verdade, exatos 133 dias.

Durante a existência da efêmera Comuna Húngara e do governo de Béla Kun, Lukács foi designado vice-comissário de Educação. Nessa posição, teve um papel de destaque na implementação de reformas educacionais, socialização das editoras e abertura dos museus e teatros à classe trabalhadora. “Para Lukács, a tarefa cultural que

competia à Comuna era ‘o revolucionamento das almas’ com um programa sintético e original: ‘A política é apenas um meio; o fim é a cultura’” (Paulo Netto, 2023, p. 31).

Não obstante, em agosto de 1919, o processo revolucionário teve fim, após fortes pressões de grupos fascistas tanto internos, liderados por Miklós Horthy, quanto externos à nascente República dos Sovietes, incluindo intervenções militares de países vizinhos, como a Romênia e a Eslováquia. Como consequência, Lukács deixou a Hungria e se exilou na Áustria.

Desse conturbado momento até o final da vida, Lukács se manteve alinhado ao marxismo. Esse longo período, contudo, não foi nem linear nem homogêneo. Diferenciou-se, grosso modo, em etapas de ativismo revolucionário (início da década de 20)⁸, de mobilização política contra o nazifascismo (final da década 20), de crítica literária (décadas de 30, 40 e 50), de contestação oblíqua ao stalinismo (enquanto durou a direção de Stalin) e de elaboração das obras sistemáticas e maduras, tais como a *Estética* (1966) e a *Ontologia do Ser Social* (2010, 2012, 2013a, 2013b), ou seja, do final da década de 50 até os estertores de sua vida. Em todo o trajeto, Lukács jamais se afastou da busca por uma vida autêntica, isto é, aquela capaz de garantir um comportamento ético, de adequação do indivíduo ao gênero, sempre considerada a factualidade histórica. Segundo Paulo Netto (2013), prefaciando Mészáros (2013):

Ao cabo de cada estágio de desenvolvimento da reflexão, a “ideia sintetizadora fundamental” permanece, mas se repondo e se movendo em outro e novo nível [...] Tal “ideia sintetizadora fundamental” [...] é na original análise de Mészáros, a dramática tentativa de Lukács para superar a dualidade entre Sollen (dever-ser) e Sein (ser) — que poderia ser enunciada como entre dever-ser e prática social objetivamente viável (ou também, entre imperativo para realizar uma vida plena de sentido e facticidade histórica) (p. 18, grifo do autor).

O epílogo dessa busca não poderia deixar de ser a elaboração de uma ética⁹, de um agir voltado à comunidade ou de um dever-ser (agir orientado a um fim)

⁸ É importante indicar que, nesse período, Lukács escreveu "História e Consciência de Classe - HCC", especialmente em 1923. Este trabalho, que teremos a oportunidade de apresentar no último capítulo da tese, é considerado uma das obras mais influentes da tradição marxista e da filosofia política do século XX. No livro, ainda sob forte influência do hegelianismo, Lukács, entre outros temas, discute questões relacionadas à teoria marxista da consciência de classe, à alienação e à dialética. Essa obra teve um impacto significativo no desenvolvimento do pensamento marxista ocidental.

⁹ Uma curiosidade que demonstra a permanência de algumas ideias centrais no pensamento de Lukács, apesar da transformação por que passaram a depender do contexto e da evolução de suas reflexões: no início de sua adesão ao marxismo, a discussão sobre a ética também esteve presente em um texto intitulado “Tática e Ética”, de 1919. Nele, Lukács pondera sobre os meios e os fins da luta política e social, em especial, no âmbito do movimento comunista.

revolucionário. Entretanto, ao longo do caminho, Lukács percebeu que, antes de refletir sobre um possível comportamento humano autêntico, seria necessário destrinchar alguns elementos indispensáveis à compreensão do próprio ser humano. A sua *Ontologia do Ser Social* (2010, 2012, 2013a, 2013b), pautada pela Teoria Social marxiana, intentou cumprir tal função.

Na sequência da reflexão que se coroa na Estética, ele se propõe a redação de uma Ética. Considera, entretanto, que esta só se pode construir a partir de uma ontologia — e, concluída a Estética, todos os seus cuidados são dirigidos para **escrever a obra que só terminará** (e que não lhe pareceu inteiramente satisfatória) poucos dias antes de morrer e cuja publicação integral é póstuma: a *Ontologia do Ser Social* (Paulo Netto, 1983, p. 83, grifo nosso).

Ao finalizar esse breve tópico introdutório sobre a vida e o pensamento de Lukács, é imperativo indicarmos que, em suas obras finais, tanto na *Estética* (1966) quanto na *Ontologia do Ser Social* (2010, 2012, 2013a, 2013b), Lukács procurou esgrimir com duas tendências em especial, a saber: (I) o mecanicismo da doutrina stalinista, recuperando, para tanto, a dialética tão cara a Marx (Mészáros, 2013; Paulo Netto, 1983) e ensejando um movimento de renovação do marxismo; (II) a manipulação ideológica que se avizinhava, elemento estruturante do capitalismo tardio da segunda metade do século XX (Paulo Netto, 1983, 2002). Ao fazê-lo, sem dúvida, ele nos legou um complexo categorial essencial à atual batalha das ideias.

As principais razões subjacentes à sua constante preocupação com os **problemas da dialética** podem ser caracterizadas da seguinte forma: 1. **Predomínio do “marxismo vulgar” no movimento organizado da classe trabalhadora**; ataques dogmáticos à dialética e glorificações do materialismo mecanicista e prosaico em uma variedade de versões; tendências ideológicas e **político-organizacionais que expressam o mesmo dogmatismo mecanicista**. [...] 2. É atribuído um **papel central aos problemas da dialética no ‘legado intelectual’ de Marx** [...] (MÉSZÁROS, 2013, p. 30, grifo nosso)

Sem embargo, para além de nos auxiliar a compreender a realidade de maneira concreta e dialética, a verdadeira intenção de todo o derradeiro esforço intelectual do filósofo e revolucionário húngaro foi demonstrar, com base em Marx, como e por quais mediações os seres humanos são os únicos responsáveis pela construção de sua história. Dessa forma, recolocou na ordem do dia a imperiosa exigência de superação da sociabilidade burguesa.

Conforme Lessa (2001):

[...] a **trajetória intelectual de Lukács evolui para elaboração de uma proposta de recuperação de Marx** que pusesse em relevo o **caráter radicalmente revolucionário de sua obra**. Contra todas as concepções que cancelam a possibilidade ontológica da revolução socialista, **Lukács se propõe a demonstrar como, por quais mediações, os homens são os únicos responsáveis por sua história** (Lessa, 2001, p. 85, grifo nosso).

1.1 Lukács e a Ontologia do Ser Social

A *Ontologia do Ser Social*, de Lukács (2010, 2012, 2013a, 2013b), é um texto indispensável à compreensão das mediações que rompem com a mistificação de uma suposta dualidade ontológica entre a essência humana — sempre profundamente histórica — e as suas manifestações sociais concretas¹⁰. Como brevemente apontado na **Introdução** deste texto, essa obra representa o ápice do desenvolvimento intelectual do escritor húngaro, sendo o fruto de um processo intrincado, marcado por várias mudanças significativas. Ela subdivide-se, por seu turno, em dois livros: *Para uma Ontologia do Ser Social* (Lukács, 2012, 2013a, 2013b), publicado nos países de língua latina, primeiramente, na Itália, entre os anos de 1976 e 1981, e os *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social* (Lukács, 2010), apresentados ao público, inicialmente, também em terras ítalas, no ano de 1990.

No Brasil, dois trechos da grande ontologia (2012, 2013a, 2013b) foram editados em forma de volumes à parte: *A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel* (1979a) e *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (1979b), ambos publicados em 1979, com tradução de Carlos Nelson Coutinho. Contudo, foi apenas na década de 2010 que as edições completas se tornaram disponíveis em nosso país, a partir das publicações dos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, em 2010, do livro *Para uma Ontologia*

¹⁰ Lembremo-nos que, desde a Antiguidade, passando pelo Medievo até a Modernidade, grosso modo, a humanidade concebeu de maneira dual a realidade: de uma lado, a essência, detentora de um estatuto ontológico superior (“o modelo da Ideia”, o “lugar natural no Cosmos”, o “Ser Transcendental”, o “Espírito Absoluto”, a “Natureza Inata de Proprietário do Ser Humano” etc.); de outro, a necessária expressão fenomênica dessa essência no mundo terrenal. Logo, à essência caberia a função de determinar o início e o fim do movimento da realidade. Pois bem, tal entendimento viveu até o surgimento do materialismo histórico e dialético de Marx, ou seja, de sua Teoria Social. Visto que, segundo Lukács (2012), Marx, ao investigar a sociedade burguesa, foi capaz de perceber a equivalência ontológica existente entre a essência e o fenômeno, sendo o processo social resultado da síntese entre ambos: “o que os homens são [(essência)], portanto, depende das condições materiais de produção” (Marx; Engels, 2007b, p. 87, acréscimo nosso). Modificadas as relações, altera-se, igualmente, a essência humana, o elemento de continuidade, daquele contexto. O pensamento de Lukács (2012, 2013a, 2013b) segue essa tradição.

do Ser Social – Parte I, em 2012, bem como da obra *Para uma Ontologia do Ser Social – Parte II*, em 2013.

Nas próximas páginas, ao apresentarmos a principal obra madura de Lukács, inspirada na Teoria Social de Marx, citando-a como um texto que pode nos auxiliar a investigar o próprio complexo do lazer, nós o faremos não com o intuito de torná-la um dogma, mas por compreendermos, assim como José Paulo Netto (2006, p. 72), que: “o que emerge não é um corpo de doutrina, mas um complexo de categorias cada vez mais abrangente — e sempre incompleto — para conhecer e direcionar, em alguma medida, a dinâmica social”. Um arsenal categorial, se não suficiente, indispensável à compreensão do devir de nossa espécie e dos complexos que o constituem, como o próprio objeto desta tese.

Começemos o nosso caminho ressaltando que, em sua obra derradeira, o filósofo húngaro caracterizou o universo como o “ser” em sua máxima totalidade. Esse ser, por seu turno, é composto de três esferas ontológicas articuladas entre si, porém com qualidades e processualidades distintas, quais sejam: a **esfera inorgânica**, a **orgânica** e a **do ser social**. A **esfera inorgânica**, específica do reino mineral, tem por atributo a ausência de vida (Lukács, 2013b, p. 42, 191), não pressupondo qualquer “ser biológico ou social” antecedente (Lukács, 2013b, p. 191). De mais a mais, sua processualidade conforma-se em um constante movimento do “ser” em “ser-outro”. Por exemplo: a pedra se converte em terra; a força mecânica, em calor; a montanha, em vale, entre outros.

Pois bem, sob certas circunstâncias (ar, pressão atmosférica etc.) e um bilhão de anos após o surgimento do nosso planeta, aparece, em razão da síntese dos inorgânicos processos físicos e químicos, um complexo superior: o **organismo** (Lukács, 2013b, p. 42). A esfera orgânica, frequentemente referida como biológica, pressupõe, por seu turno, a vida e a sua re colocação. Assim, em que pese a evolução milenar das espécies da fauna e da flora, a semente de uma maçã, fruto da macieira, originará outra macieira; já a baleia, inexoravelmente, dará à luz a um filhote com comportamentos semelhantes. Finalmente, se os animais adaptam-se ao meio, tendo o instinto, definido pelos genes, como momento predominante; a flora, de igual maneira, conforma-se à realidade mediada por seu material genético.

Essa afirmação não deve nos levar à errônea conclusão de que os animais, especialmente os superiores, não possuem consciência. Entretanto, nesses animais, a atividade consciente ainda se encontra profundamente articulada à reação ao mundo

externo e à reprodução orgânica, por isso Lukács (2013a) a conceitua como uma atividade secundária, epifenomênica. Vejam:

[...] seria totalmente falso negar que os animais superiores têm consciência. Contudo, justamente porque, no caso destes, apenas sua vinculação à vida orgânica pode se tornar ativa, a atividade da consciência restringe-se às reações ao mundo exterior que prescrevem a reprodução da vida orgânica e que normalmente permanecem as mesmas por longos períodos; é por isso que podemos designar a consciência animal, no sentido ontológico, de epifenômeno (p. 381, grifo nosso).

A terceira esfera, que corresponde ao ser social, apresenta diferenças qualitativas em relação às esferas anteriores, na medida em que constrói incessante o novo, tendo por base um atributo presente apenas nesse ser: o pôr teleológico de uma consciência (Lukács, 2013b, p. 45). Tal consciência, por sua vez, surge do trabalho, ou seja, da luta milenar do animal *homo sapiens* pela sua existência, mediante o seu intercâmbio orgânico com a natureza (Lukács, 2013b, p. 41, 42, 43, 44).

Contudo, para não incorrermos em mistificações, devemos frisar que as esferas em pauta, apesar de distintas, encontram-se intrinsecamente articuladas (Lukács, 2013b, p. 117, 191). Isso, porque, não há vida sem processos físicos e químicos, assim como não há ser social sem o composto biológico: “Contudo, não seremos capazes de captar a sua especificidade se não compreendermos **que um ser social só pode surgir e se desenvolver com base em um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas com base no ser inorgânico**” (Lukács, 1978, p. 03, grifo nosso).

Para comprovar o supracitado, basta observar como a história humana, prioritariamente uma construção social, tem por base corpos biológicos requerentes de repouso, alimentação, calefação, hidratação etc., sendo a troca com a natureza condição indispensável à sua sobrevivência. Por isso, Marx (2004, p. 84) sentenciou: “a natureza é o corpo inorgânico do homem”. Ademais, como demonstraremos a seguir, é a partir dessa forma originária de práxis social que se explicita a própria sociabilidade da esfera em análise (Lukács, 2013b, p. 78).

Afinal, tal atividade, ao desenvolver novos conhecimentos, novas habilidades e necessidades, converte-se no solo genético de outros sistemas de pores teleológicos não mais restritos àquela. Nesse movimento, a sociabilidade torna-se cada vez mais heterogênea, constituindo, pouco a pouco, um verdadeiro “complexo de complexos” (Lukács, 2013b, p. 41, 162). Dessarte, evidencia-se de maneira cristalina o caráter unitário

e diverso do ser social, visto que, embora tributário tanto da esfera inorgânica quanto da orgânica, é qualitativamente distinto de ambas. Com este entendimento, nos distanciamos das transferências automáticas das leis naturais para a sociedade, tanto aquelas do materialismo vulgar quanto as do positivismo, assim como rejeitamos a sujeição do desenvolvimento humano a quaisquer formas de idealismo

Seguindo as pistas do filósofo húngaro, também é importante salientar que a transformação que origina as esferas inorgânica, orgânica e social é decisivamente influenciada pela **contradição** — categoria ontológica explicitada por Hegel em sua obra *Fenomenologia do Espírito* (2003). Isso porque as sínteses superiores sempre emergem da interação (relação) entre pares dialéticos opostos e articulados. De mais a mais, aquelas modificações também são moldadas pelos particulares **momentos predominantes**. Sejam mais didáticos: o momento predominante diz respeito àquela variável que direciona o processo em uma determinada concretude. Afinal, para que haja a transformação de uma esfera ontológica em outra distinta, um dos elementos constituintes da dinâmica deve determinar o seu sentido e a sua direção (a sua resultante); caso contrário, o sistema se equilibraria, evitando o surgimento de novas realidades.

Um exemplo dessa natureza processual pode ser visto na transformação da matéria inorgânica em orgânica, no início da vida na Terra. Tal fenômeno se expressou, por seu turno, quando a repetição constante que é típica dos processos biológicos passou a prevalecer sobre a contínua mudança da matéria mineral. Lessa (1997, p. 20) e Lukács (2013b, p. 42) descreveram essa etapa citando que, em um dado momento, a síntese de elementos inorgânicos, submetidos a processos físicos específicos, provavelmente nos oceanos primitivos, ensejou a aparecimento de organismos rudimentares, ainda unicelulares.

Há, por fim, um terceiro elemento essencial ao processo de transmutação entre as esferas: o **salto ontológico**. Conforme nos lembra Lukács (2013a), “todo salto implica uma mudança qualitativa” (p. 57) da natureza do ser. Onde, embora a fase inicial já contenha indícios e potenciais das fases subsequentes e mais avançadas, estas não emergem meramente de uma progressão linear e contínua. Portanto, o salto simboliza essa ruptura com a esfera ontológica precedente. Segue-se então um extenso e contraditório processo de criação de novas categorias, normas e relações. Como resultado, explicita-se um novo ser. (Lukács, 2013b, p. 43, 46, 207). Cabe à ciência identificar como, onde e quando ocorrem os saltos ontológicos.

Finalmente, é fundamental compreendermos que essa nova esfera do ser já se explicita como um “complexo de complexos” (Lukács, 2013b, p. 41, 162). Isto, pois, para que o salto realmente retrate a gênese de uma “nova esfera ontológica” (Lessa, 2012, p. 182), é crucial que ele seja de alguma forma (variando conforme a situação) ligado à afirmação dos elementos básicos das categorias essenciais do inaudito ser. Como resultado, depreende-se que, desde o início, a nova esfera já se explicita como um agrupamento de múltiplos aspectos, que interliga as características essenciais e iniciais do novo ser com algumas das características e categorias das esferas ontológicas mais básicas.

1.1.1 O TRABALHO

Neste tópico nós aprofundaremos, com base em Lukács, o debate sobre o complexo do trabalho. De início, contudo, é importante ressaltarmos que se trata de um ato de abstração fazê-lo desvinculando a referida prática da totalidade social em que ocorre (Lukács, 2013b, p. 44-45). Não obstante, esse movimento se faz necessário na medida em que nos permite compreender, a partir da abstração e da pormenorização, a potência presente em tal práxis originária. Afinal, segundo o autor magiar, no “trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações [...] do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social [...]” (Lukács, 2013a, p. 55, grifo do autor). De mais a mais, o seu entendimento aprofundado será essencial aos nossos passos subsequentes, quais sejam: estudar a esfera da reprodução social e a do próprio lazer.

Vejam, desde os primórdios de nossa espécie, o trabalho é o elemento primordial que permite o intercâmbio orgânico entre os seres humanos e a natureza. Em meio à luta humana pela sua existência e reprodução, ele ganha forma, por seu turno, a partir de um pôr teleológico. Este pôr transforma as legalidades naturais em legalidades postas segundo as necessidades dos que trabalham (Lukács, 2013b, p. 41, 44).

Destarte, pelo trabalho, os seres humanos moldam o meio (esfera orgânica e inorgânica), dando a este características impossíveis de serem adquiridas a partir da própria legalidade natural. Seguindo essas pistas, Lukács ressalta que uma casa, quando considerada a sua materialidade, é construída com recursos semelhantes aos presentes em uma pedra, contudo, “do pôr teleológico surge uma objetividade inteiramente diferente dos elementos. De nenhum desenvolvimento imanente das propriedades, das legalidades

e das forças operantes no mero ser-em-si da pedra ou da madeira se pode “deduzir” uma casa.” (Lukács, 2013b, p. 53, grifo do autor).

Além disso, como gerador de utilidades, o trabalho representa uma condição essencial (elemento de continuidade) de nossa espécie, nas mais distintas estruturas sociais já existentes. Uma prática perene que permite a mediação entre o ser humano e a natureza (Marx, 2013b, p. 146), proporcionando a supressão das carências da humanidade. Por esse caminho, ele acaba por se diferir de maneira profunda das ações animais. Afinal, segundo Engels (1980, p. 276), se a presença contínua dos animais no meio ambiente aproxima-se de um caráter não intencional e acidental; quanto mais os seres humanos se distanciam da esfera puramente biológica, tanto mais a sua interação com a realidade se torna mais deliberada e estratégica, visando atingir metas previamente estabelecidas.

Nesse sentido, para além da capacidade de produzir novos objetos, ao trilharmos os caminhos descritos nos parágrafos acima, chegamos ao aspecto primordial que distingue o trabalho das demais atividades animais, a saber: a função exercida pela consciência durante o seu processo. Isto, pois, desde o início, o resultado que se deseja ao final da ação já se encontra idealmente representado pelo trabalhador. Aspecto esse que denota, por seu turno, um distanciamento do pensamento da mera reprodução biológica, instintivamente pautada (Lukács, 1978, p. 5).

N’*O Capital* (2013a), há uma conhecida passagem marxiana em que o revolucionário alemão compara a operação de uma abelha ao construir uma colmeia com a ação de um arquiteto ao planejar e construir uma casa. Nela, Marx salienta que, apesar da beleza e da perfeição da primeira, é a segunda que possui um maior nível de complexidade, por ser antecedida de um planejamento ideal, o que não a restringe aos pressupostos instintivos (biológicos). Eis o que ele nos diz:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e **uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia**. Porém, o que **desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador** no início do processo, portanto, um resultado que já existia **idealmente** (Marx, 2013a, p. 302, grifo nosso).

Além da preponderância do planejamento, mediado pela consciência — elemento decorrente em grande medida do processo de distanciamento, de necessária reflexão,

entre o sujeito que trabalha e o objeto (Lukács, 2013b, p. 126) —, o trabalho torna-se indispensável à compreensão das distintas formações sociais exatamente pelo fato de ser a única categoria que permite a interação entre a nossa espécie e a natureza (Tonet, 2013, p. 74).

A natureza, por sinal, é a fonte exclusiva dos elementos orgânicos e inorgânicos que são indispensáveis à reprodução biológica do nosso gênero. Destarte, se analisarmos todos os demais sistemas de pores — que, embora não mais se reduzam à função do trabalho, encontram-se, em maior ou menor medida, vinculados a ele —, perceberemos que constituem complexos que regulam categorias sociais (Lukács, 2013b, p. 44). Pensemos no direito, por exemplo: este complexo diz respeito a um sistema de pores teleológicos que regula, primordialmente, ações entre humanos.

Percebe-se, pois, que apenas o trabalho possui um caráter de transição entre as esferas inorgânica, orgânica e a social, tanto por ser o complexo que permite a relação entre elas, quanto por ser o sistema que assenta a base a partir da qual surgirá uma esfera do ser que se torna social. Segundo Lukács (2013a, p. 55, grifo nosso):

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Afinal de contas, a partir dessa práxis, generalizam-se e espalham-se, pelas formações sociais, diferentes determinações, tais como: novos conhecimentos e novas habilidades (Lukács, 2013b, p. 86); inéditas necessidades (Lukács, 2013b, p. 178-179); distintas relações entre o sujeito que trabalha e o objeto, como a dimensão do espelhamento (Lukács, 2013b, p. 65), que, posteriormente, influenciará, talhando uma determinada concepção de mundo, diferentes momentos da vida social das individualidades e dos sujeitos coletivos; entre tantas outras.

Pois bem, avançando mais um passo em direção ao aprofundamento do conhecimento da práxis que retira a nossa espécie da esfera puramente biológica, há que se sublinhar que, apesar de uno, o processo de trabalho possui três momentos que se articulam e se interconectam: a prévia ideação (Lukács, 2013b, p. 51), a objetivação (Lukács, 2013b, p. 582-583) e a exteriorização (Lukács, 2013b, p. 582-583). Existe,

portanto, um momento de planejamento, um momento de execução e uma etapa de relação com a nova realidade social decorrente da práxis.

Na prévia ideação, os resultados potenciais do trabalho são antevistos de maneira consciente. Esse processo envolve um movimento interno de questionamentos e respostas, a partir do qual são analisadas as experiências passadas e as circunstâncias atuais, de tal sorte que se projetem os desfechos futuros da ação.

[...] **o homem torna-se um ser que dá respostas** precisamente na medida em que — paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente — ele **generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los**; e quando, em sua **resposta** ao carecimento que a **provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações**, frequentemente bastante articuladas (Lukács, 1978, p. 5, grifo nosso).

Dessa forma, se, no mundo biológico (orgânico), o passado determina o presente em uma inevitável relação de “causa e efeito” (causalidade dada), de um automovimento que repousa sobre si próprio (Lukács, 2013b, p. 48), na esfera humana entra em cena o futuro (Lukács, 2013b, p. 98, 99, 105, 208). O que a humanidade propõe para o “amanhã” passa a ser um elemento constituinte das transformações intencionais, influenciando de maneira incontornável os objetivos que ditam as regras da ação (Lukács, 2013b, p. 98).

Molda-se, por essa rota, o nosso “devir”, o nosso “dever-ser” (Lukács, 2013b, p. 79, 105, 137, 141) e, no limite, modela-se uma ética que seja capaz de garantir uma autenticidade genérica. Lembrando, a título de curiosidade, que, no trabalho, o ser humano é impelido a delinear de maneira consciente os seus comportamentos, afetos e instintos de tal sorte que se alcance o objetivo pré-definido. Tal processo de conformação do agir é o solo genético, por sua vez, de complexos tão heterogêneos como a Ética. Sobre o tema, Lukács (2013b) salienta que:

Os problemas dos graus superiores só poderão ser discutidos mais adiante, e em termos realmente adequados apenas na **Ética**; mas é **decisivamente importante**, para a ontologia do ser social, que **eles já compareçam nos estágios mais iniciais do trabalho** e, além disso, na forma absolutamente distintiva do **domínio consciente sobre os afetos** etc. (p. 82)

Seguindo tais indícios, o nosso autor luz sobre uma característica tipicamente social, a saber: um futuro, em maior ou menor medida, conscientemente moldado é uma realidade específica do nosso gênero e se contrapõe à legalidade instintiva da esfera

puramente orgânica, que a limita, prioritariamente, ao passado e ao presente. Segundo o revolucionário húngaro, o “pôr de um fim inverte (...) esse andamento: o fim vem (na consciência) antes da sua realização e, no processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo pôr do fim (pelo futuro)” (Lukács, 2013b, p. 98).

Bem, continuando a discussão referente aos momentos do trabalho, temos que: “ao ser levada à prática, a Prévia Ideação se materializa em um objeto. O processo que articula a conversão do idealizado em objeto — sempre com a transformação do real — é denominado por Lukács de “objetivação”” (Lessa, 1997, p. 25). Pela objetivação, o objeto ganha utilidade social. Assim, se antes da ação consciente ele existia na natureza segundo uma legalidade dada, depois da objetivação ele passa a existir submetendo-se a uma causalidade (nexos causais) posta segundo a necessidade humana. Nos termos de Lukács:

Para deixar mais clara em termos ontológicos essa factualidade descrita com precisão por Marx, tomei a liberdade de diferenciar terminologicamente um pouco mais o ato de trabalho no capítulo anterior. **O leitor certamente se lembrará de que eu o decompos analiticamente em objetivação e alienação¹¹, enquanto Marx o descreveu de modo unitário**, ainda que terminologicamente variado. **No ato real, todavia, os dois momentos são inseparáveis**: cada movimento, cada ponderação durante (ou antes) do trabalho está direcionado em primeira linha para a **objetivação, isto é, para a transformação ideologicamente correspondente do objeto do trabalho**: a consumação desse processo **se exterioriza no fato de que o objeto que antes existia apenas no plano natural experimenta uma objetivação, isto é, adquire uma utilidade social** (Lukács, 2013a, p. 778, grifo nosso).

Finalmente, denomina-se exteriorização (*Entausserung*) o momento da objetivação no qual se consubstancia a distinção entre o objeto e a consciência (subjéctiva), bem como “a ação de retorno de todo ente objetivado sobre o seu criador (e por essa mediação, sobre a totalidade social)” (Lessa, 2012, p. 121). Esse momento influencia a própria individualidade que transforma a realidade (Lukács, 2013b, p. 146, 584), e o novo

¹¹ Essa citação nos permite fazer uma importante ressalva, considerando uma discussão presente na academia sobre a melhor tradução para os termos *Entausserung* e *Entfremdung*, ambos utilizados por Lukács na *Ontologia do Ser Social II* (2013a, 2013b). Neste trabalho, os sentidos de tais palavras serão, respectivamente, exteriorização (momento em que se cristaliza a distinção entre o sujeito e o objeto, e que expressa um determinado patamar da individualidade que se objetiva) e alienação (dimensão que, de distintas formas, impede a explicitação categorial do ser social). Adotamos esse entendimento já que, historicamente, o termo “alienação” carrega, na tradição marxista, uma carga semântica negativa. Entretanto, vale indicar que, na *Ontologia do Ser Social II* (2013a, 2013b), traduzida por Nélio Schneider, as palavras alemãs supracitadas foram interpretadas, de maneira respectiva, como: alienação (para nós, exteriorização) e estranhamento.

ser para-nós, o inédito ente que surge dessa ação, passa a interferir em maior ou menor medida em toda a respectiva formação social. Ademais, ao se exteriorizar, o indivíduo tende a expressar o seu patamar de sociabilidade, a sua respectiva e momentânea apropriação cultural, científica, afetiva, filosófica e artística. Destarte, quanto mais “ricas” as individualidades, tanto mais complexas e enriquecidas tendem a ser as suas objetivações.

Como podemos perceber da exposição feita até aqui, o par dialético objetivação/exteriorização faz parte de toda a jornada humana, desde os primórdios aos dias atuais, e encontra-se diretamente relacionado ao desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. Isso porque, ao construir o inaudito, submete-se o planejado à realidade; ao fazê-lo, confirmam-se certos conhecimentos e descartam-se outros. Ao cabo desse processo, surgem outras necessidades que impulsionam o indivíduo e a sua respectiva formação social a novos atos teleológicos, a outros sistemas de pores não mais restritos, necessariamente, ao intercâmbio orgânico com a natureza. Por essa trilha, criam-se, de maneira ininterrupta, inéditos indivíduos e formações sociais (Lukács, 2013b, p. 79), complexificam-se, por conseguinte, as individualidades e as generidades.

O momento da criação autônoma não apenas modifica o próprio ambiente, nos aspectos materiais imediatos, mas também nos efeitos materiais retroativos sobre o ser humano; assim, por exemplo, o trabalho fez com que o mar, que era um limite para o movimento do ser humano, se tornasse um meio de contatos cada vez mais intensos. (Lukács, 2013b, p. 80 – 81, grifo nosso)

Dessa forma, também é importante ratificar que, tanto a prévia ideação quanto o par relacional objetivação/exteriorização vinculam de maneira inquebrantável o indivíduo ao gênero. Percebamos, a pergunta e a resposta a um problema particular, previamente idealizadas, são sempre elaboradas tendo como pilar o estágio sócio-histórico alcançado pela sociedade a que pertence o indivíduo (Lukács, 2013b, p. 76, 77, 79).

Pensemos em um possível desafio específico: “como ampliar a eficiência de um determinado meio de produção?” Podemos afirmar sem receio que, classes que vivem atualmente em sociedades desenvolvidas tecnologicamente poderão utilizar elementos como internet, inteligência artificial e automação para alcançar a eficiência desejada. Esses elementos, sem sombra de dúvidas, não eram opções disponíveis às classes que viviam na Antiguidade.

Entretanto, apesar de incontornavelmente vinculada ao seu entorno, há que se ressaltar que, toda resposta, toda escolha, toda alternativa entre distintos caminhos (Lukács, 2013b, p. 71, 72, 73, 74, 75), que leva, por sua vez, a uma decisão e a uma posterior realização (Lukács, 2013b, p. 90), tem no sujeito (ou em sujeitos coletivos) que escolhe e age, um elemento essencial. Eis aí mais um vínculo entre o indivíduo e a sociedade, entre a individualidade que surge nesse movimento e o desenvolvimento da totalidade social.

Dessa maneira — e em que pese a constatação lukacsiana, pautada por Marx, da centralidade e da predominância da necessidade de reprodução do ser-precisamente-assim-existente, da respectiva totalidade social, que molda e busca tornar homogêneas as ações individuais, sob pena de ruína daqueles que não se adequam (Lukács, 2013b, p. 113-114) —, a dialética presente na ontologia elaborada por Lukács, a partir da Teoria Social de Marx, se afasta tanto dos idealismos que desvinculam as escolhas das condições concretas, quanto dos esquematismos estruturalistas que infirmam a ação humana na história.

De mais a mais, ao objetivar um novo ente, o indivíduo se liga à sua respectiva formação social e, no limite, ao gênero, pois uma nova realidade, individual e coletiva, tende a surgir de sua realização. Já que, em maior ou menor medida, novos nexos causais são inseridos no real (Lukács, 2013b, p. 70) e passam a interferir em sua dinâmica. A título de exemplo, se analisarmos mais um vez o construto social denominado “internet”, concluiremos que uma criação de cientistas estadunidenses vinculada à corrida armamentista em plena Guerra Fria¹² interfere diretamente no modo de viver de indivíduos de parte significativa do planeta nos dias atuais.

Nesse contexto, tanto os conhecimentos quanto as consequências do trabalho se espraiam, de acordo com a complexidade do ato, por todo o tecido social. Para Lessa (1997), o ímpeto inato ao trabalho de promover a generalização, tanto na esfera da subjetividade quanto na difusão através de toda a sociedade dos resultados objetivos da

¹² A Guerra Fria foi um período de tensão geopolítica entre os Estados Unidos (capitalista) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS (socialista), bem como seus respectivos aliados, após a Segunda Guerra Mundial. Este período durou aproximadamente de 1947, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, até a dissolução da União Soviética, em 1991, tendo sido marcada por uma rivalidade ideológica e política, mas principalmente pela competição por influência global. Ela foi chamada de "Fria" na medida em que em não resultou em uma guerra direta em larga escala entre as duas superpotências, mas envolveu uma série de conflitos menores, guerras por procuração, espionagem, e uma corrida armamentista, incluindo o desenvolvimento de armas nucleares.

práxis, estabelece a característica mais distintiva da “história humana” (p. 64). Eis o que Lukács nos diz sobre esse processo:

“A generalização, que está indissociavelmente ligada com a criação de algo radicalmente novo que não tem analogias no processo de reprodução da natureza, pois não é produzido espontaneamente por forças “cegas”, mas é criado, no sentido literal da palavra, por um pôr teleológico consciente, essa generalização transforma o processo do trabalho e o produto do trabalho, mesmo que no plano imediato tenham surgido como ato singular, em algo próprio do gênero.” (Lukács, 2013b, p. 255, grifo nosso)

Ademais, como já dissemos, essa generalização atrela o desenvolvimento das formações sociais à complexificação das individualidades, ou seja, quanto mais incrementadas as formações sociais tanto mais complexos e heterogêneos são os indivíduos que as compõem e mais abstratas são suas consciências (Lukács, 2013b, p. 131, 204, 209, 210, 255).

Isto posto, torna-se imperativo reconhecer que o movimento de constituição da generidade humana distingue-se significativamente daquela que se apresenta nas demais espécies animais, na medida em que a primeira se vincula à ampliação da sociabilidade, não restringindo-se ao mero desenvolvimento da base biológica da espécie *Homo sapiens sapiens*.

Essa sociabilidade, por seu turno, emerge através de um processo prolongado, repleto de contradições e desigualdades, caracterizado por um progressivo distanciamento das limitações impostas pelo ambiente natural, conforme discutido por Lukács (2013b, p. 82, 107), e deriva, em grande parte, da capacidade humana de trabalhar. Conforme previamente mencionado, é plausível que se postule que esta transformação qualitativa do ser tenha tido o seu salto inicial tendo por base animais originários do continente africano (Lukács, 2013b, p. 43, 46, 207).

Naquele momento, o ser social provavelmente já surgiu como um **“complexo de complexos”** (Lukács, 2013b, p. 41, 162). Afinal, tanto a **linguagem** como as **relações sociais** são essenciais ao processo de **trabalho**. Se não, vejamos: a linguagem é indispensável ao processo de trabalho, pois possibilita a conceituação e a valoração da realidade, ambos elementos essenciais à tomada de decisão, mesmo em seus estágios iniciais e ainda germinais. Paralelamente, as relações sociais primitivas, juntamente com a divisão incipiente do processo de trabalho, também contribuíam para uma realização eficiente. Em função disso, os nossos ancestrais, assim como nós, viviam em bandos,

visto que a cooperação lhes permitia ampliar a produtividade, o que facilitava a reprodução da vida. Além do mais, desde o início, a existência de uma **linguagem** já propiciava a generalização dos novos conhecimentos que surgiam do ato de trabalhar. Eis o que Lukács nos relata sobre essa realidade:

É claro que jamais se deve esquecer que **qualquer estágio do ser**, no seu conjunto e nos seus detalhes, **tem caráter de complexo**, isto é, **que as suas categorias**, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser **compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata**. E mesmo um olhar muito superficial ao **ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho**, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. **Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente** (2013a, p. 51).

É no interior de totalidades sociais constituídas a partir dessa dinâmica que manifesta-se mais um elemento imprescindível ao devir humano, a saber: o **processo valorativo**, isto é, o processo de qualificação das ações e dos respectivos resultados alcançados (Lukács, 2013b, p. 71, 106, 107, 111, 112). A partir de um alto grau de abstração, podemos afirmar que, desde os primórdios, os seres humanos tiveram que escolher entre distintas possibilidades objetivas no momento de vencer os desafios cotidianos. Desde a melhor estratégia para se caçar até as questões mais complexas da reprodução.

Essas escolhas tinham que ser precedidas de algum nível de conceituação e valoração das possibilidades. Ao final, todo o processo e o seu resultado tinham que ser avaliados. Portanto, é o “valor que aparece no processo e que confere a este uma objetividade social é que decide sobre se a alternativa no pôr teleológico e na sua realização foi adequada a ele, isto é, se era correta, valiosa [...]” (Lukács, 2013a, p. 144); ou, ainda, na “[...] gênese ontológica do valor, devemos partir [...] de que no trabalho como produção de valores de uso (bens) a alternativa do que é útil ou inútil para a satisfação das necessidades está posta como problema de utilidade, como elemento ativo do ser social” (Lukács, 2013a, p. 143).

No entanto, se a avaliação sobre processos que se assentavam em análises de recursos naturais representava uma dinâmica relativamente simplificada (por exemplo, discernir qual espécie de madeira seria mais adequada para a confecção de um cabo para

instrumentos de caça); a mesma avaliação, quando associada às dinâmicas das relações sociais, tornou-se substancialmente mais complexa.

Por sua vez, esta evolução na atribuição de valor, englobando o resultado da práxis (o ente que adquire significado e utilidade social), constitui o germe de estruturas heterogêneas que, através de uma série de mediações históricas e como produtos do desenvolvimento das formações sociais, passaram a desempenhar um papel crucial nas decisões humanas. Essas estruturas incluem, mas não se limitam a, instituições e complexos como o direito, a moral e a tradição - em suma, os valores em suas manifestações mais elevadas.

O conhecimento em geral distingue bastante nitidamente entre o ser-em-si, objetivamente existente, dos objetos, por um lado, e, por outro, o ser-para-nós, meramente pensado, que tais objetos adquirem no processo cognoscitivo. **No trabalho, ao contrário, o ser-para-nós do produto torna-se uma propriedade objetiva realmente existente:** e trata-se precisamente daquela propriedade em virtude da qual o produto, **se posto e realizado corretamente**, pode desempenhar suas funções sociais. Assim, portanto, **o produto do trabalho tem um valor (no caso de fracasso, é carente de valor, é um desvalor). Apenas a objetivação real do ser-para-nós faz com que possam realmente nascer valores.** E o fato de que os **valores nos níveis mais altos da sociedade assumam formas mais espirituais, esse fato não elimina o significado básico dessa gênese ontológica.** (Lukács, 1978, p. 8, grifo nosso).

Caminhando para o epílogo desse tópico, retornemos à prévia ideiação, ou seja, ao planejamento, para ressaltar o seguinte ponto: para a sua correta consecução (realização) no decorrer do processo de trabalho, exige-se um conhecimento por parte do agente, se não completo, pelo menos, dos “momentos causais necessários” (Lukács, 2013b, p. 56) à realização do fim desejado, mesmo nos processos de trabalho existentes nos primórdios da humanidade, quando “as representações gerais acerca dos objetos, dos processos, das conexões etc. da natureza” ainda eram “inteiramente inadequadas enquanto conhecimentos da natureza em sua totalidade” (Lukács, 2013b, p. 56).

Pois bem, essa busca desantropomorfizada pelos nexos da causalidade exigida pelo trabalho, despida, na medida do possível, dos afetos e dos desejos individuais, constitui uma intenção que, com o devir humano e a complexificação das formações sociais, conformará o complexo por nós denominado atualmente de “**ciência**” (Lukács, 2013b, p. 42, 59, 60, grifo nosso). Em tese, um complexo submetido ao objeto em-si, ao “ser-precisamente-assim-existente”. O impulso que nos leva ao conhecimento

desantropomorfizado, Lukács (2010, 2012, 2013a, 2013b) denominou, depois de Nicolai Hartmann, de *intention recta*. Tangenciando esse tema, vejamos o que o revolucionário magiar nos diz:

A desantropomorfização, como vimos, pressupõe objetivação. Isto é, os atos desantropomorfizadores assumem sempre uma forma objetivada, que é a que possibilita a sua aplicação ulterior, a continuação do seu desenvolvimento no pensamento. Desse modo, surgem na matemática, geometria, técnica racional, lógica etc. aparatos ideais inteiros, com o auxílio dos quais áreas cada vez maiores podem ser submetidas ao conhecimento desantropomorfizador. (Lukács, 2013b, p. 444)

Considerando o que já discutimos, podemos finalmente afirmar, na trilha percorrida por Lukács (2010, 2012, 2013a, 2013b) e Lessa (2006), que: o mundo dos homens é, em larga medida, ideia objetivada. Tais objetivações, como repetidamente ressaltamos, estão imanentemente vinculadas aos espíritos dos indivíduos. Os referidos espíritos, por sua vez, são socialmente constituídos e consolidados em complexos como o trabalho, a arte, a ciência, a filosofia, a ideologia, os complexos valorativos, entre outros — todos diferenciados entre si pela função social que desempenham em cada momento histórico, bem como por seus conteúdos. Como consequência, quanto mais os seres humanos acessam o patamar histórico-científico-filosófico-artístico já desenvolvido pelo gênero e o colocam a serviço do coletivo (Lukács, 2013b, p. 76, 77, 79), tanto mais “enriquecidas”, saturadas de determinações tendem a ser as objetivações.

Pois bem, ao finalizar a formulação sobre o trabalho, revisemos, em linhas gerais, o discutido neste espaço. Para Marx (2011b, 2013b) e Lukács (2007, 2010, 2012, 2013a, 2013b), o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens por ser a única capaz de permitir a direta relação entre os indivíduos e a natureza, além de ser o lócus da criação do novo, tanto do ponto de vista subjetivo quanto do objetivo. Nessa dinâmica, a humanidade é remetida para além. Destarte, da troca homem/natureza surgem mediações sociais que não mais se restringem diretamente a esse metabolismo, tais como a educação, a cultura corporal, a filosofia, o lazer etc. Aprofundaremos essa discussão no próximo tópico, com base no complexo da reprodução social.

1.1.2 A REPRODUÇÃO SOCIAL

O texto que apresentaremos a seguir sobre a reprodução social é dividido em cinco partes e ancora-se de maneira prioritária no capítulo sobre o tema, disposto na *Ontologia do Ser Social II* (2013a). No primeiro tópico, intitulado “Apontamentos universais sobre a reprodução”, seguindo as formulações de Lukács, discorreremos sobre elementos gerais da reprodução e, de maneira especial, sobre o trabalho e sobre a potência dessa práxis capaz de dar vazão a necessidades que demandarão, para sua supressão, a constituição de inauditos sistemas de pores teleológicos e, logo, de distintos complexos sociais. Nesse movimento, segundo o nosso autor, consolida-se um distanciamento das barreiras naturais e um ascendente processo de socialização da vida humana. Cria-se, dessa forma, uma concretude que se diferencia constantemente, originando valores que retroagem sobre a realidade e possibilitam a ampliação da autoconsciência dos indivíduos e, no limite, da própria totalidade social.

No item denominado “A unidade do diverso e o complexo de complexos”, apresentaremos como a reprodução social, a partir do movimento supracitado, torna-se cada vez mais heterogênea, a ponto de constituir uma totalidade que é a síntese do diverso. Ademais, faremos breves considerações sobre o desenvolvimento da esfera da linguagem e do complexo do direito, visto que ambos coagulam, respectivamente, momentos de espontaneidade e de especificidade. Trata-se de elementos que permeiam, em diferentes escalas, os mais distintos complexos.

Já nas linhas referentes à “A antecedência ontológica”, indicaremos, com base em Lukács, como as consequências do trabalho levam à constituição de um mundo mediado de forma ascendente por categorias sociais. Salientaremos, igualmente, que a constatação da prioridade ontológica da economia nesse processo de diferenciação é um dado da realidade que se distancia de uma possível valoração hierarquizada da objetividade, bem como de uma anulação da “autonomia relativa” dos distintos complexos. Nesse caminho, também apontaremos que apenas a análise concreta de uma situação concreta é capaz de possibilitar o entendimento de um determinado complexo, bem como de sua relação com a totalidade social e com o respectivo momento predominante particular.

Na subdivisão “A reprodução social e o indivíduo”, discorreremos sobre o devir de um dos polos da reprodução social, o indivíduo. Para tanto, nós nos distanciaremos dos mecanicismos vulgares de certa tradição marxista que transformou a legalidade econômica em uma ciência natural, reduzindo à irrelevância o ser singular; assim como nos afastaremos das fetichizações liberais burguesas, que superestimam a iniciativa individual. Destarte, relataremos como, mediante tais diferenciações, o filósofo húngaro

trilhou um terceiro caminho que salienta a determinação mútua existente entre as individualidades e as socialidades, explicitando, de igual maneira, como o desenvolvimento das forças produtivas possibilitou as condições necessárias à constituição de individualidades cada vez mais sociais.

Na parte denominada “A sociedade como uma totalidade”, refletiremos, com Lukács, sobre o outro polo da reprodução, as totalidades sociais. Ao examinar o movimento das totalidades, buscaremos demonstrar, por exemplo, a importância da socialização das categorias econômicas — um traço essencial do devir humano — na alteração das diferentes formações sociais. Apontaremos, por fim, a perspectiva do surgimento tanto de personalidades para-si quanto de uma generidade para-si, ambas decorrentes do incremento das forças produtivas.

1.1.2.1 Apontamentos universais sobre a reprodução

Nos próximos parágrafos, abordaremos alguns elementos gerais que constituem, segundo Lukács (2013a), a dinâmica da reprodução social. Tal processo, por seu turno, tem, no intercâmbio orgânico existente entre o ser social e o ser natural, um componente indispensável à reprodução da espécie humana, seja ao garantir a manutenção biológica do ser, seja ao originar e dinamizar outras esferas sociais. É desse movimento que surgem objetividades e individualidades crescentemente heterogêneas, solo genético que permite a irrupção de valores superiores que coagulam, por exemplo, a necessidade individual, “voluntária e espontânea do homem de realizar em si mesmo as determinações do gênero humano” (Lukács, 2013a, p. 232). Iniciemos o nosso caminho...

A reprodução social opera por uma contínua transformação interna, no que tange à própria sociabilidade, e externa, do meio circundante. Isto ocorre, primordialmente, em função da potência do ato de trabalho, que sempre aponta para além de si próprio. Afinal, ao trabalhar, o ser humano desenvolve conhecimentos, habilidades e necessidades inauditas, criando, igualmente, uma nova realidade objetiva que se generaliza. Nesse percurso, desde os estágios mais incipientes de socialização até os dias atuais, tanto a linguagem quanto as relações sociais também incidiram de forma ininterrupta na construção de nossa espécie.

Afinal, a linguagem é um complexo indispensável ao devir humano, seja como elemento essencial ao trabalho — por facilitar a ativação da categoria da alternativa, em

decorrência da conceituação e da valoração da realidade que será teleologicamente modificada —, seja como substância indispensável ao convencimento dos demais integrantes da sociedade a agirem de uma determinada forma ou, ainda, por permitir a transmissão do conhecimento acumulado. Quanto às relações sociais, é importante salientar que o *homo sapiens sapiens* é uma espécie animal que vive e transforma a realidade coletivamente, tendo em vista que a interconexão de esforços facilita a reprodução do grupo. Por sinal, esse elemento e a intencionalidade do ato laboral são imperiosos ao próprio desenvolvimento das forças produtivas.

Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo [Stamm]; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão das tribos. Somente no século XVIII, com a “sociedade burguesa”, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior (Marx, 2011b, p. 55).

Além disso, como salientamos no tópico sobre o trabalho, é importante indicar que, desde os primórdios, o ser social já se apresenta e se reproduz como um complexo de complexos. Isto porque tanto o trabalho quanto a linguagem, as relações sociais e os demais sistemas de objetivações daqueles derivados colocam em movimento uma totalidade que, por sua vez, passa a retroagir sobre os próprios complexos parciais, bem como sobre as suas respectivas interações, determinando-os:

Assim sendo, **até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos**, onde se **estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes**. A partir dessas **interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total**, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem — ainda que apenas relativamente — autônomos, também se reproduzem, **mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante** nesse sistema múltiplo de interações (Lukács, 2013a, p. 213).

Esse devir cristaliza certas **tendências**, tais como **o afastamento das barreiras naturais e a crescente socialização**. A conversão generalizada dos produtos do trabalho em mercadorias, típica dos dias correntes, é um elemento que sinaliza, a título de exemplo, o distanciamento — o que não significa rompimento — do momento social em

relação ao natural, sendo um veículo objetivo dessa socialidade ascendente: “a conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio mais elevado da socialidade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social [...]” (Lukács, 2013a, p. 217).

Afinal, o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de um determinado produto constitui, na sociedade das mercadorias, o valor que permite a troca generalizada entre equivalentes, transformando, igualmente, o “valor de troca” — um elemento tipicamente social — em momento predominante do processo de produção, circulação e distribuição, a ele subordinando, ademais, o “valor de uso” — característica próxima ao natural — dos objetos.

Além disso, é imperativo perceber como a produção generalizada de mercadorias tende a complexificar o processo de trabalho, originando uma divisão sociotécnica da produção, que a socializa, ao compartilhar esforços. É uma dinâmica retroalimentada, na medida em que, quanto mais fragmentada a produção, mais dependente da produção dos demais se tornam os produtores privados e a própria coletividade.

De mais a mais, uma outra sinalização dessa **socialização ascendente** pode ser constatada no fato de que, desde que a correlação favoreça aqueles que vivem da venda da força de trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e o afastamento das barreiras naturais criam as condições para a redução do tempo destinado à reprodução biológica da existência humana (vinculada ao trabalho e à categoria da necessidade) e, de maneira inversamente proporcional, ampliam a possibilidade de um tempo que possa ser dedicado aos complexos predominantemente sociais, tais como a arte e a filosofia.

Quanto menos tempo a sociedade precisa para produzir trigo, gado etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Da mesma maneira que para um indivíduo singular, a universalidade de seu desenvolvimento, de seu prazer e de sua atividade depende da economia de tempo. Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda economia (Marx, 2011b, p. 179).

Complexificam-se, dessa maneira, as totalidades sociais. Esse movimento desencadeia, por sua vez, um sistema de contradições¹³ e de antagonismos tanto na esfera

¹³ Friedrich Hegel (1770–1831), principal filósofo alemão e peça fundamental na constituição do pensamento de Marx e de Lukács, designou de identidade da “identidade” e da “não identidade”, ainda sob uma perspectiva idealista e logicista, essa dinâmica de diferenciação interna dos complexos que tende às contradições, constituindo um constante movimento de acomodação e superação (Hegel, 2016). Entre os seus principais escritos, aprofundando temas como a filosofia da história, a lógica e a teoria do Estado, podemos citar: *Fenomenologia do Espírito* (1807), em que o autor descreve o desenvolvimento da

mais ampla quanto nos diferentes complexos que a compõem. Tais contradições se transformam em motor do próprio processo de diferenciação, sendo tributárias de um estágio inicial de heterogeneidade, de diferenças simples ainda incipientes que, ao se desdobrarem, dão vazão às grandes questões da humanidade. O desenvolvimento desigual dos diferentes complexos parciais no interior das totalidades sociais é a expressão fenomênica de um desses contrastes, qual seja: a tendência geral à complexificação e à heterogeneidade do processo total, somada aos obstáculos particulares que se interpõem às diferentes esferas.

Vejam, a reprodução também é central no desenvolvimento da esfera orgânica (fauna e flora). “A rigor, ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo” (Lukács, 2013a, p. 223). De igual maneira, os verbos nascer, viver e morrer compõem ontologicamente tanto a fauna quanto a flora. Todavia, o que as diferencia da reprodução social é que, nesta última, novas relações e inauditas categorias surgem das ações que buscam reproduzir biologicamente os indivíduos da espécie, ou seja, do trabalho. Cria-se uma realidade cada vez mais socialmente mediada, composta não só daquela prática, mas, igualmente, de sistemas de pores como o direito, a filosofia, a religião, a educação, o lazer etc. — esferas que se distanciam, em maior ou menor medida, do próprio trabalho.

De mais a mais, a história e as dinâmicas que caracterizam a natureza inorgânica (processos físicos e químicos), a natureza orgânica (fauna e flora) e a esfera social — respectivamente, “a transformação do ser em ser-outro”, “a reposição de si mesma, determinada de maneira primordial pelo código genético” e “a tendência à socialização em função da capacidade da espécie *homo sapiens sapiens* de fabricar e inserir teleologicamente o ‘novo’ no mundo, a partir do trabalho” — consolidam um ordenamento ontológico fundamental à análise da reprodução social despida de preconceitos idealistas:

[...] a natureza inorgânica não pressupõe qualquer ser biológico ou social. Ela pode existir de modo totalmente autônomo, enquanto o ser biológico pressupõe uma constituição especial do inorgânico e, sem a interação ininterrupta com ele, não é capaz de reproduzir o seu próprio ser nem por um instante. Do mesmo modo, o ser social pressupõe natureza orgânica e inorgânica e, se não tiver essas duas

consciência desde suas formas mais imediatas até o absoluto; *Ciência da Lógica* (1812–1813; 1831), em que desenvolve sua lógica dialética, argumentando contra a lógica formal tradicional e apresentando sua visão da evolução do conceito; *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio* (1817), contendo uma apresentação sistemática de seu sistema filosófico; *Princípios da Filosofia do Direito* (1821), em que ele apresenta sua filosofia do direito e do Estado, descrevendo como a liberdade se manifesta em vários aspectos da vida social e política.

como fundamento, não lhe é possível desenvolver as suas próprias categorias, distintas daquelas (Lukács, 2013a, p. 251, grifo nosso).

Percorrer esse caminho nos permite constatar uma obviedade capaz de lançar luz sobre o desenvolvimento e as contradições do gênero humano: não há possibilidade de ascensão da esfera social — com as determinações a ela inerentes — relegando ao segundo plano a reprodução biológica desse ser. Com as devidas adequações, também não há ser biológico que possa prescindir da esfera inorgânica. Como consequência, para o materialismo histórico, a prioridade econômica na reprodução — o que não significa hierarquia valorativa — ancora-se neste fato ontológico essencial:

Em relação aos alemães, que se consideram isentos de pressupostos [Voraussetzungslosen], devemos começar por constatar **o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história**, a saber, o pressuposto de que **os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”**. Mas, para viver, **precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais**. O primeiro ato histórico é, pois, a **produção dos meios para a satisfação dessas necessidades**, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, **uma condição fundamental de toda a história**, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (Marx; Engels, 2007b, pp. 32 – 33, grifo nosso).

Trata-se de uma constatação ontológica, e não gnosiológica: “a prioridade ontológica da reprodução biológica do homem como ponto de partida de sua atividade econômica, está como o fundamento ontológico-genético de suas atividades que dali por diante vão se tornando cada vez mais puramente sociais” (Lukács, 2013a, p. 257). Eis aí a constatação que une o materialismo dialético (a filosofia do marxismo) à teoria marxiana sobre o desenvolvimento histórico-social, o materialismo histórico.

Ademais, a crescente presença de categorias e de complexos sociais, vinculados em maior ou menor medida ao desenvolvimento das forças produtivas e ao trabalho, transforma até mesmo os comportamentos intimamente atrelados à reprodução biológica, como a fome:

“Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente” (Marx). Aqui está expressa com clareza a dupla face da determinidade: **o caráter irrevogavelmente biológico da fome e de sua satisfação e, concomitantemente, o fato de que**

todas as formas concretas da última são funções do desenvolvimento socioeconômico (Lukács, 2013a, p. 227).

Mais à frente na tese, teremos a oportunidade de discutir de maneira mais aprofundada a questão da sexualidade. De toda sorte, no atual momento, ao seguir as pistas das formulações lukacsianas dispostas no capítulo sobre a reprodução social da *Ontologia do Ser Social II* (2013a, 2013b), é importante destacar que, além da alimentação, a própria sexualidade é condicionada pelo processo de afastamento das barreiras naturais. Observem: a relação entre o homem e a mulher, aquela que biologicamente permite a geração de um terceiro indivíduo da espécie — por isso, não citamos as mais do que bem-vindas relações homoafetivas —, é profundamente marcada pela totalidade social em que se insere e se modifica de forma significativa a depender da coletividade em que ocorre — em uma sociedade matriarcal ou em uma sociedade patriarcal, em uma formação capitalista ou em uma formação socialista etc.

Ao perceber tal determinação, Marx (2017b) nos demonstrou de maneira magistral como o relacionamento em questão é capaz de sinalizar até mesmo o grau de sociabilidade alcançado por uma específica formação humana, seja em razão do nível de adequação dos seus indivíduos ao caráter social da espécie — a incontornável necessidade do outro para o desenvolvimento das individualidades —, seja em função da intenção voluntária e espontânea dos indivíduos de realizarem em si mesmos as determinações do gênero humano.

A relação imediata, natural, necessária, do homem ao homem é também a relação do homem à mulher. Nesta relação genérica natural, a relação do homem à natureza é diretamente a sua relação ao homem, e a sua relação ao homem é a sua relação imediata à natureza, a sua própria condição natural. **Em tal relação revela-se, portanto, de modo sensível, reduzida a um facto observável, até que ponto a essência humana se tornou para o homem natureza e em que medida a natureza se transformou em essência humana do homem.** A partir de semelhante relação, é possível apreciar todos os níveis de formação do homem. **Do caráter desta relação infere-se até que ponto o homem se tornou e se compreendeu a si mesmo como ser genérico,** como ser humano; a relação do homem à mulher constitui a relação mais natural do homem ao homem. Nela se manifesta, por conseguinte, em que medida o **comportamento natural do homem se tornou humano,** em que medida a sua essência humana se tornou, para ele, uma essência natural, até que ponto a sua natureza humana se tornou natureza (Marx, 2017b, p. 181, grifo nosso).

A mesma predominância do social sobre o biológico é percebida no complexo educacional. “Toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas” (Lukács, 2013a, p. 233). De resto, se hoje parte das crianças do mundo está na escola — ressalvadas as profundas diferenças entre os dados dos países centrais e periféricos —, é em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e, especialmente, das lutas de classes, e não em função de elementos puramente biológicos ou naturais¹⁴. A própria essência desse complexo, “influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado [...]” (Lukács, 2013a, p. 234), deixa límpida a hegemonia do social sobre o biológico.

Descritos, em uma apertada síntese, os impactos do afastamento das barreiras naturais em complexos como a alimentação, a sexualidade e a educação, falemos um pouco sobre as relações sociais. Afinal, as suas complexificações, especialmente em razão da divisão sociotécnica do trabalho, são elementos indispensáveis à compreensão do processo de reprodução do nosso gênero. Como já ressaltamos nas últimas páginas, o poderio do ato de trabalho dissemina de forma ininterrupta o “novo” no mundo. Esse novo se generaliza, criando inauditas necessidades, coisidades e habilidades que demandam, por sua vez, aperfeiçoamentos no próprio processo de produção. Esses aperfeiçoamentos impõem a sua divisão, a sua especialização. Com o desenrolar da sociabilidade, essa divisão passa a definir a vida dos indivíduos, determinando a maneira como participarão da produção, do consumo e da distribuição do excedente socialmente produzido. Marx e Engels, n’*A Ideologia Alemã*, apresentaram o fato da seguinte forma:

Os indivíduos sempre partiram de si mesmos. Suas relações são relações do seu processo real de vida. **Como ocorre que suas relações venham a se tornar autônomas em relação a eles?** Que os poderes de sua própria vida se tornem superiores a eles? **Em uma palavra: a divisão do trabalho, cujo grau depende sempre do desenvolvimento da força produtiva** (2007a, p. 78, grifo nosso).

Tal divisão sociotécnica impõe uma série de cisões na totalidade social, tais como a separação entre o trabalhador braçal e o trabalhador intelectual ou a distinção entre o

¹⁴ Em 2018, um levantamento da UNESCO (sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) identificou que uma em cada cinco crianças e adolescentes com até 17 anos está fora da escola (UNESCO, 2018).

trabalhador do campo e o trabalhador da cidade. A divisão entre o ser humano da cidade e o ser humano do campo, segundo Marx e Engels, talvez seja o principal indicativo do nível de impacto na sociabilidade que aquela divisão pode acarretar. Vejam o que eles nos dizem:

É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta — uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a oposição entre os interesses de ambos (2007a, grifo nosso).

Com o tempo, o desenvolvimento da divisão social do trabalho desaguou em sua forma histórica mais importante, a **diferenciação das sociedades em classes**. Essa diferenciação está diretamente relacionada, por seu turno, ao surgimento de uma força de trabalho juridicamente “livre” — capaz de produzir mais do que o necessário à sua reprodução, gerando, assim, um crescente excedente social —, à existência de seres humanos e famílias organizadas politicamente, que, portanto, reconheciam-se como classe detentora de interesses semelhantes e viviam sob as mesmas condições econômicas e culturais, opostas às desfrutadas por outras classes, como a dos proprietários dos meios de produção. Ou seja, as classes apareceram em sociedades em que diferentes grupos se relacionavam de maneira distinta com a propriedade dos meios — objetiva e subjetivamente —, com as funções sociais de produção, além de possuírem ideias e posicionamentos políticos próprios. No terceiro capítulo da tese, faremos uma breve distinção entre a classe em-si e a classe para-si; por ora, seguindo Lukács em sua apresentação sobre o processo de afastamento das barreiras naturais que é típico da reprodução social, nós nos limitaremos a citar o trecho abaixo de Marx:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (2011a, pp. 142 – 143).

Além disso, se a fauna e a flora repousam o seu devir em uma interação de nexos causais — em uma cadeia de causa e efeito —, de respostas necessárias à melhor adaptação ao meio circundante, constituindo uma causalidade dada, a reprodução social,

por sua vez, sempre fundamentada no trabalho, embora não reduzida a ele, lança-se no desconhecido constantemente. Isto porque, ao transformar teleologicamente a realidade, a partir de um arco de possibilidades concretas, e não dominando todos os nexos que incidem sobre o seu agir, ou as consequências que lhe são inerentes, a humanidade coloca em movimento uma causalidade posta, ou seja, uma síntese de cadeias causais em que o singular da espécie, mediado socialmente (ex.: pelos sujeitos coletivos e pelas classes sociais), controla o ponto de partida do agir, mas não os respectivos desdobramentos.

Entretanto, apesar de distintas, ambas as esferas, a orgânica e a social, tendem historicamente à explicitação das características que as identificam, isto é, à revelação de suas respectivas essências, dos seus elementos de continuidade. A primeira esfera diferencia-se por sua capacidade de adaptar-se biologicamente, com precisão ascendente, ao meio circundante — lembremo-nos da teoria de seleção natural de Darwin (2017); a segunda consolida-se na progressiva inclinação à socialização, “o constante fortalecimento tanto quantitativo como qualitativo das forças, relações, categorias, leis etc. especificamente sociais, mostra-se como o processo, no qual as determinações do ser social vão se tornando cada vez mais puramente sociais” (Lukács, 2013a, p. 253).

É no interior dessa dinâmica e como consequência dela que surgem os valores, desde os mais incipientes — como os que avaliavam, no comunismo originário, o produto da práxis como útil ou inútil —, até aqueles que tocam fundo o nosso espírito nos dias correntes — tais como a liberdade, a igualdade ou a solidariedade. Isso porque é a capacidade de trabalhar que possibilita o desenvolvimento das forças produtivas, o afastamento das barreiras naturais e a ascendente socialização. E é dessa socialização ascendente que brotam os valores, que passam, por sua vez, a mediar e a retroalimentar a própria ação humana.

Nesse sentido, Lukács (2013a), no capítulo sobre a reprodução, utilizou-se das argutas constatações marxianas que captaram, por exemplo, a determinação mútua entre o reino da necessidade e o reino da liberdade para dar concretude ontológica ao surgimento do valor, bem como ao seu pôr e à sua realização. Eis o trecho de Marx apresentado pelo húngaro (salientando de antemão que teremos a oportunidade de aprofundar a relação entre necessidade e liberdade no terceiro capítulo da tese):

Do mesmo modo como o selvagem precisa lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para conservar e reproduzir sua vida, também tem de fazê-lo o civilizado — e tem de fazê-lo em todas as formas da sociedade e sob todos os modos possíveis de produção. À

medida de seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, porquanto se multiplicam as necessidades; **ao mesmo tempo, aumentam as forças produtivas que as satisfazem. Aqui, a liberdade não pode ser mais do que fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza**, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; **que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana**. Mas este continua a ser sempre um **reino da necessidade**. Além dele é **que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo**, o verdadeiro **reino da liberdade**, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é a condição básica (Marx, 2017c, p. 1209-1210).

Um “valor” liberdade, portanto, concreto e não ideal, sempre em determinação mútua com a supressão da necessidade, mostra-se incontornavelmente vinculado a uma concretude específica. Dominada a necessidade natural e coletivamente regulado o metabolismo entre o ser social e a natureza, criam-se as condições para o desenvolvimento das forças e das potências humanas como fins em si mesmo, consolida-se o valor social da plena explicitação da personalidade e do próprio gênero humano (Lukács, 2013a), instaura-se a liberdade.

Finalizado este tópico, vale indicar que o surgimento do atual mercado mundial, como desdobramento das forças produtivas e da generalização da produção de mercadorias, pode ser a fronteira daquela emancipação. Afinal, ele coloca as condições objetivas para a constituição de um gênero não mais mudo, de indivíduos que se reconheçam como pertencentes a uma espécie, presente em todo o globo terrestre, interconectada e em profunda interdependência. Todavia, essa base não garante, por si, a constituição de um estágio de liberdade nos moldes citados anteriormente. Ao contrário, sob a égide do capital, essa relação tende a nos levar à barbárie, consolidada atualmente, por exemplo, nos níveis de desigualdade social, desemprego, fome, migrações relacionadas às guerras, entre outros elementos. Para superá-la, é indispensável a ação dos seres humanos — mediados socialmente, como pelas classes sociais —, o que demanda atos conscientes e generosos que busquem a constituição tanto de personalidades para-si, ou seja, de individualidades que se assumam como sociais, quanto de um gênero para-si, portanto de uma humanidade que se entenda como tal:

O mercado mundial é a base incontornável para a realização da unidade existente para si do gênero humano; ele, porém, só

consegue produzir o em-si do gênero humano — isso certamente por necessidade —, cuja transformação e **elevação a ser-para-si só pode efetivar-se como ato consciente do próprio homem**. A realização do verdadeiro valor por meio de pores de valores corretos é um momento indispensável desse processo. Durante esse momento, **a importância da referida atividade humana, a autenticidade de seu caráter ativo, não é nem um pouco minorada ou atenuada**, porque ela só consegue se tornar **atual em homens que foram formados pelas determinações reais e objetivas do próprio processo geral para tal atividade e tornados aptos para ela**; é a eles que esse processo confronta com **aquelas alternativas impreteríveis que eles respondem valorando**, desenvolvendo valores ou inibindo valores (Lukács, 2013a, p. 263, grifo nosso).

1.1.2.2 A unidade do diverso e o complexo de complexos

Neste tópico, avançaremos a partir de alguns elementos apresentados na seção anterior, objetivando demonstrar como a reprodução social se diversifica a tal ponto que evolui para sintetizar totalidades que representam a unidade do diverso, um complexo de complexos. De mais a mais, faremos uma análise concisa do progresso na área da linguística e no âmbito do direito, já que cada um destes campos exemplifica, em suas peculiaridades, momentos de espontaneidade e especificidade. Esses elementos, por seu turno, tendem a se fazer presentes, de maneira variada, nos diferentes complexos sociais encontrados na reprodução de nossa espécie, por isso merecem um destaque especial.

Pois bem, como já dissemos de maneira reiterada ao longo deste capítulo, o ser social só existe sobre a base de uma transformação incessante. Afinal, ao lutar pela manutenção da vida, essa esfera do ser dá vazão a complexos substancialmente heterogêneos e sociais. De mais a mais, se, na natureza orgânica, a interação autêntica entre o ser vivo singular e o meio ambiente ocorre em uma proporção mínima (sempre premida por adaptações regidas por elementos biológicos) e a reprodução do indivíduo da espécie coincide com a própria reprodução filogenética (a mudez do gênero se encontra nessa identidade imediata), na humanidade, o singular da espécie, em função do pôr teleológico presente no trabalho, modifica, ativa e conscientemente, tanto o meio circundante (natural e social) quanto a si mesmo, dando origem a um ser não mais “mudo”, na medida em que a espécie participa ativamente da construção de uma nova realidade. Além disso, por fazer parte de um grupo social que trabalha, sendo capaz de se reproduzir apenas nesse contexto, tanto as relações do indivíduo com o ambiente quanto as do indivíduo consigo próprio têm na própria sociedade um meio incontornável:

Em tudo isso, torna-se manifesto um dado ontológico fundamental do ser social: **o homem como ser vivo não só biológico, mas ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo social, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda**, nem mesmo consigo como ser vivo biológico, **mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo médium da sociedade** [...] (Lukács, 2013a, p. 267, grifo nosso).

Seguindo esses indicativos, perceberemos como a totalidade dessas interações entre o ser social e o meio circundante altera desde a sociabilidade universal até os componentes biológicos e psicológicos dos singulares da espécie imersos em um determinado contexto. Tal dinâmica encontra-se presente seja nas modificações que auxiliam o processo de explicitação do potencial humano-genérico, seja em etapas que criam obstáculos a esse devir.

Dessa maneira, se é verdade que a presença de um pôr teleológico, mesmo incipiente, já sinaliza um salto ontológico em relação à esfera orgânica; a título de exemplo, o comparecimento generalizado do trabalho alienado em uma específica totalidade social e de todos os estranhamentos dele decorrentes coloca em movimento uma condição paradoxal: “o que existe, portanto, se for permitido descrever paradoxalmente uma condição paradoxal, é o gênero humano não mais mudo num modo fenomênico ainda mudo, o ser-para-si do gênero no estágio do seu mero ser-em-si” (Lukács, 2013a, p. 271).

Essa condição possibilita que uma objetividade com o potencial necessário à explicitação do ser para-si do gênero humano, em função de um determinado desenvolvimento das forças produtivas, coexista, por diversos motivos, com um binômio objetividade-subjetividade ainda incapaz de realizar uma síntese superior — distante, dessa forma, de um para-si individual e genérico. Afinal, esse “salto” demanda não só uma específica objetividade diferenciada, mas, igualmente, consciências que se reconheçam como partícipes de um gênero e que se disponham a realizar em si mesmas o potencial daquele. Exige, por conseguinte, personalidades para-si.

No cotidiano, na práxis diária, a consciência individual tende a colocar em movimento ações, sempre vinculadas às alternativas concretas, que garantam a melhor reprodução possível de si própria. Naquele há, igualmente, uma identidade entre a teoria e a práxis, visto que as práticas garantidoras da reprodução não são precedidas, grosso modo, por reflexões teóricas, mas, sim, são guiadas pela praticidade e pelo economicismo

(Heller, 2000; Lukács, 1966), em que “a continuidade imediata das condições de reprodução da respectiva vida individual converte-se no momento decisivo do interesse pela realidade, da seleção do que nela deve ser preservado etc.” (Lukács, 2013a, p. 275). No capitalismo, exemplificando, essa condição acaba por favorecer, em função do estranhamento e da coisificação das relações sociais (categorias que aprofundaremos nos próximos capítulos), a adoção de comportamentos igualmente alienados.

De mais a mais, a síntese desses atos constitui legalidades que, por sua vez, retroalimentam as respectivas ações intencionais singulares. Nessa relação, segundo Lukács, a necessidade da sociabilidade como um todo se transforma em momento predominante, sendo o elo da corrente que dita a direção e a magnitude da dinâmica, da interação entre os complexos, do conjunto de atos singulares:

Digno de nota, nisso tudo, é que, na sumarização, na sintetização de tais atos individuais em orientações, tendências, correntes etc. sociais, **os momentos sociais necessariamente alcançam uma supremacia**, empurrando para o segundo plano e **muitas vezes até fazendo desaparecer as meras particularidades** (Lukács, 2013a, p. 275-276).

No devir humano, grosso modo, as alternativas concretas se condensam em decisões imediatas na consciência e se inclinam, em certa medida, à preservação, à conservação do próprio indivíduo e do já existente. Comumente, ficam aquém do potencial de explicitação da generidade já presente na esfera objetiva. Entretanto, sob certas condições, a decisão alternativa pode desaguar em “uma postura revolucionária e exigir novos passos, cuja realização material ainda não amadureceu no plano social” (Lukács, 2013a, p. 283).

Afinal, se é verdade que as tendências sofrem a influência da conservação do passado na memória social, também é verdade que não se reduzem à manutenção do *status quo*. Isto porque tanto as ações intencionais que têm por objetivo a radical transformação da realidade quanto as modificações cotidianas do mundo por parte dos humanos, ao reproduzirem suas condições de existência, colocam em movimento inauditas cadeias causais, decorrentes, dentre outros elementos, da impossibilidade de se prever a totalidade das consequências de uma ação. Esse processo origina um dialético e contínuo fluxo que une o par desconhecer/conhecer e cria as condições para o ascendente acúmulo do entendimento do real.

Ora, Hegel diz corretamente: “O que em geral é conhecido, justamente por ser conhecido, não é reconhecido”. Ele indica, assim, exatamente o significado do salto aqui aludido: **toda práxis do homem, tomando o trabalho como ponto de partida e aperfeiçoando-o, constitui uma investida rumo ao desconhecido visando conhecê-lo** (só depois de ser conhecido ele pode ser transformado em algo conhecido para a vida cotidiana dos homens), sendo que **todo ato de conhecer traz consigo uma ampliação extensiva e intensiva**; ora, do mesmo modo, a linguagem é um órgão importante dessa práxis, de todo conhecimento que dela se origina (Lukács, 2013a, p. 282, grifo nosso).

Essa dinâmica de continuidade social, por sua vez, tem na linguagem um elemento central. Afinal, ela é um órgão e um médium essencial ao devir humano, visto que intermedia as lembranças e os conhecimentos do passado com a sua conservação no presente — em outro estágio — ou, até mesmo, com a sua completa transformação e revolução.

Dessa forma, por ser a linguagem um elemento essencial à reprodução da sociabilidade como a unidade do diverso (um complexo de complexos) e por albergar tendências presentes na reprodução social como um todo, Lukács (2013a) dedicou-lhe algumas páginas com as quais dialogaremos a seguir. Ressalvamos, de início, que a objetividade dos diferentes complexos e de suas relações possui uma infinitude tanto extensiva quanto intensiva de determinações, especialmente a de uma esfera como a linguagem, que abarca toda a socialidade. Destarte, a compreensão dessa esfera, para além da abstração (que toca em elementos universais e gerais da questão) disposta nos próximos parágrafos, exigiria necessariamente uma análise concreta de sua existência, do seu ser material particular. Entretanto, esse não foi o intento do filósofo húngaro ao apontar alguns componentes importantes de sua evolução. Feita essa ressalva, vejamos o que Lukács nos diz sobre esse complexo.

Inicialmente, é indispensável salientar que a linguagem surgiu de uma necessidade ontologicamente posta, afinal trata-se de um complexo que facilita (e facilitou) o intercâmbio orgânico entre os seres humanos e a natureza, além de auxiliar no próprio processo de desenvolvimento das relações sociais. Dessa forma, ao satisfazer tais exigências precípuas, a linguagem acaba por se espalhar por todo o tecido social, generalizando e universalizando a sua presença.

Não obstante, ao fazê-lo, essa esfera carrega consigo uma contradição, um duplo movimento: de um lado, a espontaneidade com que se espalha pela vida; de outro, a imposição, sempre crescente, de se especializar, visto que a própria complexificação da sociabilidade impõe uma necessária diferenciação — vejam os exemplos da linguagem

científica e da jurídica. Não obstante, segundo o nosso autor, “[...] nesse tocante, é preciso enfatizar sempre isto: a universalidade que surge do realizar-se do homem como ser genérico humano em sua práxis social é e permanece o momento predominante nessa interação” (Lukács, 2013a, p. 292).

Indispensável à continuidade de todo o ser social, sendo um meio necessário ao desenvolvimento dos distintos complexos, a linguagem se desdobra com alguma autonomia relativa, seja pelo fato de o seu desenvolvimento se ancorar em legalidades a ela inerentes (ex.: gramática, sintaxe etc.), seja por certos complexos, como os do direito ou o da ciência, conforme mencionamos acima, imporem a ela uma especialização própria. Todavia, provavelmente, a sua principal função seja a de intermediar a superação da mudez do gênero humano. Não apenas no sentido do “falar”, mas, principalmente, na trilha que permite as ações intencionais e, portanto, ações conscientes, assim como o reconhecimento, por parte do indivíduo, do seu pertencimento genérico.

A superação da mudez do gênero só pode suceder quando a consciência deixa de ser um epifenômeno do ser biológico, quando participa ativamente da formação da essência específica do ser social. Por si só fica claro que cabe à linguagem um papel fundante elementar e de promoção ativa desse processo de reprodução (Lukács, 2013a, p. 293).

Universal, espontânea e indispensável à conformação de um gênero que se reconheça como tal, assim se constituiu a linguagem. No polo oposto, encontra-se o direito, por não ser universal, visto que se restringe às sociedades hierarquizadas (e classistas), por não ser espontâneo, pois deriva de pores intencionais, e por dificultar a explicitação de um gênero para-si.

Lukács (2013a, p. 303), ao citar Engels, auxilia-nos a compreender a natureza e a função social do direito com base em um de seus desdobramentos, a criação de uma força pública que já não se identifica com a população:

A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes que impossibilita qualquer organização armada da população, agindo por si. [...] Essa força pública existe em todos os Estados, sendo constituída não só por homens armados, mas também por acessórios materiais, cárceres e instituições coercitivas de todo tipo, totalmente desconhecidos pela sociedade

gentílica. **Essa força pode ser pouco significativa e até quase nula nas sociedades em oposições de classe pouco desenvolvidas** ou em regiões afastadas [...]. **Mas ela se fortalece na medida em que se exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado** e na medida em que os Estados limítrofes cresçam e aumentem sua população (Engels, 2019, p. 191, grifo nosso).

Originário das formações sociais que antagonizavam proprietários de escravos e escravos (Engels, 2015, 2019; Marx; Engels, 2007b), com a posterior complexificação das sociedades, o direito passou a mediar outros antagonismos, distintas contradições. “Quanto mais avança o desenvolvimento [...], o antagonismo entre senhores e escravos de modo algum constituiu o seu único antagonismo de classe, visto que [...] na Antiguidade o antagonismo de interesses de credores e devedores, na Idade Média o dos cidadãos e da propriedade feudal etc., desempenharam um papel importante [...]” (Lukács, 2013a, p. 304).

Afinal, por mais que, em termos gerais, a luta entre as classes tenha como ponto de partida a disputa pela apropriação do mais-trabalho, caso queiramos compreender as nuances do sistema jurídico, devemos considerar as outras mediações econômicas presentes nesse conflito. A título de exemplo, podemos indicar certas contradições que afloram no interior de uma mesma classe, consideradas as suas diferentes frações (e franjas), tais como: um possível antagonismo entre o capital exportador e o capital importador, entre o capital industrial e o capital financeiro, em países periféricos que ainda possuam burguesias com interesses nacionais etc. Quanto ao uso explícito da força pelo Estado como forma de resolução de distintas contradições das lutas de classes e, especialmente, da disputa pela quota-parte do excedente produzido pela classe trabalhadora, a depender do contexto (particularidade), aquele se amplia ou se secundariza.

Seguindo por esse caminho e analisando historicamente a função social desempenhada pelo direito (hegemonicamente um sistema de pores intencionais a serviço da manutenção dos interesses da classe dominante), Lukács (2013a) afirma, no capítulo da reprodução social da *Ontologia II*, que aquele complexo cumpre a tarefa de homogeneizar as ações de uma dada formação, no sentido de garantir um processo de reprodução social que reflita a hierarquia existente entre os proprietários e os não proprietários — de escravos, terras ou meios de produção —, bem como entre suas distintas frações, diminuindo, assim, a necessidade do uso cristalino da força. Todavia, nem sempre isso é possível:

Em primeiro lugar, **muitas sociedades de classes estão diferenciadas em várias classes com interesses divergentes**, e não ocorre com muita frequência que a classe dominante consiga impor em forma de lei seus interesses particulares de modo totalmente ilimitado [...] **Em segundo lugar, o interesse de classe nas classes singulares é, na perspectiva histórica, relativamente unitário, mas em suas realizações imediatas ele muitas vezes apresenta possibilidades divergentes** e, mais ainda, avaliações divergentes por parte das pessoas singulares envolvidas, razão pela qual, **em muitos casos, a reação à legislação e à jurisdição não tem de ser unitária nem dentro da mesma classe**. Isso se refere, em terceiro lugar, não só às medidas que uma classe dominante adota contra os oprimidos, mas também à própria classe dominante [...] (Lukács, 2013a, p. 306).

Esses antagonismos, por seu turno, são o solo genético de duas fetichizações: (i) a tentativa cada vez mais abstrata do direito moderno de regular juridicamente o maior número possível de atividades vitais; (ii) a compreensão desse complexo como uma área coesa, fixa, autossuficiente e lógica, passível de manipulação tão somente pelo entendimento jurídico. Segundo Marx, em diálogo com o Proudhon, “o direito é apenas o reconhecimento oficial do fato” (Marx, 2017a, p. 123), da prioridade recém-constatada do econômico. Portanto, apesar da reconhecida busca do direito pela equalização das ações sociais, além da real interação existente entre o complexo econômico, derivado do trabalho, e a esfera jurídica, tanto Marx quanto Lukács (2013a) acederam à prioridade ontológica do primeiro e ao caráter de reprodução consciente (espelhamento) do segundo, quando comparado aos fatos da vida econômica.

Além disso, a dinâmica de complexificação das sociabilidades e dos indivíduos ampliou o escopo de ações e comportamentos, tornando o sistema em análise, em sua busca pelo homogêneo, pela unidade lógica, cada vez mais abstrato, distante do chão da realidade. Com o objetivo de reduzir essa separação, foram criados, a partir das leis gerais, os agravantes e os atenuantes relacionados aos casos singulares.

A aparência de um nexó lógico no sistema jurídico se desnuda da maneira mais crassa possível quando consideramos a subsunção dos casos singulares sob a lei geral. Naturalmente, essa antinomia só se torna manifesta em estágios avançados do direito. **As sociedades primitivas puderam promover a regulação social partindo de casos singulares** e depois operar por longo tempo com conclusões analógicas extraídas de sentenças anteriores. **Foi o desenvolvimento geral do intercâmbio de mercadorias que, via de regra, forçou aquela sistematização geral-abstrata** de que se falou anteriormente (Lukács, 2013a, p. 317).

Até o presente momento, o capitalismo é o cume desse processo de diferenciação interna do ser social, sempre em determinação reflexiva com o afastamento das barreiras naturais e o desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, encontramos nesse modelo de sociabilidade, além de todas as demais contradições, mais uma diferença que afeta diretamente a relação entre a economia e o direito: na primeira, o processo espontâneo produz uma homogeneização, o tempo de trabalho socialmente necessário se impõe como princípio de regulação do ser econômico, independentemente da vontade dos seres humanos; já no segundo, as tentativas de regulação derivam diretamente de pores conscientes, que buscam, a reboque do primeiro, determinar os fatos da vida.

Esse desdobrar da sociabilidade fertiliza a objetividade com uma série de contradições, expressas, citando casos análogos, na relação entre a “igualdade e a desigualdade”, “a indiferenciação e a diferenciação”, “a universalidade e a singularidade” ou “a coesão lógica e a imposição dos fatos heterogêneos da vida”. O sistema jurídico busca idealmente equilibrar a interação entre esses diferentes momentos da reprodução social. Contudo, não serão os sistemas de pores ideais que consolidarão tal equilíbrio, mas, sim, os fatos econômicos e as suas consequentes relações sociais.

Em contrapartida ao idealismo do complexo jurídico, Marx (2012) demonstrou, em seu texto *Crítica ao Programa de Gotha*¹⁵, como, para além de suposições lógicas, são as atividades vitais concretas que permitem uma síntese superior no que diz respeito, por exemplo, ao binômio “igualdade e desigualdade”. No texto citado no início do parágrafo, o revolucionário alemão indicou como se daria essa fusão, especialmente a distribuição do produzido em uma sociedade transitória para o comunismo — estágio superior do socialismo —, em um contexto de superação da propriedade privada dos meios de produção, porém ainda atrelado à regulação jurídica:

¹⁵ Na segunda metade da década de 70 do século XIX, no movimento de criação do Partido Social-Democrata da Alemanha, por meio da união da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, dirigida por Lassalle, com o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, capitaneado por Bracke, Liebknecht e Bebel — socialistas próximos a Marx e Engels —, Karl e Friedrich elaboraram um documento questionando o “programa” que sintetizaria a junção em questão. Nessas páginas, ao criticar o programa, Marx e Engels esboçam os elementos, já levando em consideração a “Comuna de Paris”, necessários à constituição de uma sociedade emancipada, quais sejam: (i) fim da propriedade privada dos meios de produção, extinguindo-se as classes sociais; (ii) ligação direta entre o tempo de trabalho efetuado, via bônus, e o acesso aos meios de consumo por parte dos trabalhadores (na fase de transição: de cada um, de acordo com as suas possibilidades, a cada um, de acordo com o seu esforço, mensurado em tempo disponibilizado à produção; na fase superior: “de cada um, de acordo com as suas possibilidades, a cada um, de acordo com as suas necessidades”), acabando, assim, com o trabalho assalariado (alienado), elemento tipicamente burguês; (iii) criação de fundos de reinvestimento em forças produtivas, de previdência social, de seguro e de necessidades coletivas (escolas e hospitais, por exemplo); (iv) fim, em algumas gerações, do Estado.

Esse igual direito é direito desigual para trabalho desigual. Ele não reconhece nenhuma distinção de classe, pois cada indivíduo é apenas trabalhador tanto quanto o outro; mas **reconhece tacitamente a desigualdade dos talentos individuais como privilégios naturais e, por conseguinte, a desigual capacidade dos trabalhadores.** Segundo seu conteúdo, portanto, ele é, como todo direito, um direito da desigualdade. **O direito, por sua natureza, só pode consistir na aplicação de um padrão igual de medida;** mas os indivíduos **desiguais** (e eles não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem ser **medidos segundo um padrão igual de medida quando observados do mesmo ponto de vista, quando tomados apenas por um aspecto determinado,** por exemplo, quando, no caso em questão, são considerados apenas **como trabalhadores e neles não se vê nada além disso,** todos os outros aspectos são desconsiderados (Marx, 2012, pp. 30 – 31).

Marx e Engels (2007b) e Lukács (2013a) analisaram a função social historicamente executada pelo direito, levando em consideração tanto a sua gênese quanto o seu desenvolvimento, ou seja, a sua conexão indissolúvel com a estratificação das sociedades em classes e a sua tentativa de uniformizar as práxis de tal maneira que o núcleo principal da formação social não seja rompido (ex.: no capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção). Os autores demonstraram como essa aspiração deságua necessariamente em uma contradição insuperável, visto que o sistema jurídico busca “[...] que o domínio de uma classe [...] determine as atividades de todos os seus membros de tal maneira que [...] se submetam ‘voluntariamente’ [...] [e] que a sua crítica teórica seja admitida somente dentro dos limites [...]” (Lukács, 2013a, p. 322). Não obstante, a complexificação da sociedade, como já discutimos anteriormente, impõe diferenciações crescentes, o que torna a busca pela equalização das práxis um fetichismo, uma mistificação, uma idealização. A realidade, portanto, encontra-se sempre à frente do sistema jurídico.

Ampliando um pouco mais a análise desse complexo, podemos afirmar, também seguindo as pistas lukacsianas, que, se, em termos gerais, a esfera em análise se encontra relacionada ao desenvolvimento econômico, ao surgimento das classes sociais e de suas lutas, em termos específicos e em certos contextos particulares, ela pode adquirir uma relativa autonomia frente ao regime vigente, decorrente da própria divisão social de tarefas que se impõe em sociabilidades crescentemente complexas: “[...] divisão social do trabalho gera tarefas especiais, formas específicas de mediação entre os complexos [...]”

que [...] adquirem estruturas internas bem próprias no processo de reprodução do complexo total” (Lukács, 2013a, p. 326).

Essa autonomia, sem embargo, de forma alguma significa o descolamento do complexo social parcial das necessidades do processo total. Afinal, “as necessidades internas do processo total preservam a sua prioridade ontológica e, por essa razão, determinam o tipo, a essência, a direção, a qualidade etc. nas funções dos complexos mediadores do ser” (Lukács, 2013a, p. 326).

Finalmente, após esse pequeno excursão sobre as esferas da linguagem e do direito, é importante concluir este tópico do capítulo sobre a reprodução social ressaltando que, ao designar a sociedade como um “complexo de complexos”, Lukács não buscou analisar detalhadamente cada uma das esferas singulares ou as relações que florescem entre elas. A escolha do autor húngaro pelo aprofundamento do estudo daquelas esferas levou em consideração a espontaneidade presente na primeira e a especificidade disposta na segunda. E ambas, espontaneidade e especificidade, compõem, em diferentes escalas, os diferentes complexos presentes na reprodução humana.

[...] nós vislumbramos **dois extremos: de um lado, uma formação dinâmica que nasceu espontaneamente, cuja reprodução todos os homens efetuam em sua práxis cotidiana**, em grande medida de modo involuntário e inconsciente, e que está presente em todas as atividades humanas [...]; **do outro lado, uma área especial das atividades humanas, que pode existir, funcionar, reproduzir-se somente quando a divisão social do trabalho delega essa tarefa a um grupo humano especializado nisso**, cujo pensar e agir voltado para essa especialização provê o trabalho necessário nesse caso de certa consciência (Lukács, 2013a, p. 328, grifo nosso).

Destarte, há uma tendência à interação, em cada complexo social, entre os elementos que tendem à espontaneidade e os elementos de participação consciente, entre uma inclinação à universalidade e a sua limitação por outros complexos, “só que essas correlações (assim como muitas outras) serão por princípio qualitativamente diferentes em cada complexo, em cada interação concreta [...]” (Lukács, 2013a, p. 329). Apenas a análise concreta da função social desempenhada por um complexo em um determinado contexto, a investigação de sua gênese, de sua possível “morte” ou de sua atuação permanente permitirão captar o seu ser material, sempre profundamente histórico.

1.1.2.3 A antecedência ontológica

Neste tópico da discussão sobre a categoria da reprodução social apresentada por Lukács na *Ontologia do Ser Social* (2013a, 2013b), pretendemos nos ater, em linhas gerais, à questão do momento predominante presente em cada reprodução, bem como à argumentação que tangencia a prioridade ontológica. Vamos lá: de maneira inicial, vale a pena indicar que, segundo o revolucionário magiar, mesmo análises detalhadas de todos os complexos componentes de uma determinada totalidade social e de suas respectivas interações serão insuficientes ao exame preciso de uma específica reprodução social, caso não sejamos capazes de identificar o seu momento predominante. Isso porque:

A simples interação levaria a um estado estacionário e, em última análise, estático; caso se queira dar expressão conceitual à dinâmica viva do ser, ao seu desenvolvimento, é preciso indicar onde, na referida interação, pode ser encontrado o momento predominante (Lukács, 2013a, p. 333).

Logo, além de refletirmos sobre o movimento dos complexos e de suas relações, é indispensável distinguir o elemento preeminente, o elo determinante daquele específico “complexo de complexos” (Lukács, 2013b, p. 41, 162), que, por seu turno, encontra-se sempre em constante movimento. É essencial, pois, identificar a junção (variável) capaz de garantir às múltiplas interações um específico desenvolvimento, ou seja, um direcionamento particular, como o afastamento das barreiras naturais no âmbito da reprodução do ser social. Caso contrário, na ausência de uma esfera prevalecente, o resultado seria a presença de uma realidade parcialmente ativa, porém estática.

Com efeito, **é este** — todavia não a sua simples ação, mas simultaneamente as resistências com que se depara, que ele mesmo provoca etc. — **que dá à interação, de resto estática, apesar de toda a mobilidade parcial, um direcionamento, uma linha de desenvolvimento; de simples interações poderia resultar apenas a estabilização pelo equilíbrio** dentro de um complexo (Lukács, 2013a, p. 333, grifo nosso).

Repisando alguns elementos já discutidos anteriormente, cuja recapitulação é essencial à discussão do momento predominante e da prioridade ontológica, e examinando, exemplificativamente, o salto ontológico que retirou a espécie *homo sapiens sapiens* da esfera puramente biológica, perceberemos que, em um particular momento da reprodução dos indivíduos da espécie, o “repor a si próprio” por meio de práticas geneticamente determinadas deixou de ser o próximo elo da corrente, o momento

predominante do devir. Afinal, a capacidade de colocar o novo no mundo mediante um agir teleológico havia se tornado preponderante. Nascia, assim, a categoria do trabalho. Dessa práxis, novas forças, inauditas interações e complexos se explicitaram, relegando ao segundo plano o componente puramente biológico.

O ser social se eleva da natureza orgânica de tal modo que, numa determinada espécie de seres vivos, no homem, por um lado, os momentos biológicos de sua reprodução irrevogavelmente têm de ficar preservados em suas relações com os componentes físico-químicos, mas que, por outro lado, seu funcionamento e sua reprodução adquirem um caráter social cada vez mais nítido (Lukács, 2013b, p. 334, grifo nosso).

Entrava em cena um novo tipo de ser, o ser social, “cujo modo de existência é sua transformação ininterrupta no social cada vez mais puro, ou seja, é, por um lado, criação de sistemas (complexos) de mediação [...] e, por outro, retroação desse meio ambiente autocriado [...] sobre o seu próprio criador” (Lukács, 2013a, p. 334). E como já salientamos algumas vezes ao longo desta tese, esse ser, ao modificar o seu entorno de forma intencional com o objetivo de garantir a própria reprodução, altera, igualmente, a si mesmo. Paralelamente, o novo inserido de forma consciente nos nexos causais já existentes se generaliza, impactando, em maior ou menor medida, a totalidade social e as ações individuais.

Esse desenvolvimento ininterrupto transforma radicalmente toda a sociabilidade, incluindo a própria forma pela qual os seres humanos alteram coletivamente o mundo, portanto as relações sociais que colocam em curso ao fazê-lo. Dessa maneira, aquela cooperação inicial se explicita, na mesma medida em que se desenvolvem as forças produtivas e se especializa a divisão sociotécnica do trabalho, criando uma estrutura que passa a se impor aos indivíduos como se fosse uma segunda natureza, ou seja, como algo impossível de ser remodelado, portanto inato.

Justamente porque essa generidade está contida em germe, implicitamente no processo do trabalho e no produto do trabalho em seu estado mais primitivo, pode **surgir aquela dinâmica mais ou menos espontânea que impele irresistivelmente do trabalho para a divisão do trabalho e para a cooperação**. Desse modo, porém, **surgiu uma figura socialmente operante da generidade que, passando a existir, retroage ininterruptamente no próprio trabalho**, mais precisamente, tanto ao afirmar-se em cada ato de trabalho, correspondendo à crescente importância concreta da divisão do trabalho, modificando-a e intensificando a generidade, **quanto ao**

deslocar cada trabalhador para um entorno de crescente socialidade, que necessariamente passará a exercer uma influência cada vez maior sobre os pores teleológicos consoantes ao trabalho de cada indivíduo (Lukács, 2013a, p. 335, grifos nossos).

Se a aparência dessa divisão, entretanto, leva-nos à errônea percepção de uma possível imutabilidade, caso pesquisemos o que subjaz àquela, encontraremos uma essência que a liga ao desdobramento do pôr inicial, do ato, mesmo que “primitivo”, “rude”, do trabalho. Portanto, é uma realidade construída com ações intencionais. “Marx expressou assim essa facticidade, apoiando-se na intuição genial de Vico: ‘A história dos homens se diferencia da história natural pelo fato de fazermos uma e não a outra [...]’” (Lukács, 2013a, p. 336).

De mais a mais, ainda sobre a questão da prioridade ontológica do dever, depois de ressaltada a importância da divisão sociotécnica do trabalho na constituição das sociabilidades, também podemos afirmar que, se é verdade que as reproduções das espécies têm como base a reprodução dos seus respectivos singulares — seja por um movimento que mantém a constância categorial do gênero, seja de modo atrelado à sua mudança ininterrupta —, no caso específico da reprodução social, que tem no trabalho a sua protoforma originária de práxis, o evoluir da espécie avança modificando incessantemente as próprias categorias que compõem a socialidade, dando vazão, dessa forma, a uma “mudança na continuidade e continuidade na mudança”.

Além disso, o fato de esse processo ter na categoria do trabalho o seu momento ontológico prioritário não significa conferir uma valoração hierárquica à objetividade, mas, sim, identificar um dado da realidade, qual seja: não há sociabilidade possível sem a manutenção biológica dos indivíduos da espécie humana, portanto sem a supressão das necessidades do estômago ou da “imaginação” (Marx, 2013a, p. 140). Todavia, à medida que se consolida o caráter de “complexo de complexos” (Lukács, 2013b, p. 41, 162) da reprodução desse ser, à proporção que surgem complexos que se distanciam, em tese, do trabalho, amplia-se a resistência “do pensamento em conceder à esfera econômica essa prioridade ontológica com relação a todas as demais” (Lukács, 2013a, p. 339).

Porque é evidente por si só que, quanto mais complexo, **quanto mais mediado o modo como as formações sociais implementam a produção e o consumo pelos quais se efetua a reprodução ontogenética de cada homem singular**, tanto menor a frequência com que essa reprodução e sua prioridade ontológica em relação a todas as demais manifestações vitais assomam à consciência (Lukács, 2013a, p. 340, grifo nosso).

Além de tudo, identificar a prioridade ontológica da economia, ou seja, do trabalho organizado de forma complexa não significa desconhecer a autonomia relativa das mais diferentes esferas sociais, mas, sim, possibilitar uma análise da realidade despida de preconceitos e obstáculos intelectuais. Afinal, da relação entre a economia e as mais distintas esferas surge um ser social que tende, como já dissemos anteriormente, ao afastamento das barreiras naturais, à explicitação do seu caráter social, à sua diferenciação interna, à “identidade da identidade e da não identidade” (Lukács, 2013a, p. 347, 512, 805).

Uma vez efetuadas as necessárias mudanças, também podemos afirmar que, tendo como suporte a base biológica da espécie, o devir humano consolida-se tendo como eixo estruturante a constituição de esferas sociais cada vez mais complexas, heterogêneas e com legalidades próprias, que não podem mais ser reduzidas apenas ao biológico ou à reprodução econômica. Nisso consistem as suas autonomias relativas.

Se pensarmos, por exemplo, atendo-nos ao exemplo da mão, nos atos de escrever, de **tocar violino etc., fica claro que essas atividades até têm um fundamento biológico, mas que, justamente na sua particularidade, precisam ir além do biológico.** Naturalmente, certa elasticidade dos músculos, a reação rápida dos nervos etc. estão entre as pré-condições psicofísicas indispensáveis para tocar o violino. Contudo, **o essencial nesse ato é que comunique adequadamente conexões de um mundo musical, cujo êxito ou malogro são condicionados exclusivamente pelas leis internas dessa esfera** e não podem mais ser remontados a uma diferenciação biológica dos órgãos (Lukács, 2013a, p. 348, grifo nosso).

Os sistemas de pores teleológicos — tais como o direito, a filosofia, a ideologia, a política — que surgem nesse devir formam conexões concretas, dinâmicas, regidas por leis imanentes que, por mais exacerbadas que sejam, preservam uma unidade originária. “E esse **passar-de-um-para-o-outro e contrapor-se-um-ao-outro** possuem simultaneamente um caráter dinâmico. **Nunca ocorre uma cisão definitiva**, nunca uma união definitiva [...]” (Lukács, 2013a, p. 349, grifos nossos).

Antes de continuarmos a apresentação da categoria da reprodução social, especialmente a questão da prioridade ontológica, e a título de curiosidade, salientamos que tanto as ciências históricas quanto as sociais, em função de suas rigorosas legalidades, de alguns reflexos estreitos sobre a esfera econômica, bem como em decorrência de suas representações idealistas referentes à independência dos complexos singulares, acabaram

por reduzir o econômico a uma realidade objetiva, indiferente à ação humana. Perderam, dessa forma, a possibilidade de refletir sobre o caráter de síntese de múltiplas determinações presentes nas legalidades da economia, na medida em que essas coagulam uma miríade de “atos teleológicos que cada um de nós efetua ininterruptamente e — sob pena da ruína física — tem de efetuar ininterruptamente durante toda a sua vida” (Lukács, 2013a, p. 354).

Pois bem, a milenar reprodução social levou o gênero humano a um estágio em que as forças produtivas existentes são capazes de criar mais do que o necessário à sua reprodução. A disputa pelo excedente decorrente desse desenvolvimento acentuou a divisão sociotécnica do trabalho, colocando as condições para o surgimento e a consolidação das classes sociais, isto é, mais uma dimensão da prioridade ontológica da economia, com os consequentes rebatimentos na sociabilidade. Referindo-se a essa preeminência, Lukács (2013a, p. 350) cita a famosa passagem elaborada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (1998, p. 21, grifo nosso):

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Seguindo por esse caminho, a disputa supracitada deu vazão a uma nova categoria social, não presente na esfera orgânica: a defesa da existência da comunidade humana em geral e, de igual maneira, a defesa da manutenção da estrutura existente contra as classes sociais exploradas, “contra aqueles homens que, em seu ‘íntimo’, jamais poderão estar de acordo com essa estrutura, com seu funcionamento, por razões elementares atinentes à sua própria existência” (Lukács, 2013a, p. 351). Entretanto, a socialização ascendente igualmente se faz presente na mediação desse conflito, ora resolvido pela força bruta — com base no monopólio estatal do seu uso, especialmente em momentos de crise sistêmica —, ora regulado juridicamente e ancorado em um suposto consenso, tendente à manutenção do respectivo *status quo* econômico — o que não anula a possibilidade latente do uso da força, quando necessário.

Para não nos perdermos, façamos uma breve revisão dos temas discutidos neste item, tendo a interpretação lukacsiana dos escritos de Marx como base: com o trabalho e suas consequências, são ampliadas as forças produtivas e são afastadas as barreiras

naturais, criando-se um mundo humano mediado de forma ascendente por categorias sociais. Além disso, observamos que a prioridade ontológica da economia é um dado da realidade que não equivale à sua valoração hierárquica quando comparada às demais esferas e que, nas totalidades sociais, nos “complexos de complexos” em movimento, as distintas esferas desenvolvem certa autonomia relativa. Nesses termos, apenas a análise concreta de uma situação concreta possibilita o entendimento da real autonomia de uma esfera em um específico momento histórico, assim como a influência que exerce sobre a totalidade social e a interação que desenvolve com o momento predominante particular. Segundo Lukács (2013a, p. 355, grifo nosso):

Nessa questão da autonomia dos complexos singulares, no entanto, não pode ter lugar nenhum nivelamento conceitual, pois, em termos de ser, tanto a respectiva parcela de efetividade da influência dos complexos que entram em interação é extremamente variada como também o papel concreto do momento predominante não é sempre e em toda parte o mesmo.

Retornando à prioridade ontológica e ao momento predominante de uma particular interação e atendo-nos mais uma vez à esfera econômica e às suas categorias, também podemos afirmar, sem receio de falsas generalizações, que a luta de classes desempenha um papel central no devir humano. Segundo Lukács (2013a, p. 356), “para o desenvolvimento econômico de um país de modo algum é indiferente se, numa situação de crise revolucionária [...] esta ou aquela classe é vitoriosa e empreende a organização da sociedade”.

Assim, por mais que o capitalismo possua legalidades universais — logo, elementos de continuidade que se expressam em diferentes contextos —, a forma como ele se desenvolveu na particularidade da Alemanha, da França, da Inglaterra, do Brasil ou dos EUA diferiu significativamente, sendo tributária em grande parte da própria luta de classes. Destarte, apenas uma autêntica dialética materialista, uma específica forma de análise da realidade, sempre submetida à impositação ontológica da respectiva formação social é capaz de identificar como os elementos universais e os elementos singulares se determinaram (e determinam) mutuamente em certo contexto.

A apropriação intelectual de tais processos força o pensamento humano a elaborar formas possíveis no plano do pensamento geral que podem vir a ser instrumentos excelentes do espelhamento e da compreensão de conexões objetivas. Por essa razão, é muito fácil entender que seu caráter determinou a concepção do racional: racional

(nesse sentido: necessário) aparece como o evento que pode ser adequadamente apreendido com o auxílio de tais formas de pensamento (Lukács, 2013a, p. 360-361, grifo nosso).

Ampliando a complexidade dessa análise, é indispensável salientar que a esfera econômica (e a sua prioridade ontológica), exatamente em função de sua especificidade — ser a única categoria que realiza a mediação entre a natureza e o ser social —, “constitui um ponto de cruzamento das inter-relações entre as legalidades da natureza e as da sociedade” (Lukács, 2013a, p. 361). Essa característica impõe mais um desafio incontornável para um correto reflexo da realidade que leve em consideração aquela predominância, a saber: a submissão ao ser-propriadamente-assim-existente, à reprodução concreta e particular de uma específica formação social.

Para tanto, será necessário identificar, entre outros elementos, a maneira como se organiza o processo de trabalho, a forma como essa administração influencia a totalidade social e a dimensão segundo a qual a esfera produtiva em análise é modificada pela própria totalidade. Afinal, as concretas forças sociais e as leis da natureza dominadas por cada formação são essenciais ao desenvolvimento de sua economia. Não à toa, “quanto mais complexa tem de ser a constituição de uma formação social [...] tanto mais bem definida aparece a prioridade ontológica do seu ser-propriadamente-assim com relação às legalidades singulares que contribuem para [...] sua existência” (Lukács, 2013a, p. 363).

A constatação lukacsiana dessa dimensão da prioridade que se expressa no movimento da totalidade social (para além da própria centralidade do trabalho), no ser-propriadamente-assim existente da economia e dos diferentes complexos, adverte-nos contra possíveis e deturpadas chaves teóricas universais, supra-históricas. Por conseguinte, apenas a análise exclusiva de uma específica formação social, de sua economia e de suas esferas mutuamente determinadas permitirá o desvelar de uma dada reprodução, bem como da função social desempenhada pelas esferas que a compõem.

É evidente sem mais que esse caráter ontológico não vale só para a esfera econômica no sentido mais estrito, mas para todos os complexos que compõem a totalidade da sociedade; quanto mais mediadas forem as relações de um complexo desse tipo em relação à economia propriamente dita, com evidência tanto maior vem à tona essa prioridade do ser-propriadamente-assim (Lukács, 2013a, p. 363, grifo nosso).

Finalmente, levando em consideração tudo o que já foi dito até o presente momento sobre a dinâmica do ser social, ratificamos que essa impoção do ser-

propriamente-assim existente da totalidade sobre os complexos está “indissociavelmente vinculada com a concepção ontológica histórico-dinâmica da substancialidade, da qual já tratamos, ou seja, como autoconservação de uma essência transformando-se em meio à constante mudança” (Lukács, 2013a, p. 364). Portanto, o ser social se desenvolve apenas a partir de uma continuidade que é, em si, uma incessante ruptura. No próximo tópico, falaremos um pouco mais sobre a reprodução do ser humano na sociedade.

1.1.2.4 A reprodução social e o indivíduo

Até o presente momento, seguindo as pistas de Lukács (2013a, 2013b), já tivemos a oportunidade de ressaltar o caráter de unidade do diverso, de “complexo de complexos” do ser social. De mais a mais, indicamos a característica de totalidade que advém dessa dinâmica. Essas diversas totalidades sociais, ou seja, particulares formações sociais concretas, por seu turno, reproduzem-se sempre em determinação recíproca com a reprodução dos distintos complexos parciais que as constituem, cabendo àquelas, tendencialmente, a influência predominante das interações. Além disso, ao se engendrar, o ser social coloca em movimento dois polos que delimitam a própria reprodução: a totalidade e os seres humanos singulares.

Eis o que Lukács (2013a, p. 366, grifo nosso) nos diz:

Os dois polos que delimitam os seus movimentos de reprodução, que os determinam tanto no sentido positivo como no sentido negativo, ou seja, no sentido de destruir velhas barreiras e levantar novas barreiras, são, de um lado, **o processo de reprodução em sua totalidade** tanto extensiva como intensiva; **do outro lado, os homens singulares**, cuja reprodução como singular constitui a base do ser de toda a reprodução.

Nas próximas linhas, sempre em termos gerais e atados às formulações do revolucionário húngaro, discorreremos sobre o devir de um desses extremos, o indivíduo. O objetivo deste trecho do texto é desvendar como, ao longo da história, o ser humano se modificou, deixando de ser uma mera singularidade biológica da espécie e se transformando em uma personalidade social. Para tanto, renunciaremos aos mecanicismos vulgares de certa tradição marxista, que transformaram a legalidade da economia em uma ciência natural, tornando o ser singular um objeto irrelevante;

abdicaremos também das fetichizações liberais burguesas, que superestimam a iniciativa individual. Afinal, em ambos os casos, o resultado que se tem é a autonomização dos respectivos extremos (sociabilidade e individualidade), obnubilando a incontornável determinação mútua presente nesse processo. Engels (1967), citado por Lukács (2013a, p. 366), auxilia-nos a compreender essa interação:

Porém, **do fato de as vontades singulares** — cada uma das quais querendo aquilo que a sua **constituição física e as circunstâncias externas**, em última instância, econômicas (seja as suas próprias bem pessoais ou as da sociedade em geral), demandam — **não alcançarem aquilo que querem, mas se fundirem numa média geral**, numa resultante comum, **ainda não se deve concluir que elas devam ser consideradas = 0**. Pelo contrário, **cada uma contribui para a resultante** e, na mesma proporção, está contida nela (Engels, 1967, p. 462, grifo nosso).

Antes do início de nosso trajeto sobre o desenvolvimento das individualidades sociais e tendo em conta o trecho de Engels que acabamos de ler, referente à função social da ação individual na história, temos de fazer uma ressalva: se é verdade que certas pesquisas são capazes de determinar estatisticamente, em alguns contextos e com base em quantificáveis indivíduos abstratos, os comportamentos humanos médios, igualmente é verídico que toda reflexão ontológica de um processo total que se ancore apenas em investigações desse matiz se transformará em um “grosseiro mal-entendido” (Lukács, 2013a, p. 367), passando ao largo de um conhecimento verdadeiro.

Isto posto, comecemos a nossa análise: a reflexão sobre a constituição de uma personalidade social em todo o seu apogeu é algo relativamente recente na história de nosso gênero. O entendimento sobre um indivíduo que se diferencia, sob certos limites, da totalidade em que se encontra não permeou as preocupações da humanidade até o surgimento e a posterior predominância das relações capitalistas — relações hegemonicamente sociais, como já dissemos. Por exemplo, para a filosofia antiga, à época do desenvolvimento da pólis, “era uma obviedade que homem e sociedade estavam dados de modo ontologicamente simultâneo e inseparável” (Lukács, 2013a, p. 368).

Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, **aparece como dependente, como membro de um todo maior**: de início, e **de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo** [Stamm]; **mais tarde**, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da **fusão das tribos**. **Somente no século XVIII**, com a “**sociedade burguesa**”, as diversas formas de conexão social confrontam o

indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior (Marx, 2011b, p. 55, grifo nosso).

Nesse sentido, apenas na sociabilidade hegemônica pelo capital superam-se de forma significativa as organizações humanas determinadas prioritariamente por vínculos naturais, tais como as *gens*, as *fratrias*, as *tribos* e seus derivados e o feudalismo. Esse novo contexto, de ascendente socialização e de diferenciação dos singulares e das sociabilidades, oferece as condições para o surgimento de individualidades que, supostamente, contrapõem-se à sociedade. Entra em cena, portanto, a etapa da história humana em que o “eu” se descola, aparentemente, do “nós”.

A nova relação simplifica as formações anteriores mais complicadas, “naturalmente” emaranhadas, sendo que, ao mesmo tempo, ela aparece, contudo, na nova estrutura da consciência dos homens de maneira duplicada: como a dualidade **de *citoyen* [cidadão] e *homme* (*bourgeois*) [homem (*burguês*)] dentro de cada membro da nova sociedade** (Lukács, 2013a, p. 368, grifo nosso).

Contudo, em decorrência da materialidade da reprodução social capitalista, esse movimento de individuação ocorre de maneira cindida. Afinal, sob a mesma personalidade social, encontram-se o “burguês”, o *homo oeconomicus* (Lukács, 2013a, 370) — que atua quando o indivíduo cuida das vantagens privadas, próprias — e o “cidadão” — que opera quando o mesmo ser humano se relaciona com a totalidade, com a comunidade política em que se encontra, pagando impostos, participando da definição de seus representantes, sendo possuidor de direitos etc. Tais direitos, salientemos, não transcendem o homem egoísta, afinal são expressões de uma sociabilidade em que a reprodução se desdobra tendo como fatores incontornáveis as propriedades privadas, tanto dos meios de produção quanto da própria força de trabalho, e o trabalho assalariado. Nesse contexto:

[...] **a comunidade política é rebaixada pelos emancipadores à condição de mero meio para a conservação desses assim chamados direitos humanos** e que, portanto, **o *citoyen* é declarado como serviçal do *homme* egoísta**; quando vemos que **a esfera em que o homem se comporta como ente comunitário é inferiorizada em relação àquela em que ele se comporta como ente parcial**; quando vemos, por fim, **que não o homem como *citoyen*, mas o homem como *bourgeois* é assumido como o homem propriamente dito e verdadeiro** (Marx, 2005a, grifo nosso).

A consciência que aflora dessa reprodução social tende a universalizar uma situação particular, ou seja, inclina-se a considerar universais e eternas certas posturas egoístas e competitivas típicas de personalidades que reproduzem as suas existências em sociedades vertebradas pela luta constante entre proprietários. Além disso, em tal quadrante, as decisões individuais passam a confrontar constantemente alternativas antagônicas que coagulam possibilidades contrárias: agir em nome do interesse próprio ou em nome do bem comum? Nesse cenário, há uma tendência à consolidação de um indivíduo médio capaz de ancorar “tudo que é egoísta na esfera do ser do burguês” e remeter “todo e qualquer juízo de valor moral sobre isso [relação com a totalidade, com a comunidade política] à região etérea em que atua o citoyen [...]” (Lukács, 2013a, p. 371, acréscimo do autor).

Segundo Marx e Engels, o burguês típico se relaciona com as instituições de sua sociedade, transgredindo-as sempre que “isso é possível em cada caso particular, mas quer que todos os outros as observem. [...] Essa relação do burguês com suas condições de existência adquire uma de suas formas universais na moralidade burguesa” (Marx; Engels, 2007a). A contradição entre a “transgressão individual das suas próprias leis” e “uma viva preocupação prática por sua reprodução irrestrita em escala social” (Lukács, 2013a, p. 371) é um dado ontológico da sociedade em que vivemos, é uma característica marcante da moral hegemônica e deita raízes nas relações sociais de produção, especialmente nos antagonismos reais presentes na reprodução dessa sociedade. Afinal, são formações em que o acúmulo material de alguns significa, necessariamente, a carência de tantos outros.

Os parágrafos anteriores nos demonstraram que o surgimento de uma individualidade que se reconheça como tal é tributário tanto positiva quanto negativamente da concretude da sociabilidade burguesa. É só por meio de um determinado desenvolvimento das forças produtivas que as singularidades — sempre mediadas por heterogêneos complexos, bem como por suas respectivas classes sociais, tributários em maior ou menor medida daquele incremento — se percebem como indivíduos que possuem ideias, desejos e objetivos não necessariamente idênticos aos dos demais. Todavia, nessa sociedade, como também já dissemos, as individualidades se explicitam contraditoriamente dando vazão às mais distintas cisões e alienações.

Ampliando o nível de abstração, perceberemos que, ao reproduzir-se dentro de qualquer sociedade, o ser humano reage à realidade a partir de uma complexidade própria e concreta. Essa “complexidade própria”, por sua vez, é indissociável do contexto em que

se desenvolve: “um ser cuja complexidade concreta é simultaneamente pressuposto e resultado de sua reprodução, de sua interação concreta com o seu meio ambiente concreto [...]” (Lukács, 2013a, p. 372). É na interação com uma determinada objetividade que o ser humano reproduz a si mesmo. Essa relação, contudo, não é apenas imediata, afinal, em certas ocasiões, ela pode transcender o círculo de influência direto.

Para que tenhamos clareza dessa possibilidade de acesso à genericidade que supera o imediato, basta pensarmos nas esferas da arte e da teoria: em ambas, as fronteiras do cotidiano são superadas (Lukács, 1966). Mais à frente na tese, teremos a oportunidade de aprofundar essa potência da arte e da teoria; por ora, é suficiente apenas citá-la. Há, ainda, uma possibilidade de superação do imediato vinculada ao contato com tipos de ser que coagulam “tendências [...], em processo de extinção, e a perspectivas de futuro etc. que só afloram mais embrionariamente” (Lukács, 2013a, p. 372). Trata-se de interações, mesmo momentâneas, com sociabilidades que reproduzem tendências em extinção (ex.: povos originários) ou que apontam para o futuro.

Pois bem, a substância do ser humano individual se consolida nessa interação intransponível com a totalidade, sendo parte movente e movida do seu arrabalde. Esse contexto influencia desde as ações mais gerais até as mais íntimas formas de pensamento, sentimento e ação. Ter em mente essa determinação reflexiva entre os polos da reprodução impede que a “essência genérica” seja fetichizada em uma entidade mecânica, a-histórica, rígida e abstrata, “separada do mundo e da própria atividade (como acontece de muitos modos no existencialismo), ou para, por outro lado, fazer dela um objeto que praticamente não oferece resistência a quaisquer manipulações (ex.: neopositivismo)” (Lukács, 2013a, p. 372). Portanto, toda decisão pessoal, independentemente do nível de autoconsciência, é concreta, marcada no tempo e no espaço, e indissociável de ambos, de modo que é passível de compreensão apenas se entendida a realidade que a engloba.

Percebe-se, como desdobramento dessa constatação, que o ser social — sempre uma particular totalidade — é constituído pela síntese das diferentes cadeias de decisões alternativas dos mais distintos componentes da sociedade, bem como pelas cadeias causais (consequências, conjunto de nexos causais) não mais restritas e submetidas às intenções iniciais; ao passo que a substância individual, a personalidade singular, consolida-se com a continuidade de certas decisões e ações próprias ao longo da vida.

[...] aquilo que chamamos de **personalidade de um homem constitui tal ser-propriadamente-assim de suas decisões alternativas** [...] A

substância de um **homem, portanto, é aquilo que no curso de sua vida se encadeia como continuidade**, como direção, como **qualidade do encadeamento ininterrupto de decisões** desse tipo (Lukács, 2013a, p. 374, grifo nosso).

Marx (2011a), no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, foi lapidar ao constatar que os seres humanos fazem a história, mas não a realizam nas circunstâncias que gostariam (p. 25). Afinal, toda ação singular é circunscrita a uma realidade não submetida inicialmente à vontade do agente — realidade, ademais, que é premida pelo peso, por exemplo, da história e da tradição. Contudo, essa própria realidade possui legalidades que advêm das sínteses das incontáveis práxis humanas que se coagulam em objetividades aparentemente irrevogáveis, as quais, por sua vez, constituem o material de novas decisões alternativas, delimitando não só as questões, como as respostas possíveis e inerentes a um determinado contexto.

Por outro lado, **igualmente jamais se deve esquecer que cada uma de tais reações de um homem ao seu entorno social** (incluindo o metabolismo da sociedade com a natureza) **sempre terá um caráter alternativo**, sempre abrange irrevogavelmente **um sim ou um não** (ou uma “abstenção do voto”) **à pergunta posta pela sociedade** (Lukács, 2013a, p. 376).

Assim, por mais que a resposta faça parte de um determinado entorno, responsável pela pergunta originária, ela sempre englobará um caráter alternativo, de negação de um “caminho” e de “afirmação” de outro. A presença da alternativa é um elemento central na superação da “mudez” do gênero humano, visto que desencadeia processos que englobam mudança de qualidade, transformação consciente e escolha entre distintos caminhos. Por essa via, criam-se as condições para que o ser humano seja capaz de se compreender como partícipe de um gênero que, por sua vez, pode transformar, com maior ou menor nível de consciência, a realidade que o circunda.

É por meio do intercâmbio orgânico com a natureza, do trabalho, portanto, que a afirmação e a negação se tornam determinações ontológicas da existência — restritas sempre a um específico campo de ação, a uma determinada realidade que dá concretude a cada anuência ou a cada rejeição. No entanto, as escolhas não estão presentes apenas no complexo do trabalho, elas fazem parte dos mais distintos sistemas de objetivações e impulsionam toda sorte de consequências objetivas e subjetivas, jamais perdendo, contudo, mesmo no mais incisivo ato revolucionário, o contato com o liame da realidade da qual brota e para a qual retorna, “preso por inúmeros fios, em seu conteúdo, em suas

formas, em sua qualidade específica, à continuidade histórica objetiva e parte de suas possibilidades objetivas” (Lukács, 2013a, p. 378).

Ao agir concretamente, em um entorno igualmente palpável, o ser humano externa a sua “essência” — práticas, ideias, sentimentos, valores etc. —, o seu elemento de continuidade que se expressa pela própria transformação individual e do contexto, a “continuidade na transformação” e a “transformação na continuidade”. Ele explicita, por esse caminho, a sua conjuntural identidade consigo mesmo, essência entrelaçada a um específico ser social, a uma restrita totalidade social e por eles determinada. O **trabalho** — com as suas diferentes formas e modelos históricos —, por ser o solo genético do devir humano, e o “**pôr**” que o conduz são igualmente centrais e determinantes na constituição dessa “essência”. Afinal:

[...] a consciência que efetua o pôr teleológico é a de um ente social real, que, como tal, necessariamente também tem de ser, ao mesmo tempo e de modo inseparável, um ser vivo no sentido biológico; trata-se de uma consciência cujos conteúdos, cuja faculdade de apreender corretamente objetos e suas conexões, generalizar suas experiências e aplicá-las na práxis estão necessariamente ligados de modo inseparável ao homem biológico-social, do qual ela é consciência (Lukács, 2013b, p. 380, grifo nosso).

No parágrafo acima, Lukács novamente nos lembra que o ser humano reúne em si, de forma incontornável, categorias da natureza e categorias sociais, sendo a própria consciência constituída nessa interação, uma relação que se inclina à socialização ascendente, sem romper com uma específica base biológica. A história da filosofia nos demonstra, também, que a ampliação dos sistemas de mediação entre o sujeito da ação e o seu objeto — decorrente, por exemplo, da crescente complexificação das forças produtivas, da ruptura entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (Coutinho, 2010, p. 32) e da diferenciação das consciências subjetivas — pode levar a mistificações idealizadoras que isolam essa “consciência” de seu arrabalde e de sua práxis. É com o objetivo de evitar tais imposturas que o filósofo húngaro, de forma recorrente, salienta a determinação reflexiva presente na relação sujeito-objeto, subjetividade-objetividade e singular-universal (mediado pelo particular).

Aprofundando a nossa análise, sempre com base no revolucionário magiar, podemos afirmar que a relação existente entre o sujeito e o objeto (realidade) é um elemento fundamental para compreendermos as significativas diferenças existentes entre as esferas orgânica e social. Se, na consciência humana, há um contínuo afastamento entre

os polos daquele par dialético, na esfera puramente animal, há uma tendência à identidade. Tal similaridade pode ser percebida nas adaptações instintivas ao meio — claramente distantes das sociais categorias da negação e da alternativa —, voltadas sempre à reprodução orgânica.

Contudo, repisando algo que já salientamos no tópico sobre o trabalho, é importante sublinhar que seria um erro negar a existência de uma consciência, especialmente entre os animais superiores. Não obstante, é importante dizer que tal consciência tende a se expressar de maneira secundária, como um epifenômeno, visto que se encontra umbilicalmente atrelada às reações que o animal tem diante da realidade circundante, especialmente no que tange à reprodução orgânica do indivíduo da espécie.

Assim, a título de exemplo, sem elaborar qualquer tipo de valoração hierárquica entre os seres — além da responsabilidade aumentada que o ser social possui no cuidado com as esferas puramente inorgânica e orgânica —, podemos afirmar que os animais não fazem arte ou teoria, visto que ambas constituem sistemas de objetivação que, em maior ou menor medida, não se restringem à reprodução orgânica do ser social.

Já no ser social, esse “afastamento ou distanciamento” entre os polos do par sujeito/objeto se manifesta no surgimento de sistemas diversos de pores, tais como o direito, a ciência, o lazer etc. — embora todos estejam ligados, em maior ou menor medida, ao pôr originário do trabalho, dele se diferenciam. Esses novos sistemas complexificam e diferenciam tanto os indivíduos quanto as sociedades.

Vejam, quando ressaltamos o processo de diferenciação das individualidades, temos de nos remeter novamente à protoforma da práxis social, o trabalho. Isso porque tanto o seu processo quanto os seus produtos tendem a aprofundar essas heterogeneidades. Afinal, ao trabalhar, o ser humano é confrontado com novas tarefas, as quais despertam capacidades inéditas. Já os produtos do trabalho se generalizam e passam a satisfazer as necessidades sociais de distintas maneiras, não mais se restringindo ao intercâmbio com o ser natural. Em suma, o processo de trabalho e os seus produtos tornam “a reprodução da vida cada vez mais multiforme, cada vez mais complexa, distanciando-a cada vez mais da reprodução meramente biológica, eles transformam simultaneamente também os homens que efetuam a práxis” (Lukács, 2013a, p. 382).

O acúmulo das decisões alternativas presentes no processo de trabalho (mas não só nele), por sua vez, cria uma consciência que, apesar de compartilhada socialmente, tem no “eu” que decide em cada situação concreta um fator essencial. A diferenciação interna dessa consciência desencadeia uma dinâmica em que “o ser-em-si natural da

singularidade nos exemplares genéricos se desenvolve na direção a um ser-para-si e transforma o homem, tendencialmente, numa individualidade” (Lukács, 2013a, p. 384).

Se pensarmos em complexos específicos que possam auxiliar nesse movimento de explicitação da singularidade humana, dando vazão, sob certas circunstâncias, às suas potências e possibilidades biológico-sociais, temos de, necessariamente, citar a esfera educacional. De mais a mais, se é verdade que, no sentido mais amplo, a educação de uma determinada sociedade é “direcionada para formar nele [indivíduo] uma prontidão para decisões alternativas de determinado feito” (Lukács, 2013a, p. 387), igualmente é verídico que sua ocorrência engloba momentos de interação e de tensão com as escolhas alternativas dos próprios singulares submetidos àquela tentativa de direcionar o comportamento. Diante disso, cabe à práxis concreta, a cada situação particular determinar o elemento predominante da relação: a preponderância dos componentes de continuidade estabelecidos pela educação mais ampla de uma sociabilidade ou a preponderância dos possíveis componentes de resistência individual. Essa dinâmica interativa também é essencial à explicitação da individualidade.

[...] **o resultado de um complexo processo de interações**, nas quais e através das quais surge **aquela unidade indivisível, ainda que muitas vezes contraditória**, de **determinações psíquico-corporais e sociais no homem singular**, que passa a **caracterizar sua existência humana do modo mais profundo possível** (Lukács, 2013a, p. 388, grifo nosso).

Nesse caminho, é possível que, de uma singularidade biológica, possuidora de uma específica base genética, expressa, a título de exemplo, na impressão digital ou na íris dos olhos, surja uma síntese superior, um ser para-si individual. Essa explicitação se encontra em consonância com a própria dinâmica de afastamento das barreiras naturais, garantidora de uma socialização e de um aprofundamento até mesmo das funções de órgãos biológicos da espécie:

Essa linha poderia ser traçada até as manifestações máximas da atividade humana. **Ninguém pode contestar a base biológica de artes como a pintura ou a música; visualidade e auditividade indubitavelmente são instrumentos do ser biológico**, da reprodução biológica do homem enquanto ser vivo orgânico. Porém, **é igualmente inquestionável que o prolongamento mais extenso imaginável de sua linha de desenvolvimento natural jamais foi capaz de levar a um ver pictórico**, a um ouvir musical, sem mencionar as questões criativas implicadas (Lukács, 2013a, p. 390, grifo nosso).

Dessa forma, tanto a constatação marxiana (Marx, 2004) — de que a formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história —, quanto a de Engels (2015) — de que o olho humano vê muito mais do que o olho da águia, apesar do maior alcance deste último — não anulam o ser-propriadamente-assim dos sentidos, a sua irrevogável biologicidade. Entretanto, constatam o refinamento decorrente da socialização. Em decorrência de “um desenvolvimento contínuo [...] repleto de desigualdades [...], cujo resultado tanto dá continuidade e incrementa o início quanto simultaneamente pode encontrar-se em antagonismo abrupto” (Lukács, 2013a, p. 390), supera-se a função biológica inicial de um específico órgão humano, consolidando, segundo Lukács, mais uma dimensão da “identidade da identidade” e da “não identidade”. Ou seja, assenta-se uma complexificação (acomodação e superação) e uma diferenciação interna — o ascendente e ininterrupto processo de socialização — do ser que pode levar até mesmo a antagonismos com a função inicial de um determinado componente biológico.

Assim, lentamente, de forma não linear e profundamente contraditória, cria-se a possibilidade do surgimento de um indivíduo que, pela sua práxis — sempre genérica, apesar de voltada à consecução de um objetivo imediato —, reconhece-se, em maior ou menor medida, como partícipe de uma coletividade, sendo capaz de agir apenas no contexto dessa sociabilidade. É um ser humano que se vincula necessariamente à generidade, visto que o seu “pôr” e as suas consequências estão indissociavelmente atrelados à sociedade em que se reproduz.

Ademais, dessa relação prática entre o indivíduo e o contexto que o circunda pode surgir até mesmo um sentimento de pertencimento, afeto que, igualmente, cria as condições para o afastamento das bases naturais, na linha da dinâmica de socialização ascendente indicada por Lukács (2013a). A quantidade de seres humanos que vivem longe dos locais em que nasceram e de suas famílias biológicas já é um dado que, por si só, confirma essa apartação.

Disso resulta que, quanto mais social for uma sociedade — portanto, internamente diferenciada e composta de heterogêneas esferas genéricas —, tanto mais os indivíduos que se reproduzem nesse contexto lidam com multifacetadas decisões alternativas. Sob tais circunstâncias, constituem, sob pena de não conseguirem se manter, um intrincado “sistema de prontidão para essas possibilidades de reação múltiplas e muitas vezes heterogêneas” (Lukács, 2013a, p. 393). E, se é verdade que a conjuntura como um todo cria situações semelhantes às quais os seres humanos concretos respondem de forma

relativamente parecida, da mesma maneira é verídico que decisões alternativas distintas podem surgir. Entretanto,

como [...] suas conseqüências não dependem mais deles mesmos, **surge com intensidade cada vez maior a necessidade de que eles ajustem seus diferentes tipos de comportamento uns aos outros, às suas próprias necessidades**, às conseqüências sociais previsíveis destas etc. Isso vale tanto para as **ações cotidianas sempre recorrentes quanto para as ações complexamente mediadas** (Lukács, 2013a, p. 393, grifo nosso).

Em cada decisão prática individual, estão presentes tanto elementos singulares quanto elementos genéricos. A título de exemplo, voltemos mais uma vez ao trabalho: ao fazê-lo, o ser humano satisfaz uma determinada necessidade concreta e imediata, como a própria fome, porém, para tanto, coloca em movimento conhecimentos e habilidades construídos socialmente. As escolhas sintetizam essa diferenciação unitária das duas dimensões, a “social” e a superfície do “eu” que escolhe.

E, se os comportamentos individuais tendem a se ajustar às necessidades de reprodução da formação social como um todo, é nos casos em que as dimensões supracitadas se antagonizam e se contrapõem que a consciência individual é capaz de percebê-las e refleti-las com clareza. Sobe-se, assim, mais um degrau na dinâmica de explicitação da individualidade para-si. Afinal, nesses momentos, o ser humano é forçado a escolher: agir conforme o socialmente estabelecido ou romper com o modelo de comportamento hegemônico? Essa decisão realça o seu caráter de individualidade visceralmente social. O desenvolvimento da materialidade tende a suscitar tais antagonismos e se constitui, em certa medida, no resultado desses “embates”.

Resumindo o discutido neste tópico, podemos afirmar que a reprodução social coloca em movimento dois polos mutuamente determinados: o desenvolvimento dos indivíduos e a diferenciação do gênero. No âmbito do primeiro processo, o desdobramento das forças produtivas e o afastamento das barreiras naturais acarretam uma complexificação das singularidades. Estas, mediadas por valores que emergem daquele devir, afastam-se, lenta e contraditoriamente, de uma “pura” singularidade biológica e se aproximam de individualidades sociais, individualidades para-si.

Essas personalidades, por sua vez, possuem a potência, a possibilidade de se reconhecerem como pessoas socialmente constituídas e partícipes de uma espécie animal que se transforma, igualmente, pouco a pouco, de maneira contraditória, em um gênero,

o gênero humano — profundamente articulado, genérico, síntese de múltiplas determinações e complexos sociais. Todavia, ambos os desenlaces, apesar de tendências, não são teleologicamente necessários, ou seja, não constituem um suposto final pré-estabelecido da jornada humana. Estão, pois, profundamente atrelados ao vir-a-ser concreto da reprodução, sendo “produtos e coprodutores da história” (Lukács, 2013a, p. 396).

[...] do ponto de vista ontológico, é preciso tão somente indicar que **os dois movimentos, a saber, tanto o que vai do ser-em-si da singularidade para a individualidade existente para si como o que vai da particularidade para a generidade do homem**, são processos profundamente entrelaçados, ainda que desiguais e contraditórios, **cuja essência se falsifica irremediavelmente quando se atribui aos momentos, em última análise predominantes, ao ser-para-si e à generidade, uma superioridade (ou inferioridade) de cunho mecânico geral, ou imagina poder compreendê-los como potências totalmente autônomas do desenvolvimento** [...] (Lukács, 2013a, p. 395, grifo nosso).

Finalmente, sublinhamos que não há como se falar de uma superação da mudez da espécie decorrente desse devir, sem nos remetermos à necessária busca pela generidade como um valor em si — a intenção de realizar em si próprio, por exemplo, as conquistas científicas, filosóficas, artísticas, afetivas, corporais etc. da humanidade. Trata-se de uma procura intencional presente em indivíduos, classes e particulares formações sociais que se colocam, sob certas circunstâncias, a serviço de uma práxis humano-social voltada à realização da generidade. Apenas sob a égide desse valor, vinculado a uma concretude que permita o seu surgimento, poderemos discutir um processo total que se desdobre em uma síntese superior.

Por mais que significativas desigualdades e profundas contradições co-determinem o trajeto, as fases do processo total, igualmente está estabelecido que o gênero humano jamais poderia realizar-se plenamente, deixar para trás sua mudez herdada da natureza, se nos homens singulares não corresse, de modo socialmente necessário, uma linha tendencial paralela na direção do seu ser-para-si: somente homens conscientes de si mesmos como indivíduos (não mais como singulares diferenciados entre si só pela sua particularidade) estão em condições de converter uma autêntica generidade numa práxis humano-social, isto é, em ser social, mediante a sua consciência, mediante seus atos conduzidos por esta (Lukács, 2013a, p. 397, grifo nosso).

1.1.2.5 A sociedade como uma totalidade

Nas linhas seguintes, buscaremos demonstrar, prioritariamente com base em Lukács (2013a) e sua análise sobre a reprodução social, a maneira pela qual as sociedades tendem a se constituir como totalidades sociais e, também, explicar como estas se conformam pela síntese de múltiplos complexos crescentemente heterogêneos. Não nos afastaremos, todavia, da constatação da prioridade ontológica do trabalho, tampouco de sua articulação com o todo constituído pelo processo de reprodução das mais distintas sociabilidades.

Deixamos expresso que essas determinações não se explicitam de maneira homogênea e linear nas distintas formações, e sim de forma contraditória, desigual, combinada e de acordo com as necessidades das respectivas totalidades. Afinal, na linha da formulação marxiana apresentada abaixo por Paulo Netto (2011), os períodos históricos possuem as suas próprias leis, limitadas pela particularidade do contexto e pela própria ação humana.

No posfácio à segunda edição (1873) d'O capital, Marx cita passagens de um crítico de sua obra que considera ter apreendido corretamente o seu método de pesquisa, contrapondo-os aos “velhos economistas [que] não compreenderam a natureza das leis econômicas porque as equipararam às leis da física e da química”; ora, é isto o que Marx contesta. [...] Cada período histórico, na sua opinião, possui “suas próprias leis” (Marx, 1968, p. 15). De fato, Marx escrevera n'O capital, a propósito das “leis da população”: “[...] Todo período histórico tem suas próprias leis [...], válidas dentro de limites históricos. Uma lei abstrata da população só existe para plantas e animais e apenas na medida que seja excluída a ação humana” (Marx, 1968a, p. 733) (Paulo Netto, 2011, p. 24, grifo nosso).

A despeito do risco de sermos repetitivos, os novos elementos que constantemente trazemos às formulações dispostas abaixo, minimamente, diminuem o caráter enfadonho da redundância. Dito isto, comecemos este tópico lembrando uma reflexão já feita ao longo do capítulo: o trabalho desperta novas capacidades e inéditas necessidades no ser humano e, ao fazê-lo, ele ultrapassa os limites imediatos da ação. Isso porque o “jogo dialético de pergunta e resposta funda-se no fato de que a atividade dos homens não só contém respostas ao entorno natural, mas também [...] que ela [...] necessariamente suscita novas perguntas que não se originam mais diretamente do entorno imediato” (Lukács, 2013a, p. 399). Logo, as consequências do agir despertam questões não mais restritas,

necessariamente, à sua circunvizinhança. Assim, ao modificarem intencionalmente a realidade, não só os singulares da espécie humana e o seu entorno imediato são transformados, mas, também, a totalidade social em que se reproduzem.

Pois bem, quando nos referimos à totalidade social, temos de trazer à discussão, em decorrência da prioridade ontológica citada em tópicos anteriores, as categorias econômicas. Entre estas, uma se destaca: **as relações sociais de produção**. Afinal, tais interações tendem a desempenhar uma função essencial na constituição das respectivas sociabilidades, constituindo uma dimensão da totalidade que interfere diretamente na dinâmica mais abrangente. Seguindo as pistas da Teoria Social de Marx, podemos afirmar, sem grandes receios, que as “relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo” (Marx, 2017a, p. 156), e o entendimento dessa dimensão do todo, como demonstraremos a seguir, é essencial à compreensão da reprodução.

Além do mais, asseverar a influência do “todo das relações sociais” sobre as partes constituintes de uma totalidade é indispensável à superação de imposturas intelectuais que desvinculam o agir individual do contexto sócio-histórico, tornando-o, portanto, a-histórico e idealizado, assim como à superação de interpretações que autonomizam as legalidades dos distintos complexos sociais parciais (ex.: educação, cultura corporal, filosofia, ciência, direito, educação física, lazer, religião etc.) das tendências presentes na totalidade em que se encontram e se desenvolvem.

É preciso manter incondicionalmente essa prioridade do todo em relação às partes do complexo total, aos complexos singulares que o constituem, porque, **do contrário, chega-se — quer se queira, quer não — a uma autonomização extrapoladora daquelas forças que, na realidade, determinam apenas a particularidade de um complexo parcial dentro da totalidade**: elas se convertem em forças próprias, autônomas, que não são tolhidas por nada, e, **desse modo, tornamos incompreensíveis as contradições e desigualdades do desenvolvimento, que se originam das inter-relações dinâmicas dos complexos singulares e sobretudo da posição ocupada pelos complexos parciais dentro da totalidade** (Lukács, 2013a, p. 402, grifo nosso).

Entretanto, a prioridade do todo não anula a especificidade e a autonomia relativa de um determinado complexo, mas, sim, reafirma que essa “peculiaridade é determinada não só pela legalidade própria do complexo parcial, mas simultaneamente e sobretudo também por sua posição e função na totalidade social” (Lukács, 2013a, p. 402). Não há esfera parcial fora de um determinado contexto, sendo as suas categorias centrais

tributárias dessa necessária relação com a totalidade. No terceiro e no quarto capítulos desta tese, buscaremos demonstrar essa relação no âmbito do lazer.

Com as devidas adequações, um entendimento semelhante pode nos auxiliar a compreender a função social e a origem dos valores (igualdade, liberdade, ser para-si etc.), igualmente importantes na constituição das individualidades, dos complexos sociais e das totalidades, dado que, para entendê-los em sua concretude, temos de ancorá-los à materialidade que dá vazão a eles.

Caso sigamos por esse caminho, perceberemos como as análises marxiana e lukacsiana buscam sempre investigar o solo genético, o ser concreto que propicia o surgimento dos valores. Assim, ambos fazem com “que os valores de fato ascendam da realidade e nela atuem sem violar a autenticidade do puro ser” (Lukács, 2013a, p. 406), o que os afasta de idealismos e de hierarquizações logicistas.

Expandindo essa análise e considerando o que já salientamos algumas vezes ao longo do texto, ao investigarmos a reprodução de uma dada totalidade social, é indispensável sublinhar que o complexo do trabalho, pela sua dinâmica, especificidade e pelo seu potencial, não só cria um novo ser — quando comparado à esfera inorgânica e à esfera puramente orgânica —, como, também, ao reproduzir a existência dessa esfera de distinta qualidade (essência/elemento de continuidade), dá “vida a novas formas mediadas socialmente cada vez mais puras, cada vez mais complexas, de modo que a vida do homem passa a desenrolar-se cada vez mais num ambiente criado por ele mesmo [...]” (Lukács, 2013a, p. 408), infirmando, por essa via, as barreiras naturais. Esse movimento se desdobra como uma totalidade, como um “complexo de complexos” (Lukács, 2013a, p. 213, 264, 328, 338), na medida em que as esferas que surgem como sistemas de respostas (e pores) às inauditas necessidades — que não podem mais ser supridas “apenas” pelo intercâmbio orgânico com a natureza — passam a se determinar mutuamente, interagindo e se modificando.

Aprofundando esse raciocínio, vale ressaltar, de igual maneira, que a compreensão de uma específica reprodução social deve passar inexoravelmente pela identificação das grandes linhas do processo total, visto que são elas que podem iluminar tanto a função social exercida pelas diferentes esferas que compõem a totalidade, quanto a própria dinâmica e o evoluir desta última.

Trilhando esse caminho epistemológico, sempre sob a predominância do caráter ontológico do real, e considerando o impacto a que fizemos menção ao longo de todo este capítulo das categorias econômicas sobre a reprodução das totalidades sociais, torna-se

fundamental, a partir de agora, descrevê-las e historicizá-las, mesmo que minimamente e de maneira abstrata (e universal), para sermos compreendidos quando ressaltamos a importância tanto das grandes linhas do processo total quanto daquelas categorias em seu devir.

De início, como já mencionamos algumas vezes, é indispensável ratificar que reprodução biológica do ser social é uma dinâmica que se desenvolve de maneira coletiva, e os seus resultados se generalizam por toda a sociedade. Consequentemente, o desenvolvimento das forças produtivas que advém desse processo cria as condições para o afastamento das barreiras naturais em toda a estrutura societal e assenta os pilares que permitirão a explicitação de categorias cada vez mais sociais.

Essa trilha nos levou da coletividade tribal e gregária, marcada por laços naturais e por uma ampla dependência da terra, ao capitalismo atual, ancorado em relações privadas de propriedade, riqueza móvel, trabalho abstrato e, em tese¹⁶, distante de elementos puramente biológicos e orgânicos, um sistema cuja dinâmica se submete apenas aos interesses do vil metal.

Uma pequena digressão antes de aprofundarmos a reflexão sobre as categorias econômicas: a constatação do movimento citado acima, segundo Lukács (2013a), não deve nos levar à inserção da categoria da “teleologia” na totalidade do processo histórico, visto que só existem prévia ideação e intencionalidade na práxis humana. Quanto ao processo total, ele é sempre desigual, não linear, síntese de múltiplas determinações, permeado por contradições e sem um final pré-estabelecido.

É um erro comum, ao constatarmos “após o fato” uma determinada direção no devir de nosso gênero, concluirmos que tal caminho era o “necessário” desdobramento de uma potência estabelecida desde o princípio. Se assim o fosse, o socialismo — e, posteriormente, o comunismo — impreterivelmente seria o próximo passo da generidade humana, por ser um modelo de sociabilidade que permitiria, por meio de uma determinada forma de produção material da vida, a explicitação dos elementos tipicamente sociais — decorrente da redução do tempo destinado à esfera da necessidade e da ampliação do tempo destinado à liberdade, às atividades tipicamente sociais —, bem como o

¹⁶ Uma importante ressalva: tanto em momentos de crises agudas sistêmicas, como o período do entreguerras na Europa, quanto na reprodução cotidiana das formações sociais dependentes e periféricas na divisão internacional do trabalho, o capitalismo recorre aos elementos biológicos como forma de garantir a acumulação de suas burguesias. No primeiro caso, o suposto da “superioridade” da raça ariana que moldou ideologicamente o Nazismo; no segundo, a superexploração da classe trabalhadora, majoritariamente negra ou originária dos povos autóctones.

desenvolvimento das faculdades humanas como um fim em si mesmo (Marx, 2017d, p. 1163). Não obstante, desde Marx e Engels (1998, p. 21) e/ou Rosa Luxemburgo (1975), já temos consciência de que a próxima etapa de nossa história pode ser a barbárie. Portanto, são os resultados dos movimentos concretos de um específico ser-precisamente-assim existente, de suas categorias econômicas, de suas lutas de classes que apontarão o futuro, e não concepções apriorísticas idealizadas.

Ademais, interpretar o devir humano de forma lógica, e não ontológica, poderia nos levar a cometer o mesmo erro de Hegel — um gigante da filosofia burguesa em sua fase ascendente —, cujo sistema hierárquico de categorias lógicas cunhou uma concepção teleológica de história, sendo o final desse processo a necessária — e desde o início estabelecida — explicitação do espírito absoluto, expresso racionalmente no estado burguês de sua época (Lukács, 2013a, p. 424). Isto é, aquele que consolidaria, segundo o filósofo alemão (Hegel, 2003), a identidade entre o espírito (a razão) e o real, entre o sujeito e o objeto.

Afinal de contas, não há como nos alinharmos a um entendimento puramente lógico da reprodução social, se concordamos com Marx (2011b, p. 51) no que tange à compreensão das categorias como “formas do ser, determinações da existência” e com Lukács (2013a, p. 424), segundo o qual a inter-relação entre as próprias categorias é decorrente “do ser-propriadamente-assim do respectivo ser social, do ser propriadamente-assim de suas repercussões dinâmicas”. Ao contrário, daqueles pressupostos temos de concluir que as legalidades presentes nos mais distintos complexos surgem como respostas às necessidades concretas, aos específicos nexos causais e às suas relações “se... então” presentes em uma particular sociabilidade.

E aqui temos uma constatação que ilumina o desdobramento dos diversos e heterogêneos complexos sociais, tais como o lazer, a economia, a ciência, a filosofia, a cultura corporal, a educação física etc.: eles necessariamente respondem aos nexos causais (“se... então”) de um específico contexto, que, por sua vez, interferirá nas próprias legalidades daqueles e as modificará. “Se esse ‘se’ estará presente em cada caso e, caso esteja, em que contexto, com que intensidade etc.; ele só poderá ser derivado do ser-propriadamente assim da totalidade do ser social, no qual essas legalidades concretas atuam em cada caso” (Lukács, 2013a, p. 424).

Dito isto, falemos um pouco sobre as categorias econômicas e as formações sociais que as engendram. Lembramos, novamente, que não é objetivo deste texto historicizar de forma pormenorizada o processo de evolução daquelas categorias, do

comunismo originário ao capitalismo, passando pelo escravismo, pelo modo de produção asiático e pelo feudalismo¹⁷ — tanto pela minha insuficiência quanto pela impossibilidade temporal e intelectual de estudarmos o ser-propriadamente-assim existente de todas as formações humanas que já houve. A intenção é, tão somente e de maneira superficial, citar alguns elementos que nos auxiliam a entendê-las, lançando luz, por exemplo, sobre um dos elementos que marcam essa história: o afastamento das barreiras naturais, sintetizado, entre outros aspectos, em conjunturais recuos do uso da força nas relações sociais e na ascensão das leis econômicas na determinação das relações sociais de produção.

Daí resulta **o caráter econômico no aproveitamento da força de trabalho, o recuo do uso da força na relação normal de trabalho**. Quando se analisa o processo a partir dessa perspectiva da ontologia do ser social, fica evidente a **linha evolutiva da escravidão até o trabalho assalariado**, a socialização cada vez mais pura, **a superação sucessiva das barreiras naturais** (Lukács, 2013a, p. 432, grifo nosso).

Surgidas, provavelmente, nas florestas tropicais e subtropicais do continente africano (Engels, 2019), há 200 mil anos, as coletividades originárias de *homo sapiens sapiens* eram compostas, inicialmente, de pequenos bandos de indivíduos nômades. Conformados por vínculos naturais, tais como a família e o clã (família ampliada), os grupos vagavam em busca de alimentos. Essas tribos, por sua vez, relacionavam-se com a terra apropriando-se temporária e coletivamente de seus frutos e produtos, antes de seguirem adiante (Marx, 2011b, p. 629). Logo, a reprodução social ancorava-se em uma incipiente interação entre o ser humano e a natureza.

De mais a mais, a baixa produtividade do trabalho exigia longas jornadas. As funções sociais, por sua vez, tendiam à homogeneidade e não existiam complexas divisões sociotécnicas daquele — as existentes decorriam, prioritariamente, de fatores biológicos. A vida dependia em larga medida da natureza, sendo a colaboração a chave para a sobrevivência. Ademais, por serem extremamente dependentes da esfera natural, as coletividades ladeavam os rios e as costas, fontes de água e comestíveis. Posteriormente, com a descoberta do fogo, novos alimentos foram inseridos na

¹⁷ A linha temporal apresentada — comunismo originário, escravismo, modo de produção asiático, feudalismo e capitalismo — é apenas uma visão panorâmica do devir humano, que nos auxilia a entender, minimamente, o impacto das relações sociais de produção nas respectivas sociabilidades. Cometeríamos um erro crasso, caso a interpretássemos de forma linear, desconsiderando, assim, as contradições concretas, os movimentos desiguais e combinados, além das sociedades que transitam entre os grandes modos de produção citados.

alimentação: além dos animais aquáticos, as raízes e os tubérculos farináceos (Engels, 2019, p. 22-23).

A coletividade tribal que surge naturalmente, ou, se preferirmos, o gregarismo, é o primeiro pressuposto — a comunidade de sangue, linguagem, costumes etc. — **da apropriação das condições objetivas da sua vida e da atividade que a reproduz e objetiva** (atividade como pastor, caçador, agricultor etc.). **A terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho**, bem como a sede, a base da comunidade. **Eles se relacionam com a terra, ingenuamente, como propriedade da comunidade**, e da comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. **Somente como parte, como membros dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como proprietário ou possuidor. A apropriação real pelo processo do trabalho se realiza sob esses pressupostos**, que não são eles mesmos produto do trabalho, **mas aparecem como seus pressupostos naturais ou divinos** (Marx, 2011b, p. 630, grifo nosso).

Milhares de anos se passaram até o aparecimento dos conhecimentos agrícolas e da capacidade de criação e domesticação de animais¹⁸, ambos decorrentes, em grande medida, da própria potência imanente ao ato de trabalhar, que coloca em movimento inéditas habilidades, entendimentos e necessidades, tantas vezes ratificadas por nós no atual capítulo. As novas funções sociais, por sua vez, complexificaram a divisão do processo produtivo. Concomitantemente, novas técnicas de caça foram elaboradas. Tal acúmulo exigiu, igualmente, a diferenciação interna e a complexificação de outras esferas sociais, como a da linguagem.

Pois bem, com a entrada na época dos metais — momento em que os seres humanos desenvolveram técnicas que permitiram a submissão dos minérios aos seus desígnios teleológicos —, aproximadamente 5.000 anos a.C., e de maneira prioritária no hemisfério oriental, ampliou-se a produtividade do trabalho. Além disso, com a fundição do minério de ferro e o surgimento do arado de mesmo material, 1.200 anos a.C., tornou-se possível a agricultura em grandes extensões de terra (Engels, 2019). Nessa conjuntura de complexificação da sociabilidade, fez-se necessária, entre outras, a diferenciação da própria esfera da linguagem, o que levou ao aparecimento da linguagem escrita, elemento

¹⁸ Segundo Engels (2019), desse momento em diante, em função das condições naturais, a vida no continente ocidental passou a se distinguir por completo da vida oriental. Naquele, por haver apenas um animal domesticável, a lhama, a subsistência tendeu ao plantio, especialmente do milho. Já no sudoeste da Ásia, predominou a criação e a domesticação de animais.

essencial à transmissão do conhecimento acumulado que surgia do desenvolvimento das forças produtivas.

Às margens do rio Indo e nas regiões que hoje compõem, a título de exemplo, os Estados da Palestina, do Kuwait, do Iraque e do Irã, surgiram as primeiras civilizações¹⁹ — precipuamente nos locais propícios à agricultura²⁰. De maneira concomitante, apareceram as primeiras cidades²¹, que posteriormente se tornariam os pilares dos mais diferenciados impérios da Antiguidade. Tal desenvolvimento, por seu turno, criou as condições para que os produtos do trabalho fossem suficientes à reprodução de parte significativa das sociabilidades nascentes.

Sublinhamos o termo “parte”, pois um cenário de certa **carência** ainda persistia, quando considerada a coletividade como um todo, visto que doentes, mulheres grávidas, crianças e idosos, *exempli gratia*, embora não trabalhassem, participavam da distribuição do produzido. Foi nessa ambiência, também permeada pela guerra (decorrente de disputas territoriais em função dos escassos recursos), que surgiram as relações sociais de produção escravistas, ou melhor, **o modo de produção escravista**, tributário, portanto, de um contexto de escassez aliado às guerras. As relações escravistas permearam os mais distintos impérios da Antiguidade — Egípcio, Babilônico, Persa, Macedônico, Romano, entre outros — e as suas respectivas cidades-Estados.

A barbárie da escravização (apesar de ser considerada “natural” naquela conjuntura) permitia aos povos vencedores das guerras ampliar a apropriação do sobretrabalho por meio de diferentes mecanismos. Podemos citar, por exemplo: (I)

¹⁹ Os sumérios são frequentemente considerados uma das civilizações mais antigas da história, tendo desenvolvido uma cultura avançada na região da Mesopotâmia, com cidades-Estados como Ur e Uruk.

²⁰ No hemisfério ocidental, os primeiros assentamentos da civilização Maia — a mais antiga — remontam ao ano 1.000 a.C., e as primeiras cidades, ao ano 750 a.C. Os maias, fixados na Mesoamérica, constituíam uma sociedade com ricas e diferenciadas escrita, arte, arquitetura, matemática, entre outros conhecimentos e complexos sociais parciais.

²¹ O aparecimento das primeiras cidades é um marco importante na história da civilização humana e está associado a uma série de desenvolvimentos sociais, econômicos e culturais. As primeiras cidades começaram a surgir entre o 4º milênio a.C. e o 3º milênio a.C., a depender da região. As razões para o seu surgimento podem variar de acordo com o local. De toda forma, grosso modo, podemos citar alguns elementos universais que se fizeram presentes, a saber: (I) o desenvolvimento da agricultura levou à constituição de um excedente que precisava ser trocado; (II) a necessidade de trocar bens e recursos fez com que as cidades se transformassem em locais estratégicos, de maneira especial nos pontos de encontro de rotas comerciais; (III) a concentração de pessoas em áreas urbanas, por sua vez, exigia proteção contra ameaças externas, o que levou ao desenvolvimento de estruturas defensivas, como muralhas e fortificações que adensavam as cidades; (IV) à medida que as sociedades se tornavam mais complexas, com divisões de trabalho mais especializadas, surgia a necessidade de instituições governamentais, religiosas e administrativas para coordenar essas atividades, fazendo com que as cidades se tornassem centros de poder e administração.

conservação da vida apenas dos escravos produtivos dos povos vencidos, mantidos com poucos recursos, o que levava à poupança de víveres, oriundos, entre outras práticas, da agricultura sustentada pelo próprio trabalho escravo; (II) reinvestimento da comercialização do excedente na construção (com trabalho escravo) de infraestrutura (estradas, pontes, aquedutos etc.); (III) produção de bens como tecidos, cerâmica e metais, entre outros, com o trabalho escravo; (IV) investimento em novos materiais de guerra. Por esse caminho, os ciclos de crescimento e reinvestimento às custas da escravização impulsionaram as conquistas bélicas, levando a novos excedentes e escravos. Constituíam-se, dessa forma, um período de conquistas e incremento das forças produtivas.

Essas breves e superficiais linhas nos auxiliam a compreender, de forma panorâmica, a célebre formulação de Marx e Engels no texto *A Ideologia Alemã* (2007a) — apresentada ao final do parágrafo — sobre a exigência de certo desenvolvimento das forças produtivas como condição indispensável à constituição de uma sociedade emancipada, de produtores autônomos associados. Isso porque, historicamente, situações de carência, tendo em conta a totalidade social, impelem as sociedades à constituição de estruturas hierarquizadas (escravistas, estamentais e classistas), com as suas respectivas amálgamas ideológicas, já que, em função de uma desigual distribuição do mais-trabalho, permite-se o reinvestimento do produzido nas próprias forças produtivas.

Por outro lado, **esse desenvolvimento das forças produtivas** (que já implica que a existência empírica real dos homens se desenrole no plano da história mundial e não no plano da vida local) **é uma condição prévia absolutamente indispensável** [à construção da sociedade de produtores autônomos associados], **pois sem ele, a penúria se generalizaria, e, com a necessidade, também a luta pelo necessário recomeçaria, e se cairia fatalmente na mesma imundície anterior** (Marx; Engels, 2007b, p. 31, grifo nosso).

Também é importante ressaltar que, no modo de produção escravista, os subjugados realizavam o trabalho manual que lhes era imposto, incorporando, na teleologia, as possibilidades e as necessidades que diziam respeito às exigências dos seus senhores, as quais garantiriam a dinâmica de reprodução da totalidade social e do seu *status quo*. Não obstante, para que o processo produtivo ocorresse de forma satisfatória, exigia-se da classe exploradora uma atividade de controle (trabalho intelectual) que definisse onde e como produzir. Daquele momento em diante, separavam-se, em grande medida, os trabalhos intelectual e manual.

Para prevenir mal-entendidos, é importante esclarecer que a separação mencionada não se refere à finalidade ou à concepção intencional por trás de cada ato — até as tarefas manuais mais básicas são precedidas por uma fase de planejamento. Em vez disso, refere-se à diferença entre os indivíduos responsáveis por definir o formato, o conteúdo e a distribuição do que é produzido, e aqueles encarregados de realizar o trabalho manual²² propriamente dito. A consciência do escravo não foi extinta, mas a coerção exercida pela força o compeliu a agir, nas sociedades estratificadas, alinhado aos interesses daqueles que possuíam a propriedade dos meios de produção e, por extensão, detinham o poder político.

O motivo da ruína dos impérios escravistas da Antiguidade variou de acordo com a ambiência histórica (particularidade). Entretanto, no que diz respeito ao fim da hegemonia do Império Romano do Oeste, em 476 d.C. — o Império Romano do Leste, sediado em Bizâncio, posteriormente Constantinopla, vigorou até o século XV d.C. —, cujo longo processo de queda e decadência²³ antecedeu o surgimento do modo de produção servil europeu, atrela-se o referido colapso, entre outros fatores, à contradição entre a ampliação dos aparelhos de controle e de repressão necessários à manutenção da produção por meio da força e, em contrapartida, a pouca produtividade do trabalho.

Afinal, a resposta dos escravos à exploração manifestava-se pela adoção de um desempenho laboral deficiente. Em contrapartida, aos exploradores cabia a formação de um sistema de fiscalização eficaz, destinado tanto à implementação de um específico método de trabalho quanto à prevenção de insurreições. Contudo, sob uma ótica de longo prazo, a prosperidade gerada pelo trabalho escravo revelou-se insuficiente para sustentar o acúmulo de riquezas por parte dos exploradores e para a manutenção de seu mecanismo de exploração.

Ademais, a pouco e pouco, o próprio sistema escravista passou a coexistir com o colonato, um sistema socioeconômico e de organização da terra em que os camponeses, conhecidos como colonos, trabalhavam em propriedades rurais pertencentes a senhores feudais em troca de proteção, abrigo e acesso a terras cultiváveis. Tratava-se, pois, de uma relação na qual os colonos não eram escravos, mas também não eram livres no

²² Sublinhamos que, mesmo na esfera do trabalho manual, são criadas possibilidades e necessidades objetivas e subjetivas. Ademais, no âmbito do trabalho intelectual, a estrutura formal também se assemelha ao processo descrito anteriormente, pois são igualmente necessárias teleologias, objetivações e exteriorizações que garantam o desenrolar da produção como o planejado (ex.: complexo administrativo).

²³ A decadência do Império Romano do Oeste se estendeu do século III d.C. ao século V d.C.

sentido moderno. Afinal, eles estavam ligados à terra e à autoridade do senhor feudal e geralmente tinham obrigações, tais como prestar serviços, pagar tributos ou entregar uma parte de sua produção ao senhor em troca do uso da terra.

Somadas a essa conjuntura, existiam as grandes ondas de migração dos povos do norte da Europa — como os godos, ostrogodos, magiares, entre outros — e da Ásia em direção à capital do Império. Por conseguinte, em decorrência de tais determinações, consolidou-se um momento histórico em que as cidades, que à época da Antiguidade concentravam todos os fios da reprodução, entraram em decadência, passando a parasitar uma produção centrada especialmente no campo. Destarte, a derrocada se tornou inevitável. Vejam o que Lukács (2013a, p. 427-428, grifo nosso) nos diz:

O florescimento da polis (na Antiguidade) baseia-se em que toda a atividade social humana se concentra nela; tanto econômica como politicamente, tanto militar como culturalmente, todos os fios da vida e de sua reprodução se confluem na cidade-Estado. O declínio é causado justamente pelo fato de que sua expansão destrói seus próprios fundamentos econômicos e a transforma gradativamente numa formação social parasitária, o que, em última análise, tem como consequência a decadência total, a perda factual da supremacia sobre o campo.

Aprofundando o relato do parágrafo anterior e abrindo caminho à compreensão do novo modelo de sociabilidade surgido das ruínas do escravismo, ressaltamos que, desde o século III d.C., em função da crise econômica e das invasões “bárbaras”²⁴, diversos senhores romanos saíram das cidades e foram morar em suas fortificadas propriedades rurais. Em busca de proteção e trabalho, os indivíduos mais pobres do Império, já em decadência, fizeram o mesmo percurso. Como contrapartida à proteção, cultivavam as terras e destinavam grande parte do produzido ao seu senhor.

Um século após, já em totalidades sociais submetidas a distintas realidades²⁵, designadas e legitimadas pelo poder clerical, a concessão da terra passou a mediar o

²⁴ No contexto da antiguidade clássica, os gregos e os romanos frequentemente usavam o termo “bárbaro” em referência às pessoas que não falavam a mesma língua ou não compartilhavam da mesma cultura que eles. O que ambas as sociedades consideravam como bárbaros variou ao longo do tempo, porém sempre partiam da própria perspectiva cultural. Por exemplo, os gregos consideravam os persas como bárbaros, enquanto os romanos utilizavam o termo para designar os povos que viviam fora do seu Império.

²⁵ Os reis na Idade Média surgiram ao longo de um período que variou de acordo com a região e as circunstâncias específicas. Geralmente, considera-se a Idade Média como um período que se estendeu do século V d.C. ao século XV d.C., na Europa. Durante esse tempo, a organização política variou consideravelmente em diferentes partes do continente. Inicialmente, após o colapso do Império Romano do Oeste (século V d.C.), muitas regiões da Europa Ocidental passaram a ser governadas por reinos germânicos e outras tribos “bárbaras”. Os líderes dessas tribos e desses reinos eram frequentemente chamados de “reis” ou “chefes”, apesar de não possuírem poder e autoridade centralizados e/ou

intercâmbio entre a proteção política e a proteção militar. O monarca outorgava as terras aos grandes senhores, que, por sua vez, arrendavam-nas aos senhores menos poderosos, os cavaleiros, que, em troca, lutavam em favor daqueles. Os suseranos concediam as terras, e os vassallos as recebiam, jurando fidelidade. Na base da estrutura, estava o trabalho servil, realizado pelo camponês nos feudos e responsável pela produção de valores de uso fruídos por toda a sociedade. Estavam em curso as relações sociais de produção feudais. Os umbrais da Idade Média tinham sido ultrapassados²⁶.

Com o tempo e com o fim das invasões germânicas, especialmente a partir do século XI d.C., houve uma ampliação da produtividade do trabalho nessas terras. Um dos motivos, além da estabilidade decorrente da diminuição dos ataques estrangeiros, refere-se ao zelo produtivo dos servos em comparação aos escravos da antiguidade. Afinal, apesar de necessariamente atados à terra em que viviam, os meios de trabalho e parte da produção eram seus. Eis o que Lukács (2013a, p. 426-427, grifo nosso) nos diz sobre esse tema:

A diferença econômica em relação à economia escravista, que possibilita esse fenômeno específico, é evidente: o escravo trabalha com as ferramentas do seu senhor, o produto inteiro do trabalho cabe a este; ao próprio escravo resta somente a possibilidade — reduzida a um mínimo — de reproduzir de alguma maneira a sua existência física. Daí a primitividade, a improdutividade econômica desse modo de exploração, a impossibilidade de aumentar a produtividade dentro do seu próprio âmbito. No feudalismo, porém, o trabalhador tem, seja no caso da renda dos produtos, seja no caso da renda do trabalho — embora também aqui, como na escravidão, a coerção

hereditários. Conforme a Idade Média progrediu, a instituição real também se modificou. O conceito de reis hereditários como elemento estruturante daquele período começou a se consolidar, especialmente a partir dos séculos VIII e IX. Esse sistema envolvia, de maneira especial, a concessão de terras (feudos) pela realeza, em troca de serviços militares e outros deveres.

²⁶ É importante salientar que, concomitantemente à existência do modo de produção feudal na Europa, desenvolvia-se na Ásia um modo de produção particular, denominado “modo de produção asiático”. Tratava-se de uma estrutura socioeconômica que caracterizou algumas sociedades asiáticas pré-capitalistas, antes do avanço mundial do capitalismo. Entre outras, eis algumas características universais desse modo de produção: (I) o Estado (ou o monarca) controlava grande parte das terras e dos recursos naturais, sendo a administração estatal a responsável pelas grandes obras públicas, como os sistemas de irrigação e canais, essenciais à agricultura; (II) a sobrevivência econômica dependia da irrigação e da agricultura em larga escala, o que requeria a coordenação e o controle centralizados do trabalho; (III) havia uma economia pouco dinâmica, devido à falta de processos (e antagonismos) entre as classes capazes de levar a conflitos e mudanças; (IV) em vez de uma relação de servidão, como na Europa feudal, os camponeses muitas vezes pagavam impostos ou rendas ao Estado ou ao despotismo local e, em troca, esperava-se que o Estado fornecesse certos serviços, como proteção e manutenção de infraestruturas; (V) não havia uma burguesia comercial, devido ao controle estatal sobre os recursos e a economia; (VI) muitas das sociedades que se estruturavam com base no modo de produção asiático eram relativamente isoladas e autossuficientes, com pouco comércio ou influência externa. Por fim, vale indicar que tanto Marx (1985) quanto Lukács (2013a, p. 412, 416, 422, 428) tangenciaram algumas questões atinentes a esse modo de produção.

extraeconômica seja a garantia última da conversão das possibilidades econômicas em realidade —, **sob condições favoráveis, mediante a melhoria de seu modo de trabalhar, a possibilidade de elevar a reprodução também do seu próprio corpo a um estágio superior.** [...] É que **ele trabalha sua própria terra com seus próprios meios de trabalho**, de modo que — no caso de uma renda fixa a ser entregue ao senhor feudal — o **aumento da produtividade do seu trabalho também pode elevar o seu próprio nível de vida.**

O **aumento da produtividade do trabalho servil** levou a uma ampliação do excedente, que, posteriormente, era comercializado entre os feudos, em locais fortificados denominados “burgos”. O **renascimento mercantil das antigas rotas do Mediterrâneo** inundou a Europa com produtos do sudoeste da Ásia — essas rotas foram utilizadas pelos cruzados nas expedições militares dos cristãos europeus, ocorridas nos séculos XI e XII, contra os muçulmanos, com o objetivo de retomar Jerusalém. Somados a um **significativo aumento populacional**, tais fatores criaram as condições para a ascensão econômica da burguesia.

Essa classe era constituída de comerciantes que viviam naqueles burgos, responsáveis pela circulação dos produtos supracitados. Por conseguinte, lentamente, os mercadores passaram a acumular riqueza pecuniária (móvel) em suas mãos. O conjunto dessas circunstâncias reverteu, novamente, o polo hegemônico do par relacional campo/cidade. Se, na superação da Antiguidade, coube ao campo o momento predominante, agora a supremacia retornava às cidades.

[...] no feudalismo não se forma mais aquele beco totalmente sem saída que foi característico da dissolução da Antiguidade. **Típico do feudalismo é que, por um lado, ele almejou subordinar a cidade ao campo, mas, por outro, o real desenvolvimento econômico para um patamar superior por ele desencadeado foi sobretudo o das cidades** (Lukács, 2013a, p. 426, grifo nosso).

A ascensão da burguesia mercantil, unida à necessidade para o florescimento dos “negócios” de uma centralização e unificação dos impostos, da moeda e das forças repressivas criou as condições para o surgimento, nos séculos XV e XVI d.C., do Estado absolutista. Essa forma de Estado se transformaria no germe do Estado moderno, tendo sido constituído pela aliança entre os burgueses e diferentes reis europeus que regiam, entre outros, os territórios da Inglaterra, da França, de Portugal e da Espanha. Essas conformações sociais vigeriam até o século XVIII, quando as alianças retromencionadas não mais corresponderiam aos interesses da nova classe proeminente. As revoluções

Inglês (1688), Francesa (1789), Estadunidense (1775), associadas à industrialização da Inglaterra na segunda metade do século XVIII, colocaram abaixo o Antigo Regime.

Vencida essa breve, abstrata e universal explanação sobre o desenvolvimento das formações sociais, com base, especialmente, em algumas categorias econômicas, nas próximas páginas, finalizaremos este tópico referente à categoria da reprodução social, segundo Lukács (2013a), discutindo alguns elementos estruturantes das totalidades sociais capitalistas, tais como o processo de afastamento das barreiras naturais, a diferenciação de suas categorias econômicas, além de seus consequentes impactos nas respectivas totalidades.

Entretanto, não há como mencionarmos o surgimento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista sem nos atermos, de início, à acumulação originária que o antecedeu. Para tanto, nós nos apoiaremos nas formulações de Marx (2013a) presentes no *Capital*²⁷. Pois bem, em linhas gerais, podemos caracterizar essa acumulação como o resultado de um violento processo de expropriação das produções familiares, artesanais e camponesas, o qual, por mecanismos diversos, separou o produtor direto dos seus meios de produção, consolidando um enorme contingente de seres humanos europeus cuja única propriedade era a sua respectiva força de trabalho.

Um exemplo dessa espoliação pode ser identificado na “lei de cercamento”. Esse processo diz respeito a uma série de atos do parlamento britânico, conhecidos como *Bills for Inclosures of Commons*, gradualmente positivados, principalmente entre os séculos XVIII e XIX. Tais leis permitiram que terras comuns, até então utilizadas de forma coletiva pelos membros de uma comunidade, fossem transformadas em propriedade privada de indivíduos ou entidades. O processo de cercamento (“enclosure”) acabou privatizando grandes extensões de terra, anteriormente compartilhadas pelos camponeses para pastagem de animais, coleta de lenha e outros fins (Marx, 2013a, p. 907, 908, 909).

A esse fato uniu-se a exploração das colônias europeias além-mar — decorrentes da expansão marítima dos países do velho continente —, com saques, tráfico de escravos, monopólios mercantis, entre outros processos que concentraram dinheiro (depois utilizado como capital) e enriqueceram a burguesia daquele continente. Talhavam-se, assim, os dois polos essenciais ao capitalismo: de um lado, a propriedade privada dos meios de produção; do outro, uma enorme quantidade de seres humanos detentores, apenas, de suas respectivas forças de trabalho.

²⁷ Capítulos XXIV e XXV do primeiro volume da principal obra marxiana.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, **transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção** e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada **acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção**. Ela aparece como **“primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde**. [...] A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da **estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela** (Marx, 2013a, p. 898, grifo nosso).

A partir desse momento, atendo-nos às formulações lukacsianas e já no âmbito do capitalismo, apresentaremos alguns elementos que nos permitem constatar a dinâmica ascendente de socialização contida na reprodução dessa sociabilidade, especialmente no polo da totalidade social. Tais componentes se expressam, por exemplo, no afastamento do uso explícito da força na regulação do processo de trabalho, na ampliação da divisão sociotécnica dessa dinâmica, na generalização da categoria do valor, na universalização, por todo o tecido social, do binômio capital/trabalho assalariado, entre outros.

Em sociabilidades estruturadas com base nesse específico modo de produção, prioritariamente em momentos de estabilidade — cada vez mais raros, diga-se de passagem —, há uma tendência à redução do uso explícito da força na regulação das relações de produção, tão presente no escravismo, por exemplo²⁸. Garantem-se à própria legalidade econômica os ditames do cruel processo de subjugação. “Quando se analisa o processo a partir dessa perspectiva da ontologia do ser social, fica evidente a linha evolutiva da escravidão até o trabalho assalariado, a socialização cada vez mais pura, a superação sucessiva das barreiras naturais” (Lukács, 2013a, p. 432).

De mais a mais, as barreiras naturais são igualmente distanciadas na esfera da divisão sociotécnica do trabalho. Do ordenamento das guildas medievais, ainda próximas de uma diferenciação “natural” da ação — em que, “em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam colados um ao outro como o caracol e sua concha” (Marx,

²⁸ Entretanto, sublinhamos que, se não é, grosso modo, comum o uso da força na regulação das relações de produção — à exceção da contenção de movimentos grevistas e da ainda vigente exploração do trabalho escravo em diversos locais da periferia do sistema —, é contumaz nas sociabilidades burguesas o uso da violência, pelas forças repressivas do Estado, com o objetivo de conter a agitação da imensa massa de desempregados — o exército industrial de reserva —, bem como do *lumpemproletariado*. A título de exemplo, Velasco, Caesar e Reis (2020) nos lembram que, no Brasil, apenas no ano de 2018, foram 6.610 mortes causadas pela polícia.

2013a, p. 500), inexistindo a concentração de diferentes ofícios em uma mesma oficina —, impõe-se a manufatura, em função de uma progressiva divisão do processo de trabalho. Se a cooperação *lato sensu* é uma forma antiga de divisão, a cooperação presente na manufatura transcendeu qualitativamente a primeira. Afinal, em função do próprio processo de trabalho, nesta última, o pôr teleológico se deslocou para a direção da produção em sua forma coletiva. Eis o que Lukács (2013a, p. 434, grifo nosso) nos diz sobre o tema:

[...] como o produto final pode surgir só mais como resultado da combinação das operações parciais decompostas e como cada trabalhador singular realiza de cada vez só um trabalho parcial e sempre repetido, o pôr teleológico propriamente dito se desloca para a direção da produção [...].

A alteração desse pôr na direção da produção, renegando e minorando a criatividade, a habilidade e o conhecimento da classe trabalhadora, ganhou um impulso radical com as novas máquinas — as quais, por sua vez, coagulam trabalho morto, objetivado (Marx, 2013a), desantropomorfizam e desnaturam a ação humana, roubando as suas habilidades e destrezas de outrora, além de romperem com os limites e as barreiras psicológicas/físicas da força de trabalho de um indivíduo concreto.

A ascendente socialidade e o afastamento das barreiras naturais impulsionados pela Revolução Industrial consolidaram inéditas formas e categorias no processo de intercâmbio de mercadorias. A “taxa média de lucro” (Lukács, 2013a, p. 438) é a principal delas, visto que se torna o centro do processo produtivo. Se todo ato de troca já é por si essencialmente social — já que o valor em torno do qual orbita o preço é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário (Marx, 2013a) —, com a expansão do capitalismo e a constituição de um mercado mundial, os atos produtivos — submetidos ao preço de custo e à taxa média de lucro — mais do que nunca se tornam tributários do desenvolvimento global e, portanto, do nível da economia em sua dimensão universal. Nesse contexto, mais do que nunca, as ações humanas tornam-se socialmente constituídas, globalmente determinadas.

Além disso, do capitalismo do século XVIII ao capitalismo dos dias correntes, o movimento de socialização expresso, por exemplo, no binômio trabalho assalariado e capital — ambos despidos em grande parte dos elementos naturais —, espalhou-se por todos os poros da vida. Naquele, a produção capitalista envolvia principalmente a produção dos meios de produção e das matérias-primas utilizadas na elaboração dos

meios de consumo, sendo o processamento ulterior, “ligado diretamente ao consumo imediato [...] amplamente relegado ao artesanato, à pequena produção” (Lukács, 2013a, p. 440). Do final do século XIX até hoje:

[...] **está em andamento uma poderosa e rápida capitalização total**, uma grande **industrialização de todas essas áreas**; desde o vestuário, calçados etc. até víveres, esse movimento pode ser observado em toda parte. [...] **Soma-se a isso uma mecanização dos equipamentos cotidianos dos consumidores; máquinas de refrigerar, máquinas de lavar etc. ingressam na maioria das economias domésticas**, sem falar de fenômenos como **rádio, televisão** etc. O rápido desenvolvimento da indústria química — basta lembrar os materiais sintéticos — fez com que **desaparecesse em vastas regiões a pequena produção semiartesanal ou totalmente artesanal**. E trata-se igualmente de um fato de conhecimento geral que, por exemplo, **o sistema hoteleiro tenha se tornado um importante ramo do grande capitalismo**, e isso não só no que se refere ao turismo urbano, **mas também como surgimento paulatino de uma indústria de férias amplamente capitalizada** [...] O terreno da **cultura também é tomado por esse movimento**. Naturalmente havia rudimentos disso já no século XIX. Porém, a dimensão com que jornais, revistas, editoras, comércio de arte etc. se tornaram grandes capitalistas já representa uma mudança qualitativa na estrutura global (Lukács, 2013a, p. 440-441, grifo nosso).

Como Lukács nos indicou no trecho acima, já na década de 60 do século passado, a lógica da produção industrial, incluída a relação entre trabalho assalariado e capital, torna-se quase onipresente no capitalismo tardio, o que hoje se expressa de uma maneira evidente. No lazer, na cultura, no esporte, na cultura corporal, na educação, não há esfera social que escape do processo de afastamento das barreiras naturais, da consolidação da lógica (forma) do valor e da mercantilização da vida.

Ademais, especialmente nas economias não dependentes e centrais da divisão internacional do trabalho, a apropriação da mais-valia²⁹ se deslocou de sua dimensão absoluta para sua dimensão relativa (Lukács, 2013a, p. 442), ou seja, também se distanciou da barreira natural imposta pelo tempo da jornada de trabalho e se aproximou da generidade sintetizada nas máquinas e tecnologias. Esse movimento esteve diretamente relacionado ao aumento da composição orgânica do capital (Marx, 2013a, p. 780), isto é, ao acréscimo dos gastos do capitalista com maquinário (capital constante) quando comparados aos custos da força de trabalho (capital variável).

A nova composição, por sua vez, ampliou a produtividade laborativa, ou seja, permitiu a fabricação de mais produtos em uma mesma quantidade de tempo, sem que

²⁹ Ao longo do texto, os termos mais-valia e mais-valor serão utilizados como sinônimos.

houvesse, contudo, um repasse proporcional à classe trabalhadora em forma de salário. Não obstante, apesar de não haver uma proporcionalidade, o aumento da uberdade possibilitou, entre outros fatores, uma elevação dos salários dos empregados dos países centrais se comparados aos proventos dos trabalhadores da periferia do sistema³⁰. Como consequência, ensejou a criação, nas nações não dependentes, de mercados consumidores internos, propiciando a apropriação da produção “total” desses países.

Por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, essa elevação salarial não levou necessariamente à diminuição do grau de exploração. Ao contrário, a consolidação da mais-valia relativa alargou o grau de exploração da classe trabalhadora — caracterizada pela relação entre o mais-valor gerado no processo de trabalho e aquilo que é repassado àquela em forma de salário, o capital variável (Marx, 2013a, p. 337) —, apesar da redução da coerção explícita presente, por exemplo, no aumento das jornadas, um atributo típico do mais-valor absoluto. Por fim, a hegemonia do mais-valor relativo consolidou a completa submissão, subsunção do trabalho ao capital (Lukács, 2013a, p. 443) — nos termos de Marx (2013b, p. 381), uma subsunção real, e não mais formal. Foi nesse momento que a classe trabalhadora foi afastada por completo do planejamento, do processo e da propriedade daquilo que é produzido. Ao longo da tese, teremos a oportunidade de retornar à discussão sobre o mais-valor, capital constante e variável e subsunção real do trabalho ao capital; por ora, basta, com base em Lukács, fazer tais indicações.

O desenvolvimento capitalista no sentido econômico é o produto de pores teleológicos que buscam, em última instância, a ampliação das suas respectivas margens de lucro. A síntese desses atos concebe tendências, legalidades, cadeias causais que, muitas vezes, podem levar a resultados exatamente opostos aos desejados inicialmente, como a inclinação à diminuição sistêmica da taxa média de lucro decorrente do aumento da composição orgânica do capital por parte dos donos dos meios de produção. Essa complexidade acaba por constituir um ser em-si cuja imanência não se desdobrará, como único resultado possível, em seu ser para-si ou em uma autoconsciência generalizada.

³⁰ O cientista social Ruy Mauro Marini, um dos formuladores da Teoria Marxista da Dependência, identificou, em seu texto *Dialética da Dependência* (2017), uma dinâmica típica do capitalismo do século XX, a saber: uma extração de valor e de mais-valor da periferia do sistema pelo centro, seja em função da maior produtividade do capital “não dependente”, seja em decorrência da ação dos monopólios centrais. Esse movimento, por seu turno, também permitiu um aumento da massa salarial da classe trabalhadora vinculada ao centro do sistema.

Nesse caminho, apesar da propensão à complexificação dos indivíduos e das totalidades em decorrência do incremento das forças produtivas, da tendência “ao desenvolvimento simultâneo das faculdades humanas (essência)” (Lukács, 2013a, p. 448), sob o jugo do trabalho alienado, da propriedade privada dos meios de produção, da unilateralidade da formação humana e de uma dinâmica de manipulação das consciências — todos processos impostos por uma produção material da vida social hegemônica pelo capital —, ampliam-se exponencialmente os estranhamentos e a pandêmica incapacidade de entendimento do processo social total.

A predominância da contrafação em todos os momentos da socialidade, da política mais ampla à reprodução individual, cria uma dinâmica social em que “a manipulação e o consumo de prestígio intimamente associado a ele eliminam da vida cotidiana [...] a busca pela generidade [...] sua principal aspiração objetiva está direcionada [...] para a fixação da particularidade [...]” (Lukács, 2013a, p. 449). Isso significa que, pelo consumo, os seres humanos, submetidos à reprodução social típica do capitalismo, buscam se diferenciar dos demais, ratificando a sua particularidade — profundamente individualista —, ao passo que se afastam da generidade. Para tanto, é imperativo ao capital, por distintas mediações, gerar necessidades e incutir desejos nos indivíduos e nos grupos sociais como forma de garantir a circulação das mercadorias derivadas da produção total. No último capítulo da tese, avançaremos nessa discussão.

Não obstante, sob certas circunstâncias, “o homem singular pode resistir a ela, pressupondo que ele esteja inclinado a tomar sobre si certas consequências de seu agir, a correr certo risco” (Lukács, 2013a, p. 441). Sem menoscabar a importância da sociabilidade em que ocorrem as atividades humanas, é fundamental compreendermos, como já citamos algumas vezes, o valor da ação do indivíduo.

[...] já mostramos anteriormente que o marxismo, embora enfatize a socialidade da atividade humana de modo mais enérgico que qualquer outra concepção de mundo que o precedeu, reiteradamente aponta para o fato de que, também do ponto de vista social, a importância da ação do indivíduo não deve ser considerada igual a zero (Lukács, 2013b, p. 451, grifo nosso).

Finalizaremos esta parte do texto dialogando sobre alguns elementos necessários à explicitação de um gênero que supere a sua mudez, junto à imprescindível constituição de personalidades e de classes sociais para-si, especialmente aquelas que vivem apenas

da venda de suas respectivas forças de trabalho e que, portanto, ao se libertarem, romperão com os grilhões de toda a sociabilidade burguesa (Marx, 2005b).

Seguindo tendências econômicas, bem como o incontornável processo de espoliação presente na acumulação primitiva, o capitalismo reproduziu ininterruptamente os pressupostos de sua produção: o capital e a força de trabalho “livre”. Sob esse véu, aquele modo de produção estruturou formações sociais em que, supostamente, as *gens*, a fratria, a tribo, a casta ou o estamento de origem não são mais o momento predominante das relações de produção, e sim o são a propriedade dos meios ou da força de trabalho.

Essa descrição, todavia, **restringe-se aos dois momentos decisivos da produção capitalista, ao capital e à assim chamada força de trabalho “livre”**; desse modo, contudo, está suficientemente caracterizado o seu tipo economicamente essencial, **que diferencia essa formação decisivamente de toda formação anterior, está suficientemente caracterizada a sua socialidade específica [...] O caráter especificamente social do capitalismo expressa-se no fato de que isso ocorre predominantemente de modo puramente econômico** (todavia: de modo imediata ou mediatamente econômico) e **não são os sistemas “naturais” de mediação que vinculam o indivíduo ao processo social de reprodução** (Lukács, 2013a, p. 452, grifo nosso).

A reprodução do singular do gênero humano em uma determinada totalidade social sintetiza e unifica, dessa forma, dois elementos heterogêneos, duas esferas com distintas legalidades: (1) o acaso existente no momento do nascimento — os seres humanos não decidem quando nem em que local nascerão — e a base natural-biológica decorrente desse fato; (2) além de uma dinâmica social, que tende, como demonstramos ao longo do texto, ancorados em Lukács, ao afastamento das barreiras naturais, à crescente socialidade e à predominância da dimensão social nessa interação — em tese, afastando os elementos puramente biológicos³¹ das relações de produção.

³¹ Em que pese a tendência à sociabilidade, ainda nos dias atuais, a família de origem, vinculada à esfera biológica, desempenha papel central na inserção dos indivíduos na totalidade das relações sociais de produção capitalistas, especialmente em momentos de crescente concentração de renda e riqueza e de diminuição da possibilidade de ascensão social. De mais a mais, no estágio superior do capitalismo, o imperialismo, especialmente em seus momentos de crise continuada, agudizam-se as ações supremacistas, de imposição “racial”, o que nos remete, necessariamente, a uma dimensão biológica — o que por si só demonstra o caráter reacionário de tais posições. Vejam o que Piketty nos diz sobre o tema: “A forte concentração do capital explica-se especialmente pela importância da herança e de seus efeitos cumulativos (por exemplo, é mais fácil poupar quando se herdou um apartamento e não se tem de pagar aluguel)” (Piketty, 2014, p. 409).

De fato, **a vida de cada homem singular consiste justamente no que ele, enquanto ente social, é capaz de extrair das condições psicofísicas** que lhe foram dadas. E quanto mais intimamente formos capazes de apreender essa interação, **tanto mais claro fica que nela e através dela é produzida uma síntese de resto não existente, de resto nem mesmo imaginável, de componentes heterogêneos** dentro de um complexo indissolúvelmente unitário [...] (Lukács, 2013a, p. 456, grifo nosso).

O casual posto nessa síntese não dilacera a unidade última do ser humano, “mas apenas o coloca diante da tarefa peculiar de como tornar-se uma individualidade, de como encontrar e realizar a sua própria individualidade” (Lukács, 2013a, p. 458) em um contexto que se inclina à socialidade e à essencialidade econômica. A vida humana é repleta de momentos, como a fase da puberdade, que unificam a sociabilidade mais ampla aos traços biológicos singulares.

Em tais conjunturas, permeiam a reprodução particular instantes de escolhas, de decisões valorativas, com maior ou menor consciência dos agentes, que determinarão a conservação, a reprodução ou a superação de padrões de comportamento socialmente estabelecidos. Trata-se de alternativas que fazem ascenderem à consciência possibilidades diferentes, por vezes antagônicas, entre ações que acentuarão a dimensão particular ou que se inclinarão à generidade.

É só na ética que essa dualidade posta desse modo socialmente necessário é anulada: nela, a superação da particularidade do homem singular adquire uma tendência unitária, a saber, a incidência da **exigência ética no centro da individualidade do homem atuante**, sua escolha entre os preceitos que, na sociedade, forçosamente vão se tornando antagônico-antinômicos; **uma decisão eletiva ditada pelo preceito interior de reconhecer como seu dever o que está em conformidade com a sua própria personalidade** amarra o fio que liga **o gênero humano ao indivíduo que está superando a sua própria particularidade** (Lukács, 2013a, p. 460, grifo nosso).

A medrança das forças produtivas, o afastamento das barreiras naturais e a ascendente socialidade são o solo genético tanto das contradições quanto das possibilidades dos singulares da espécie de se tornarem e se reconhecerem como individualidades sociais, partes moventes e movidas de uma complexidade incontornavelmente vinculada a uma específica formação, a uma determinada totalidade que, no limite, remete ao próprio gênero.

Ao se reconhecerem como tal, eles serão capazes de se colocarem a serviço dessa generidade, de fazerem das próprias vidas momentos de explicitação do potencial genérico, social e coletivamente construído. Assim, darão vazão a um valor que é tributário tanto da própria casualidade que sintetiza e unifica as suas composições biológicas ao contexto social em que se desdobraram; quanto do desenvolvimento objetivo, concreto, que coloca as condições para o surgimento, nas individualidades, de escolhas que impulsionam a explicitação tanto da particularidade quanto da generidade.

O ser-para-si do gênero humano é, portanto, o resultado de um processo, que **se desenrola tanto na produção econômico-objetiva global como na reprodução dos homens singulares** [...] Com efeito, só assim [...] se pode **chegar à compreensão das alternativas de valor e das decisões de valor como partes integrantes do processo total** [...] desse modo, **os dois polos extremos do desenvolvimento da humanidade estão diante de nós em seu mútuo pertencimento ontológico** (Lukács, 2013a, p. 462, grifo nosso).

De mais a mais, se é verdade que, nos marcos do capitalismo, qualquer tipo de satisfação é permeada pela vulgaridade decorrente da alienação disposta no processo total, que tem no trabalho estranhado o seu núcleo fundante, também o é que, por ser uma reprodução complexa, permeada por contradições, ao passo que impõe limites à explicitação da personalidade e da generidade, coloca as condições objetivas para a constituição de um gênero para-si, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, do afastamento das barreiras naturais, da socialização ascendente e da interconexão da humanidade por meio de um mercado mundial.

Esse salto responsável pela superação dos estranhamentos, entretanto, não se dará apenas pela continuidade do processo total tal qual o conhecemos, como um simples desdobramento necessário e esperado. Demandará um processo revolucionário ancorado na classe trabalhadora e também em personalidades autênticas, em seres humanos que se apresentem como órgãos “da generidade que deixou de ser muda” (Lukács, 2013a, p. 463). Exigirá, dessa maneira, pores teleológicos, ações intencionais que coloquem em movimento novas cadeias causais objetivas que nos levem à emancipação humana.

E, exatamente por ser o produto de incontáveis pores teleológicos, essa tendência tampouco tem algo a ver, em seu decurso objetivo, com qualquer direcionamento teleológico para algum estado enquanto fim predeterminado. Essa perspectiva só **pode ser fim posto para pores teleológicos de homens singulares ou grupos humanos, sendo que as cadeias causais neles desencadeadas podem se**

transformar em fatores objetivos de sua realização. **Essa perspectiva foi assinalada por Marx no comunismo como segundo estágio do socialismo.** Por isso, um exame ontológico como o nosso **só pode compreender esses pores como perspectiva**, ainda que concreta, na medida em que **só uma estrutura social desse tipo possibilitará o surgimento real, nos dois polos do ser social, do gênero humano como gênero não mais mudo** (Lukács, 2013a, p. 464, grifo nosso).

CAPÍTULO II

2 APONTAMENTOS GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DO CAPITALISMO

Ao final do primeiro capítulo, apresentamos uma citação de Lukács que reforça a necessidade de pores intencionais, com a mediação de uma classe para-si — especialmente daquela que, ao quebrar os seus grilhões, será capaz de romper as amarras de toda a sociedade (Marx, 2005b) —, como condição indispensável à superação dos entraves objetivos postos pelas atuais relações sociais de produção. Isto, pois, tais obstáculos dificultarão tanto a continuação do desenvolvimento das forças produtivas quanto a explicitação de individualidades que se reconheçam como socialmente constituídas, ou seja, de individualidades para-si — e, de maneira consequente, de uma generidade também para-si —, e que possam, para tanto, acessar o patrimônio histórico do gênero. É esse o único contexto, por sinal, capaz de fazer com que a evolução de cada ser humano seja uma condição indispensável à potencialização de todos (Marx; Engels, 1998, p. 50).

Nessa linha, no segundo capítulo desta tese, pretendemos alcançar três objetivos: (I) demonstrar as características da conjuntura atual, à qual denominaremos, depois de Mandel (1982), de capitalismo tardio — considerando-o como um estágio avançado do imperialismo (Lênin, 2012); (II) apresentar o solo concreto da totalidade social que subsidiará o debate sobre o lazer nos capítulos subsequentes do texto; (III) apresentar as contradições estruturais do atual modo de produção que nos sinalizam a necessidade histórica de sua superação.

Nesse sentido, começemos respondendo a seguinte pergunta: o que nos leva a defender, na esteira da tradição marxista, a necessidade de suplantação do capitalismo? Os motivos que amparam a resposta são inúmeros: desigualdade social crescente (Bilionários, 2020), guerras espalhadas por todo o mundo (Padinger, 2023), desemprego generalizado (International Labour Organization [ILO], 2020), financeirização vertiginosa da economia (Behring, 2010; Carcanholo, 2011; Harvey, 2008; Paulo Netto, 2010), monopólios e oligopólios transnacionais subjogando Estados supostamente soberanos (Paulo Netto, 1996), guerras híbridas contra nações que, por ventura, não se submetam ao capital monopolista (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2019),

redução dos seres humanos a mercadorias, crescimento do “protofascismo” ao redor do mundo, aumento do tempo de vida destinado ao trabalho apesar do desenvolvimento das forças produtivas (Antunes, 2019), redução da razão ao pragmatismo e ao utilitarismo, entre tantos outros elementos.

Paulo Netto (2010, p. 31) sintetiza essa dinâmica lembrando-nos que, conforme o capitalismo avança, explicitando suas potencialidades e contradições, observa-se um processo no qual a dimensão civilizatória, embora inicialmente preponderante, gradativamente se esvai, cedendo espaço para uma manifestação mais acentuada da barbárie. Este fenômeno torna-se particularmente evidente na fase tardia do capitalismo, caracterizada pela submissão total do sistema ao capital, culminando em uma curva decadente e a emergência de uma crise estrutural. É nesta etapa que a natureza intrinsecamente bárbara do capitalismo se revela em sua plenitude, marcando o seu estágio atual.

Para dar visibilidade a alguns dos argumentos apresentados até aqui – que denotam a expressão da barbárie ressaltada por Paulo Netto (2010) –, e antes que possamos aprofundá-los nas páginas seguintes deste capítulo, buscando os seus elementos estruturais, faremos uma breve exposição de dados empíricos contemporâneos que nos indicam a encruzilhada histórica a que estamos submetidos. Se nos ativermos à desigualdade social, é importante indicarmos um relatório da OXFAM Brasil³² elaborado em 2020, por disponibilizar números que falam por si: “os 2.153 bilionários do mundo têm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas (60% da população mundial)”; “os 22 homens mais ricos do mundo têm mais riqueza do que todas as mulheres da África” (Oxfam Brasil, 2020, n. p.).

No que tange à desigualdade em nosso país, em um outro texto, intitulado “A distância que nos une” (2017), a OXFAM Brasil salientou que os seis brasileiros mais ricos possuem uma riqueza equivalente a 100 milhões de conterrâneos. Ademais, “o 1% mais rico da população brasileira recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional; os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%” (OXFAM Brasil, 2017, n. p.).

³² A OXFAM Brasil — nome originado da sigla, em inglês, para “Comitê de Oxford para Alívio da Fome” — é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, criada em 2014. Ela atua em quatro áreas temáticas: Justiça Rural e Desenvolvimento, Justiça Social e Econômica, Justiça Racial e de Gênero e Justiça Climática e Amazônia. Entre as suas estratégias, encontra-se o trabalho em parceria e aliança com outras organizações e setores da sociedade civil, o engajamento público, a realização de campanhas e a incidência nos setores público e privado.

Quanto aos conflitos armados, só no ano de 2022, 91 países estiveram envolvidos em algum tipo de combate (Chade, 2023; Instituto para Economia e Paz, 2022)³³. Considerando que a Organização das Nações Unidas – ONU é constituída por 193 países-membros, estamos falando de 47% das nações do globo vinculadas a conflitos, situação que afeta de maneira direta, aproximadamente, dois bilhões de seres humanos, ou seja, 1/4 da humanidade. Já para manutenção econômica dessa indústria da guerra, foram destinados ao setor US\$ 2,2 trilhões apenas em 2023 (Chade, 2023).

No que diz respeito ao mundo do trabalho, um estudo da Organização Internacional do Trabalho – OIT intitulado “World Employment and Social Outlook: Trends 2020 – WESO” (ILO, 2020) ressaltou que a falta de um trabalho digno, aliada ao desemprego e às desigualdades, “[...] está tornando cada vez mais difícil para as pessoas construir uma vida melhor graças ao seu trabalho” (Insuficiência, 2020, n. p.). O documento igualmente evidenciou que a discrepância entre a oferta e a procura de emprego transborda os limites do desemprego tradicional, culminando em uma subutilização mais abrangente da força de trabalho.

Dessa forma, a situação de inadequação não se restringe aos 188 milhões de indivíduos desempregados em escala global; estende-se, também, aos 165 milhões de pessoas que trabalham menos horas remuneradas do que poderiam e aos 120 milhões que, por diversos fatores, abandonaram a busca ativa por emprego ou encontram-se marginalizados do mercado de trabalho. Em suma, o problema afeta mais de 470 milhões de pessoas ao redor do mundo, o que revela uma contradição aguda do atual contexto socioeconômico, visto que a força de trabalho mundial, hoje, aproxima-se de três bilhões de seres humanos (ILO, 2020; Insuficiência, 2020).

De mais a mais, em âmbito global, entre 2004 e 2017, observou-se uma redução importante na proporção das rendas nacionais destinadas à força de trabalho, de 54% para 51%, quando considerados os demais elementos de produção. Essa diminuição da quota parte destinada à classe trabalhadora da riqueza socialmente produzida manifesta-se de forma mais acentuada em regiões como Europa, Ásia Central e Américas. Tal tendência, conforme ilustrado no referido relatório, indica uma mudança significativa na distribuição da renda e reflete implicações profundas para a própria estrutura econômica internacional (ILO, 2020; Insuficiência, 2020).

³³ Os relatórios do Instituto para Economia e Paz encontram-se disponíveis neste endereço: <https://www.economicsandpeace.org/reports/>.

Ademais, segundo o mesmo documento, a situação de pobreza entre a classe trabalhadora, em sua forma moderada ou extrema, deve se intensificar nos países em desenvolvimento. Como referência, vale ressaltar que, nos dias de hoje, a pobreza entre os trabalhadores — categorizada por uma renda inferior a US\$ 3,20 por dia ajustada pela paridade do poder de compra — impacta mais de 630 milhões de pessoas, o que corresponde a, aproximadamente, 20% da força de trabalho mundial (ILO, 2020; Insuficiência, 2020).

Pois bem, quanto à financeirização, Behring, em seu texto “Crise do capital, fundo público e valor” (2010), destaca uma predominância de capitais, particularmente os fictícios, capaz de nos apontar pistas indispensáveis ao entendimento da fase contemporânea do capitalismo. Segundo a autora, as análises econômicas atuais estimam um Produto Interno Bruto (PIB) mundial entre 55 e 60 trilhões de dólares, que contrasta com um volume estimado de capitais fictícios que pode ascender a 550 trilhões de dólares. Logo, há uma razão de, aproximadamente, 1/10 quando relacionamos aqueles recursos que possuem lastro material e aqueles que não o têm.

Esse cenário revela uma dimensão importante da crise estrutural vigente do modo de produção em comento, qual seja, a superabundância e a superacumulação de capitais, em que volumes expressivos desse elemento de produção não encontram mais vias efetivas de valorização. Além disso, a procura incessante por valorização, única maneira de manter a higidez do sistema, leva à sua incursão em domínios previamente menos transacionados, como educação, saúde e previdência, que foram “fortemente mercantilizados nos últimos anos” (Behring, 2010, p. 28).

Informações como essa sinalizam o esgotamento civilizatório do modo de produção atual. Afinal, cada vez mais, suas relações sociais de produção (e as contradições a elas imanentes) se transformam em entrave ao desenvolvimento das forças produtivas (Marx, 2013b, p. 832). Estão postas, como consequência, as condições objetivas para a superação da sociabilidade vigente (Marx, 2008, p. 47). Não obstante, uma ruptura de tamanha envergadura exigiria, de igual maneira, individualidades, sujeitos coletivos e classes sociais preparadas para tanto. Concebendo o par relacional subjetividade/objetividade, podemos afirmar, sem receio de falsas generalizações, que estão presentes as condições objetivas para que ocorram profundas transformações estruturais da sociedade (como a revolução do modo de produção), porém essa realidade não se faz presente no outro polo do par, o da subjetividade.

Partindo dessa realidade, a seguir, em linhas gerais, analisaremos o impacto das mudanças econômicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas das últimas décadas do capitalismo, atendo-nos, de maneira especial, às suas repercussões naquelas forças sociais que poderiam capitanear um processo de superação dessa sociabilidade. Destarte, demonstraremos como tais modificações infirmaram as possibilidades de ruptura, legando-nos um momento trágico, de profunda crise, em que o velho sistema agoniza, porém o novo tarda em superá-lo (Gramsci, 2017, p. 605).

2.1 Imperialismo e capitalismo tardio: impactos econômicos, sociais, culturais, políticos e ideológicos

Antes de analisarmos de maneira pormenorizada as últimas décadas capitalistas — aquelas que nos deixaram a agudização das contradições citadas no primeiro tópico deste capítulo —, é importante fazermos duas ponderações. A primeira diz respeito a um suposto que nos orienta: desde o final do século XIX, esse modo de produção encontra-se em seu estágio superior, o **imperialismo** (Lênin, 2012). A segunda ressalta que, após o fim do período ascendente do pós-Segunda Guerra Mundial, o capitalismo mundial entrou em um novo estágio, trazendo consigo significativas mudanças econômicas, políticas, ideológicas e sociais. A essa nova etapa, o economista marxista belga Ernest Mandel (1923-1995) nomeou de **capitalismo tardio** (1982).

Ora, sobre o imperialismo, Lênin, em seu clássico texto intitulado “Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo” (2012), escrito em 1916, ao analisar os motivos que levaram à Primeira Guerra Mundial, apontou alguns elementos presentes naquela particularidade histórica capitalista indispensáveis ao seu correto entendimento, bem como à compreensão das disputas bélicas consequentes (e ao seu futuro como um todo). Em uma apertada síntese, poderíamos resumi-los da seguinte maneira: (I) fim do capitalismo concorrencial da primeira metade do século XIX, substituído, doravante, por monopólios que concentram capital em diversos ramos da economia e centralizam as decisões sobre o seu destino; (II) fusão entre o capital bancário e o capital industrial, dando origem ao capital financeiro (monopolista) e à oligarquia financeira internacional; (III) separação entre a propriedade e a gerência do capital, acarretando a constituição, por exemplo, de sociedades anônimas; (IV) superação da centralidade, na divisão internacional do trabalho, da exportação de bens, substituída, daquele momento em

diante, pela hegemonia da etapa de exportação de capitais, o que ampliaria ainda mais a desigualdade entre os países; (V) constante luta entre os países imperialistas em busca de novos mercados e novas zonas de influências econômicas e sociais (Fontes, 2010; Lênin, 2012).

Quanto ao capitalismo tardio, segundo Mandel (1982), trata-se de uma evolução do capitalismo monopolista que traz em seu bojo, desde o último quartel do século passado: (I) alterações profundas na função social desempenhada pelo Estado; (II) mudanças nos regimes de acumulação³⁴; (III) constantes saltos tecnológicos que apontam para o aumento da produtividade; (IV) ampliação do mercado mundial; (V) avanço das empresas multinacionais; além de um conjunto de elementos sociais e ideológicos que dão sustentação a eles.

Feitas essas ressalvas, adensem a análise do capitalismo contemporâneo, sempre tendo como pano de fundo tais macrorreflexões. Pois bem, após a Segunda Guerra Mundial, observou-se uma expansão significativa do capitalismo, particularmente nas nações europeias e nos Estados Unidos da América - EUA. Este fenômeno, categorizado por Eric Hobsbawm (1995) como a “idade de ouro” do sistema capitalista, representou uma era de crescimento econômico e desenvolvimento industrial³⁵. Contudo, segundo Ernest Mandel (1982), o período de prosperidade começou a demonstrar sinais de esgotamento no último quarto do século XX.

Essa debilidade se expressou, a título de exemplo, na diminuição da taxa média de lucro do capital – diga-se de passagem, uma característica inerente à reprodução de um sistema marcado pela anarquia produtiva, pela tendência à superprodução (como discutido por Marx em 2013b) e pela excessiva capitalização (conforme abordado por Mandel em 1982) – e na conseqüente ampliação das crises periódicas que, apesar de inatas ao capitalismo (Mandel, 1982), se intensificaram naquele momento. Por seu turno, a conjuntura em análise também foi marcada pelo avanço da organização e das conquistas

³⁴ Os regimes de acumulação referem-se às formas específicas pelas quais as economias capitalistas organizam a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços ao longo do tempo. Esses regimes são moldados por relações de classe, processos de produção e leis de mercado, sendo influenciados pelas mudanças tecnológicas, políticas e sociais, na medida em que se busca a manutenção do processo de valorização do capital.

³⁵ “Durante os anos 50, sobretudo nos países ‘desenvolvidos’ cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o slogan “Você nunca esteve tão bem”, uma afirmação sem dúvida correta.” (Hobsbawm, 1995, p. 426).

da classe trabalhadora, a partir de seus sujeitos coletivos, especialmente no centro do capitalismo.

Ora, essa realidade exigia uma resposta do capital. E ela ocorreu, tendo sido liderada por figuras políticas proeminentes como Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA. Ambos, ao adotarem uma postura ofensiva no campo da política econômica, intensificando os seus princípios liberais, sinalizaram ao mundo uma nova etapa. Ancorada, daquele momento em diante, em um distinto regime de acumulação.

Esse estágio nascente exigiria profundas reestruturações sistêmicas. É no bojo dessa dinâmica que o neoliberalismo se torna hegemônico. Afinal, era indispensável ao capital monopolista em crise realizar uma completa reestruturação global buscando conter, de maneira mínima, as suas imanentes contradições. Por essa via, surgia um padrão de crescimento, funcionando por meio de ondas recessivas cada vez mais frequentes, que não apenas desgastava as fundações de todas as estruturas sociopolíticas previamente existentes, mas também intensificava as contradições inerentes à dinâmica do capital — fato particularmente evidente nos aspectos relacionados à tendência de diminuição da taxa média de lucro e ao fenômeno da “superacumulação” (Paulo Netto, 1996, p. 90).

Vejam, aproveitando o ensejo da citação das “ondas longas de recessão”, é importante indicar que, para Mandel (1982), o esgotamento que levará às mudanças estruturais que consolidarão o capitalismo tardio se expressará de diferentes maneiras a partir do início da fase descendente da quarta onda de acumulação. Expliquemos melhor: segundo o economista belga (Mandel, 1982, p. 83-84), de forma panorâmica e geral, a história do capitalismo internacional pode ser descrita, até o presente momento, como uma sucessão de quatro períodos longos (ondas) de acumulação de capital, com durações aproximadas de 50 anos.

Essas ondas, por sua parte, foram (e são) compostas tanto de uma fase ascendente de produção de valor e mais-valor, quanto de uma etapa descendente. Elas são permeadas, de mais a mais, ao longo de toda a sua existência, por contínuas crises cíclicas, seja na fase ascendente (crises curtas e menos intensas), seja na descendente (crises intensas e permanentes). O elemento que impulsiona a reprodução ora descrita é a constante busca por inovação tecnológica. Afinal, é o referido aperfeiçoamento quem permite a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção e, de maneira

consequente, amplia as margens de lucro do capital mais produtivo, quando este se encontra em concorrência com o menos produtivo.

Seguindo pistas empíricas e considerando os supostos retromencionados, Mandel (1982, p. 83-84) descreveu da seguinte forma o evoluir do capitalismo internacional, com base em suas longas ondas (compostas de períodos ascendentes e descendentes): **(I)** etapa decorrente da difusão da **máquina a vapor de fabricação artesanal ou manufatureira** (Revolução Industrial), entre o fim do século XVIII e a crise de 1847; **(II)** período que se estende da crise de 1847 até o início da década de 90 do século XIX, vinculado à generalização da **máquina a vapor de fabricação mecânica** (primeira Revolução Tecnológica); **(III)** fase que se explicita entre a década retromencionada e a Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela utilização de **motores elétricos e à combustão** (segunda Revolução Tecnológica); **(IV)** longo período iniciado em 1940, nos EUA, e em 1945/48, em outros países imperialistas, atrelado ao controle das **máquinas industriais por meio eletrônico** (terceira Revolução Tecnológica) — associado, igualmente, ao domínio da energia atômica.

Bem, procurando conter os impactos desse momento descendente da quarta onda, o capital monopolista tentou recompor as suas taxas médias de lucro com políticas neoliberais, capitaneadas por representantes políticos da burguesia imperialista como os citados anteriormente, que propunham, entre outras coisas: **(I)** a flexibilização das relações trabalhistas; **(II)** a desregulamentação das negociações comerciais e dos circuitos financeiros; **(III)** a privatização do patrimônio estatal. Essas políticas, entre outras consequências, ampliaram a hegemonia do capital financeiro. Desregulamentado, a pouco e pouco, esse capital incrementou os próprios mecanismos de valorização, tanto por meios lícitos quanto ilícitos, descolando-os em grande medida da própria produção material da riqueza social.

Para Harvey (2004, p. 123), por exemplo, a “financeirização” acima citada manifestou-se prioritariamente pela via especulativa e predatória. Este fenômeno incluiu a valorização fraudulenta de ações, a criação de esquemas de enriquecimento rápido, a destruição intencional de ativos via inflacionária, a erosão de ativos por meio de processos de fusões e aquisições, além da promoção de níveis de endividamento que subjugarão populações inteiras - inclusive em nações capitalistas desenvolvidas - à condição de prisioneiros da dívida. Isso sem mencionar as práticas de fraude corporativa e de desvio de fundos, consequências das manipulações no mercado de crédito e de ações, as quais se constituem como aspectos centrais da atual faceta do capitalismo.

Essa foi a moldura que enquadrou a liberalização e a desregulamentação dos mercados financeiros. Tal tendência envolveu, de igual maneira, uma onda de “inovações” iniciada nos anos 70 do século XX, marcada pela criação e expansão de **instrumentos financeiros**, os quais, em sua maioria, constituíam títulos de crédito que antecipavam a apropriação de valores ainda não produzidos — inclui-se aqui o notório “mercado de derivativos” (Carcanholo, 2011, p. 75). Há que se ressalta que este movimento se consolidou como uma das estratégias do capitalismo para gerar novas oportunidades de valorização para um volume de capital excessivamente acumulado, ou seja, produzido para além da capacidade de sustentação de suas taxas de lucro.

Bem, os últimos parágrafos nos dão a oportunidade de realizar uma breve digressão, buscando evitar uma possível incompreensão do leitor. Afinal, ele poderia nos fazer o seguinte questionamento: a diminuição da taxa média de lucro e a superacumulação de capital não seriam dimensões excludentes? Respondemos-lhe que não, pois, apesar de possuírem origens distintas, ambas se retroalimentam. Explicuemo-nos: se, na aparência, os dois elementos parecem incompatíveis e incongruentes, caso analisemos a essência da reprodução sistêmica, perceberemos que eles se completam.

Vejam, inicialmente, é importante indicar que as duas vertentes citadas são regidas por leis econômicas diferentes, apesar de interconectadas. Por um lado, a redução da taxa média de lucro está intrinsecamente ligada à ampliação da composição orgânica do capital. Ao longo da tese, demonstraremos essa tendência de uma maneira mais aprofundada, por ora nos importa ressaltar que, tal dinâmica assenta-se no aumento progressivo, no “chão da fábrica”, da proporção de capital investido em maquinário, tecnologia e matérias-primas (capital constante) em relação ao capital investido em mão de obra (capital variável) - consequência da busca sistêmica por ampliação de produtividade.

Por outro lado, a superacumulação de capital é um processo que finca raízes, entre outros fatores: (I) na emergência histórica dos monopólios e oligopólios, típica do capitalismo em seu estágio imperialista; (II) na privatização ascendente dos ativos públicos; (III) na superexploração da força de trabalho das regiões periféricas do sistema; (IV) na própria fuga da materialidade (e da contradição supracitada de redução da taxa média de lucro na unidade produtiva) encontrada pelo modo de produção que leva à financeirização. Estes elementos, por sua vez, contribuem para a concentração de capital, gerando um acúmulo que supera a sua capacidade de reprodução ampliada.

Resumindo: enquanto a diminuição da taxa de lucro é um reflexo das mudanças na composição do capital, a superacumulação é impulsionada por uma série de tendências sistêmicas que levam à concentração de capital. Esses dois aspectos, embora pareçam contraditórios à primeira vista, são, na verdade, expressões complementares das complexas dinâmicas do imperialismo, em seu estágio tardio.

Retornando desses parênteses, é importante sublinharmos que, em associação à política de desregulamentação do mercado financeiro e em nome da redução da participação do capital na reprodução da força de trabalho, os donos dos meios de produção, protegidos por políticas que permitiam a livre circulação de capital e de mercadorias, também puseram em prática a desterritorialização e a descentralização das unidades produtivas (fábricas difusas), construindo-as em localidades em que as relações trabalhistas permitiam maior nível de exploração, o que levou à constituição de grandes redes supranacionais.

Seguindo tais pistas, Paulo Netto (1996, p. 91) indica o vínculo intrínseco existente entre a **globalização econômica**, a "**financeirização**" (conforme indicado por Harvey em 1993 e Mattoso em 1995) e a **integração supranacional das unidades de produção**. Para a consecução desta integração, por sua vez, exigiu-se uma ampla desregulamentação da economia mundial. Assim, em uma perspectiva macroscópica, observou-se uma ascendente busca pela "flexibilização" por parte do grande capital, submetendo os Estados nacionais ao seu interesse e levando a um aumento das atividades financeiras, tanto em decorrência da superacumulação quanto da especulação desenfreada. De maneira paralela, a produção em diversos setores tornou-se segmentada, horizontal e descentralizada, exemplificada pela "fábrica difusa". Tal conformação facilita a "mobilidade" ou a "desterritorialização" dos centros produtivos. Daquele momento em diante, interligados em redes supranacionais sujeitas a rápidas transformações.

Associada a essa dinâmica, a evolução tecnológica, impulsionada pelo progresso dos equipamentos eletrônicos, também gerou um aumento da mão de obra excedente. Afinal, um único trabalhador passou a operar várias máquinas (trabalho morto/objetivado) que, por sua vez, substituem o trabalho vivo (Marx, 2013b) de outrora. Essa situação contribuiu para o surgimento de elevadas taxas de desemprego e de uma intensa competição pela própria sobrevivência no interior da classe trabalhadora.

Segundo Antunes (1999), essa classe abarca a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho como única possibilidade de reprodução da vida, apesar da

necessária predominância (polo mais ativo) dos trabalhadores produtivos, em decorrência da função primordial que cumprem na reprodução sistêmica. “Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado” (Antunes, 1999, p. 8). E parte significativa dela encontra-se, como já destacamos, na informalidade ou submetida a precárias relações terceirizadas (Antunes, 2018) ou, até mesmo, quarteirizadas.

Seguindo essa tendência, no âmbito específico do proletariado, ou seja, daquela classe que cumpre a função de transformar materialmente a realidade, ampliou-se a “subproletarização”. Este processo, ao mesmo tempo que reduziu a quantidade de trabalhadores estáveis, intensificou a exploração a partir do aumento do número de empregados em condições precárias, com vínculos parciais, temporários, flexíveis e terceirizados. Segundo diversos autores, incluindo Antunes em seu trabalho de 1996, essa situação representa 40% ou, em alguns casos, até 50% da força de trabalho em vários países desenvolvidos.

Sadi Dal Rosso, em seu texto “O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor” (2017), salienta que, mesmo em uma economia central do capitalismo, como a estadunidense, o percentual da classe trabalhadora vinculada às jornadas parciais atingiu, em 2009, 1/5 da força de trabalho: na “grande recessão atual, a participação de pessoas empregadas que labutavam em jornadas parciais era de 17% em 2007 e ascendeu para 20% em 2009, aí permanecendo, uma vez que o horizonte não apresenta luz ao fim do túnel da crise” (Dal Rosso, 2017, p. 159).

Percebe-se, pois, um aumento exponencial da força de trabalho excedente, considerada a própria necessidade do capital de reproduzir-se de maneira ampliada. Destarte, na fase avançada do capitalismo, que evolui para um sistema de acumulação mais flexível, ocorre uma transformação profunda do mercado de trabalho. Isso inclui mudanças na dinâmica entre os indivíduos empregados e desempregados, bem como na introdução de novas formas de “contratação” (Paulo Netto, 1996, p. 92), caracterizadas por maior flexibilidade e precarização.

De mais a mais, as jornadas de trabalho prolongadas voltaram a acontecer no ambiente fabril, particularmente em regiões onde os direitos dos trabalhadores são mais vulneráveis e a organização sindical é mais fraca. A título de exemplo, a obra intitulada “Duração do trabalho em todo o mundo: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada” (2009), da lavra de Sangheon Lee, Deirdre McCann e Jon C. Messenger, pesquisadores vinculados à OIT, constatou que “em torno

de um de cada cinco trabalhadores (ou 22%) estejam trabalhando mais de 48 horas por semana” (Lee; McCann; Messenger, 2009, p. 64).

Bem, como corolário da reestruturação das relações sociais de produção e da nova divisão sociotécnica do trabalho, a própria consciência da classe trabalhadora se transformou, dificultando, em contrapartida, o surgimento de movimentos amplos e unificados. Sob pressão desse contexto, a década de 1980 evidenciou uma profunda crise do movimento operário, tanto em decorrência de uma transformação significativa da identidade da classe quanto em função do declínio de suas instituições representativas. Segundo Antunes (1996, p. 79), aquela quadra histórica caracterizou-se por crises notáveis tanto dos sindicatos, visíveis atualmente em uma escala global, quanto dos partidos políticos, particularmente os de esquerda, que possuem laços estreitos com as “classes trabalhadoras”.

Nos termos de Paulo Netto (1996), socialmente, nessa época observou-se uma transformação significativa na estrutura das classes, com mudanças radicais tanto no aspecto econômico e objetivo de sua produção e reprodução, quanto no aspecto ideológico e subjetivo do reconhecimento de uma identidade, o que gera consequências para a própria “prática social” (p. 93).

Cria-se, por essa via, um ambiente psicossocial profundamente alienado e reificado, aparentemente descolado da teleologia humana, que infirma a possibilidade de descoberta, por parte da classe trabalhadora, dos seus reais interesses. As lutas tornam-se cada vez mais atomizadas, a partir de uma ideologia do indivíduo que faz a si próprio. Revela-se um contexto capaz de fazer com que, por exemplo, entregadores de comida por aplicativo — que trabalham até 65 horas por semana (Barros, 2021) e dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver — autodenominem-se “empreendedores”, apesar de não possuírem meios de produção.

Uma pequena ressalva antes de prosseguirmos com essa singela análise: sob tais circunstâncias, apenas a luta organizada e o conhecimento verídico sobre a realidade permitirão à classe proletária alcançar uma síntese superior, ou seja, a sua dimensão de classe para-si (Paulo Netto, 2006, p. 33). Portanto, são a vida material, as suas contradições e o conhecimento real da dinâmica social (que surge do próprio entendimento dessas contradições) que permitirão a explicitação dessa consciência. Lembremo-nos, assim:

[...] **como não se julga o que o indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo**, da mesma maneira **não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência**; ao contrário, é preciso **explicar essa consciência a partir das contradições da vida material**, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (Marx, 2008, p. 48, grifo nosso).

A metamorfose produtiva a que estamos fazendo menção, voltada à acumulação flexível, assentou-se, igualmente, em uma determinada organização social do trabalho que combinou técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional com a introdução de uma regência eletrônica, por computadores, do processo produtivo (Antunes, 1999, p. 3). Consolidavam-se, por essa via, no último quartel da centúria passada, as empresas “sem desperdícios” de processos e tempos, tendo como símbolo o modelo toyotista³⁶ — processo de trabalho (e de valorização) que superou a concepção taylorista-fordista³⁷, hegemônica na primeira metade do século XX.

Antunes cunhou a expressão "Liofilização Organizacional" para descrever a transformação das corporações no capitalismo avançado. Mudança caracterizada pela constituição de empresas mais “enxutas”, tendendo à redução de empregados em cargos não produtivos e ao aumento da intensidade de trabalho dos trabalhadores produtivos. Uma “racionalização do processo produtivo, dotado de forte disciplinamento da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivo” (Antunes, 1999, p. 5).

Um elemento característico dessa nova abordagem de organização produtiva é o engajamento dos empregados com a cultura e os valores da empresa. Esse processo envolve a absorção contínua da individualidade do trabalhador, agora chamado de "colaborador", de tal sorte que ele passe a ver a organização como um lar secundário. Dentro desse fluxo, são criadas estratégias para aumentar a produtividade, como o

³⁶ “Quando o engenheiro Taiichi Ohno começou a implantar inovações na organização do trabalho e na gestão da produção na Toyota, nos anos 1950, talvez não imaginasse que obteria tanto sucesso e notoriedade com o sistema que, apesar de levar o nome de sua fábrica (Toyotismo), acabou se estendendo de forma modelar para um sem-número de indústrias e outros setores econômicos. Com o desenvolvimento e ampliação desse tipo de processo produtivo termos como *just in time* (JIT), *kan-ban*, Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), entre outros, passaram a integrar e alterar a vida e o vocabulário corrente de milhões de pessoas ao redor do mundo” (Santana; Ramalho, 2010, p. 20).

³⁷ O modelo de administração conhecido como taylorismo foi criado pelo engenheiro dos Estados Unidos, Frederick Taylor (1856–1915). Por outro lado, o fordismo, um sistema desenvolvido por Henry Ford (1863–1947), se concentrou na fabricação em larga escala de automóveis, empregando uma linha de montagem que integrava conceitos propostos por Taylor.

"sindicalismo de envolvimento" (Antunes, 1996), exemplificado pelo monitoramento mútuo entre os trabalhadores e observável em iniciativas como os "Ciclos de Controle de Qualidade"

Eles trabalham num coletivo, em times ou células de produção e, se um/a companheiro/a não comparece ao trabalho, é “cobrado/a” pelos próprios membros que formam sua equipe. É assim, por exemplo, no ideário do toyotismo. **As resistências, as rebeldias, as recusas são completamente rechaçadas pelos gestores como atitudes contrárias** “ao bom desempenho da empresa” (Antunes, 2018, p. 128, grifo nosso).

Além disso, já nas primeiras décadas do século XXI, começamos a vislumbrar uma síntese superior desse processo, a constituição da chamada “Indústria 4.0” (Antunes, 2020b), decorrente de uma iminente quarta Revolução Industrial, caracterizada pela integração de tecnologias avançadas, como a automação, a Internet das Coisas (IoT), a inteligência artificial e os sistemas ciberfísicos. Trata-se, pois, de uma era em que a automação, o uso intensivo de dados e a interconexão das máquinas impactarão não só a produção, como, também, as próprias relações de trabalho. Vejam o que Antunes nos diz:

Em pleno século XXI, **com algoritmos, inteligência artificial, internet das coisas, big data, Indústria 4.0, 5G e tudo mais que temos deste arsenal informacional**, enquanto as burguesias proprietárias e seus altos gestores acumulam enormidades incalculáveis de dinheiro e riqueza, **há centenas de milhões que exercem modalidades de trabalho típicas de uma era de servidão** (Antunes, 2020a, p. 28, grifo nosso).

Outrossim, o que o avanço de empresas como Uber, Airbnb, Amazon e Facebook (que atuam como intermediárias entre consumidores e fornecedores de produtos ou serviços) nos demonstra é que o outro trecho da atual bifurcação produtiva decorrente do desenvolvimento das forças produtivas e da desfavorável correlação de forças quando considerados os interesses da classe trabalhadora em relação aos interesses do capital tende a consolidar, de igual maneira, um “capitalismo de plataforma” (Antunes, 2020a, 2020b) — termo usado para descrever uma nova etapa de acumulação do capitalismo baseada em plataformas digitais, comandadas por grandes corporações globais, que facilitam interações econômicas e sociais, por meio da superexploração da força de trabalho.

Ressoa nessa fotografia nefasta do labor, uma das principais invenções “modernas” (ou “pós-modernas”?) do capital: **os trabalhos uberizados, nos quais o capital pode se utilizar quase ilimitadamente da força de trabalho.** Foi por isso que sugeri recentemente a hipótese de que o capitalismo de plataforma, aquele impulsionado e comandado pelas grandes corporações globais, **tem algo que se assemelha à protoforma do capitalismo** (Antunes, 2020a, p. 28, grifo nosso).

Por esse motivo, frequentemente, associa-se o capitalismo de plataforma a uma economia “compartilhada”, matizada por relações de trabalho precarizadas (*gig economy*, economia “alternativa”). Por essa via, bens e serviços são partilhados, alugados ou fruídos pelos usuários, com a mediação, via de regra, de trabalhadores sem o mínimo de proteção trabalhista e social. Ademais, os algoritmos que gerenciam tais plataformas coletam uma grande quantidade de dados dos usuários, seja para “personalizar as experiências” (e manipulá-los posteriormente), seja para vendê-los a terceiros. Explora-se, pois, tanto o trabalhador quanto o “consumidor”. O corolário desse regime inclina-se à ampliação da concentração de capital e da centralização do poder nas mãos de poucas empresas multinacionais, tornando ainda mais aguda a contradição que leva à constituição de monopólios e oligopólios. Segundo Antunes (2020a, p. 27, grifo nosso):

[...] **em plena era do capitalismo de plataforma**, plasmado por relações sociais presentes no sistema de metabolismo antissocial do capital, ampliam-se globalmente **formas pretéritas de exploração do trabalho, que remetem aos primórdios da Revolução Industrial.** O que significa dizer que, em pleno século XXI, **estamos vivenciando a recuperação de sistemáticas do trabalho que foram utilizadas durante o que podemos denominar protoforma do capitalismo**, isto é, os primórdios do capitalismo. Podemos indicar, como expressão do que estamos argumentando, **as jornadas diárias frequentemente superiores a oito, dez, doze, catorze horas; remuneração salarial rebaixada**, em contraposição ao **aumento e intensificação do trabalho** (traço que vem se agudizando na pandemia); **crescimento de um contingente sem acesso a qualquer direito social e do trabalho** [...].

Aproveitando a oportunidade, falemos um pouco sobre as dinâmicas de concentração de capital e de centralização de poder típicas do capitalismo em seu estágio imperialista e tardio (Fontes, 2012; Lênin, 2012; Mandel, 1982). Este processo pode ser constatado, a título de exemplo, a partir da intensidade com que as grandes corporações internacionais estão, cada vez mais, fazendo com que os Estados nacionais se alinhem aos seus interesses. Vejam, o dado empírico apresentado por Borón em 2002 nos dá pistas sobre as raízes dessa dinâmica, a saber: apenas duzentas megacorporações, 96% das quais

sediadas em oito países, possuem um volume total de vendas que excede o Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países do mundo, à exceção dos oito maiores.

Mais um modelo desse funcionamento pode ser verificado no texto de Corona e Fariza (2020), segundo o qual, em agosto de 2020, a empresa Apple alcançou, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (EUA), o valor de mercado de dois trilhões de dólares. Para se ter noção da grandiosidade desse montante, ao alcançar essa marca, a referida corporação superou o PIB da nona economia do mundo, o Brasil, que registrou em 2019 um PIB de 1,8 trilhão de dólares. Logo, na medida em que o poder econômico se transforma em poder político (que retroalimenta o primeiro, diga-se de passagem), essas multinacionais e a oligarquia financeira internacional que detém suas ações passam a definir as políticas econômicas que serão impostas globalmente. Espaços como o Fórum Econômico Mundial³⁸, por seu turno, cumprem a função de facilitar essa articulação.

Nessa direção, para Paulo Netto (1996), pode-se afirmar com certa segurança que, apesar de mudanças e distinções internas (que incluem novos conflitos e formas de acesso a seus círculos, exemplificado pelo caso de Bill Gates), os representantes do grande capital formam, cada vez mais, uma oligarquia financeira global, detentora de um complexo tipo de articulação política capaz de lhes garantir uma profunda influência no âmbito “político-econômico” (p. 95).

Seguindo as pistas da concentração e da centralização do capital, Versignassi e Barros (2023) constataram que, atualmente, os grandes fundos de investimentos – aqueles que possuem as ações das grandes corporações e que dominam o mercado financeiro internacional, assim como o *Vanguard Group*, a *Blackrock*, a *Berkshire Hathaway*, a *State Street Corporation* e o *Fidelity* – administram quase US\$ 30 trilhões em ativos. Nesse mesmo estudo, os autores também indicaram que outros US\$ 5 trilhões são geridos apenas pelos cinco principais fundos soberanos do mundo. Esses dados os levaram a concluir que são os gigantes financeiros os reais detentores do poder decisório de “boa parte das grandes companhias” (Versignassi; Barros, 2023, n. p.). Indicando-nos, por seu turno, a existência da concentração e da centralização retro mencionadas.

Vencida a investigação econômica, sigamos com a nossa análise do capitalismo tardio, identificando, doravante, outros impactos no âmbito social, cultural e ideológico.

³⁸ O Fórum Econômico Mundial, mais conhecido como Fórum de Davos devido à cidade suíça onde é anualmente realizado, é uma conferência que reúne a burguesia financeira monopolista e os principais representantes políticos internacionais objetivando debater (e definir) as políticas econômicas internacionais. Fundado em 1971 com o nome de *European Symposium of Management*, por Klaus Schwab, engenheiro e economista alemão, desde 1987 passou a ter a designação supracitada.

Bem, como desenlace desse amplo conjunto de elementos econômicos e na linha da descoberta lukacsiana da tendência de afastamento das barreiras naturais no âmbito do ser social, a pouco e pouco, as formações concretas se tornaram cada vez mais urbanas, visto que tal característica facilita a produção e a circulação das mercadorias, encurtando os ciclos de realização do capital. Consequentemente, o campesinato foi reduzido a taxas residuais (Hobsbawn, 1995, p. 284), seja em decorrência da urbanização, seja em função de uma agroindústria cada vez mais mecanizada.

Além disso, é importante indicar que, no capitalismo tardio, as relações sociais de produção hegemônicas pelo capital (e a sua contraface, o trabalho abstrato/assalariado/precarizado) se espalharam por todos os poros do tecido social, alcançando inclusive o setor de serviços. Nessa linha, a vida humana (individuação e socialização) reduz-se cada vez mais a uma grande coleção de mercadorias (Marx, 2013b, p. 113). Urbanização e mercantilização da vida tornam-se mutuamente determinantes, sob a égide do novo regime de acumulação.

Ademais, se nos ativermos à esfera da cultura, constataremos que, nessa etapa do capitalismo, a nova indústria do entretenimento passou a ditar os padrões de comportamento, tendo como suporte o desenvolvimento dos meios eletrônicos (televisão, vídeo, celular, multimídias etc.), originários da terceira Revolução Tecnológica citada por Mandel (1982, p. 84). E como não poderia deixar de ser, levando em consideração as análises estruturais que fizemos até aqui, a lógica do capital também se apropriou desse complexo (Húngaro, 2008).

Nesse sentido, Paulo Netto (2010) nos lembra que dois conjuntos de vetores, um de natureza econômico-política e outro de caráter técnico, direcionaram tal dinâmica. O primeiro envolveu a expansão da lógica capitalista para abranger todos os aspectos do espaço cultural, incluindo a criação, produção, divulgação e consumo. O segundo diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas que permitiram o compartilhamento de formas culturais cada vez mais socializáveis.

Como um componente crucial e vital para a continuidade desse socio-metabolismo, a "cultura do consumismo" se espalhou, exigindo a criação de necessidades e desejos e, em última análise, dos próprios consumidores. Em que pese a seguinte ressalva: se o consumo é um dado ontológico da reprodução social, o consumismo é um elemento histórico, conjuntural e típico de um modo de produção anárquico, portanto tendente à superprodução e às consequentes crises. Neste contexto, sob o pretexto da movimentação de mercadorias, tudo pode ser comercializado, desde as ideias até os itens

materiais. É dessa realidade produtiva e reprodutiva da vida que surge o consumismo, mesmo que parte significativa da humanidade não possa concretizá-lo, por não possuir os meios econômicos para tal.

Esse conjunto de transformações socioculturais, que ocorreu prioritariamente nas Américas, na Europa do Oeste e nas antigas colônias de povoamento das nações centrais do capitalismo, foi coetâneo à crise do socialismo real do bloco comunista. De mais a mais, a reestruturação produtiva a que fizemos menção enfraqueceu, como já ressaltamos, os sindicatos. Ambos os elementos, crise do socialismo real e enfraquecimento dos sindicatos, emascularam as lutas universais e abrangentes, restringindo-as, a pouco e pouco, aos movimentos sociais particularistas (Frederico, 2016).

Nesse contexto, gradativamente, a existência passou a ser “apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário” (Paulo Netto, 2010, p. 14). Essa dinâmica levou à hipertrofia do singular, deslocando-o de maneira mistificada do seu par dialético, a totalidade (universal). Aparentemente, o capitalismo e o seu individualismo imanente tinham vencido (Fukuyama, 1992).

Ademais, em paralelo à reorganização das relações sociais de produção e aos seus efeitos em toda a sociedade, tornou-se essencial uma reformulação das funções do próprio Estado, tornando-o progressivamente mínimo para as questões sociais e máximo para os interesses do capital (Behring, 2018). Na Europa do Oeste, a título de exemplo, houve uma desconstrução significativa do Estado do bem-estar social (*Welfare State*), consolidado após a Segunda Grande Guerra. Infirmou-se, por esse caminho, o acordo existente entre as classes sociais durante os anos dourados do capitalismo no ocidente³⁹.

³⁹ A Teoria Marxista da Dependência – TMD (Marini, 2017) nos oferece uma interessante análise dos motivos pelos quais as classes trabalhadoras dos países não dependentes (de capital e tecnologia) e centrais da divisão internacional do trabalho possuem melhores condições salariais quando comparadas às classes trabalhadoras periféricas, o que também ajudou a galvanizar esse pacto. Ao investigar criticamente aquela divisão e considerando-a um sistema interligado, ou seja, um todo articulado, a TMD constatou que o capital dos países centrais, caracterizado por uma composição orgânica superior ao capital dependente, devido especialmente à incorporação de tecnologia (isto é, uma proporção elevada de capital constante consolidado no maquinário quando relacionado ao capital variável empregado na compra da força de trabalho), apresenta uma produtividade significativamente maior do que este último. Tal eficiência permite que mais bens sejam produzidos em um menor intervalo de tempo. Como resultado, cada unidade de mercadoria produzida no centro do capitalismo possui um valor (tempo de trabalho socialmente necessário à produção) inferior ao valor das mercadorias produzidas nos países periféricos, possibilitando ao capital central se apropriar de valor (e mais-valor) do capital originário destes últimos. Sejam um pouco mais didáticos com um exemplo rudimentar (e hipotético): consideremos que o valor médio internacional de uma mercadoria seja equivalente a três unidades de tempo expressas em uma determinada quantidade monetária. Em função da qualidade dos seus respectivos maquinários, a produção periférica a fabrica por quatro unidades de tempo e a central, por duas unidades de tempo. Observa-se, assim, que o centro produz a um custo inferior (duas unidades) à média internacional de três unidades ($4 \div 2 = 2$; $6 \div 2 = 3$), enquanto a periferia produz a um custo superior (quatro unidades). Esse fenômeno, por sua vez, resulta, quando considerada a concorrência internacional, em uma transferência de valor e

Verdade seja dita que esse passo só foi possível em decorrência do fim da “ameaça vermelha” presente no Leste Europeu (o bloco comunista), haja vista que aquela experiência impunha aos capitalistas centrais a necessidade de conceder certos direitos à classe trabalhadora como forma de arrefecer qualquer tipo de movimento revolucionário nos próprios países.

Destarte, o Estado, orientado pelos interesses burgueses, enquanto preserva sua natureza classista, passa por uma reestruturação significativa, sendo a atenuação do seu papel regulatório, em particular a diminuição das suas funções de legitimação, a alteração mais evidente. Neste contexto, observa-se a redução dos serviços públicos e a consequente diminuição dos “direitos sociais” (Paulo Netto, 1996, p. 99).

Na política, com a agudização das contradições capitalistas do início do século XXI (crise financeira de 2008 e seus desdobramentos), essa repaginação das funções exercidas pelo Estado caminhou de mãos dadas com a ascensão de uma espécie de irracionalismo em âmbito mundial, sob o manto de um repaginado protofascismo (Fontes, [2017?]). Uma breve imersão na filosofia pode nos auxiliar a compreender essa articulação entre as crises e o irracionalismo. Segundo Coutinho (2010), tanto a “miséria da razão” (racionalismo formalista) quanto a “destruição da razão” (irracionalismo) são expressões ideológicas da burguesia contemporânea. Ambas constituem polos relacionais de um todo articulado, sendo os condicionantes históricos os ventos que determinam o movimento do pêndulo. Em etapas de crise, há uma ascensão do irracionalismo; em contextos de estabilidade, predomina o racionalismo formalista (ex.: positivismo e neopositivismo). “Tanto o irracionalismo quanto o ‘racionalismo’ formalista [...] são expressões necessárias do pensamento ideológico da burguesia contemporânea [...]. O predomínio de uma ou outra posição [...] depende de causas históricas” (Coutinho, 2010, p. 16).

mais-valor da periferia para o centro, visto que o capital mais produtivo vence a competição e se apropria de grande parte do mercado daquela específica mercadoria. Apropriando-se de grande parte do mercado, o capital central se apodera do valor e do mais-valor produzidos em outros locais do mundo. Entre outros, esse foi um motivo que possibilitou (e possibilita, em certa medida) à classe trabalhadora dos países não dependentes salários mais elevados do que os da classes trabalhadora dos países dependentes. Além disso, se observarmos a totalidade da divisão internacional do trabalho, bem como a concorrência internacional, constataremos também que os capitais dos países periféricos (e intermediários no processo de acumulação) adotam mecanismos de defesa para se “proteger” da dinâmica supracitada, tais como a superexploração da própria força de trabalho e a apropriação de valor e mais-valor dos capitais menos produtivos sediados em países com nível inferior de desenvolvimento tecnológico. Essas estratégias são empregadas numa tentativa de mitigar as disparidades econômicas e de poder inerentes à estrutura da divisão internacional do trabalho sob o capitalismo em seu estágio imperialista e tardio. Ao longo da tese, teremos a oportunidade de aprofundar alguns dos conceitos que ora esboçamos.

Com as devidas mudanças, presenciamos uma dinâmica similar na esfera política. Isso porque a crise do capitalismo tardio possibilitou o surgimento de governos em distintos locais do planeta que flertam com o irracionalismo⁴⁰ — opondo-se, por exemplo, à ciência, mesmo aquela de perfil formalista, ou adotando políticas públicas com base no reencantamento do mundo — e se valem do autoritarismo, do bonapartismo (Marx, 2011a), do militarismo e de táticas “protofascistas” para impor a agenda de interesse do capital monopolista na sua luta pela recomposição das taxas médias de lucro e pela expansão das suas zonas de acumulação. Em função da geografia, dois casos nos são especialmente marcantes, quais sejam: os governos recém-terminados de Donald Trump, nos EUA⁴¹, e de Jair Messias Bolsonaro⁴², no Brasil.

Bem, explicitados os determinantes econômicos, sociais, culturais e políticos do capitalismo tardio, abrimos caminho para adentrar no último item deste tópico, qual seja: a compreensão da ideologia que não só influenciará as formulações da educação física e

⁴⁰ Temos como exemplos dessa etapa da política internacional: o governo da Polônia, capitaneado pelo ultraconservador Partido Lei e Justiça; na Hungria, o governo nacional-conservador de Mihály Orbán; o último governo boliviano, liderado pela ultraconservadora Jeanine Ánez, que subiu ao poder após um golpe contra o presidente reeleito em 2019, Evo Morales; na Argentina, presenciamos o ascenso do movimento “La Libertad Avanza”, ultraliberal na economia e ultraconservador nos costumes, tendo à frente o recém-eleito presidente daquele país, Javier Milei; fora o ressurgimento da extrema direita nos parlamentos da Espanha (Vox), da Itália (Liga do Norte), da França (Frente Nacional), de Portugal (Chega), entre tantos outros casos.

⁴¹ A eleição de D. Trump, do Partido Republicano, em 2016, coroa a ascensão, na última década, de um movimento ultraconservador estadunidense (*Tea Party*), atado aos preceitos liberais do Estado mínimo, profundamente religioso e opositor radical do primeiro presidente afrodescendente do país, o democrata Barack Obama (Gervais; Morris, 2018).

⁴² J. M. Bolsonaro foi eleito em 2018 na esteira de uma onda conservadora e punitivista que assolou o país nos últimos anos e, sob o pretexto do combate à corrupção, pôs fim ao governo democrático popular do Partido dos Trabalhadores — que, apesar da manutenção do tripé macroeconômico neoliberal consolidado pelo câmbio flutuante, pelo superávit primário e pela meta inflacionária, foi capaz de ampliar, minimamente, as políticas sociais —, em 2016, com um processo de impedimento fraudulento (Jenkins *et al.*, 2018), sem crime de responsabilidade, que apeou do poder a presidenta democraticamente eleita em 2014, Dilma Vana Rousseff. Como se não bastasse, esse mesmo movimento prendeu o ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, líder das pesquisas presidenciais referentes às eleições de 2018, em um processo, para dizer o mínimo, polêmico (Proner *et al.*, 2017). Esse processo teve como figura proeminente o ex-juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba – PR, que posteriormente se tornou ministro da Justiça do político beneficiado pela prisão de Lula, o presidente eleito em 2018, Jair Messias Bolsonaro. Essa escalada política teve como resultado, tanto no governo de Michel Temer, que assumiu o poder após o impedimento de Dilma Rousseff, quanto no governo de Bolsonaro, a adoção de uma agenda de aprofundamento da destruição das leis trabalhistas e das políticas sociais, acompanhado da acentuação do processo de privatização dos ativos estatais, entre tantas outras medidas de interesse do capital monopolista. Restam poucas dúvidas de que esse capital teve um papel fundamental na dinâmica descrita acima, visto que o antigo arco de alianças dos governos petistas e, especialmente, a sua base social dificultariam a imposição, na intensidade exigida pelo “mercado”, da agenda político-econômica colocada em prática pelo governo Bolsonaro.

do lazer, como se consubstanciará na lógica cultural dessa etapa capitalista (Jameson, 1996), o Pós-Modernismo⁴³.

Iniciemos a nossa análise: primeiro, é importante indicar que, para os ideólogos pós-modernos — utilizamos esse termo na perspectiva de Marx e Engels (2007b), portanto considerando-os pensadores que não reconhecem os determinantes sócio-históricos que influenciam as suas teorias e, em função disso, acabam por inverter a ordem da relação entre sujeito e predicado —, o em-si da realidade é uma dado secundário ou, até mesmo, “inacessível”, perspectiva que possui desdobramentos importantes, como mostraremos a seguir.

Para os adeptos da pós-modernidade, as narrativas são vistas como o aspecto central na interpretação da realidade. Consideram-se todas válidas, contanto que sejam fundamentadas em princípios que a comunidade acadêmica reconheça como legítimos. Assim, a noção de verdades concretamente fundamentadas deixa de prevalecer. Vale sublinhar que o antiontologismo é um elemento fundamental dessa perspectiva.

Para Habermas (2001), a título de exemplo, a objetividade e a validade das declarações ou ações são determinadas pelas conexões internas mantidas por seu significado semântico, pelos critérios de validade e pelas justificativas que podem ser apresentadas em defesa de sua validade, da verdade do enunciado ou da eficácia da norma de conduta. Assim, para que um julgamento seja considerado objetivo, é necessário que ele esteja embasado em uma reivindicação de validade “transubjetiva” (p. 26), ou seja, que seu significado e validade sejam reconhecidos igualmente por qualquer observador ou destinatário, assim como pelo agente que o propõe. A verdade e a eficácia, portanto, seriam reivindicações desse tipo.

Antes de continuarmos, uma observação se faz necessária: ao referenciamos Habermas, um filósofo da segunda geração da Escola de Frankfurt, nossa intenção não é a de associá-lo aos pensadores pós-modernos, que frequentemente se inclinam ao irracionalismo. De fato, após Marx e Lukács, a Teoria do Agir Comunicativo, embora equivocada, representa possivelmente a tentativa mais significativa de explicar a reprodução social através de uma perspectiva racional. Contudo, tanto a hipertrofia da função social da linguagem proposta pelo autor, quanto a “des-referencialização” do real

⁴³ Wood (1999, p. 9) faz um contraponto a essa perspectiva, ao considerar o movimento pós-moderno um resultado da idade de ouro do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial. Essa “bonança” teria levado a intelectualidade ocidental progressista a um deslocamento, fazendo-a se afastar da revolução econômica e se aproximar da subversão cultural.

como critério de verdade, submetendo-a à regência da gnosiologia, e não da ontologia, dificultam a explicitação das reais contradições capitalistas e, como demonstraremos a seguir, aproximam-se das teses pós-modernas.

Sigamos: o movimento pós-moderno também questionou o paradigma da modernidade, umbilicalmente vinculado ao humanismo, ao historicismo e à razão dialética (Coutinho, 2010, p. 16)⁴⁴. “A condição pós-moderna é aquela que desafia o direito de a ciência validar ou invalidar, legitimar e deslegitimar — em suma, de traçar a linha divisória entre o conhecimento e a ignorância. [...] é o demônio da improcedência da certeza [...]” (Bauman, 1999, p. 257). Rejeitou, ademais, a distinção entre a aparência e a essência⁴⁵, as metanarrativas (que davam suporte às propostas revolucionárias) e a ontológica categoria da totalidade — identificando-a de maneira enviesada com o “totalitarismo”.

A imediatividade da vida social planetariamente mercantilizada ganha o estatuto da realidade — e, não por acaso, a distinção clássica entre aparência e essência é desqualificada. O efêmero, o molecular, o descontínuo tornam-se a pedra-de-toque da nova sensibilidade [...] teríamos uma “crise de paradigmas”, com a superação das metanarrativas e das abordagens teóricas calçadas na categoria da totalidade; de outra, estaria colocada a urgência de só pensar a micropolítica ou de encontrar novos referenciais para a ação sociopolítica (Paulo Netto, 1996, p. 97, grifo nosso).

Wood, em seu texto “Em defesa da história: marxismo e o pós-modernismo” (1999), lembra-nos que, com o avanço do capitalismo tardio, alguns pensadores de esquerda proclamaram o fim de uma era, argumentando que viveríamos, supostamente, em um período pós-moderno. Segundo essa corrente, o “projeto do Iluminismo” (p. 10) teria chegado ao fim, e, com isso, as verdades e as ideologias que antes orientavam o pensamento moderno teriam perdido pertinência. Afinal, os princípios tradicionais de racionalidade já não seriam mais aplicáveis ao contexto atual.

Sublinhe-se, de toda sorte, que não se trata de um bloco homogêneo, uma vez que há tanto teses de capitulação ao capitalismo, como a de Lyotard (2009) — segundo a qual “o pós-moderno, enquanto condição da cultura na era pós-industrial, caracteriza-se

⁴⁴ Essas três categorias, segundo Coutinho (2010, p. 30), são capazes de fundar cientificamente uma ética e uma ontologia.

⁴⁵ É famosa a passagem de Marx (1985, p. 271), um herdeiro crítico e revolucionário do pensamento moderno, sobre o par dialético aparência e essência e a necessidade da ciência como mediação indispensável à apreensão da essência (legalidade) do real, para além da sua imediatividade: “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes” (p. 8) —, quanto teorias anticapitalistas, como a de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2013). Apesar disso, ao tirar a referência material do real, distorcer os sujeitos históricos, rejeitar as análises abrangentes bem como a noção de totalidade, o movimento mencionado contribui, de modo geral, para a perpetuação do modo de produção vigente, na medida em que se afasta dos princípios orientadores da modernidade, notadamente aqueles de cunho crítico.

À vista disso, os pensadores pós-modernos acabam transformando a razão em um ente, de maneira particular aquela advinda do Iluminismo, pautada por uma interpretação da realidade que objetivava constituir sociedades racionais, democráticas e igualitárias, com foco no entendimento das leis naturais, na desmistificação da realidade e na análise dos fenômenos sociais – responsabilizando-a pelas grandes tragédias do século XX, incluindo as duas guerras mundiais e o dano severo ao meio ambiente.

Entretanto, ao agirem dessa forma, acabam por secundarizar a instrumentalização do conhecimento pelo modo de produção capitalista, que o reduziu ao utilitarismo e ao pragmatismo, afastando-o de uma perspectiva dialética, ontológica e emancipatória. Como resultado, a crítica abstrata à razão dos pós-modernos passa ao largo do elemento crucial, a saber: a função desempenhada pelo capitalismo na barbárie denunciada.

Para Chevitarese (2001), a título de exemplo, o agrupamento dos conceitos e das visões que definem a era moderna pode ser visto como um vasto sonho criado pela humanidade para si mesma, ou talvez um projeto ousado da razão em seu papel de libertação. A análise do Iluminismo, por seu turno, que prega a emancipação através da revolução ou do conhecimento, apoiaria essa fé no poder da razão. No entanto, para o autor, esses sonhos tiveram um custo elevado para a humanidade, levando à sobrevalorização do conhecimento “objetivo e científico” (p. 4)

Seguindo por essa linha de análise, Giddens (1997) diz que a aura de autoridade que a ciência outrora detinha perdeu-se significativamente. Segundo ele, essa mudança pode ser, em grande parte, atribuída à crescente desconfiança dos supostos benefícios que a ciência e a tecnologia prometiam à humanidade. Afinal, as tragédias das duas guerras mundiais, o uso devastador de armas de guerra, a crise ambiental em escala global, entre outros eventos deste século, teriam diminuído o entusiasmo até dos mais fervorosos defensores do avanço mediado pela “investigação científica desenfreada” (p. 109).

A transformação da razão em entidade e a hipertrofia da linguagem, consequência da “des-referencialização” da realidade, representam pontos cruciais da teoria em

discussão. Essa abordagem é, até certo ponto, esperada", visto que aceitar a importância do trabalho e das interações sociais na formação das estruturas sociais implicaria na necessidade de uma investigação detalhada sobre as contradições fundamentais e estruturais do capitalismo — um tópico que frequentemente não seduz os adeptos da pós-modernidade. Conseqüentemente, os caudatários do pós-modernismo focam-se prioritariamente na linguagem, na cultura e no discurso. Para muitos, isso parece implicar que a própria existência humana, incluídas as suas relações, seja moldada única e exclusivamente pela linguagem, sendo esse complexo “tudo o que podemos conhecer do mundo” (Wood, 1999, p. 10).

Outra marca distintiva das teorias pós-modernas reside na permeabilidade das divisões do conhecimento. Para esses pensadores, não existiriam uma história ou uma ciência “em-si”, objetivas; mas, sim, múltiplas narrativas sustentadas por variados interesses. Para Wood (1999), um dos exemplos mais marcantes da epistemologia pós-moderna residiria exatamente nessa visão sobre o conhecimento científico. Afinal, alguns dos seus teóricos chegam a argumentar que a ciência ocidental, que se baseia no entendimento de que a natureza é governada por leis matemáticas universais e inalteráveis, seria uma expressão dos princípios “imperialistas e opressivos” (p. 12) daquela sociedade. Ademais, frequentemente, tais teóricos acabam por misturar as formas de conhecimento com seus objetos. Por exemplo, eles não só afirmam que a ciência da física é um construto histórico, que mudou ao longo do tempo em diferentes contextos sociais, mas também sugerem que as próprias leis da natureza são socialmente construídas e sujeitas a variações históricas.

Neste contexto, as explicações causais, especialmente aquelas relativas aos fenômenos sociais, são frequentemente questionadas pelos pós-modernos. Logo, o marxismo (incluindo suas vertentes não mecanicistas) deveria ser abandonado, pois, segundo aquela corrente de pensamento, apresentaria uma perspectiva unidimensional e monocausal da reprodução social, ao enfatizar a importância da produção material da vida na estruturação das formações sociais. Toda essa conjuntura de fragmentação do real, de hipertrofia do subjetivismo e de relativismo do conhecimento consolida uma cultura que deságua, a pouco e pouco, no individualismo e no hedonismo. É o triunfo do indivíduo ensimesmado, supostamente apartado da totalidade social em que se desenvolve.

Este grupo de abordagens nos capacita a definir o irracionalismo observado no movimento em questão como a terceira fase, na era moderna, de teorias que assumem a impossibilidade de se entender a realidade a partir da noção de totalidade, juntamente

com a incapacidade de se formar um conhecimento dialético fundamentado na realidade em-si.

De maneira ampla, esses ciclos se propuseram a desmontar as ideias iluministas, que têm o seu cume em Hegel, bem como as contribuições da Teoria Social de Marx, herdeira revolucionária daquelas elaborações (Marx, 2005b). Ao organizá-los conforme Carli (2013), nosso objetivo não é o de sugerir uma uniformidade entre eles — já que os autores mencionados, mesmo partilhando certa inclinação ao irracionalismo, divergem em suas visões sobre o ser humano e a sociedade —, mas, sim, oferecer uma visão geral das fases potenciais do irracionalismo no Ocidente. São elas: **1º ciclo** (contra o sistema filosófico de Hegel) — inclui Schelling, Schopenhauer e Kierkegaard; **2º ciclo** (em oposição ao materialismo histórico e dialético, base do comunismo revolucionário do século XX) — liderado por Nietzsche; **3º ciclo** (igualmente contrário ao materialismo histórico e dialético) — formado pelo movimento pós-moderno.

A título de curiosidade, salientamos que, em 1954, Lukács escreveu um instigante e polêmico texto chamado “A Destruição da Razão” (2020), levantando a proposição de que o irracionalismo alemão, assim como a filosofia de Schelling, de Schopenhauer e de Nietzsche, ao negar “a resolução dialética das contradições intrínsecas do conhecimento”, agindo, portanto, “contra a compreensão totalizante do real” (Junta, 2009, p. 476), pavimentou indiretamente o caminho para o surgimento do Nazismo (o paroxismo do irracionalismo) no século XX.

Bem, em conclusão, é possível dizer que esta notável reconfiguração da estrutura e da superestrutura das formações sociais em vastas áreas do planeta possibilitou ao capitalismo atingir uma parcela considerável de seus objetivos, incluindo a recuperação das taxas médias de lucro e a valorização do capital excessivamente acumulado (Mandel, 1982; Behring, 2010). Além disso, como consequência dessas profundas transformações, que incluem o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o modelo socialista pareceu tornar-se obsoleto e desatualizado.

Não obstante, em que pese a hegemonia do discurso liberal, crescentemente as contradições e a barbárie do capitalismo a todos se expõem. Afinal, esse modo de produção, inicialmente fecundo à explicitação do gênero — permitindo, por exemplo, a emancipação política (Marx, 2005a, 2005b) e o desenvolvimento das forças produtivas —, no seu estágio imperialista e tardio — da economia especulativa e parasitária, do desperdício e da obsolescência programada (Lafargue, 1999; Mészáros, 2011), dos crimes

ambientais e da decadência ideológica e cultural —, torna-se um grande obstáculo ao devir humano.

Paulo Netto (2010) nos rememora que, se enfrentamos a barbárie como uma realidade próxima e concreta, o socialismo emerge como uma alternativa viável — sendo o possível uma parte integrante do real, enraizado na realidade. Afinal, o acervo de conhecimento e a massa crítica que acumulamos não servem apenas como ferramentas para o domínio capitalista; eles podem ser usados para transcender essa dominação.

A barbárie impõe limites, detém e submete as forças sociais que, tanto no âmbito do trabalho quanto no da cultura, representam uma oposição objetiva à ordem capitalista tardia (e imperialista) — entretanto, não elimina essas forças. É na intersecção desses dois domínios — conhecimento e força social — que reside a potencialidade do “socialismo” (Paulo Netto, 2010, p. 32). Para o autor, portanto, o desafio central de nosso tempo (tanto teórico-político quanto prático) residiria em como conjugar esses elementos em um movimento de rejeição da ordem existente e como um impulso criativo para uma nova ordem.

O intelectual e revolucionário brasileiro finaliza a formulação supracitada apresentando três dimensões indispensáveis à resolução do desafio que a história nos coloca nos dias atuais (e que humildemente tentamos demonstrar neste capítulo), a saber: (I) a atualização e a ampliação do nosso conjunto de ferramentas heurísticas, ou seja, conforme o velho Lukács aspirava, uma verdadeira "revitalização do marxismo"; (II) a criação de um novo tipo de organização política, que seja eficaz na integração das forças sociais (relacionadas ao trabalho e à cultura) ao segmento central do proletariado moderno — um componente essencial no processo de superação da condição de barbárie, que não pode prescindir da liderança organizada desse proletariado; (III) a decisão consciente de não apresentar o socialismo como uma fase de transição que, na ausência da burguesia, ainda reproduza características do mundo burguês (como o foco na produção e no individualismo), significando, em vez disso, a adoção de um novo modo de vida social.

2.2 Apontamentos sobre o capitalismo tardio e a taxa de utilização decrescente

Neste tópico, pretendemos analisar dois elementos estruturantes do capitalismo que se intensificam na etapa imperialista e tardia, capazes de desencadear consequências em diversos complexos da reprodução dessa sociabilidade: (I) a distinta alocação do

tempo decorrente dos diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas; (II) a taxa de utilização decrescente tanto da força de trabalho — na linha das formulações que apresentamos no primeiro item deste capítulo —, quanto dos maquinários, dos bens e dos serviços. Tal apresentação se faz necessária na medida em que ambos os processos impactam de maneira significativa o evoluir desse modo de produção, transcendendo a esfera da reprodução material da vida e influenciando profundamente a dimensão do consumo e, de forma consequente, da própria esfera do lazer, como buscaremos demonstrar nos capítulos 3 e 4 desta tese.

Começamos falando sobre a alocação do tempo em função do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Vejam, historicamente, o incremento dessas forças e o decorrente avanço de produtividade que dele advém não apenas modificam os instrumentos utilizados no próprio processo produtivo, como alteram o padrão de consumo das mais distintas sociedades. Afinal, como já salientamos em outros momentos do texto, os polos do par relacional produção/consumo se determinam mutuamente. Além disso, essa dinâmica tende a transformar, igualmente, a distribuição do tempo social total disponível para o trabalho. Dessa forma, ela passa a redefinir tanto a temporalidade das atividades voltadas ao intercâmbio orgânico básico com a natureza (ex.: alimentação), quanto o tempo destinado a todas as demais ocupações e tarefas humanas de um específico contexto sócio-histórico.

Seguindo por esse caminho, caso analisemos especificamente a distribuição do tempo entre as distintas tarefas laborais — entre aquelas destinadas à produção de bens não duráveis e aquelas voltadas à produção de bens duráveis e reutilizáveis, considerando os diferentes modos de produção que permearam a nossa história —, constataremos uma tendência que subjaz ao ganho de produtividade, qual seja: a pouco e pouco, o avanço produtivo tende a ampliar o tempo social alocado na fabricação de bens usáveis e reutilizáveis, como habitações e meios de transporte rápidos, e a reduzir o tempo gasto com atividades produtivas de bens de consumo rápido, como, por exemplo, os alimentos. Isso porque aquele incremento amplia a nossa capacidade de ação, a nossa capacidade de transformar a causalidade dada em uma causalidade posta, o que permite às sociedades produzirem mais, com menos esforços, e isso leva à complexificação da produção e, portanto, dos produtos fabricados, além do processo de trabalho e do próprio consumo.

Em uma apertada síntese e grosso modo, poderíamos definir a característica geral citada no parágrafo anterior como um universal (elemento de continuidade) que, historicamente, permeia, de diferentes e particulares maneiras, o processo reprodutivo do

nosso gênero. O estágio capitalista não foge à regra. Não obstante, a reprodução social regida pelo capital apresenta, entre outras, uma contradição que inverte e perverte o objetivo que subjaz à histórica ampliação do tempo destinado à produção de bens duráveis e reutilizáveis.

Se, em outras sociedades, o objetivo último da produção era a fabricação de valores-de-uso que garantissem um relativo bem-estar coletivo, e os produtos duráveis e reutilizáveis, em nome da economicidade tanto de tempo quanto de recursos, eram utilizados por um longo lapso temporal, na sociedade capitalista, em nome do equilíbrio do processo produtivo — e de um conseqüente tipo de consumo —, direcionado pela busca da lucratividade e pelo valor-de-troca das mercadorias, há uma tendência à redução do período de uso dos bens reutilizáveis — mesmo que, para tanto, o processo total leve a uma superprodução de mercadorias e à destruição em escala industrial de recursos naturais. Afinal, ao fim e ao cabo, para a reprodução capitalista, é indiferente ser alta ou baixa a taxa de uso, que reflete a interação do consumidor com um determinado produto. Isso porque, nesse modo de produção, a avaliação de algo como útil ou inútil é determinada pela capacidade de venda da mercadoria, sob predominância do valor-de-troca.

Vejamos o que Mészáros (1989, p. 23, grifo nosso) tem a nos dizer sobre esse tema:

[...] não há consequência alguma para o seu sistema se a taxa de uso, que caracteriza a relação do consumidor com um dado produto, for máxima ou mínima. [...] Pois o capital define “útil” e “utilidade” em termos de vendabilidade; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor-de-troca.

Destarte, para tal modo de produção, é indiferente se, em uma ponta da escala, a de uso máximo, uma mercadoria é constantemente utilizada ou se, na outra ponta, ela nunca é utilizada, desde que haja vendabilidade, ou seja, nova demanda para a sua circulação. Como consequência dessa tendência, a subutilização, a superprodução e o desperdício tornam-se indispensáveis à higidez sistêmica. Não há, nesse sentido, quando analisamos o processo total, preocupações estruturantes com a economicidade da produção — a não ser no interior dos respectivos meios privados, das fábricas —, de tal sorte que sejam evitados desperdícios tanto de tempo de trabalho quanto de recursos naturais. No capitalismo, restringe-se a racionalidade aos limites do “chão da fábrica” e da acumulação.

Como consequência, para esse modo de produção e sua específica forma de se reproduzir, especialmente em seu estágio imperialista (Lênin, 2012) e tardio (Mandel, 1982) — em função das próprias contradições estruturais, como a tendência à diminuição da taxa média de lucro decorrente da ampliação da composição orgânica do capital —, amplia-se cada vez mais a exigência de um consumo artificial e rápido de grande quantidade de mercadorias, inclusive daquelas que, anteriormente, eram definidas como bens duráveis. Por essa via, tende-se “a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história” (Mészáros, 1989, p. 20).

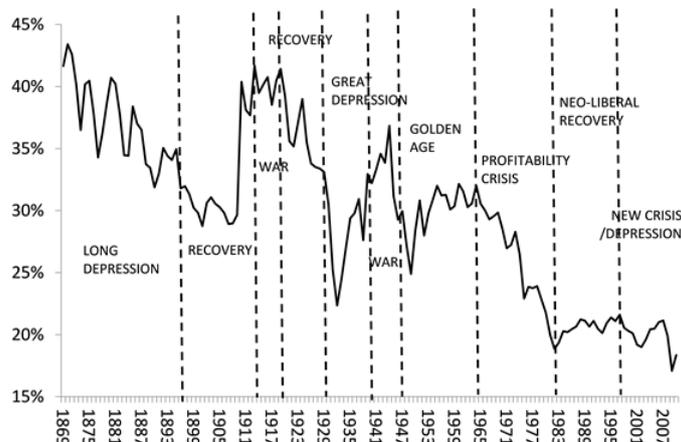
Nesse contexto, inverte-se a tendência apresentada no início deste tópico, um elemento até então universal da reprodução humana, com a ampliação, a pouco e pouco, do tempo destinado à produção de bens duráveis, em contraponto ao lapso temporal vinculado à produção de bens não duráveis. Afinal, o desperdício, que é a pedra-de-toque do binômio produção/consumo submetido ao capitalismo, faz produtos anteriormente reutilizáveis se tornarem descartáveis. Aumenta-se, dessa maneira, o tempo social total destinado à produção de bens de consumo que apenas se tornam descartáveis em função da própria legalidade do modo de produção em comento.

Bem, antes de aprofundarmos a análise sobre a destinação do tempo produtivo no âmbito do capitalismo, façamos uma breve digressão para tangenciar um elemento típico desse modo de produção que desempenha função essencial em suas reestruturações produtivas: a tendência à diminuição da taxa média de lucro. Para tanto, apresentaremos, de início, um instigante gráfico do economista marxista inglês Michael Roberts⁴⁶, presente em seu artigo “Uma taxa de lucro mundial: uma nova abordagem” (2020)⁴⁷. Nesse texto, o autor faz uma análise histórica sobre a evolução da taxa de retorno do capital ao longo dos últimos 140 anos, aproximadamente, para reafirmar a veracidade da descoberta marxiana daquela tendência. Começemos analisando o gráfico abaixo.

⁴⁶ Roberts trabalhou na cidade de Londres como economista por mais de 40 anos. Ademais, foi um ativista político dos movimentos dos trabalhadores ingleses durante décadas. Desde que se aposentou, escreveu alguns livros, como: “A Grande Recessão — uma visão marxista” (2009); “A Longa Depressão” (2016); “Marx 200: uma revisão da economia de Marx” (2018). Ainda, editou, em conjunto com Guglielmo Carchedi, o livro “World in Crisis” (2018) e também publicou artigos em revistas econômicas acadêmicas e em publicações de esquerda.

⁴⁷ Livre tradução de: “A world rate of profit: a new approach”.

Figura 1 — Taxa média de lucro sobre o estoque mundial de capital (1869-2007)



Fonte: ROBERTS, 2020.

Segundo o gráfico, se, em 1869, a taxa média de lucro, considerado o estoque mundial de capital, aproximava-se de 45%, em 2007, essa mesma taxa caiu para um patamar inferior a 20%. Logo, se, em 1869, o burguês investia 100 unidades monetárias no processo de produção e auferia 145 ao final do circuito, em 2007, essa valorização diminuiu para menos de 120 unidades monetárias ao cabo de um circuito. De igual maneira, o gráfico nos demonstra certos momentos de retomadas do crescimento daquela taxa, especialmente em função das reestruturações ocorridas após as duas grandes guerras mundiais (e decorrentes da própria destruição das forças produtivas que esses eventos desencadearam) ou em consequência de reestruturações produtivas (e de regimes de acumulação, incluída a ampliação da exploração dos trabalhadores), como aquela que analisamos no primeiro tópico deste capítulo. Não obstante, a longo prazo, a tendência descoberta por Marx se confirmou.

Falemos um pouco mais sobre essa lei, não à toa considerada pelo próprio autor como uma das mais importantes da economia política. As ideias centrais dispostas a seguir estão presentes tanto em Marx (2017d) quanto em Maito (2018). Pois bem, o processo de valorização, no contexto da produção capitalista ($M - M'$), é fundamentado na exploração da força de trabalho ($D - M - P - M' - D'$). Inicialmente, o capital é investido na forma de dinheiro (D), sendo posteriormente convertido em mercadorias (M), que incluem meios de produção e matérias-primas (designados como capital constante ou CC) e força de trabalho (referido como capital variável ou CV). O cerne da produção capitalista (de valorização) reside na capacidade da força de trabalho de criar valor acima do seu custo de reprodução, gerando, assim, a mais-valia.

Esse fenômeno justifica a denominação do capital investido na força de trabalho como capital variável (CV), enquanto o capital aplicado em meios de produção (como máquinas e infraestrutura) e matérias-primas é categorizado como capital constante (CC), visto que os meios apenas transferem o seu valor ao produto. Durante o processo de produção (P), a força de trabalho emprega os meios de produção para transformar os insumos em mercadorias finais (M'), que possuem um valor superior ao capital originalmente investido (M), por incluir o valor do capital constante consumido, somado a um valor adicional originado pela força de trabalho, equivalente ao capital variável (o custo de reprodução da força de trabalho) pago pelo capitalista, acrescido da mais-valia (Maito, 2018).

Consequentemente, o capital passa por uma metamorfose: de capital monetário para capital mercadoria, depois para capital produtivo e, finalmente, retorna à forma de capital mercadoria com um valor monetário ampliado. A etapa final desse ciclo envolve a comercialização no mercado (M'-D'), representando a realização do lucro e a conclusão do processo de valorização.

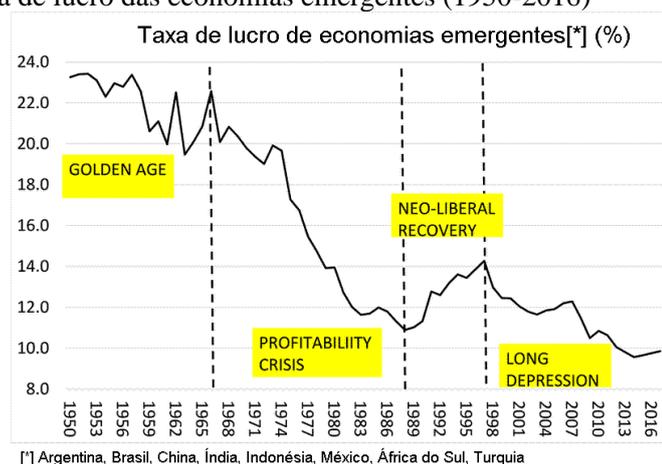
Uma dinâmica competitiva, por seu lado, impõe aos capitalistas a necessidade de vender a preços inferiores aos dos concorrentes, visando ampliar a sua participação de mercado. Tal dinâmica acarreta um investimento crescente, principalmente em capital fixo (equipamentos e infraestrutura), com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho ou diminuir o tempo necessário à produção das mercadorias, reduzindo, assim, o seu valor unitário, incluído o custo de reprodução da força de trabalho. No entanto, esse processo resulta em um aumento relativo no valor do capital constante em comparação ao valor do capital variável (associado à reprodução da força de trabalho). Vejamos o que Marx (2017d, p. 338-339, grifo nosso) nos diz sobre esse processo:

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa

geral decrescente de lucro. Assim como a massa do **trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção** produtivamente consumidos, **também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente** em relação ao volume de valor do capital total empregado. **E essa proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro**, que tem, portanto, de diminuir constantemente.

Dessa forma, como resultante da diminuição da proporção entre a massa de trabalho vivo empregado na produção e a massa do trabalho objetivado (equipamentos e infraestrutura) e da conseqüente redução do capital variável em relação ao capital constante, tem-se um aumento da composição orgânica do capital, expressa exatamente pela relação entre capital constante e capital variável. Logo, quanto maior a fração de capital constante investido na produção em comparação ao capital variável, tanto maior a composição orgânica (Marx, 2017d, p. 254). E quanto maior essa composição, tanto menor a proporção da massa de mais-valor (fruto da exploração da força de trabalho), quando comparado ao valor total do capital empregado, portanto tanto menor a taxa de lucro. Finalizando essa breve digressão, interpretemos mais um gráfico, referente à diminuição da taxa média de lucro das economias emergentes entre os anos de 1950 e 2016.

Figura 2 — Taxa média de lucro das economias emergentes (1950-2016)



Fonte: ROBERTS, 2020 (grifo do autor).

No gráfico em análise, também disposto no estudo de Roberts (2020), percebemos um movimento semelhante àquele presente na Figura 1, que considera o estoque mundial de capital e a sua respectiva taxa média de lucro. Em linhas gerais, os capitais das

economias da Argentina, do Brasil, da China, da Índia, da Indonésia, do México, da África do Sul e da Turquia mantêm as suas respectivas taxas em linha decrescente, apesar de um ligeiro aumento no período neoliberal. Assim, se, em 1950, a taxa de lucro se aproximava dos 24%, em 2016, é reduzida a 10%. Bem, analisada essa tendência estruturante e universal do capitalismo, voltemos ao estudo da alocação do tempo entre a produção de bens duráveis e não duráveis, especialmente nesse modo de produção, e às consequências deletérias que essa particular alocação desencadeia.

É importante retornarmos ao percurso supracitado salientando, de antemão, uma situação particular, presente na origem do capitalismo, à qual nos referimos brevemente no capítulo sobre a reprodução, que abriu caminho para um processo expansionista “sem limites”, a saber: em seu nascedouro, esse modo de produção material da vida social, por distintas vias, separou o trabalhador dos seus meios de produção (e autorreprodução). Na linha da bela alegoria utilizada pelo professor Ricardo Antunes (2005), pautado pela citação de Marx (2013a, p. 500), o capitalismo retirou “a concha do caracol”. Ao fazê-lo, transformou aqueles meios em propriedade privada de outrem, constituindo, assim, uma das dimensões do capital e criando as condições para uma dinâmica acumulativa aparentemente sem limites.

Afinal, antes do capitalismo, o trabalhador e os seus meios estavam profundamente interligados. Ao desfazer esse vínculo, com uma acumulação originária (Marx, 2013a), esse modo de produção se afastou de um entrave que restringia o incremento produtivo de sociedades que possuíam relações de propriedade diferentes das atuais. Segundo Mézáros (1989, p. 22), a partir da separação em questão, “[...] os objetivos da produção não mais estarão diretamente ligados (e subordinados) às limitações de um dado consumo, mas podem antecipar-se a este significativamente, estimulando na forma de sua nova reciprocidade a ambos, produção e ‘estoques para a demanda’”.

Destarte, considerando o que já expusemos até o presente momento e sintetizando, talvez para além do recomendável, podemos afirmar que o capitalismo tem as seguintes especificidades entre os seus elementos estruturantes, ou seja, de continuidade e universais: (I) a produção encontra-se não mais vinculada à fabricação de valores-de-uso destinados à supressão das necessidades do próprio trabalhador e/ou da sua coletividade imediata, mas, sim, atrelada ao mercado, sendo pautada, nesse sentido, pelo seu valor-de-troca (ou valor), visto que esse valor e o mais-valor que também o compõe são as categorias que, quando realizadas, darão vazão ao lucro; (II) toda mercadoria é útil ao

processo expansionista do sistema, desde que vendida, independentemente de ser utilizada por 10 anos ou ser prontamente descartada e transformada em lixo; (III) não existem mais amarras, em tese, à expansão ilimitada do modo de produção em comento.

Como consequência dessas determinações, surgem certas categorias que também passam a ditar o ritmo da reprodução, por exemplo: no capitalismo, quanto menos um produto for utilizado, isto é, subutilizado, tanto mais o processo de expansão do capital torna-se dinâmico. Para tanto, basta que haja demanda por parte da sociedade de novos produtos. Por mais insustentável que seja a médio e longo prazo, esse elemento potencializa o processo produtivo, pois não restringe a produção aos círculos e às necessidades imediatas da classe trabalhadora. Vejamos como Mészáros (1989, p. 24, grifo nosso) nos apresenta essa questão:

Nesse sentido, **o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou na intensidade) com que uma mercadoria, por exemplo, uma camisa, é utilizada, e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. Pois, enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo da sociedade, isso cria a demanda por outra camisa.**

A insustentabilidade do capitalismo, decorrente, entre outros fatores, da ausência de economicidade do processo produtivo quando considerado em sua totalidade, pode ser expressa com um exemplo singelo: imaginemos um sabonete corporal. Para o capital, isto é, para o valor que se valoriza no processo de produção, pouco importa se 80% do material e dos recursos do trabalho necessários à produção e distribuição dessa mercadoria tenham o lixo como destino e apenas 20% do seu produto químico realmente sejam talhados à limpeza eficiente dos corpos humanos. Caso essa mercadoria seja vendável e garanta a lucratividade, será mais do que bem-vinda.

Outro elemento de insustentabilidade consolida-se com a seguinte constatação: a dinâmica de acumulação do capital não pode ser estacionária. A sua higidez encontra-se exatamente na capacidade e na necessidade de se expandir continuamente, de ter uma reprodução ampliada. Se, a partir de um determinado ciclo de realização, o capital pula de 100 para 1000 unidades de valor, este último torna-se, necessariamente, o ponto de partida do próximo ciclo. Ademais, esse salto quantitativo tende a se ancorar predominantemente na produção esbanjadora de bens e serviços, como tentamos demonstrar, até o presente momento.

Além de tudo, vale salientar que, no capitalismo, especialmente em seu estágio imperialista, são cada vez mais abundantes os monopólios nas diferentes cadeias de produção, decorrentes da própria dinâmica sistêmica de concentração e centralização de capital. Tais monopólios produzem em escala — e, por isso, são capazes de dominar amplos nichos de mercado — e essa escala também reproduz todos os elementos insustentáveis, como a taxa de utilização decrescente de bens reutilizáveis, que já citamos.

Nesse sentido, a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção — típica desde a acumulação originária do capitalismo, na medida em que exclui aquela classe da definição dos objetivos da produção, desvinculando-a de suas necessidades, e permite ao capital usurpar todas as funções de controle do sociometabolismo — também impacta **negativamente** — quando temos por parâmetro a busca do bem-estar coletivo, e não da lucratividade — a categoria da **produtividade**, da capacidade humana de, com o desenvolvimento das forças produtivas, produzir mais, em menos tempo e com menor esforço.

Seguindo essa pista, é interessante indicar também que, para além dos desperdícios de material e de tempo de trabalho que a anarquia produtiva da livre iniciativa e da propriedade privada dos meios de produção desencadeia, há mais um exemplo capaz de nos explicitar o entrave à produtividade que o atual estágio do capitalismo tardio cria: é cada vez mais comum a prática de compra de patentes por outras empresas de um mesmo ramo econômico, com o intuito não de desenvolver o produto, mas, sim, de “fazer com que os outros competidores fiquem longe dos seus nichos mercadológicos” (Empresas, 2012, n. p.). Trata-se de mais um indício sobre o caráter impeditivo do desenvolvimento das forças produtivas que assumem as relações sociais de produção vigentes.

Em vista disso, a própria técnica e a ciência utilizadas no processo de produção tendem a se curvar e a se submeter, inclusive por meio de financiamentos (Caires, 2019), aos interesses do capital. Como resultado de uma ciência subserviente a tais ditames, amplia-se o espaço de uma razão pragmática e utilitarista, reduzindo, em contrapartida, a influência de uma razão dialética, que poderia nos aproximar de uma síntese totalizante, mesmo que aproximada, da concretude. E apenas essa dimensão da razão poderia nos demonstrar as contradições insanáveis e insustentáveis do capitalismo.

Segundo Caires (2019), conforme os Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em 2016, o Brasil alocou 1,27% do PIB em atividades de

pesquisa e desenvolvimento, sendo 52% das receitas provenientes de fontes públicas e 48% de origem privada. Além disso, segundo o mesmo autor, uma análise do perfil do investimento público no campo da pesquisa e do desenvolvimento destaca a importância crucial das universidades. Notadamente, 60% desses recursos são direcionados ao Ministério da Educação – MEC, principalmente, para o financiamento de bolsas de mestrado e doutorado. O impacto desse investimento, por seu turno, é observado na produção de patentes. Os Indicadores de Propriedade Industrial de 2018, divulgados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), revelaram que as cinco principais instituições nacionais, em termos de depósitos de patentes de invenção, no ano de 2017, eram universidades públicas.

Seguindo por essa direção e com uma produção estruturada no utilitarismo, limita-se a ciência, por um lado, à criação de maquinarias produtivas que reduzam o trabalho humano e, por outro, ao estabelecimento de métodos e processos adequados à produção em massa de mercadorias. A esfera do conhecimento sistematizado submete-se, sob tais circunstâncias, à incessante busca do capital pela redução do tempo de trabalho necessário, de tal sorte que se amplie o tempo de trabalho excedente e, conseqüentemente, a mais-valia que poderá ser realizada na esfera da circulação.

A constatação retromencionada nos coloca em condição de discutirmos, de maneira um pouco mais detalhada, as conseqüências dessa busca pela redução do trabalho necessário — aliada à própria contribuição do trabalho no desenvolvimento histórico das forças produtivas —, nas mais diferentes taxas decrescentes de utilização presentes no capitalismo atual, tais como: (I) a diminuição do trabalho vivo necessário à produção, que enseja o desemprego estrutural; (II) a já referida superprodução/subutilização de mercadorias; (III) a utilização perdulária dos maquinários.

Falemos um pouco a respeito de cada um deles. Começemos com a tendência à diminuição da taxa de utilização do trabalho vivo (da força de trabalho). Inicialmente, como já salientamos, é importante frisar que o desenvolvimento do maquinário amplia a capacidade humana de produzir mais, em menos tempo. Destarte, se fizermos uma análise estrutural, constataremos uma tendência à diminuição do valor das mais distintas mercadorias, que é vertebrado, por sua vez, pelo tempo de trabalho socialmente necessário às suas produções. Nesse contexto, caso a mercadoria produzida sob a regência de um capitalista tenha um valor menor do que a produzida sob a regência de outros capitalistas, aquele burguês, proprietário de um meio de produção, terá uma vantagem no processo concorrencial. Afinal, o preço do seu produto será mais competitivo do que o

preço oferecido pelos demais.

Nesse ponto, vale a pena fazermos uma ressalva para evitarmos um mal-entendido muito comum: valor (tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria) e preço de mercado⁴⁸ não são categorias idênticas. O primeiro coloca as condições, cria um campo de possibilidades para o segundo. Este flutua em torno daquele, sofrendo influências de outras legalidades, tais como a oferta e a procura, a existência ou não de monopólios e oligopólios na cadeia de produção, entre outros elementos. Todavia, o preço é um indicativo do valor. Vejamos o que Alexis Saludjian, Flávio Miranda e Marcelo Carcanholo (2015, p. 9, grifo nosso) nos dizem a respeito do tema:

Assim, a lei (teoria) do valor em Marx não significa que os preços de mercado irão corresponder quantitativamente aos valores das mercadorias, e nem poderia ser assim, como visto. A troca de equivalentes (lei do valor), de acordo com a teoria de Marx, significa que o valor é o centro por onde flutuam os preços, explicando/determinando, portanto, essa flutuação.

Ora, em função da concorrência originada pela disputa de mercado entre os capitalistas, a procura por maquinários mais evoluídos torna-se um universal, um elemento de continuidade do modo de produção ancorado na livre iniciativa, na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. Entretanto, na medida em que os burgueses ampliam o investimento em capital constante (fixo⁴⁹ e circulante⁵⁰) e reduzem o investimento em capital variável, a taxa média de lucro sistêmica tende a diminuir, conforme citamos anteriormente.

Além disso, como corolário do desenvolvimento das máquinas, caso tais maquinários possuam donos privados (burgueses), amplia-se o desemprego estrutural, atingindo, novamente, a força de trabalho. Essa contradição também se apresenta como um entrave incontornável e insustentável do capitalismo, com consequências desumanizantes para aqueles que não conseguem garantir a subsistência com a venda de

⁴⁸ Este termo refere-se ao valor pelo qual um bem ou serviço é vendido no mercado (circulação). É importante indicar que existe, também, o preço de produção, que diz respeito ao custo de produção de um bem ou serviço, incluindo o custo dos insumos (como matérias-primas e energia), o desgaste dos equipamentos (depreciação) e a mão de obra necessária.

⁴⁹ Refere-se aos meios de produção utilizados repetidamente ao longo de vários ciclos de produção, de modo que transferem parte do seu valor aos produtos a cada ciclo. Exemplos incluem máquinas, equipamentos e edifícios.

⁵⁰ Refere-se aos elementos do capital totalmente consumidos ou transformados durante um único ciclo de produção, que, portanto, têm seu valor transferido integralmente para o produto nesse ciclo. Isso inclui, especialmente, matérias-primas e energia.

suas respectivas forças de trabalho, além de dar ensejo a repercussões econômicas, na medida em que, quanto menos assalariados uma sociedade possui, tanto menor o seu mercado consumidor. Como resultado, reduz-se a possibilidade de venda das mercadorias, sempre produzidas em grandes escalas.

Como par relacional do processo de redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção, é importante salientar que o desenvolvimento das máquinas, mesmo sob a regência do capital, inclina-se, em tese, à ampliação do tempo liberado do trabalho. Isso porque, supostamente, ao se reduzir o tempo social total destinado à produção, amplia-se a sua contraface, o tempo não vinculado ao intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza. É lógico que tal redução só será possível em circunstâncias em que a luta de classes se incline, minimamente, aos interesses da classe trabalhadora. Não obstante, o que a realidade capitalista nos demonstra é que a burguesia também cria as condições para se apropriar desse tempo. E como isso é feito? Garantindo que ele seja permeado por atividades e serviços de lazer que possam ser vendidos e/ou que seja preenchido pela ação de compra de outras mercadorias. Aprofundaremos essa discussão nos capítulos destinados ao lazer, então por ora é suficiente citar um trecho de Mészáros (1989, p. 39, grifo nosso), em que ele demonstra como o tempo disponível, liberado do trabalho, é percebido sob a perspectiva do capital:

[...] algo a ser **explorado no interesse da expansão o capital (desde a venda de ferramentas e materiais do tipo “faça-você-mesmo” à extrema comercialização de toda “atividade de lazer”,** seja ela sexo, culto religioso ou arte), ou como vã “perda de tempo”, que como tal não pode ser explorada. É por isso que a **tiranía capitalista do tempo mínimo** (autorizado na produção) unida à **taxa de utilização decrescente** (na esfera de cada um deles, produção e consumo) tem de prevalecer sem obstáculos, **até que o sistema como um todo desmorone** sob o peso de suas próprias contradições.

Finalizando a discussão sobre a tendência à redução da taxa de utilização do trabalho vivo em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, é fundamental ressalvamos o seguinte, para não sermos confundidos com anticapitalistas românticos (Marx; Engels, 1998): em uma futura sociedade de produtores autônomos associados, em que as máquinas, portanto, não possuam donos privados, a não ser a própria humanidade, aquele incremento produtivo e a conseqüente redução do tempo de trabalho socialmente exigido à supressão das necessidades humanas serão absorvidos como um grande avanço de nosso gênero rumo à liberdade concreta.

É importante fazermos essas observações para nos diferenciarmos de anticapitalistas românticos que desejam reconstituir sociabilidades anteriores à Revolução Industrial e às revoluções burguesas. Não é o nosso caso. Queremos, sim, dar um passo adiante, colocando as forças produtivas, altamente desenvolvidas, sob o domínio teleológico e planejado da humanidade. Isso porque, entre outros fatores, no capitalismo, a desejada taxa de utilização decrescente do trabalho vivo em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas tem como consequência o desemprego estrutural e a desigualdade social, denominada por Marx de miséria relativa, e não a ampliação da liberdade concreta.

Bem, analisemos agora mais duas dimensões estruturantes da reprodução social capitalista que expressam taxas de utilização decrescente. Referimo-nos à esfera de bens e serviços, bem como à esfera das instalações e máquinas. Quanto aos bens e serviços, o capitalismo busca fazer frente à sua tendência de superprodução com base em um consumismo desenfreado de mercadorias, ancorado, para tanto, em uma dinâmica de “consumo de massas”.

Nesse sentido, para garantir a circulação das mercadorias, além de definirem-se estruturas físicas que permitam o seu rápido escoamento, criam-se padrões homogêneos de consumo, ideologicamente fabricados, que garantem uma alta demanda, com a generalização das marcas e dos produtos entre distintos estratos e classes sociais. Contudo, essa afirmação não deve nos levar à errônea conclusão de que a classe social do consumidor não interferirá na capacidade de compra desses produtos massificados. Entretanto, o desejo pela sua posse torna-se transversal às diferentes classes, garantindo um contínuo circuito e a realização do valor. A título de exemplo, apenas em 2018, a Coca-Cola (refrigerantes e similares) alcançou 5.965 bilhões de aquisições em todo o mundo, tornando-se a marca mais consumida no planeta. Em segundo lugar, a Colgate (produtos de higiene oral) registrou 3.872 bilhões de transações, além de ter atingido mais da metade dos lares globais. Em terceiro lugar, a Maggi (sopas instantâneas e condimentos) realizou 2.698 bilhões de compras no mesmo ano (Sutto, 2019).

Mészáros (1989, p. 56) nos lembra que a constituição de sociedades capitalistas mediante uma acumulação centrada especialmente no mais-valor relativo — ordenadas, portanto, segundo um desenvolvimento significativo das forças produtivas — exige uma ampliação dos tipos de consumos, diversificando-os. Nesse cenário, a criação de inéditas necessidades é capaz de ampliar a quantidade de produtos consumidos, ao lado da descoberta de novos valores de uso, capazes de impelir as formações sociais, consideradas

as suas classes sociais, a novas exigências e padrões de consumo. Teremos a oportunidade de retornar a esse tema ao longo da tese.

A diversidade do padrão de consumo, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, é uma dimensão que pode ampliar e complexificar as individualidades sociais, tornando-as mais heterogêneas. Trata-se, portanto, de um importante marcador da ascendente socialização de uma particular formação social. Não obstante, em decorrência das características que expusemos neste tópico, caso a dinâmica que leva àquela complexificação seja mantida sob a regência do capital, a tendência é que ela se transforme, cada vez mais, em um empecilho à explicitação genérica.

Para além dos padrões de consumo, a burguesia, em sua incessante busca pelo deslocamento da típica contradição de superprodução do modo de produção sob sua hegemonia, também pressiona a taxa de utilização decrescente de bens e serviços em outras duas dimensões: (I) a obsolescência planejada dos produtos, que encurta deliberadamente a vida útil de uma mercadoria; e (II) o abandono prematuro de bens e serviços que possuam um potencial de utilização intrinsecamente maior do que o desejado pela lógica de acumulação do capital — por exemplo, a ausência de serviços de reparo de peças automotivas ou de aparelhos eletrônicos que fossem menos custosos do que a compra de um novo produto. Vejamos como Mészáros (2011) nos apresenta essa situação em seu texto “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição”:

Torna-se, desse modo, necessário **divisar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usado, encurtando deliberadamente sua vida útil**, a fim de tornar possível o **lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação** que se acelera. A notória “**obsolescência planejada**” em relação aos “**bens de consumo duráveis**” produzidos em massa; a substituição, o **abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior** (por exemplo, o transporte coletivo) em favor **daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores**, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade [...].

Pois bem, agora falemos sobre a última taxa de utilização decrescente, a das máquinas e das instalações. Vejam, sob as legalidades apresentadas neste tópico, amplia-se a pressão do capital por um encurtamento artificial do tempo de vida das máquinas e das instalações físicas presentes no processo de produção. Como consequência, cria-se

uma dinâmica de renovação desses elementos quando ainda são passíveis de utilização, de tal maneira que se amplie a circulação dos bens de produção.

É importante dizer que, para garantir a dinâmica de renovação do maquinário privado, o Estado burguês — aquele que garante, apesar das contradições, a ditadura (o exercício do poder) dos donos dos meios de produção sobre a classe trabalhadora — cumpre uma função essencial, seja criando linhas de financiamento, a juros subsidiados, destinadas às empresas que queiram renovar as suas máquinas (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES], [19--]), seja financiado pesquisas que possam ter como resultado novas tecnologias a serem utilizadas pelo capital, como citamos anteriormente.

Finalizando este capítulo, podemos afirmar que as três tendências de diminuição da taxa de utilização apresentadas ao longo deste tópico, especialmente quando nos atemos à particularidade capitalista, sinalizam uma dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas que se consolida na ampliação do tempo excedente de trabalho. Dito de outra forma, a complexificação da capacidade humana de produzir permite uma redução do tempo de trabalho necessário à reprodução do próprio indivíduo e/ou de sua coletividade. Como consequência, toda a jornada de trabalho que extrapole esse tempo necessário consubstanciará um tempo excedente, e este se constituirá em um mais-valor, um mais-trabalho, que será apropriado pela classe burguesa em forma de lucro, caso as mercadorias produzidas sob tais relações sociais de produção sejam vendidas.

Paradoxalmente, esse processo torna-se um elemento tanto civilizatório — se comparado às dinâmicas reprodutivas das sociabilidades anteriores ao capitalismo —, quanto desumanizante, a partir do momento em que o inerente devir das legalidades do capitalismo transforma em entraves relações que, em um primeiro momento, impulsionaram o desenvolvimento das próprias forças produtivas.

Ele civiliza a humanidade na medida em que cria, de maneira constante, sob a perspectiva do capital, um mais-valor, um excedente, derivado de certo tipo de trabalho capaz de produzir muito além da necessidade imediata do trabalhador. Esse trabalho supérfluo, sob a perspectiva de subsistência da coletividade, potencializa as necessidades genéricas, complexificando o processo produtivo, bem como os produtos do trabalho. Tais necessidades, por sua vez, são incorporadas pelas sucessivas gerações, tornando-se, assim, universais.

Como necessário desdobramento, sucessivas gerações premidas por essa realidade criam uma capacidade produtiva, uma “laboriosidade”, que também se incorpora ao

gênero, por mais que não se expresse de maneira homogênea em cada indivíduo, em função da divisão sociotécnica do trabalho. Isso vale, também, para os conhecimentos cientificamente sistematizados e as habilidades desenvolvidas.

As totalidades submetidas a esse movimento, paulatinamente, reduzem o tempo necessário à reprodução permanente da riqueza socialmente acumulada. Nesse momento, abre-se uma possibilidade para que não seja mais a natureza aquela quem controla o “vir-a-ser” das sociabilidades, mas, sim, para que a humanidade, teleologicamente, transforme os nexos causais naturais em nexos postos segundo a sua vontade e a sua necessidade, mesmo que premida pela anarquia produtiva capitalista. Cria-se, como já salientamos em outro momento desta tese, um gênero em-si que, sob certas circunstâncias, pode se transformar em gênero para-si.

Nesse contexto, capital e trabalho (força de trabalho) ganham, respectiva e predominantemente, a forma de “dinheiro”, equivalente universal do capitalismo avançado, e de mercadoria: o primeiro sinaliza o aspecto geral da riqueza capitalista; a segunda consolida a substância imediata da produção e do consumo nesse tipo de sociedade. De mais a mais, como dissemos anteriormente, é importante ressaltar que, ao buscar um acúmulo incessante de riqueza, as totalidades sociais capitalistas colocam em movimento um conjunto de tendências que levam a uma ascendente socialização da produção e a uma complexificação das individualidades, visto que tais individualidades são colocadas em contato, considerados os recortes de classe e a divisão social do trabalho, com distintos e heterogêneos complexos sociais. Ao mesmo tempo, explicitam-se as contradições que se transformam em entraves ao próprio desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse momento, inauguram-se as quadras, os períodos históricos, em que se potencializam as transformações estruturais das sociedades. Vejamos como Marx, nos manuscritos econômicos de 1857–1858, os *Grundrisse* (2011b), apresenta de maneira primorosa essa dinâmica. Pedimos licença para transcrever a formulação na íntegra, em que pese a sua extensão, por se tratar de um todo articulado capaz de expressar com profundidade as ideias centrais apresentadas nas linhas anteriores:

O que aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais-trabalho acima de sua necessidade como trabalhador, acima, portanto, de sua necessidade imediata para a conservação de sua vitalidade. **O grande papel histórico do capital é o de criar esse trabalho excedente**, trabalho supérfluo do ponto de vista do simples valor de

uso, da mera subsistência, e seu destino histórico está consumado tão logo, por um lado, as necessidades são desenvolvidas a tal ponto que o próprio trabalho excedente acima do necessário é necessidade universal derivada das próprias necessidades individuais; por outro, **a laboriosidade universal mediante a estrita disciplina do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, é desenvolvida como propriedade universal da nova geração**; tão logo, finalmente, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que o capital incita continuamente em sua ilimitada mania de enriquecimento e nas condições em que exclusivamente ele pode realizá-lo, avançou a tal ponto que **a posse e a conservação da riqueza universal, por um lado, só requer um tempo de trabalho mínimo de toda a sociedade e, por outro lado, a sociedade que trabalha se comporta cientificamente com o processo de sua reprodução progressiva**, com sua reprodução em uma abundância constantemente maior; que deixou de existir, por conseguinte, o trabalho no qual o ser humano faz o que pode deixar as coisas fazerem por ele. Consequentemente, **capital e trabalho comportam-se aqui como dinheiro e mercadoria; o primeiro é a forma universal da riqueza, a segunda é só a substância que visa o consumo imediato**. Todavia, como aspiração incansável pela forma universal da riqueza, **o capital impele o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade**, que é tão universal em sua produção quanto em seu consumo, e cujo trabalho, em virtude disso, também não aparece mais como trabalho, **mas como desenvolvimento pleno da própria atividade**, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma imediata; porque uma necessidade historicamente produzida tomou o lugar da necessidade natural. Por isso o capital é produtivo; i.e., uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. **Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra um limite no próprio capital** (Marx, 2011b, p. 404 – 405, grifo nosso).

Nesse contínuo, prenhe de profundas contradições, o capital é capaz de descobrir novas utilidades para coisas antigas e desvelar inéditas características de matérias-primas sobejamente conhecidas, por exemplo, por meio da potência das ciências naturais. Como consequência, cada novo ramo de produção, cada inaudita necessidade que se expressa, cada trabalho excedente que surge são capazes de ampliar e complexificar as individualidades sociais e, no limite, o próprio gênero humano, tornando-o, dessa forma, cada vez mais multifacetado e universal. Por fim, essa dinâmica colocada em movimento pelo capital, ao se expandir em um mercado mundial capaz de romper com os preconceitos nacionais e com antigos sistemas tradicionais de supressão de necessidades, consolida as limitações que tornarão factível a própria superação. Para tanto, contudo, precisaremos também de uma classe trabalhadora para-si capaz de revolucionar a sociedade vigente.

Portanto, da **mesma maneira que a produção baseada no capital cria, por um lado, a indústria universal** — isto é, trabalho excedente, trabalho criador de valor —, **cria também, por outro lado, um sistema da exploração universal das qualidades naturais e humanas, um sistema da utilidade universal**, do qual a própria ciência aparece como portadora tão perfeita quanto todas as qualidades físicas e espirituais, ao passo que nada aparece elevado-em-si-mesmo, legítimo-em-si-mesmo fora desse círculo de produção e troca sociais. Dessa forma, **é só o capital que cria a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, bem como da própria conexão social pelos membros da sociedade**. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem somente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. **Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade**; deixa de ser reconhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio da produção. **O capital, de acordo com essa sua tendência, move-se para além tanto das fronteiras e dos preconceitos nacionais quanto da divinização da natureza**, bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, complacientemente circunscrita a certos limites, e da reprodução do modo de vida anterior. **O capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente**, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a **ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais** (Marx, 2011b, 542 – 543, grifo nosso).

CAPÍTULO III

3 O LAZER

Neste momento do texto, pretendo escrever sobre o lazer. Entretanto, peço licença ao leitor para, ao longo do capítulo, trazer à baila algumas questões estruturais que apontam a matriz que orientará a nossa análise desse complexo. Para tanto, tangenciarei, por exemplo, o conceito tipicamente marxista de modo de produção, além de me ater brevemente à análise dessa tradição sobre as classes sociais.

A apresentação desses dois conceitos nos é importante, por estarem ambos profundamente vinculados ao complexo da reprodução social, que tivemos a oportunidade de expor no primeiro capítulo da tese, com base nas formulações maduras de Lukács (2013a, 2013b). Ademais, tanto o conceito de modo de produção quanto o de reprodução social podem nos disponibilizar pistas indispensáveis ao entendimento do complexo do lazer.

Afinal, seguindo as descobertas da Teoria Social marxiana, podemos afirmar que o modo de produção determina, em grande medida, a natureza da própria reprodução da sociabilidade, das classes sociais à cultura, passando pela ideologia, pelo arcabouço jurídico-institucional, pelas necessidades socialmente criadas e compartilhadas, entre outros elementos. Tais informações lançam luz sobre as mais distintas esferas que compõem uma específica totalidade social, incluída a do lazer. Em resumo, para o marxismo, o modo de produção molda e determina a natureza da reprodução social, garantindo que as relações sociais, culturais e ideológicas predominantes sejam consistentes com o modo de produção dominante, além de impor limites concretos e históricos à explicitação dos complexos parciais que constituem as formações sociais.

Ademais, terminada a breve apresentação dos conceitos supracitados, farei uma síntese sobre as distintas concepções de lazer existentes, além de historicizar a constituição de um tempo liberado do trabalho e a origem do *licere*. Aproveitando tais formulações, buscarei, em seguida, apresentar alguns elementos que permeiam e organizam o lazer no capitalismo. De mais a mais, utilizarei este capítulo para apresentar notas introdutórias sobre as possibilidades emancipatórias do lazer, bem como a concretude de uma liberdade plena. Finalmente, apontarei as diferenças entre o ócio de

tempos idos da história da humanidade e o lazer contemporâneo. Iniciemos o nosso caminho...

3.1 O conceito marxista de modo de produção

A ciência da história, a Teoria Social ou o materialismo histórico constituem um novo campo científico que surge com as formulações de Marx, com especial participação de Engels. Esse campo possui alguns conceitos fundamentais, ideias com um alto nível de abstração que permitem o entendimento teórico de um aspecto particular da realidade social, sendo explicitadas a partir da própria realidade em movimento. Arriscando-nos a resumir para além do recomendável, poderíamos sintetizar os conceitos como “elementos de continuidade” observáveis em diferentes contextos, em que pesem as particularidades. Entre eles, serão úteis ao entendimento do lazer, além do complexo da reprodução social analisado no primeiro capítulo, os conceitos do “modo de produção, formação social e transição de um modo de produção a outro” (De Barros, 2009, p. 2) — todos eles interligados e capazes de sobredeterminar uma série de outros complexos a eles imanentes.

Neste momento da tese, daremos atenção especial ao conceito “**modo de produção**”. Inicialmente, é importante salientar que a sua descoberta, assim como toda a Teoria Social de Marx e Engels, é resultado não só de longas trajetórias intelectuais, mas de inserções militantes dos nossos autores no movimento operário europeu, especialmente a partir da década de 40 do século XIX. Vale frisar, além disso, que: os primeiros apontamentos sobre aquele conceito já se faziam presentes em 1845 e 1846, em um texto que, de início, não foi destinado à publicação, e ao qual já nos remetemos ao longo da tese, chamado “A Ideologia Alemã” (Marx; Engels, 2007b)⁵¹ — época em que Marx possuía apenas 27 anos e Engels, 25, ambos, portanto, ainda sem todo o arsenal categorial que descobririam ao longo de suas vidas de estudos e militância; porém, foi n’*O Capital* (2013b), em 1867, com as elaborações que apresentaram à classe

⁵¹ Quando ambos ressaltam, a título de exemplificação, que: “[...] um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas.” (Marx; Engels, 2007b, p. 34).

trabalhadora mundial as leis tendenciais do capitalismo, que o conceito ganhou pleno potencial.

Pois bem, o modo de produção diz respeito a uma determinada forma histórica a partir da qual os seres humanos produzem os meios necessários às suas existências. Ele **engloba** tanto uma específica relação com a natureza, ou seja, as **forças produtivas** (instrumentos, técnicas, força de trabalho etc.), quanto as próprias relações que os seres humanos colocam em movimento no momento da produção, isto é, as **relações sociais de produção**. “A combinação destes dois elementos: forças produtivas e relações sociais de produção, constitui a **matriz econômica** de todo o modo de produção e é a que determina, inclusive, os demais aspectos do econômico” (Cueva, 1997, p. 70, grifo nosso), quais sejam: a circulação, a distribuição e o consumo dos bens. Resumindo talvez para além do recomendável, podemos dizer que a matriz econômica de uma sociedade determina como a riqueza será socialmente produzida, distribuída e apropriada dentro dessa realidade.

De maneira esquemática, apenas para fins didáticos, poderíamos indicar ao longo dos aproximadamente 200 mil anos de existência de nossa espécie, superado o estágio do “comunismo originário”, a existência dos modos de produção escravista, feudal, asiático, capitalista e comunista. O socialismo, por seu turno, é frequentemente considerado como uma etapa transitória entre o capitalismo e o comunismo, caracterizado por uma forma de propriedade coletiva ou estatal dos meios de produção e um conjunto de relações de produção transitórias. Pois bem, o que a história nos demonstra é que, a partir de uma dada **matriz econômica**, tende a se consolidar uma específica **superestrutura social**, a qual é composta tanto de uma instância **jurídico-política** — de maneira fundamental, nas sociedades classistas, o Estado e o direito —, quanto de uma dimensão **ideológica**. Um alerta: neste ponto do texto, focalizamos a dimensão da ideologia, relacionando-a de maneira prioritária à concepção predominante de mundo decorrente de um específico contexto. Isso envolve ideias, imagens, representações, valores, entre outros elementos, que permeiam uma determinada conjuntura. No prefácio de uma fecunda obra marxiana intitulada “Contribuição à Crítica da Economia Política” (2016), publicada em 1859, o filósofo, economista e revolucionário alemão apresentou a seguinte formulação sobre a relação entre a estrutura e a superestrutura de uma dada sociedade:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: **na**

produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente da sua vontade, relações de produção que **correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas** materiais. O conjunto destas **relações** de produção constitui a **estrutura econômica da sociedade**, a base concreta sobre a qual **se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social**. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência** (Marx, 2016, p. 27-28, grifo nosso).

Nesse todo articulado, sempre em constante movimento e transformação que envolve a estrutura e a superestrutura de uma particular formação social, é essencial levarmos em conta um elemento fundamental: as **relações específicas** que os seres humanos consolidam, ao buscarem **produzir e reproduzir** a existência material do coletivo. Afinal, tais relações, além de corresponderem a um estágio específico de desenvolvimento das forças produtivas, simultaneamente, tendem a explicitar os momentos que darão vazão às transformações estruturais daquela sociabilidade, especialmente quando entrarem em contradição com o próprio desenvolvimento das forças produtivas existentes. Karl Marx discute essa contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção em várias de suas obras. Podemos citar, a título de exemplo, o *Manifesto Comunista* (1998) e o prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política” (2016), em que ele escreve o seguinte:

Em certo estágio de desenvolvimento, **as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes** ou, o que nada mais é do que a sua **expressão jurídica**, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. **De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações transformam-se no seu entrave**. Surge então uma época de **revolução social** (Marx, 2016, p. 28).

Dessa maneira, Marx apresenta a contradição central objetivamente responsável pelas mudanças sociais e revoluções ao longo da história: a **inadequação de certas relações sociais de produção** (a forma como a produção é organizada socialmente, quem possui os meios de produção e como os seus frutos são distribuídos) ao processo de **desenvolvimento das forças produtivas** (a capacidade da respectiva sociedade de produzir bens e serviços). Como consequência, relações que, em um primeiro momento, impulsionaram o desenvolvimento dessas forças tornam-se, em uma segunda etapa,

entraves ao seu incremento, abrindo um período de crises que tende a desaguar em significativas transformações.

Bem, buscando aprofundar a discussão sobre a centralidade da atividade material na dinâmica de elaboração das ideias predominantes de um dado contexto, nos cabe indicar que Marx, ao lado de Engels, no retromencionado texto denominado “A Ideologia Alemã” (2007b)⁵², observou que, a produção material da vida determina as formas de representações e as reflexões dos seres humanos dessa realidade, ou seja, coloca determinações, criando um arco concreto de possibilidades reflexivas.

Destarte, ao criticarem as “revoluções ideais”, realizadas apenas no plano do pensamento e da consciência, Marx e Engels (2007b) expõem indícios de como a produção de ideias de um específico contexto sócio-histórico encontra-se em determinação reflexiva com a sua coetânea produção material da vida. Logo, a consciência – o intercâmbio espiritual entre os seres humanos que se expressa na política, nas leis, na moral, na religião etc. – relaciona-se diretamente a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas. A consciência, portanto, é o SER consciente, a dinâmica da sua vida real. Vejamos o que os autores nos dizem sobre o tema:

A produção de ideias, de representações, da consciência está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real (Marx; Engels, 2007b, p. 93 – 94, grifo nosso).

Seguindo as pistas dessa relação entre a consciência e a produção material da existência, isto é, entre a **ideologia** e a **matriz econômica** de uma determinada sociedade, Marx e Engels indicaram o fato de que as “ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao

⁵² A título de informação, vale salientar que esse texto consolida uma crítica extensiva de ambos à filosofia alemã da época, em particular à filosofia idealista de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, marcando “um acerto de contas” de Marx e Engels com os seus conterrâneos, Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner, todos hegelianos de esquerda. A partir dela, abriu-se o caminho para a constituição da Teoria Social assentada nas formulações de ambos.

mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (Marx; Engels, 2007b, p. 47). Destarte, a propriedade dos meios de produção confere aos seus detentores não apenas uma direção do processo de produção, circulação, consumo e distribuição dos bens, mas, de igual maneira, a possibilidade de constituir uma **hegemonia cultural**, ao moldar as percepções, as atitudes, os comportamentos e os valores segundo um entendimento da realidade que lhes seja favorável.

Esse é um dos elementos que lhes permite dar coesão à sociedade com base em seus interesses. Segundo De Barros (2009, p. 6), a “estrutura ideológica tem o papel de gerar representações das próprias práticas e da inserção dos grupos [...] no sentido de tornar essas relações viáveis aos olhos das classes, permitindo assim a coesão social [...]”. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1998, p. 46, grifo nosso) nos dizem:

Será preciso grande inteligência para compreender que, **ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais**, a sua existência social, **mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos**, numa palavra, **muda a sua consciência?**

De toda sorte, essa relação entre a infraestrutura econômica e as instâncias da superestrutura não deve ser compreendida de uma maneira determinista e/ou simplista. Afinal, apesar de a base econômica colocar as determinações que moldam os limites e as próprias funções dos complexos jurídico, político e ideológico, na linha da reprodução do modo de produção hegemônico, também é verdade que, com a dinâmica de complexificação das sociedades e de agudização das contradições, as esferas da superestrutura ganham certa autonomia relativa, o que permite que influenciem a própria matriz econômica e atuem sobre ela.

Ademais, essa articulação entre os distintos complexos que constituem as sociedades — logo, a relação entre a economia e as demais esferas da sociabilidade — altera-se de maneira significativa a depender do contexto. Destarte, quando falamos de um **específico modo de produção**, temos de considerar uma dada articulação real e concreta entre as esferas sociais, para além de nos atermos apenas à matriz econômica. Até mesmo porque, em momentos de transição, podem coexistir, em uma única **formação social**, tanto um modo de produção dominante quanto um subordinado, em vias de desaparecer (Cueva, 1997; De Barros, 2009).

Por fim, concluímos este tópico salientando a diferença entre as **formações sociais concretas** e os **modos de produção**. Embora ambos os conceitos estejam intimamente

relacionados, eles abordam aspectos diferentes da organização social e do sistema produtivo. Vejam, a formação social concreta refere-se à totalidade das relações sociais, políticas, culturais e econômicas que caracterizam uma determinada sociedade em um específico momento histórico — por exemplo, a França no século XXI. Esse Estado-nação, assentado no modo de produção capitalista, possui uma história particular, resultado de uma combinação própria e complexa de diferentes fatores, incluindo as relações de produção, a estrutura de classes, as formas de governo, as práticas culturais e as ideias dominantes. Essa história é distinta da encontrada no Brasil do século XXI: embora a formação social concreta deste também seja capitalista, tendo como modo de produção hegemônico uma dimensão da totalidade semelhante àquela presente na França, esse modo se explicita no Brasil de uma maneira específica. Visto que, apesar de conectado, em maior ou menor medida, ao modo de produção capitalista francês — afinal, vivemos no tempo do mercado mundial como forma de expressão do imperialismo em sua fase tardia —, possui as próprias legalidades, tendências e peculiaridades. Em resumo, a formação social concreta e o modo de produção são conceitos interligados, porém distintos, e ambos são essenciais à análise abrangente e profunda das estruturas sociais e econômicas de uma sociedade.

3.1.1 O MARXISMO E AS CLASSES SOCIAIS

Começaremos este tópico sobre classes sociais — que também será útil ao debate sobre o lazer em um horizonte crítico —, diferenciando a perspectiva marxista de classe de outras concepções sobre o tema. Para tal corrente revolucionária, em que pesem as diferentes tradições que a permeiam, grosso modo, as classes sociais não podem ser reduzidas a “simples categorias nominais construídas a partir de um esquema lógico formal aplicável a qualquer sociedade” (Cueva, 1997, p. 69). Isso significa que são estranhas ao marxismo diferenciações como classe alta, média ou baixa e todas as suas possíveis subdivisões. De modo semelhante, é alheia a essa tradição a criação de um conjunto de indicadores empíricos que, supostamente, balizariam essa divisão.

Para o marxismo, as classes sociais também não são definidas com base em diferenças de níveis de educação, de apropriação cultural, de prestígio etc. Afinal, esses dados são apenas a expressão mais visível de específicas estruturas de classes que compõem as formações sociais concretas. Além disso, nem “mesmo a magnitude da

fortuna ou da *riqueza* dos membros de uma sociedade é para o marxismo o elemento fundamental da estrutura de classes” (Cueva, 1997, p. 69). Isso porque essa magnitude pode diferir no interior de uma mesma classe, considerados os distintos indivíduos que a compõem, bem como, de maneira inversa, a fortuna dos membros de duas ou mais classes pode, sob certas circunstâncias, ser parecida.

Então, o que são as classes sociais para o marxismo? Bem, inicialmente, é importante salientar que *as classes sociais são posições estruturais concretas que os sistemas e os modos de produção específicos atribuem aos indivíduos que as compõem, sendo, portanto, o resultado da matriz econômica de certos modos de produção sobre os seus agentes históricos concretos*. Nesse contexto, de que modos de produção particulares estamos falando quando nos referimos ao surgimento das classes sociais? Eis o que Cueva (1997, p. 71) nos diz:

O marxismo tem dado uma resposta muito precisa a este problema: **trata-se daqueles modos de produção nos quais existem a propriedade privada dos meios e/ou agentes de produção** (homens, terra, ferramentas, máquinas, etc.), e onde **as relações sociais se organizam em torno de um mecanismo fundamental de exploração**: relações entre amos e escravos no modo de produção escravista, entre senhores e servos no modo de produção feudal, entre burgueses e proletários no modo de produção capitalista.

Logo, as classes sociais surgem com a aparição histórica de modos de produção em que há uma diferença socialmente estabelecida entre os lugares ocupados por grandes grupos de seres humanos no sistema de produção, com desdobramentos para as relações de propriedade e de exploração, incluída a possibilidade de haver apropriação do trabalho alheio. Isso porque, em função dessa distinta posição, tais grupos possuem diferentes relações frente aos meios de produção, à organização social do trabalho e, conseqüentemente, às formas e às proporções de apropriação da riqueza social. Na linha do que afirmamos acima, em 1919, Vladimir Ilyich Lênin fez um apontamento sobre o tema, em um artigo denominado “Uma grande iniciativa” (1979), voltado à discussão sobre o heroísmo dos operários que estavam na retaguarda do Exército Vermelho, no contexto da construção do socialismo na Rússia Soviética.

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social

do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao facto de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (Lênin, 1979, p. 150).

No *Manifesto Comunista* (1998), publicado em 1848, Marx e Engels, ao apresentarem a contradição central da história — apesar de não ser a única —, a luta de classes, o motor que garante as profundas mudanças das formações sociais concretas, sintetizam de maneira cristalina as expressões dessas diferentes posições que grandes grupos humanos assumem no interior de determinados modos de produção e as conseqüências dessa luta para o devir: a vitória de uma das classes ou a barbárie (destruição das duas classes). Vejamos:

A história de toda a sociedade até aqui é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, em constante oposição uns aos outros, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; ora uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (Marx; Engels, 1998, p. 22-23).

Finalizando este tópico sobre as classes sociais, é importante ressaltar a continuação dessa citação do *Manifesto*, na medida em que os nossos autores a completam, salientando a contradição central do atual modo de produção hegemônico em todo o mundo, o capitalismo. Essa contradição consolida-se na disputa entre os donos dos meios de produção — a burguesia e suas franjas de classe — e a classe que possui apenas a força de trabalho como propriedade — o proletariado e suas frações de classe — pela apropriação da riqueza produzida socialmente.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, contudo, pelo fato de ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: burguesia e proletariado (Marx; Engels, 1998, p. 22-23).

3.1.2 AS CLASSES EM-SI E AS CLASSES PARA-SI

Explicitada a compreensão marxista sobre classes sociais, cabe-nos agora, pautados por essa tradição, realizar uma distinção indispensável ao correto entendimento do evoluir da luta de classes: a diferença entre a classe em-si e a classe para-si. Em uma apertada síntese, com um alto grau de abstração, poderíamos conceituar a **classe em-si** como um conjunto de indivíduos que, embora compartilhem uma determinada posição nas relações sociais de produção, considerada a matriz econômica, ainda não desenvolveram uma consciência comum, que seja pautada por um senso de solidariedade e de luta. No capitalismo, por exemplo, poderíamos nos referir àqueles trabalhadores que, apesar de serem explorados e reconhecerem as condições compartilhadas por indivíduos que ocupam posição semelhante, não se uniram para lutar politicamente contra essa situação.

Já o conceito de **classe para-si** diz respeito à classe que, para além de se reconhecer como uma classe distinta de outra, organiza-se politicamente para reformar e transformar radicalmente a sua posição no sistema. Para tanto, é capaz de se engajar em lutas coletivas, de caráter político, por meio de partidos, associações, sindicatos e/ou movimentos sociais. Citando caso análogo, podemos nos remeter ao movimento operário que surgiu durante a Revolução Industrial na Europa. Esse movimento foi representado, por exemplo, pela Liga dos Justos (1836), pela Liga Comunista (1847), pela Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), pelo Partido Social-Democrata da Alemanha (1863), pelo Partido Trabalhista Britânico (1900), entre outros sujeitos coletivos formados para defender os interesses da classe trabalhadora contra os interesses políticos e econômicos dos donos dos meios de produção.

Nessa direção, no texto “Miséria da Filosofia” (2017a), publicado em 1847, Marx, além de uma contundente crítica à filosofia de Proudhon, expõe as suas concepções sobre a economia política e a possibilidade de transformação revolucionária da sociedade. Em um dado momento, o pensador alemão apresenta a evolução da luta dos operários europeus e ressalta que, de uma defesa inicial por melhores salários, aquela luta deveria se transformar em algo mais abrangente, de cariz político, contra a classe burguesa. Afinal, apenas dessa forma os operários poderiam se constituir como uma classe para-si

e transcender os limites do economicismo e de um reconhecimento estéril de sua posição na estrutura produtiva.

Eis o trecho em comento:

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide seus interesses. Mas a manutenção do salário, o interesse comum que eles têm contra o patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência — coalizão [...] Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se mais importante para elas que manutenção do salário. Isso é tão verdadeiro que os economistas ingleses se assombram ao ver que os operários sacrificam boa parte do salário em defesa das associações que, para esses economistas, só existem em defesa do salário. Nessa luta — verdadeira guerra civil —, reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos para a batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político. As condições econômicas primeiro transformaram a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre as classes é uma luta política (Marx, 2017a, p. 217).

De igual maneira, no texto “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” (2011), publicado em 1852, ao analisar a ascensão ao poder de Luís Napoleão Bonaparte, com um golpe de Estado ocorrido no dia 2 de dezembro de 1851, que instituiu o Segundo Império da França, Marx ressalta como a não constituição de uma classe para-si do campesinato o coloca a reboque dos ditames do próprio poder executivo centralizador, nesse caso, o imperador de momento — em uma relação que se assemelha ao misticismo e à submissão ao transcendente. Pedimos licença para transcrever a integralidade do trecho, visto que, ao fazê-lo, demonstramos, com base em Marx, como a comunhão de interesses e de cultura de uma classe — portanto, a classe em-si —, caso não desborde para uma organização política, inviabilizará a sua síntese superior em uma classe para-si.

Os camponeses parceiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento

é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. **A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência,** portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. **Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade.** Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, **a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas,** como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. **Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe.** Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na **medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum,** nenhuma união nacional e **nenhuma organização política,** eles **não constituem classe nenhuma.** Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. **Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante** precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, **como uma autoridade acima deles,** como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e **lhes mande chuva e sol lá de cima.** A expressão última da influência política dos camponeses parceiros consiste, portanto, **no fato de o Poder Executivo submeter a sociedade a si próprio** (Marx, 2011, p. 142 – 143).

Esses trechos marxianos salientam que as categorias classe em-si e classe para-si não são estáticas, mas, sim, dialéticas, logo interconectadas. Afinal, a própria agudização da luta de classes pode levar ao surgimento da síntese superior a que fizemos menção anteriormente, que depende, igualmente, das circunstâncias históricas e sociais particulares de uma sociedade ou período. Ainda sobre essa dinâmica, o professor José Paulo Netto, em seu texto “Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista”, indica que “o trânsito de uma classe em si à condição de classe para si reclama tanto a consciência do que está em jogo nos confrontos quanto a autoconsciência da classe que se dispõe à luta” (Paulo Netto, 1998, p. 17).

Autoconsciência e organização política são dois momentos indispensáveis à síntese superior da classe. Sem esse estágio, infirma-se a possibilidade de uma transformação que aponte para um processo revolucionário. E o que a realidade nos

demonstra nos dias atuais, como já apresentamos ao longo desta tese, é que a precarização da vida (condições objetivas) desarticulada de uma ampliação da consciência da classe trabalhadora (condições subjetivas) pode desaguar no oposto do processo revolucionário, ao possibilitar a ascensão de um movimento irracionalista e reacionário de massas, que, no limite, podem até mesmo se aproximar do ideário nazifascista de outrora. Logo, uma revolução proletária bem-sucedida exigirá dos trabalhadores o seu reconhecimento não apenas como uma classe distinta da burguesia e de suas frações e antagônica a elas, mas, de igual maneira, como uma organização política que lhes permita transformar profundamente a realidade.

Por fim, vale sublinhar que a atuação de uma classe para-si no processo de transformação radical da realidade já se expressou na história da humanidade. Tanto na Revolução Bolchevique, na Rússia, em 1917, quanto na superação do modo de produção feudal, ancorado no trabalho servil, pelo modo de produção capitalista, estruturado pelo trabalho assalariado, especialmente, no continente europeu e nos EUA. Exemplos notáveis de revoluções burguesas incluem a Revolução Estadunidense (1775–1783) e a Revolução Francesa (1789–1799), ambas lideradas por membros da burguesia que buscavam derrubar os privilégios da nobreza e do clero e estabelecer um novo sistema político baseado em princípios como a igualdade formal, a liberdade de ser proprietário e a propriedade privada dos meios de produção.

3.2 Notas sobre a história dos estudos sobre o lazer e as suas concepções

Iniciamos agora um debate mais aprofundado sobre o lazer. Foi necessário apresentar os conceitos de **reprodução social** — sobretudo com base nas formulações do Lukács maduro —, além dos conceitos de **capitalismo tardio**, **modo de produção** e **classes sociais** — segundo a tradição marxista —, pois tais dimensões da totalidade darão suporte à vertente segundo a qual analisaremos o próprio complexo em análise.

Preliminarmente, é importante sublinhar que, de acordo com Dumazedier (1979), no âmbito internacional, os estudos do lazer ganharam corpo, de maneira especial, nas décadas de 20 e 30 do século passado, com as sociologias empíricas do lazer surgidas nos EUA e na França. Tais estudos, grosso modo, buscavam explorar as conexões do lazer com outros aspectos da sociedade, atendo-se, por exemplo, à proposta de ajustamento moral e utilitarista dos trabalhadores ao processo produtivo, a partir, também, do tempo

liberado do trabalho. Entretanto, vale salientar que foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que as pesquisas e as discussões sobre a sociologia do lazer se expandiram globalmente, interligando-se mais intensamente a outros campos, tais como: a política, o urbanismo, o planejamento econômico, a saúde e a assistência social (Machado da Silva *et al.*, 2011). Vejamos o que Mascarenhas nos diz sobre esses estudos iniciais:

[...] no cenário internacional, os primeiros estudos voltados à problemática do lazer datam das décadas de 1920 e 1930, nos Estados Unidos e na França [...] orientados para o ajustamento dos trabalhadores ao uso moral e utilitário do tempo livre. Mas é no pós-guerra, a partir da década de 1950, que a chamada sociologia do lazer toma corpo, com pesquisas sobre o assunto alastrando-se por outros países e estabelecendo interface com outros temas (Mascarenhas, 2005, p. 17-18).

No que diz respeito ao Brasil, alguns autores (Bramante, 1998; Marcellino, 1996; Requiça, 1977) indicam a obra de Ferreira (1959), intitulada “Lazer operário: um estudo da organização social das cidades”, como marco inicial do fluxo de pesquisa sobre o tema. Contudo, o estudo sistemático sobre o complexo social do lazer ganhou corpo em nosso país especialmente a partir da década de 1970. As criações de dois importantes centros de pesquisa sinalizam esse movimento: o CELAZER, em São Paulo – SP, em 1970; e o CELAR, em Porto Alegre – RS, em 1973. Os primeiros frutos, por seu turno, não demoraram a aparecer: uma ação institucional do Serviço Social do Comércio – SESC, que criou um quadro de especialistas próximos às formulações de J. Dumazedier, uma das principais referências mundiais dos estudos do lazer; e o primeiro curso de especialização em lazer do país, oriundo de uma parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS) e a prefeitura de Porto Alegre – RS, que qualificava profissionais atuantes em uma rede de educação comunitária (Mascarenhas, 2005, p. 16-17).

Aprofundando essa análise, Elza Peixoto (2007) propôs uma divisão da história das pesquisas sobre o tema no Brasil contemplando **quatro grandes ciclos**. O **primeiro**, ocorrido entre 1891 e 1968, que atravessou, portanto, a República Velha (1889–1930)⁵³,

⁵³ A República Velha, também conhecida como Primeira República, foi um período da história do Brasil que durou de 1889 a 1930, marcado pelo fim da Monarquia e a Proclamação da República. O período pode ser dividido em duas fases: a República da Espada (1889–1894) e a República Oligárquica (1894–1930).

o Governo Provisório⁵⁴ e o Governo Constitucional de Vargas⁵⁵ (1930–1937), o Estado Novo (1937–1945)⁵⁶ e a Quarta República (1945–1964)⁵⁷, conteve uma literatura “farta na produção de (1) sugestões de jogos, brinquedos e brincadeiras voltados ao convívio familiar e escolar; (2) de orientações para o que devia ser feito no tempo livre gerado com a regulamentação da duração do trabalho e a redução da jornada” (Peixoto, 2007, p. 88). O **segundo**, ocorrido durante a Ditadura Militar⁵⁸, especialmente entre os anos de 1968 e 1979, apresentou “(1) apontamentos de diretrizes para a política nacional de lazer e de (2) realização de pesquisas acerca do que está a fazer do tempo livre do trabalho profissional e escolar a classe trabalhadora” (Peixoto, 2007, p. 113). Esse ciclo objetivou, prioritariamente, o aprimoramento dos serviços, bem como a melhoria da formação dos profissionais envolvidos com o lazer.

Já o **terceiro** momento nos remete aos anos de 1979 a 1989, um período de reabertura política e redemocratização do país⁵⁹. Em tal etapa, “esboça-se um processo

⁵⁴ O governo provisório de Getúlio Vargas foi a fase inicial do período em que Vargas esteve no poder, estendendo-se de 1930 a 1934. Esse período começou após a Revolução de 1930, que marcou o fim da República Velha e a ascensão de Vargas ao cargo de Chefe do Governo Provisório.

⁵⁵ O Governo Constitucional de Getúlio Vargas foi a fase que se estendeu de 1934 a 1937, após a promulgação da Constituição de 1934. Esse período veio na sequência do Governo Provisório (1930–1934) e antecedeu o Estado Novo (1937–1945), regime autoritário liderado por Vargas.

⁵⁶ O Estado Novo refere-se ao regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas no Brasil, que vigorou de 1937 a 1945. Esse período é a fase final e mais autoritária da Era Vargas, caracterizado por um forte controle do Estado sobre diversos aspectos da sociedade brasileira.

⁵⁷ A Quarta República Brasileira, frequentemente referida como a República Populista, refere-se ao período democrático que ocorreu entre 1946 e 1964. Esse período começa com o fim do Estado Novo, a ditadura de Getúlio Vargas, e termina com o golpe militar de 1964, que instaurou uma nova ditadura que durou até 1985.

⁵⁸ A Ditadura Militar Brasileira refere-se ao período entre 1964 e 1985, durante o qual o Brasil foi governado por uma série de generais, e o regime político caracterizou-se pela suspensão de direitos civis e políticos, censura, perseguição política e repressão violenta contra seus opositores.

⁵⁹ O processo de redemocratização do Brasil, que culminou com o fim da Ditadura Militar e a consolidação de uma democracia civil, estendeu-se principalmente durante a década de 1980. Foi marcado pelos seguintes acontecimentos: (I) **abertura política**; (II) **fim do AI-5**, em 1978, quando o governo revogou o Ato Institucional n. 5, um dos principais instrumentos de repressão do regime; (III) **retorno dos exilados**, ainda no final da década de 1970, quando muitos opositores do regime que estavam no exílio começaram a retornar ao Brasil; (IV) **eleições diretas**, em 1982, quando se realizaram eleições diretas para governadores dos estados, um marco importante no processo de redemocratização; (V) movimento **“Diretas Já”** (1983–1984), constituído por um movimento popular que demandava eleições diretas para a presidência da República, com grandes comícios que reuniram milhões de pessoas em várias cidades brasileiras; apesar da intensa mobilização, em abril de 1984, a emenda que propunha eleições diretas foi rejeitada pelo Congresso; (VI) **eleição indireta de Tancredo Neves**, quando, após a derrota da campanha das Diretas, o cenário político conduziu à eleição indireta de Tancredo Neves como presidente e José Sarney como vice-presidente, em 1985; no entanto, Tancredo adoeceu gravemente antes de tomar posse e veio a falecer, de modo que José Sarney assumiu a presidência, tornando-se o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar; (VII) **Constituição de 1988**, um dos principais marcos da redemocratização, a elaboração e promulgação de uma nova Constituição, em 1988; a “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, restaurou e ampliou os direitos civis e políticos dos cidadãos, consolidando o país como uma democracia; (IX) **primeiras eleições diretas para presidente**, em 1989, quando o Brasil realizou as primeiras eleições diretas para presidente desde o início da ditadura.

intenso de debate e crítica da orientação teórica funcionalista detectada como a marca predominante dos períodos anteriores” (Peixoto, 2007, p. 127). Por fim, o **quarto ciclo** inicia-se nos anos 90 do século passado e chega aos dias atuais. Ele consolida um período de formação profissional em nível superior e de deflagração da pós-graduação direcionada aos estudos do lazer. De lá para cá, multiplicaram-se os grupos de pesquisa fundados pelos pesquisadores formados nas décadas de 80 e 90, sob o incentivo do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Pois bem, para fins didáticos e buscando identificar as bases do nosso entendimento sobre o lazer, poderíamos agrupar, na linha do proposto por Mascarenhas (2005), os estudos e as pesquisas explicitadas nesses períodos sob quatro concepções: **idealista-subjetivista, realista-objetivista (funcionalista), crítico-idealista e marxista**. Nos próximos parágrafos, buscaremos demonstrar a concepção que nos contempla. No entanto, faremos um caminho inverso, pois, antes de afirmarmos as bases que nos sustentam, apresentaremos aquelas com as quais temos divergências. Ao fazê-lo, tangenciaremos as concepções retromencionadas.

Vamos lá, nosso estudo não parte de uma **abordagem subjetivista** desse fenômeno, que considera o **lazer como algo intrínseco e individual**, ligado aos sentimentos, às experiências e às percepções de cada pessoa. Como consequência, para tal tradição⁶⁰ — a título de exemplo —, o que é lazer para uma pessoa pode não ser para outra, dependendo de seus interesses pessoais, do contexto cultural, do estado emocional, das sensações que desperta, entre outros fatores. Trata-se de um subjetivismo que, no limite, alinha essa matriz às perspectivas pós-modernas, fenomenológicas e/ou existencialistas (todas antagônicas ao marxismo), desistoriciza a esfera e a desatreia da totalidade social que a ela dá vazão, constituída a partir de uma particular reprodução social e modo de produção.

Façamos uma breve digressão para, de maneira aligeirada — por não se tratar de nosso objeto de estudo —, indicar alguns elementos sobre as correntes de pensamento supracitadas. A fenomenologia é uma perspectiva filosófica desenvolvida no início do século XX pelo alemão Edmund Husserl (1859-1938). Ela tem como perspectiva estudar os fenômenos com base na maneira pela qual eles se apresentam à consciência, isto é, de acordo com as experiências diretas. Consequentemente, acaba por descrever e explicar o

⁶⁰ Para um exemplo dessa perspectiva, sugerimos Cf. Reis *et al.*, 2009, p. 73; Elias; Dunning, 1992.

mundo a partir do indivíduo, sem recorrer a teorias ou conceitos pré-estabelecidos. Em outras palavras, inclina-se à descrição pura e direta da experiência. O existencialismo, por sua vez, é uma corrente filosófica que se concentra na experiência concreta do indivíduo, na subjetividade e na significação da existência individual. Surgiu um pouco depois da Fenomenologia, sendo por ela influenciado. Filósofos existencialistas incluem, entre outros, Jean-Paul Sartre e Martin Heidegger. Quanto à pós-modernidade, apresentamos algumas informações no segundo capítulo do texto.

No que tange aos entendimentos pertinentes ao *licere* que se alinham à exacerbação subjetivista, seguindo as pistas de uma visível correlação entre o ser social contemporâneo — vertebrado, por exemplo, por uma significativa mercantilização da vida, financeirização da economia (que desatrela a riqueza de sua vertente imóvel, portanto restrita a uma localização geográfica) e hegemonia da indústria cultural — e a consciência típica desse estágio de desenvolvimento capitalista, enclausurada na particularidade (Lukács, 2013a) e no individualismo, podemos, sem receio de cometermos falsas generalizações, afirmar que aqueles elementos estruturais agudizaram as teorias — na esteira do pensamento pós-moderno e de sua oposição às compreensões totalizantes da realidade — que realçam a subjetividade, a atitude pessoal e o sentido atribuído pelo indivíduo às práticas do lazer.

Ao fazê-lo, tais teorias sobrelevam e autonomizam os primeiros termos dos pares dialéticos (apenas compreensíveis com base na própria relação que expressam) singularidade/universalidade, imediato/mediato e subjetividade/objetividade. Transformaram-nos, ademais, em momentos predominantes dessas relações, visto que os autores alinhados à perspectiva idealista e subjetivista do *licere* tendem a analisar as modificações desse complexo pautados pela direção e pela magnitude conferidos pela singularidade, pelo imediato e pela subjetividade. Esse procedimento, por sua vez, fragmenta o lazer, o que, levado às últimas circunstâncias, infirma a possibilidade de entendê-lo em sua totalidade, isto é, entendê-lo como uma dimensão total, “sobredeterminada” por uma totalidade social mais abrangente, que se reproduz de uma maneira particular.

[...] para a visão **idealista-subjetivista** o acesso ao objeto é possibilitado mediante **a compreensão do sentido que as pessoas atribuem à sua respectiva vivência**. Incorre assim o pesquisador em um tipo de interpretação em que é **recuperado o sentido ou acordo social** — isto é, sentidos consensuais — construído em torno do lazer dentro de contextos restritos de significação. Desta forma, **o aspecto**

atitude relaciona-se à subjetividade fundante do sentido atribuído à ação no lazer. A verdade está na mente do sujeito (Mascarenhas, 2005, p. 13, grifo nosso).

Em nossa singela análise, os estudos dessa tradição refletem idealmente uma alienação típica do capitalismo contemporâneo: a exacerbação de individualidades imersas nas próprias particularidades, que, em função de um determinado estágio do modo de produção em que vivem, são incapazes de perceber o vínculo inquebrantável que possuem com a totalidade social em que se encontram — desde a forma como reproduzem materialmente as suas existências, a maneira pela qual fruem o tempo liberado do trabalho, a língua que utilizam para a comunicação até os conhecimentos, os objetivos e os valores que compartilham.

O lazer corresponde, assim, a um dos terrenos possíveis de obliteração/inversão da subjetividade exacerbada (ALVES, 2006, p. 33). A cultura do narcisismo e as diversas formas de irracionalismos que constituem o cotidiano do trabalho e do lazer nas últimas décadas de crise estrutural do capital, **expressam à exaustão esta subjetividade complexa imersa em sua própria particularidade**. O impulso da financeirização, que pressupõe o trabalho (e vida social) precário, elemento catalisador do medo e que é matriz do consentimento, atinge afetos e relações sociais das mais diversas. **Objetos e valores são apropriados pela indústria cultural e tornam-se ícones (e signos) do suposto “tempo livre”, no qual se destaca o tempo de descartabilidade dos produtos culturais**, a reprodução da mesmice, a privatização do espaço público, a sociedade da imagem e do espetáculo e o surgimento de uma cultura da interface e do simulacro (2006, p. 35-37). **Trata-se da dinâmica intensiva da lógica do capital financeiro aplicada à subjetividade complexa** (Oliveira, 2016, p. 102).

Realizamos tal inferência, apoiando-nos, além de Mascarenhas (2005) e Oliveira (2016), em Marx e Engels (2007b), especialmente quando nossos autores se utilizam da categoria da ideologia para ressaltar que, sob certas circunstâncias, os seres humanos e suas relações aparecem aos primeiros de maneira invertida, como em uma câmera escura. Essa alegoria utilizada pelos revolucionários alemães, em especial a reflexão invertida da realidade, é uma pista para compreendermos, com base na própria concretude histórica, a contraversão coagulada em formulações filosóficas e científicas que invertem o momento predominante da relação entre o sujeito e o predicado, entre o ser (objetividade socialmente constituída) e a consciência (subjetividade), entre o universal e o singular. Os elementos do capitalismo tardio que já analisamos, bem com as categorias do **fetichismo da mercadoria**, da **coisificação das relações sociais** e do **trabalho alienado**,

que apresentaremos mais à frente, podem nos auxiliar a descortinar o motivo dessa inversão. Vejamos o que os nossos autores nos dizem:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado **desenvolvimento de suas forças produtivas** e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e **o ser dos homens é o seu processo de vida real**. Se, em toda **ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo** como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu **processo histórico de vida**, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (Marx; Engels, 2007b, p. 93-94).

Seguindo as pistas dessa formulação dos revolucionários alemães, podemos nos aventurar a constatar uma coexistência entre a historicamente predominante perspectiva funcionalista do lazer (Peixoto, 2007) — que apresentaremos a seguir — e as reflexões idealistas/subjetivistas/relativistas de toda sorte. São operações intelectuais que oscilam entre a miséria da razão e a destruição da razão — com as devidas adequações, um movimento semelhante ao que apontamos no complexo da política ao citarmos a ascensão atual do neofascismo, no segundo capítulo da tese. Flutuam entre a instrumentalização do complexo em questão segundo os interesses capitalistas (funcionalismo) e/ou a defesa da impossibilidade de compreendê-lo como uma dimensão total, porém de menor envergadura, imersa em uma específica totalidade social, ou seja, de entendê-lo como mais um complexo submetido a uma realidade que é, em-si, um “complexo de complexos” (Lukács, 2010, 2012, 2013b). Logo, reduzem essa esfera aos sentimentos e às atitudes individuais, subjetivas, daqueles que a usufruem, negando as cognições abrangentes e, no limite, propugnando a inviabilidade de entendê-lo objetiva e racionalmente. Segundo Oliveira (2022, p. 10, grifo nosso):

[...] **sem que os pesquisadores possam justificar racionalmente suas crenças mais profundas sobre o mundo**, parte dos estudos do lazer acabam por afirmar a **irracionalidade de suas figurações, concepções ou ideias sobre o mundo**. Diante da “flagrante impossibilidade” de apreender as legalidades objetivas que operam no mundo social, **a prática só pode estar reduzida ao imediato existente**. A máxima expressão disso é **o abandono de uma práxis voltada à emancipação humana**.

De maneira idêntica, afastamo-nos de um entendimento do lazer de matiz **objetivista e empirista**, que o restringe a um conjunto de atividades realizadas no tempo liberado do trabalho, passíveis de mensuração e categorização e destinadas à garantia do equilíbrio, da funcionalidade e da própria reprodução social. Tais traços aproximam os autores dessa tradição tanto da corrente filosófica positivista, alinhada, em uma apertada síntese, à observação e à empiria como elementos centrais do processo científico, quanto de um **funcionalismo sociológico**, que reduz as formações sociais concretas à conjunção de partes interdependentes que desempenhariam funções capazes de garantir a estabilidade do todo.

O conceito de lazer mais amplamente disseminado nessa linha de estudo é o do sociólogo francês Joffre Dumazedier (1915–2002), reconhecido como o pai da sociologia do lazer (Muller; Da Costa, 2003, p. 255). Em maior ou menor medida, o entendimento funcionalista do lazer torna-se uma mediação necessária às demais perspectivas de estudo do complexo, seja na direção de expandi-lo, seja na perspectiva de criticá-lo. Para Dumazedier (1976, grifo nosso), o lazer trata-se de:

[...] um **conjunto de ocupações** às quais o indivíduo pode entregar-se de **livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se**, ou ainda para **desenvolver** sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora **após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais**.

Portanto, caberia ao complexo supracitado, em linhas gerais, garantir o **descanso, o desenvolvimento e o divertimento pessoal, vencidas as obrigações** profissionais, familiares e sociais. E, com aquelas possibilidades, **contribuir com o equilíbrio social**, na medida em que fugir do estresse e das tensões da vida cotidiana permitiria às pessoas uma recuperação física e mental, ampliando o bem-estar geral e a própria produtividade no trabalho. Além disso, a socialização e a interação social presentes no lazer garantiriam uma coesão da sociedade, mediante a difusão de normas e valores. E, finalmente, a educação e as atividades de desenvolvimento passíveis de serem fruídas no momento liberado das obrigações ofereceriam oportunidades para o aprendizado de novas habilidades, cultivo de outros interesses, bem como para um crescimento pessoal, o que acarretaria, de maneira abrangente, em avanços sociais.

Pensemos, agora, na **idealista** obra de Domenico De Masi, sociólogo italiano cujas pesquisas relacionam o trabalho, o lazer e a criatividade. Sua teoria estrutura-se

sobre três conceitos-chave: o ócio criativo, o “pós-industrialismo” e o trabalho flexível, sendo o ócio criativo o elemento central de sua formulação. Sem questionar as relações sociais de produção capitalistas, De Masi defende a ideia de que as sociedades modernas, em função do novo contexto produtivo, deveriam buscar a combinação harmoniosa entre o trabalho, o estudo e o lazer, além de incentivarem as pessoas ao aproveitamento criativo e ativo do seu tempo livre. Assim, segundo o autor, seria possível obter prazer e satisfação tanto no trabalho quanto no lazer. Logo, a chave para uma vida equilibrada seria a combinação desses momentos.

A teoria de Domenico De Masi também menciona a emergência de uma sociedade pós-industrial. A contrapelo da história (tentamos demonstrar a inveracidade desse conceito quando analisamos, à luz da Teoria Marxista da Dependência, a atual divisão internacional do trabalho, especialmente a necessária relação existente entre países centrais e periféricos do capitalismo mundial), De Masi cita a consolidação de uma suposta Era Pós-Industrial, que teria tornado irrelevantes o trabalho manual e a produção em larga escala. Nesse sentido, para o sociólogo, a sociedade deveria se concentrar no desenvolvimento do conhecimento e da criatividade, priorizando a qualidade de vida, o desenvolvimento pessoal e a sustentabilidade, e não o crescimento econômico a qualquer custo.

De Masi também se preocupa com a rigidez das estruturas de trabalho tradicionais. Sendo assim, propõe um trabalho flexível, capaz de permitir às pessoas ajustar as rotinas de trabalho às suas vidas pessoais, e não o inverso. A flexibilidade no trabalho, para De Masi, poderia aumentar a produtividade, a capacidade criativa e a satisfação geral dos trabalhadores. Como desdobramento dessas reflexões, o sociólogo propõe uma sociedade baseada no ócio ativo e no trabalho criativo, de tal sorte que se crie um equilíbrio entre o trabalho, o estudo e o lazer.

Chegamos a um ponto de inversão de rota, talvez irreversível: pela primeira vez, após a civilização grega, o trabalho já não representa mais a categoria geral que explica o papel dos indivíduos e da coletividade. Pela primeira vez, depois da Atenas de Péricles, são o tempo livre e a capacidade de valorizá-lo que determinam o nosso destino não só cultural como também econômico (De Masi, 2001, p. 12).

De maneira esquemática e aligeirada, poderíamos sintetizar o pensamento do autor italiano da seguinte maneira: a economia do ócio, também conhecida como ócio criativo (De Masi, 2000, 2001), teria o potencial de aumentar a produtividade geral,

melhorar a qualidade de vida e levar a uma sociedade mais equilibrada. Essa economia se concretizaria como um robusto instrumento político e científico, comprometido com a diminuição da carga de trabalho e com o resgate do conceito de economia como um caminho para a “arte do ócio”. A formação humana se inclinaria, nesse sentido, à preparação dos cidadãos para o **ócio criativo**, decorrente da mescla de um **trabalho** supostamente **criativo**, fruto da reestruturação produtiva das últimas décadas (que teria substituído a forma industrial de trabalho — mecanizado, padronizado, fragmentado, sincronizado, especializado, repetitivo etc. — por tarefas mais flexíveis e criativas), com um **ócio ativo**. Em sua tese de doutorado, intitulada “Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer”, Fernando Mascarenhas (2005) define dessa maneira o pensamento de De Masi:

A intitulada economia do ócio se materializaria como uma poderosa ferramenta política e científica a serviço da redução da carga de trabalho, recuperando o significado da economia como via para a arte do *ociar*. Em sendo assim, a função social da formação humana consistiria, justamente, na preparação dos cidadãos para o chamado ócio criativo, categoria que, conforme os estudos de De Masi (1999, 2000, 2001), em lugar do trabalho, vem assumindo a posição de centralidade para a organização e explicação da vida. A partir da tripla constatação de que a reestruturação da base técnica de produção vem absorvendo cada vez mais o trabalho humano; de que para uma parcela crescente de trabalhadores, em substituição à forma industrial do trabalho — mecanizado, padronizado, fragmentado, sincronizado, especializado, repetitivo etc. —, predominam hoje as tarefas mais flexíveis e, por assim dizer, mais criativas; e de que o tempo de trabalho e o tempo livre, como noutra época, não mais se separam e se sucedem de modo rígido e linear, mas que se misturam e se confundem, por conseguinte, fundindo-se numa nova e inextricável temporalidade; conclui-se pela fórmula trabalho criativo mais ócio ativo é igual a ócio criativo (Mascarenhas, 2005, p. 226-227).

Uma importante vertente **crítica**, apesar de **idealista**, dos estudos do lazer no contexto nacional é aquela que deriva das formulações do sociólogo brasileiro Nelson Carvalho Marcellino (1987). Ao se opor à perspectiva funcionalista que desborda do pensamento de Dumazedier, o intelectual nacional se apropria de certos elementos da teoria do sociólogo francês e os supera, a ponto de, em uma apertada síntese, descrever o lazer como: (I) uma experiência cultural que ocorre no tempo livre, alheio às responsabilidades profissionais, escolares, familiares e sociais, que mescla elementos de tempo e atitude; (II) uma manifestação histórica que traz à tona valores que questionam a sociedade, sendo simultaneamente influenciado pela estrutura social em vigor; (III) um

momento especial em que valores podem ser experimentados, promovendo transformações morais e culturais; (IV) uma manifestação que possui uma dualidade educativa, atuando tanto como meio quanto como fim no processo educacional (Marcellino, 1987, p. 157-158).

Partindo da tradição gramsciana, Marcellino utiliza-se de elementos marxistas para criticar as **abordagens funcionalistas** do lazer, caracterizando-as como conservadoras, impositivas e focadas na preservação do **existente**. Além disso, segundo o autor, elas ocultam as desigualdades sociais e atuam como mecanismos de alívio de tensões. Logo, tais perspectivas acabam por promover uma adaptação acrítica do indivíduo ao seu ambiente, fomentando, no limite, uma visão consumista do lazer (Machado da Silva *et al.*, 2011).

Finalmente, vale salientar que a compreensão de Marcellino sobre o *licere* — remetendo-o à cultura mais ampla (para além das artes e dos espetáculos), ou seja, a um conjunto de **modos de fazer, ser, interagir e representar, socialmente produzidos, que envolvem simbolismo e significado** — apresenta-nos algumas pistas importantes para analisarmos esse complexo com base na reprodução social de um particular modo de produção. Contudo, não devemos cair no erro de outorgar uma autonomia absoluta ao complexo da cultura e de uma de suas dimensões, a cultura vivenciada no tempo liberado do trabalho e de outras obrigações, na medida em que, como discutimos no início deste capítulo, a superestrutura (incluída a cultura) de um particular modo de produção encontra-se em determinação mútua com a matriz econômica da formação social que a ela dá vazão. Ademais, historicamente, percebe-se que, no limite, cabe ao primeiro polo do par relacional matriz econômica/superestrutura a função de ser o momento predominante dessa interação. Nesse sentido, consideramos **idealista, apesar de crítica**, a obra desse importante autor exatamente pela exacerbação das supostas possibilidades de um complexo parcial como o lazer revolucionar toda uma sociabilidade.

Feita essa singela revisão relativa a algumas perspectivas analíticas do lazer, falemos um pouco sobre a nossa compreensão, a **marxista**. Pois bem, seguindo as pistas dos estudos, por exemplo, de Elza Peixoto (2007, 2014) e de Assis de Oliveira (2022), aproximamo-nos de um entendimento do lazer que necessariamente o vincula a uma totalidade mais abrangente, isto é, à dimensão total do modo de produção em que essa determinada manifestação social ganhará corpo.

Afinal, como citamos anteriormente, o modo de produção tende a ditar o ritmo e a maneira pelos quais uma formação social concreta se reproduzirá, com rebatimentos no

próprio tempo liberado do trabalho e na cultura que o permeia. Esse é o caminho que percorremos nesta tese, ao unir as descobertas de Lukács sobre os elementos de continuidade (universais) que atravessam as reproduções sociais ao conceito de modo de produção e à explicitação do complexo do lazer.

Nesse sentido, afirmamos que a reprodução social, ancorada em um específico modo de produção, implicará de maneira fundamental a prática do lazer, estruturando-o das mais diferentes maneiras — desde as perspectivas possíveis de fruição, incluídos os seus conteúdos, até as classes sociais que poderão acessá-lo, as formas pelas quais esse acesso ocorrerá, o processo de reprodução de capital que o permeará, a magnitude do tempo liberado do trabalho das diferentes classes sociais, em função da divisão sociotécnica do trabalho, bem como a ideologia e os valores que condicionarão a própria prática e a maneira pela qual o conhecimento sobre o fenômeno será sistematizado. Vejamos o que Elza Peixoto (2007, p. 297, grifo nosso) nos diz a respeito do vínculo existente entre a explicitação do complexo do lazer e a reprodução do modo de produção capitalista:

A categoria modo de produção na obra de Marx e Engels contribui radicalmente para pensar a problemática do lazer, na medida em que permite: (1) **explicar os conteúdos do lazer**, quaisquer que sejam, como **resultado da atividade vital do homem no processo de produzir e reproduzir os bens necessários à sua existência**, bens que podem ser úteis, ao mesmo tempo, para satisfazer necessidades de subsistência ou lúdicas; (2) **explicar a forma do trabalho e do tempo livre em diferentes momentos históricos**; (3) **explicar como, no modo capitalista de produção, o tempo livre é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, mas, fundamentalmente, do grau de organização e poder da classe trabalhadora**, o que aponta que o tempo livre sofre pressão para a sua redução quando a classe trabalhadora está mais desorganizada, uma pressão em favor do tempo produtivo, da precarização e do desemprego (CUNHA, 1987); (4) **explicar como, no modo capitalista de produção, a geração do tempo livre é pensada também para garantir a disponibilidade para o consumo**, convertendo-se em mercadoria para a **circulação de mercadoria** (FALEIROS, 1980); (5) **explicar que, de caráter funcionalista, e focadas na ocupação do tempo livre, as políticas até aqui implementadas visam amenizar as tensões entre capital e trabalho** (basta considerar a baixíssima qualidade do ensino, que despreza a transmissão do patrimônio que a humanidade acumulou no âmbito da arte, da literatura, da música, produzidas no momento privilegiado de tempo livre para uma atividade livre de uma pequena parcela da população); (5) **explicar que a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil expressa a luta de classes**, destacando-se a opção predominante dos intelectuais pelo atendimento dos interesses de mercado.

Bruno de Oliveira Assis (2022), em sua tese de doutorado intitulada “Quando e onde termina o trabalho? Para a crítica do lazer no século XXI”, salienta a importância de se compreender o complexo do lazer conectando-o à totalidade social que a ele dá vazão. De mais a mais, ressalta como a reprodução social particular do modo de produção capitalista coloca as condições, portanto determina, criando um arco concreto de possibilidades, para o próprio evoluir do lazer. É com base no entendimento dessas conexões entre a parte (lazer) e o todo (reprodução social do modo de produção capitalista) que podemos nos aproximar, segundo a nossa análise, das múltiplas determinações da esfera analisada, de tal sorte que nos afastemos tanto de compreensões idealistas e subjetivistas, quanto de reduções empiristas que se apegam à aparência do fenômeno, descrevendo-a, quantificando-a e mensurando-a.

O argumento que procuramos desenvolver até o momento buscou apreender o lazer no interior de uma totalidade social, onde se movimentam **classes sociais antagônicas**, que culminam nas duas classes fundamentais sob o capitalismo: a burguesia e os trabalhadores assalariados. Conforme observou Marx (1985), **a totalidade está na realidade concreta e cabe ao investigador reproduzir no pensamento a lógica articuladora dessa realidade**. O concreto, portanto, “aparece no pensamento como **processo da síntese**, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, **também o ponto de partida** da intuição e da **representação**” (MARX, 2013, p. 78) (Oliveira, 2022, p. 44, grifo nosso).

Thelma Polato (2003), em um texto denominado “Lazer e trabalho: algumas reflexões a partir da ontologia do ser social”, em uma linha que se assemelha às observações por nós levantadas no que tange à compreensão do lazer como parte de um todo social que o sobredetermina e é igualmente modificado pelos seus complexos sociais imanentes, aí incluído o lazer, demonstra que a análise dessa esfera exige, de maneira imprescindível, que sejam especificadas as relações sociais de produção hegemônicas da sociedade em que o *licere* se explicita — além da própria interação desse complexo com a específica estrutura econômico-social que o engendra, com a divisão sociotécnica do trabalho presente na respectiva sociabilidade, com a função social que o todo destina a ele, entre outros elementos mais abrangentes. Poderíamos resumir, seguindo as pistas dessa tradição, que o entendimento do respectivo modo de produção, bem como de sua reprodução social é condição indispensável à saturação de determinações do lazer. Vejamos o que Thelma nos diz:

Dessa forma, **a reflexão sobre o lazer, no seu sentido mais amplo, pode acarretar na discussão de questões pertinentes à sua função social perante os diversos processos de desenvolvimento da sociedade**, no que diz respeito à produção e reprodução das **relações sociais**. Sendo assim, a consideração e o tratamento das relações entre o **lazer e a estrutura econômica-social, o processo de produção, as transformações tecnológicas**, o processo de **divisão do trabalho, bem como a produção e reprodução da força de trabalho**, constituem-se como essenciais para a correta apreensão do lazer e da função que este, hegemonicamente, tem recebido como um tempo/espço de controle para responder às demandas do capital (Polato, 2003, p. 139-140, grifo nosso).

Em 2001, Fernando Mascarenhas, ao sintetizar algumas determinações que perpassam e estruturam o complexo do lazer, acabou por salientar a centralidade do modo de produção no processo constituinte do próprio devir da esfera. Afinal, vinculou-o à modernidade, identificou a tensão que molda esse tempo e espaço liberado do trabalho entre os objetivos do capital e os desígnios da classe que tem apenas a força de trabalho como propriedade e que se constituiu como uma classe para-si, além de ter ressaltado a função da hegemonia e da cultura em sua configuração. Vale frisar que, no início deste capítulo, ao falarmos sobre os modos de produção, sublinhamos, à luz do pensamento crítico, como a ideologia desempenha um papel central na reprodução do respectivo modo, sempre em consonância com um específico arcabouço jurídico-institucional. É importante perceber, também, como o autor foi capaz de constatar um elemento de continuidade que tende a se fazer presente nesse complexo, qual seja, a ludicidade, sem reduzir o entendimento dessa totalidade parcial a esse único dado. Eis o que Mascarenhas (2001, p. 92, grifo nosso) nos diz:

[...] **o lazer se constitui como um fenômeno tipicamente moderno**, resultante das **tensões entre capital e trabalho**, que se materializa como um **tempo e espaço de vivências lúdicas**, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia.

O mesmo autor sublinha, em outro texto (2005), que o conceito de lazer, de maneira lógica e histórica, deve expressar a síntese de múltiplas determinações necessariamente perpassadas pelos complexos da economia, da política e da cultura presentes em uma dada realidade, sendo a dinâmica histórica o único elemento capaz de definir os “limites para a explicação e compreensão do real” (Mascarenhas, 2005, p. 17).

Finalizando este momento da tese, em que buscamos nos ancorar na **tradição marxista** para demonstrar a importância do conceito modo de produção para saturar o lazer de determinações, vamos nos ater a uma formulação do próprio Marx na qual o revolucionário alemão relaciona o tempo de trabalho e o tempo livre, mediando-os com a categoria *riqueza*. De mais a mais, salienta que, mesmo em um modo de produção que tenha superado a centralidade do valor de troca, logo, em um modo não mais capitalista, o tempo de trabalho permanecerá a substância criativa da riqueza. Contudo, a verdadeira riqueza, diz Marx, é a constituição de um tempo livre. Afinal, nesse momento cessa a heteronomia presente, especialmente no capitalismo, no tempo de trabalho. Eis o que diz o revolucionário:

O tempo de trabalho, mesmo anulando-se o valor de troca, permanece sempre a substância criadora da riqueza e a medida do custo que sua produção exige. Mas o tempo livre, o tempo disponível, é a própria riqueza — quer para fruir o produto, quer para a atividade livre, atividade que não é determinada como o trabalho pela coerção de um objetivo externo que é mister, atingir e cuja realização é necessidade natural ou dever social como se queira (Marx, 1980, p. 1306, grifo nosso).

Ainda nessa linha, n’*O Capital* (2013b), Marx indica a centralidade do modo de produção para uma real compreensão da interação existente entre a **necessidade e a liberdade** (tema caro aos estudiosos do lazer), polos interdependentes de um par relacional que é, por si, um todo articulado. Para além de meras formalidades jurídicas, a liberdade real e o seu “reino”, o seu momento e predomínio, iniciam-se quando o intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza — o trabalho e as suas relações — deixa de ser determinado por uma necessidade imposta e heterônoma. Afinal, sob essa roupagem, tais relações assumem a feição de uma “segunda natureza” que se impõe aos indivíduos como uma *coisidade* indomável, um poder “natural” que dita os rumos da humanidade.

Por conseguinte, a liberdade se encontraria para além desse complexo, ou seja, seria passível de fruição desde que a dimensão econômica estivesse conscientemente controlada pela coletividade. Não são necessários muitos argumentos para demonstrar que não há como se atingir a plenitude de uma ação livre quando a própria subsistência orgânica se encontra sob risco.

Nesse caminho, para a consecução de uma liberdade vigorosa, há que se reger a atividade coletiva vital de forma planejada, racional, universal e associada, submetendo-

a aos interesses da totalidade social, e não aos ditames e desejos da classe de proprietários que, em função de certas relações sociais de produção e em detrimento das demais, apropria-se do excedente produzido socialmente. Apenas em tal contexto, resultado da dissolução da propriedade privada dos meios de produção, da hegemonia do trabalho alienado (abstrato) e das próprias classes sociais, o desenvolvimento das potências humanas se tornará, possivelmente, o objetivo final do gênero. Logo, unicamente em um modo de produção que rompa com essas contradições, a interação entre necessidade e liberdade se explicitará em plenitude. Eis a bela passagem marxiana:

A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar constantemente seu processo de produção não dependem, desse modo, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos abundantes de produção em que ela tem o seu lugar. Com efeito, **o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas**; pela própria natureza das coisas, portanto, **é algo que transcende a esfera da produção material propriamente dita.** [...] Aqui, **a liberdade não pode ser mais do que o fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo**, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam **com o mínimo de emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com a sua natureza humana. Mas este continua a ser sempre um reino da necessidade. Além dele é que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade**, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. **A redução da jornada de trabalho é a condição básica** (Marx, 2017d, p. 1163, grifo nosso).

3.2.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UM TEMPO DE NÃO TRABALHO E A ORIGEM DO LAZER

Nos próximos parágrafos, seguiremos as pistas de uma pesquisa que constata a importância de dimensões mais abrangentes da totalidade, como a **reprodução social** e o **modo de produção**, para o entendimento dos complexos sociais parciais ou, dito de outra forma, das totalidades sociais menos abrangentes, como o lazer, a educação, a educação física, entre outros. Apresentaremos, ancorados em elementos históricos, traços do surgimento de um tempo de não trabalho que se encontra em interação direta com o seu par relacional, o tempo de trabalho, sendo ambos marcados tanto pelo respectivo modo de produção quanto pelas específicas formas de reproduções sociais que a eles dão vazão.

Ademais, faremos menção à forma típica que a fruição desse tempo assume na modernidade, qual seja, o lazer. Antes, porém, realizaremos uma pequena explanação metodológica que tangenciará alguns elementos que sustentam a tese da centralidade tanto da reprodução social quanto do modo de produção para o correto entendimento do complexo em análise. Sigamos...

Quatro elementos são indispensáveis às análises dos fenômenos sociais, tais como o lazer, que estejam ancoradas no marxismo: (i) a constatação de que as **categorias são “formas de ser”**, portanto, “determinações da existência” (Marx, 2011b; Paulo Netto, 2011; Polato, 2003), inexoravelmente **“ontológicas”**, logo, profundamente marcadas pelos respectivos contextos sócio-históricos e passíveis de compreensão somente a partir de suas interações e de suas relações com os distintos complexos coetâneos e com a totalidade social em movimento da qual façam parte (Lukács, 2013b); (ii) o entendimento de que **todo complexo social é único e histórico**, possuindo, dessa forma, gênese e desenvolvimento próprios e irrepetíveis, o que refuta qualquer tipo de atemporalidade analítica (Picollo, 2008, p. 11); (iii) a conformação de um movimento **reflexivo que percorra o caminho do mais complexo ao mais simples** (Mascarenhas, 2005), ou seja, em que “a anatomia do homem seja a chave para anatomia do macaco e não o contrário” (Marx, 2011b); (iv) a percepção do **caráter dialético** do devir humano (Lukács, 2010, 2012, 2013b). Vale salientar que, quando mencionamos a dialética, referimo-nos, especialmente, à *transformação da quantidade em qualidade*, à *interpenetração de opostos* e à *negação da negação*.

Considerando a abrangência e as múltiplas dimensões do termo “dialética”, façamos uma breve digressão, pautados por uma matriz materialista, portanto aquela que decorre das formulações marxianas e engelsianas, para apresentar os elementos supracitados, que, de certa maneira, explicitam o que chamamos de condição *dialética do devir humano*, aí incluído o complexo do lazer. Em uma pequena síntese e com um alto grau de abstração, diríamos que a tendência à **transformação da quantidade em qualidade** evidencia que, sob certas circunstâncias, a acumulação de pequenas mudanças quantitativas pode, eventualmente, levar a uma mudança significativa e qualitativa do ser, isto é, a uma transformação essencial — compreendida a categoria essencial como a expressão de elementos de continuidade de um dado processo. Por exemplo, o aumento gradual da temperatura da água levará à sua ebulição, transformando-a qualitativamente.

Já a **lei da interpenetração dos opostos** (luta dos contrários) salienta que todas as coisas são compostas de elementos ou aspectos opostos, sendo a luta e a interação entre

esses opostos o motor da mudança e do próprio desenvolvimento. Para os marxistas, a luta de classes, citando caso análogo, é uma evidência dessa tendência. Ainda, a interpenetração a que fizemos menção no tópico anterior, existente entre a liberdade e a necessidade, polos dialéticos de uma mesma unidade, apesar de diversa, corresponde a um modelo dessa interação entre opostos.

Quanto à **negação da negação**, tal tendência explica o desenvolvimento com a superação de condições prévias que, por sua vez, são **negadas, acomodadas e superadas**. Nesse sentido, o novo estágio de uma realidade é tanto uma negação de sua antiga etapa, quanto uma afirmação de certos aspectos do que passou, só que em um outro novo nível, ou seja, em uma síntese superior. Trata-se de um processo de acomodação e superação, resumido por Lukács, após Hegel, como **a identidade da identidade e da não identidade** (Lukács, 2013b, p. 264, 386, 602).

Ainda seguindo as evidências da dialética materialista, ressalvamos também a centralidade da categoria **totalidade** para o correto entendimento da sociabilidade humana. Assim sendo, compreender a realidade tendo como referência a totalidade, especialmente a social, leva-nos à constatação de que todos os elementos de um sistema ou fenômeno estão conectados e interagem uns com os outros. Em outras palavras, nada existe de maneira isolada, todo elemento compõe uma totalidade mais abrangente, sempre dinâmica e em constante mudança. Isso inviabiliza a compreensão dessa categoria de modo que a limite a um conjunto estático de elementos justapostos.

Esse conceito é importante porque permite aos teóricos dialéticos entender as mudanças e os desenvolvimentos que ocorrem dentro de um todo articulado. Afinal, por meio da análise das inter-relações e das contradições presentes em uma específica totalidade, é possível identificar e compreender as forças motrizes que impulsionam as transformações. Na análise marxista da sociedade, a totalidade social inclui as respectivas classes sociais, relações econômicas, ideologias, instituições políticas, entre outras. Cabe ao pesquisador vinculado a essa tradição estudar as contradições e as interações que ocorrem entre tais dimensões parciais da totalidade, bem como em cada uma delas. No caso do presente estudo, tentamos demonstrar a centralidade de duas dimensões totais, a **reprodução social** e o **modo de produção**, para o correto entendimento do complexo social parcial do **lazer**. Eis uma formulação de Lukács que dialoga com alguns elementos por ora trazidos.

[...] **Marx parte [...] da totalidade do ser** na investigação das próprias conexões, e busca apreendê-las em **todas as suas intrincadas e múltiplas determinações** [...] **A totalidade** não é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui **a reprodução ideal do realmente existente**; as **categorias** não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas ao contrário, **são na realidade “formas de ser, determinações da existência”, elementos** estruturais de **complexos relativamente totais**, reais, dinâmicos, **cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes**, em sentido tanto extensivo quanto intensivo (Lukács, 2012, p. 297, grifo nosso).

Ademais, há uma famosa sùmula de Lênin (1913) a respeito da dinâmica social que vale a pena ser citada, visto que tangencia e sintetiza esse conjunto de elementos da dialética materialista, apresentando-nos pistas indispensáveis ao entendimento do próprio lazer. Afinal, segundo o revolucionário bolchevique, a realidade social, explicitada a partir de uma dada reprodução, tende a se modificar mediante uma evolução em espiral, e não linear. Logo, trata-se de uma evolução **“por saltos, por catástrofes, por revoluções**, ‘por soluções de continuidade’; a transformação da **quantidade em qualidade**, os impulsos internos do desenvolvimento, provocados pela contradição, o **choque das forças”** (Lênin, 1913, p. 8) que compõem um fenômeno particular ou uma sociedade específica. Nesse sentido, tanto a totalidade social quanto cada complexo social que a compõe, tal qual o lazer, são sínteses de múltiplas determinações, unidades do diverso. Assim, o caráter múltiplo do fenômeno tende a orientar, por meio das contradições, o **“processo universal do movimento, processo único, regido por leis [...]”** (Lênin, 1913, p. 8).

Feitas essas ressalvas metodológicas que indicam a maneira pela qual analisaremos o lazer, retornemos ao nosso tema. Um primeiro movimento necessário é tentar delimitar minimamente a sua gênese, isto é, a etapa concreta do vir-a-ser da espécie *homo sapiens sapiens* em que certas atividades fruídas no momento de não trabalho distinguiram-se das demais práxis, especialmente, do próprio trabalho; quando ganharam uma suposta autonomia relativa e desenvolveram certas especificidades que, tendencialmente, tornaram-nas úteis à reprodução da totalidade social em que se encontravam. Realizando esse movimento de identificação espaço-temporal referente ao “nascimento” do lazer, poderemos desvelar, por exemplo, as semelhanças e as diferenças existentes entre esse complexo e as esferas vigentes em outros contextos, compostas, igualmente, de atividades perpassadas por valores supostamente libertários, tais como o ócio fruído por uma classe privilegiada grega, à época da Antiguidade Clássica.

Tangenciadas as categorias da totalidade, da historicidade e da contradição nessa pequena introdução ao tema, bem como a da reprodução social, no primeiro capítulo desta tese, buscaremos, nas páginas seguintes, demonstrar a sua concreção no devir do complexo do lazer. Iniciemos o nosso percurso: ao buscar desvelar os nexos causais presentes nessa esfera, nem sempre aparentes e constatáveis pelo simples “vivenciar” — afinal, no cotidiano, a aparência pode, por vezes, ocultar a essência (Carvalho; Paulo Netto, 2007; Heller, 2000; Lukács, 1966) —, torna-se imprescindível inicialmente analisar um, entre os inúmeros elementos que o entrecruzam. Exemplificam tais elementos: (i) os distintos graus atitudinais, de engajamento e de liberdade presentes no agir; (ii) as inúmeras atividades que o conformam; (iii) a possível ludicidade que o permeia; (iv) a cultura de que se impregna; ou (v) a função social desempenhada por essa esfera na reprodução de uma determinada totalidade (Cunha, 1987, p. 18-19). O elemento que merece nosso destaque, apesar da manifesta obviedade, quando historicizado, lança luz sobre os demais componentes do complexo, qual seja: **a relação do gênero humano com o tempo, a partir das determinações impostas por um específico modo de produção e por uma particular reprodução social**. Afinal, “todo agir de nossa espécie ocorre ou se escoa no tempo”, o que significa afirmar que “a vida social se desenrola através de tempos distintos [...] quanto à natureza da ação, quanto aos fatores que condicionam o nosso agir e quanto aos valores dominantes na sociedade” (Cunha, 1987, p. 11, 16).

A depender da relação que assumem com a totalidade social que a elas dá vazão, assim como das características essenciais, ou seja, dos elementos de continuidade expressos de diferentes maneiras em modos de produção particulares, as **atividades** realizadas pelos indivíduos e pelas coletividades, incluídas as suas características hegemônicas — como a presença da autonomia ou da heteronomia, da ludicidade ou do enfado, da criatividade ou da infecundidade, da autenticidade ou da inautenticidade, de uma relação de reconhecimento ou de desconhecimento entre o produtor e o produto final, entre outras —, assumem uma determinada **conexão com o tempo**.

Em sua obra *Costumes em Comum* (1998), o historiador, escritor, ativista político e marxista Edward Palmer Thompson (1924–1993), autor de um texto seminal intitulado “A formação da classe operária inglesa” (1987), apresenta um trecho do romancista inglês do século XVIII Henry Fielding que nos faz refletir sobre o tema: desde o século XVII, “[...] para a camada superior da humanidade, o tempo é um inimigo, e [...] a sua principal atividade é matá-lo; ao passo que, para os outros, tempo e dinheiro são quase sinônimos”

(Fielding apud Thompson, 1998, p. 267). Logo, para o autor, nos últimos quatro séculos, a depender da classe social a que pertença o indivíduo, a sua relação com o *cronos* ganha contornos significativamente diferentes. Não obstante, é importante sublinhar que nem sempre se deu nesses moldes a interação de parte significativa da humanidade com o tempo e com as tarefas, atividades e práxis que o preenchem, especialmente o trabalho.

Entre certas sociedades pré-capitalistas, a título de exemplo, a orientação e o registro do tempo ocorriam não com o auxílio do relógio ou de instrumentos similares, que o quantificam racionalmente, mas, sim, segundo os processos familiares presentes no ciclo de trabalho. Portanto, eram as tarefas domésticas e os seus ritmos que orientavam o passar do tempo. Thompson (1998), também no livro retromencionado, apresenta uma passagem de Evans Pritchard (1902 – 1973) — antropólogo britânico determinante para o desenvolvimento da antropologia social no século XX — sobre os Nueres que nos ajuda a ter uma noção a respeito dessa dinâmica: para eles, “o relógio diário é o do gado, a rotina das tarefas pastorais [...] para um Nuer, as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a sua relação mútua” (Pritchard apud Thompson, 1998, p. 269).

Vale ressaltar que os Nueres compõem uma etnia africana que habita majoritariamente a área do Grande Nilo Superior, no Sudão do Sul, estendendo-se até a região de Gambella, na Etiópia. Eles têm como idioma o nuer e garantem sua manutenção especialmente pela criação de gado, que, além de ser uma fonte de renda, constitui um aspecto fundamental da própria reprodução social — por servir não apenas como uma fonte de alimento (leite e carne), mas, de igual maneira, como moeda para o pagamento de dotes e resolução de disputas. Ademais, os Nueres também possuem uma agricultura de subsistência, cultivando principalmente milho, sorgo e outros vegetais, durante a estação das chuvas.

Na mesma obra, Thompson (1998) destaca trecho de um estudo de Pierre Bourdieu (1930 – 2002) — sociólogo francês reconhecido por suas contribuições teóricas e empíricas aos campos da sociologia, antropologia e da teoria social — sobre a relação dos camponeses Cabilas (ou Cabílias), das tribos berberes (povos autóctones) do norte da África, especialmente da Argélia, com o tempo. Vale sublinhar que os Cabilas tradicionalmente adotaram um modo de produção baseado na agricultura de subsistência. Afinal, a região montanhosa em que habitam possui solos férteis, sendo adequada para a produção de uma variedade de culturas, incluindo cereais, frutas, legumes e oliveiras. A criação de animais, como ovinos e caprinos, também desempenha um papel importante

em sua economia, pois os animais fornecem carne, leite, lã e couro, além de auxiliarem no cultivo de terras íngremes, já que podem ser levados para pastar em áreas de difícil acesso.

Eis o trecho do estudo de Bourdieu sobre a relação dos Cabilas com o tempo, citado por Thompson (1998, p. 270, grifo nosso):

Uma atitude de submissão e de indiferença imperturbável em relação à passagem do tempo, que ninguém sonha em controlar, empregar ou poupar [...] A pressa é vista como uma falta de compostura combinada com ambição diabólica. O relógio é às vezes conhecido como “a oficina do diabo”; não há horas precisas de refeições; “a noção de um compromisso com hora marcada é desconhecida; eles apenas combinam de se encontrar no ‘no próximo mercado’”.

Jacques Attali, escritor e economista de cidadania francesa, nascido na Argélia, em 1943, escreveu, em 1982, um interessante texto intitulado “Histories du Temps”, que retrata a história da medição do tempo e os seus desdobramentos para o processo de reprodução de sociedades particulares. Apesar das profundas divergências que, como marxista, possuo com o autor em questão, por ser ele alinhado à pós-modernidade, trago à baila um trecho daquela obra, especialmente de sua edição em espanhol (2001), que nos ajuda a entender, a título de exemplo, como as sociedades comunistas originárias se relacionavam com o tempo. Ei-lo:

No alvorecer dos primeiros grupos humanos, o ritmo da natureza prevalece sobre os homens, o sol limita os dias, as fases da lua limitam um período estável; os movimentos de um e de outro descrevem no espaço um ciclo de período mais longo, que mede o conjunto de fases da atividade agrícola e pastorícia. A primeira medida de tempo está, portanto, certamente ligada à necessidade de antecipar o aparecimento da chuva e do sol, de vigiar e controlar a renovação das reservas alimentares, de organizar a continuidade dos meios de sobrevivência da comunidade. Mas a natureza não tem existência em si, pois é apenas uma das manifestações do invisível que rodeia o homem. É, então, parte do sagrado e ainda o constitui. Os ritmos astronômicos localizam-se assim nas demandas do invisível e são suas maiores manifestações: o invisível é aquele que concorda e afasta a chuva e o sol, o dia e a noite, a abundância e a miséria, num diálogo incessante entre cosmologia e cosmogonia, astrologia e

astronomia, meteorologia e presságio (Attali, 2001, p. 17, grifo nosso)⁶¹.

Naquelas sociedades, portanto, as fases da Lua e do Sol vertebravam os processos de medição do tempo, sendo indispensáveis à adequada realização das atividades agrícolas e de pastoreio. Afinal, fazia-se necessário, mediante a relação com a natureza, identificar, por exemplo, o possível aparecimento de secas e chuvas, que acarretaria consequências para a reserva de alimentos. Além disso, na medida em que a natureza não tinha uma existência em si, mas expressava o invisível e o “sagrado”, a organização do tempo estava também submetida aos desejos do transcendental.

Esses são apenas alguns casos de reprodução social, baseados em determinados modos de produção, que se distinguem de maneira profunda do modelo contemporâneo, hegemonizado pelo capital, de relação dos seres humanos com o tempo e com as atividades. Seguindo essas mesmas pistas, Gustavo Martins Piccolo, em um texto intitulado “As Antinomias Dialéticas do Lazer” (2008), constata que o modo de vida anterior ao capitalismo industrial tinha um vínculo orgânico com a natureza, de modo que coexistiam, em uma unidade indissociável, o trabalho e a diversão.

Na mesma linha, a doutora em educação Luciana Pedrosa Marcassa identifica, em seu texto “A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)” (2002), que, em modos de produção anteriores ao capitalismo, havia um todo articulado, uma maneira de reproduzir-se socialmente, que garantia a inseparabilidade entre o trabalho e a diversão, tendo a natureza (esferas orgânica e inorgânica) como momento predominante da relação. Nesses contextos, vale ressaltar, a própria interação com o tempo se dava em outros termos. Resta-nos, então, uma pergunta: por que tamanha diferença entre os exemplos mencionados anteriormente e a reprodução social presente em sociedades entranhadas por complexas divisões sociotécnicas do

⁶¹ Livre tradução do seguinte texto: “En el amanecer de los primeros grupos humanos, el ritmo de la naturaleza se impone a los hombres, el sol limita los días, las fases de la luna limitan un período estable; los movimientos de uno e de la otra describen en el espacio un ciclo de más largo periodo, que mide el conjunto de las fases de la actividad agrícola y de pastoreo. La primera medida del tiempo está, pues, ciertamente ligada a la necesidad de prever la aparición de lluvia e del sol, para seguir y controlar la renovación de las reservas alimenticias, para organizar la continuidad de los medios de supervivencia de la comunidad. Pero la naturaleza no tiene existencia en sí, pues sólo es una de las manifestaciones de lo invisible que envuelve al hombre. Es, pues, una parte de lo sagrado y aun lo constituye. Los ritmos astronómicos se sitúan así en las exigencias de lo invisible y son sus mayores manifestaciones: lo invisible es quien acuerda y retira lluvia e sol, día e noche, abundancia y miseria, en un diálogo incesante entre cosmología y cosmogonía, astrología y astronomía, meteorología y augurio” (Attali, 2001, p. 17).

trabalho, propriedade privada dos meios de produção e trabalho alienado (abstrato), que hoje se espraiam por todo o globo terrestre?

Para encontrarmos a resposta, temos de retornar à quadra histórica entre os séculos XIV e XVII, nas centúrias que antecederam o processo de industrialização, e nos deslocar até a Europa Ocidental. Nesse local, naquele momento, já no bojo da dinâmica que desaguarda no modo de produção capitalista, foram presenciadas modificações na própria cultura intelectual de “percepção do tempo” (Thompson, 1998, p. 268). Apesar de não fazer parte dos objetivos desta parte do estudo detalhar a dinâmica que criou as condições para o surgimento da era de hegemonia do modo de produção capitalista, especialmente do século XVI em diante (Marx, 2013b, p. 787), ressaltamos que a nova percepção do tempo citada anteriormente encontrava-se ancorada objetivamente: (i) no renascimento do comércio no velho continente, entre outros fatores, em função das cruzadas; (ii) no fortalecimento do papel das cidades no período medieval, decorrente do próprio ressurgimento mercantil; (iii) na criação dos Estados nacionais, já como consequência da ampliação da influência política da classe burguesa e de sua aliança com reis europeus; (iv) na acumulação originária de capital, derivada, dentre outros fatores, da expropriação da terra utilizada de maneira comunitária pelos camponeses europeus, processo denominado de “cercamento”; (v) na Reforma Protestante, que auxiliava a colocar em xeque o poder clerical e parte do caldo cultural e político do período medieval; (vi) no movimento cultural, social e político surgido no velho continente, entre os séculos XV e XVI, denominado Renascimento.

Com o advento da manufatura — fruto da junção de inúmeros seres humanos que tinham como única forma de sobrevivência a venda de suas respectivas forças de trabalho, decorrente da dinâmica da acumulação originária supracitada, que separou os trabalhadores dos antigos meios de produção medievais (Húngaro, 2001; Marx, 2013b, p. 787), e de um capital acumulado, decorrente da fase mercantil pré-capitalista —, a forma de trabalho fundado na “orientação pelas tarefas” tornou-se cada vez mais difícil, conforme nos demonstra Thompson (1998, p. 272):

Mas a questão da orientação pelas tarefas se torna muito mais complexa na situação em que se **emprega mão de obra**. Toda a economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas. [...] **Assim que se contrata mão de obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado.**

Todavia, se é verdade que, na fase manufatureira, o capitalista fornecia ao trabalhador tanto os meios quanto os objetos do trabalho (Harnecker, 1976; Marx, 2013b), além de comprar a sua força, ou seja, o seu dispêndio de energia, igualmente é verídico que o processo de produção tinha no próprio trabalhador uma figura imprescindível, visto que era ele quem detinha o conhecimento e as habilidades necessárias à realização do produto. Como consequência, tornou-se imperativo, em um primeiro momento, objetivando o aumento da mais-valia produzida, ampliar a jornada e a intensidade do trabalho, consolidando a produção de uma **mais-valia absoluta** (Marx, 2013b). Diz-se absoluta, pois, sob essa forma de exploração, o índice de produtividade não se altera e a criação de mais-valor depende necessariamente do aumento do tempo de trabalho.

Posteriormente, com os capitalistas já submetidos à pressão dos primeiros sujeitos coletivos dos trabalhadores, que demandavam, entre outras reivindicações, a redução da jornada de trabalho, a criação de um mais-valor tornou-se tributária de um aumento da produtividade — sem o repasse correspondente do valor acrescido aos trabalhadores —, imposta pelos proprietários por meio da fragmentação do processo de trabalho, de tal maneira que os trabalhadores passassem a ser responsáveis por frações cada vez menores da dinâmica total do processo produtivo, movimento concomitante ao desenvolvimento de novas tecnologias e máquinas — afinal, estas imitavam as habilidades humanas necessárias à produção e rompiam com os limites físicos dos seres humanos. Tal caminho permitiu o surgimento de um **mais-valor relativo**, ancorado no aumento do índice da produtividade, e não mais no incremento da jornada, o que permitiu a fabricação de mais produtos em menos tempo.

Destarte, com o alvorecer da Revolução Industrial na Inglaterra, em meados do século XVIII, entrou em cena a completa **subsunção do trabalho ao capital**, uma subsunção “real”, e não mais “formal” (Marx, 2013b). Daquele momento em diante, o ser humano tornava-se um mero apêndice da máquina, e o trabalho morto — tempo, conhecimentos e habilidades já realizados e sintetizados em meios de trabalho, em máquinas — sugava por inteiro o trabalho vivo, a força de trabalho humana.

Nesse enquadramento, considerado o novo modo de produção hegemônico, o capitalismo e a sua particular maneira de se reproduzir, cada ação, cada gesto, cada segundo, cada minuto passam a ser gerenciados, controlados e disputados. Afinal, tempo é dinheiro! Segundo Thompson (1998, p. 297), “[...] por meio de tudo isso — pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações [...] formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do

tempo”. Portanto, já não havia mais espaço para os padrões irregulares de trabalho anteriores à industrialização, bem como afastavam-se “todas as possibilidades de manifestação do lúdico e do sagrado, pois [...] jornada organizada em turnos e secções impedia a coexistência de práticas de descanso e diversão” (Marcassa, 2003, p. 2).

Attali (2001) sublinha que, quando são impostas à sociedade as leis da produção, a própria totalidade social passa a ser regida como uma máquina. Nela, o tempo deve ser valorizado e o mercado, sustentado com o dinheiro recebido em troca de trabalho. Trabalho, tempo e dinheiro se equivalem, portanto. Tal realidade também confere ao tempo o significado de “progresso” (Attali, 2001, p. 169), entrecruzado por pausas apenas nos momentos de “descanso” das máquinas.

Victor Andrade de Melo (2010), em um estudo sobre a obra de Thompson (1998), nomeado “Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson”, também salienta o simbolismo do relógio como instrumento indispensável ao novo ordenamento dos tempos sociais imposto pela reprodução social ancorada no modo de produção capitalista, que vence a perspectiva de um tempo flexível e integrado, submetendo-o a um rígido controle: “Para Thompson, o relógio é o artefato material símbolo dessa nova ordenação dos tempos sociais, uma das marcas visíveis da paulatina substituição de uma noção de tempo mais flexível por outra, de tempo cada vez mais controlado [...]” (Melo, 2010, p. 16).

Tamancas transformações no processo de reprodução material da vida social impactaram a concepção de mundo vigente. Exigiam-se novos comportamentos, valores e novas posturas da classe trabalhadora. Afinal, era indispensável a formação de seres humanos produtivos e disciplinados, “docilmente” submetidos ao processo de acumulação de capital. Para tanto, a ideologia não poderia ficar de fora dessa dinâmica de busca pelo consenso e pela **coesão social**. A título de exemplo dessa preocupação, vejam o que propunham ideólogos burgueses do século XX, tais como Clark Kerr (1911–2003) e Abraham Siegel (1922–2011), professores, respectivamente, da Universidade da Califórnia e do Instituto de Tecnologia de Massachusetts:

[...] implica o **estabelecimento de regras sobre o tempo de trabalhar e não trabalhar**, sobre o método e a importância do pagamento, sobre o movimento de entrada e saída do trabalho e de uma posição para outra. **Implica regras pertinentes à manutenção da continuidade no processo de trabalho** [...], a tentativa de **minimizar a revolta individual ou organizada, o fornecimento de uma visão de mundo, de orientações ideológicas, de crenças** [...] (Kerr; Siegel *apud* Thompson, 1998, p. 301, grifo nosso).

Wilbert Moore, por sua vez, redigiu uma “lista de compras”, utilizada até mesmo pela Fundação Ford, descrevendo os valores relevantes à sociabilidade capitalista: “Racionalidade [...] Pontualidade. Reconhecimento da interdependência individualmente limitada, mas sistematicamente conectada. Disciplina, deferência para com a autoridade legítima. Respeito pelos direitos de propriedade [...]” (Moore *apud* Thompson, 1998, p. 301).

O modo de produção capitalista impôs, assim, uma racionalização, divisão e estratificação dos momentos sociais que tornou a disputa pelo tempo um elemento essencial à reprodução da sociedade, incluída a reprodução das distintas classes e frações que as constituem. Um pequeno exemplo: no início do processo de industrialização, as jornadas de trabalho dos proletários adultos alcançavam 16 horas diárias, e as jornadas das crianças menores de 12 anos chegavam a 12 horas por dia, sem descansos semanais (Engels, 2010; Marx, 2013b). Sob tais circunstâncias, foram saudadas por Marx (2013b, p. 369) até mesmo conquistas parciais, como as dos trabalhadores ingleses, com o “Factory Act” de 1850, que limitavam as jornadas a 12 horas. No *Manifesto Comunista* (1998), de igual maneira, Marx e Engels salientam que a organização da classe trabalhadora em partido político permitiu a ela que, aproveitando-se de divisões internas da burguesia, conquistasse uma lei de jornada de trabalho de 10 horas, na Inglaterra. Vejamos:

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária — por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra (Marx; Engels, 1998, p. 34, grifo nosso).

Nos termos de Thompson (1998, p. 294, grifo nosso): “Se a primeira geração de **trabalhadores fabris** aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração **formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas** [...]”. Dessa forma, a luta dos operários, organizados em sujeitos coletivos tais como sindicatos e partidos, portanto já atuantes como uma classe para-si, pavimentou o caminho para a conquista de um tempo de não trabalho (Melo;

Alves Jr., 2012; Picollo, 2008; Polato, 2003, p. 156). Tal situação foi assim explicitada por Marcassa (2002, p. 2, grifo nosso):

[...] o chamado tempo livre é uma produção histórica do processo [...] de desenvolvimento capitalista que, por um lado, ambiciona reduzir todo o tempo de vida do homem a tempo de trabalho e, por outro, é pressionado pelo movimento reivindicatório dos trabalhadores em favor da redução da jornada de trabalho. É fruto, pois, das contradições do próprio sistema capitalista, é uma conquista de classe.

De forma semelhante, Cunha (1987) nos lembra que, no capitalismo, a depender “das conquistas políticas e do grau de organização e contrapoder das classes produtivas e trabalhadoras”, existirá, no interior do tempo de não trabalho, “um terceiro tempo, no qual as imposições do trabalho e as necessidades sociais e físicas do tempo residual passarão a exercer efeitos atenuados”, ou seja, o **tempo de lazer**.

Segundo o próprio Cunha (1987), trata-se de um tempo em que, supostamente, permite-se uma maior flexibilidade de escolha, uma sensação de liberdade, em que os objetos parecem se desvestir do caráter instrumental e alheio que os tempos primordiais nos impõem, em que ocorrem novos relacionamentos entre sujeito e objeto, devolvendo a ambos, uma naturalidade quase esquecida. Não obstante, vale ressaltar que, como dito no início deste capítulo, a identificação desses elementos de continuidade que podem estar presentes no tempo liberado do trabalho — quais sejam, a “flexibilidade”, a “liberdade”, a “redução do caráter instrumental do objeto”, entre outros —, para a tradição marxista, não é suficiente ao completo desvelamento das determinações do lazer. Isso porque tais elementos apenas ganham importância para o entendimento do complexo, compondo o quebra-cabeça mais amplo, quando somos capazes de historicizar o processo de racionalização e subdivisão dos tempos sociais, em função das transformações dos modos de produção e de suas respectivas reproduções sociais, bem como os seus impactos nas práticas sociais. Tentemos complexificar esse argumento nos próximos parágrafos...

Sem dúvida, a classe trabalhadora, por meio da luta política, conquistou um tempo de aparente liberdade. Todavia, desde o início, esse momento liberado do trabalho e de outras obrigações teve como necessário par dialético um intercâmbio com a natureza estruturada a partir de elementos alienantes. No próximo capítulo, aprofundaremos esse debate; por ora, é suficiente afirmar que essa inquebrantável relação determinará a fruição do tempo disponível. Afinal, em totalidades sociais em que a própria atividade vital de nossa espécie se torna fonte de desrealização (Markus, 2015), como nas formações sociais

regidas pelo capital, não é difícil constatar o impacto desse estranhamento nos demais tempos e complexos sociais.

Vejamos o que Marx (2004, p. 80-81, grifo nosso) tem a nos dizer a respeito do trabalho alienado:

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o **trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções**. A **apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento** (Entfremdung) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital.

Como já dissemos, a imposição do trabalho alienado, específico de um particular modo de produção, rompeu com qualquer tipo de interação entre os tempos sociais e dissolveu as semelhanças de atributos exigidos às distintas práticas, presentes, por exemplo, em sociedades pré-capitalistas (Dumazedier, 1979). Retornemos ao texto de Thompson (1998), em que o marxista britânico nos lembra que, nas zonas rurais da Inglaterra, antes do período fabril, havia uma mistura entre as práticas sociais voltadas à diversão, ao descanso, ao trabalho e ao convívio familiar. Naquele cenário, os períodos de trabalho se modificavam sem que existissem conflitos entre a dimensão da necessidade, expressada no intercâmbio orgânico com a natureza, e os momentos do cotidiano de maior liberdade e autonomia.

Conforme Marcassa (2002), aparentemente, foi a consolidação da ordem capitalista e dos processos de urbanização, industrialização e modernização das cidades que rompeu com a continuidade do tempo social, ao determinar medidas de controle e selecionar as atividades que seriam desenvolvidas em cada contagem (espaço) de tempo, criando uma rígida separação entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho. Um exemplo da rigidez do controle do tempo de trabalho nos é apresentado por Valquíria Padilha (2000, p. 51, grifo nosso):

Com a **sociedade industrial**, aparece a necessidade de **sincronização do trabalho**, o que favorece uma maior atenção ao tempo no trabalho: **o “tempo das máquinas” passa a dominar sobre o novo cenário social**. Isso não acontecia em relação ao ritmo na manufatura, a qual se manteve numa escala doméstica, pois o grau de sincronização que se requeria era muito menor.

Explicitada a questão do tempo e das suas subdivisões no modo de produção capitalista, direcionemos o nosso debate para as **atividades** que preencherão especialmente o tempo liberado do trabalho. Pois bem, inicialmente, é importante salientar que, se, nas décadas iniciais do processo de industrialização, a forma como os trabalhadores ocupavam o tempo de não trabalho já preocupava a classe de proprietários, os moralistas e os puritanos — contraface ideológica do capital, que ajudou a sedimentar o solo cultural da nova sociedade que se instituía —, como se pode depreender do trecho abaixo, de autoria de Thompson (1998), tanto maior será a apreensão e a preocupação deles com o surgimento de sujeitos coletivos de operários, como partidos e sindicatos, capazes de colocar em xeque o próprio modo de produção material da vida social.

Depois de concluir o seu trabalho, uma considerável quantidade de trabalhadores manuais (descobriu alarmado um moralista) ficava com várias horas do dia para serem gastas quase como se lhe aprouvesse. E de que maneira [...] é esse tempo precioso empregado por aqueles que não têm cultura? [...] Nós os vemos muitas vezes apenas matando essas porções de tempo. **Durante uma hora, ou horas a fio [...] eles ficam sentados em um banco, ou se deitam sobre a ribanceira ou o morro, [...] totalmente entregues à ociosidade e ao torpor** [...] dando mostras de impertinência, falando palavrões e zombando de tudo, às custas dos passantes [...] (Thompson, p. 298, grifos nossos).

Como nos dias atuais, naquele tempo a religião também cumpria um papel indispensável ao processo de modelagem ideológica necessária à reprodução social do modo de produção nascente, buscando ampliar a coesão social e possíveis consensos. Para tanto, os metodistas⁶², por exemplo, empenhavam-se “no combate aos divertimentos populares; se a obrigação era considerada uma virtude suprema, o ócio deveria ser substituído pela prece e oração” (Melo, 2010, p. 15). Em seu livro “A Formação da Classe Operária Inglesa”, destinado ao estudo do processo de consolidação dessa classe na Inglaterra, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, Thompson (1987) nos apresenta como o metodismo buscava moldar e restringir as atividades exercidas no tempo liberado do trabalho. Vejamos:

O metodismo incluiu entre suas proibições os jogos de cartas, as roupas coloridas, os ornamentos pessoais e o teatro. Escreveram-se opúsculos **contra as danças e as canções “profanas”**. Consideravam-

⁶² A religião metodista é uma tradição protestante que se originou no século XVIII, na Inglaterra, sob a influência de John Wesley e seus colaboradores. Tem raízes na Igreja desse país, mas rapidamente se desenvolveu, diferenciando-se da matriz, com ênfases teológicas e práticas próprias.

se profundamente **suspeitas as artes e a literatura que não tivessem motivações devocionais**. O terrível *Sabbath*⁶³ vitoriano começou a estender sua opressão antes mesmo do nascimento da Rainha Vitória (Thompson, 1987, v. 2, p. 300, grifo nosso).

As escolas religiosas dominicais também atuavam moldando os comportamentos. Nesses espaços, apenas atividades recreativas que fossem “produtivas” eram permitidas, tais como cavar e partir lenhas. Afinal, jogos e brincadeiras não eram dignos de uma criança que fosse educada à luz do cristianismo: “Na Escola de Wesley, em Kingwood, somente eram permitidas ‘recreações’ produtivas, como partir lenha, cavar e coisas semelhantes, posto que os jogos e brincadeiras eram ‘indignos de uma criança cristã’” (Thompson, 1987, v. 2, p. 256).

Sob tal injunção, tanto os industriais quanto os políticos que representavam os interesses dos proprietários dos meios de produção inquietavam-se com as atividades realizadas pelos trabalhadores no tempo de não trabalho. Como forma de dominar, controlar e ditar os rumos desse novo espaço/tempo do cotidiano, restou aos capitalistas propor e organizar práticas sociais que inviabilizassem tanto a organização política quanto a cultura do “não fazer nada”. Afinal, ambas se opunham aos objetivos do capital, ao dificultarem a formação de uma força de trabalho dócil e produtiva.

Tabernas, feiras, grandes concentrações de trabalhadores ociosos em um mesmo espaço passaram a ser consideradas perturbadoras da ordem social. Isso porque, para a burguesia e os seus representantes políticos, bem como para a religião, momentos de diversão como esses se opunham à lógica da produtividade, do trabalho extenuante, não sendo adequados ao modo de produção vigente, visto que se relacionavam com estilos de vida antigos que precisavam desaparecer (Melo, 2010). “O processo de industrialização precisava impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível” (Thompson, 1987, v. 2, p. 29).

Contudo, diante do **valor ético e religioso do trabalho ressaltado pelas ideias puritanas, na Modernidade**, a conduta ociosa passou a representar um grave perigo pessoal e social. **A nascente burguesia industrial adotou profundamente esse pensamento, valorizando a laboriosidade e combatendo os prazeres e distrações “nocivos”** —

⁶³ O *Sabbath* refere-se tradicionalmente ao dia de descanso semanal observado por muitas religiões, especialmente, o cristianismo. No contexto vitoriano, na Inglaterra (século XIX), o *Sabbath*, que para os cristãos é o domingo, era um dia profundamente enraizado na cultura e nas tradições, caracterizado por sua ênfase na observância religiosa e no descanso do trabalho secular. Durante a Era Vitoriana, o domingo ou *Sabbath* era um dia especial para muitas famílias britânicas, com várias normas culturais e sociais associadas a ele.

aparentemente, nocivos às camadas pobres (como alcoolismo, algazarra, prostituição, jogos de azar). Mas, na realidade, muito mais **prejudiciais ao processo produtivo capitalista em desenvolvimento, que demandou uma nova disciplina de trabalho [...]** (Luce Gomes, 2004, p. 135).

De mais a mais, vale ressaltar que era nos momentos de diversão que aqueles submetidos diretamente aos problemas do modelo industrial se reuniam. Se as inquietações surgiam do modo como o mundo do trabalho estava estruturado, era no universo do descanso e da recreação que se podia ponderar mais a fundo sobre os impactos dessas transformações.

Se as práticas do tempo livre são ameaças aos valores da sociedade nascente e de sua classe hegemônica, direcionam-se, disciplinam-se, conduzem-se as atividades lúdicas, **criam-se, sob os auspícios da burguesia, as atividades de lazer, ou seja, o *licere* e as suas práticas permitidas.** Resumindo: “tratava-se de substituir o ócio por uma outra atividade moderna, mais ‘sadia’, mais ‘organizada’, mais ‘educativa’: **o lazer**” (Marcassa, 2002, p. 4) — esse é seu o solo genético. Tal complexo surge, portanto, como uma solução para o reequilíbrio social, ganhando predominância no usufruto do tempo livre — apesar da resistência da classe trabalhadora consolidada, por exemplo, na manutenção de antigos hábitos — e afastando os indivíduos de espaços e atividades que os “degenerassem” moralmente.

Nesse processo, **o controle das diversões populares (tabernas, feiras, jogos etc.) passou a ser encarado como dimensão fundamental.** As diversões eram entendidas como perigosas e perniciosas já que, além de se oporem à lógica do trabalho árduo, **eram uma forma de manutenção dos antigos estilos de vida, que tanto incomodavam aos que preconizavam uma nova ordenação.** Sem falar que **era no momento de lazer que os trabalhadores se reuniam, tomavam consciência de sua situação de opressão** e entabulavam estratégias de luta e resistência (Melo; Alves Jr., 2012, p. 8).

De toda forma, a imposição desses novos hábitos não ocorreu sem resistência. A título de exemplo, Thompson (1987) ressalta que, no cotidiano, os trabalhadores estabeleciam distintas formas de luta, presentes até mesmo nas inadequações comportamentais, tais como a desordem, a deficiência ou a indisciplina. Ao analisar a conduta dos trabalhadores irlandeses, que ocupavam os postos menos valorizados, Thompson (1987, v. 2, p. 334) diz: “Eles partilhavam de um sistema de valores distintos

do sistema dos artesãos ingleses; temos, inclusive, a impressão de que eles se divertiam muito, escandalizando deliberadamente os padrões de conduta ingleses”.

É com base nesse contexto que podemos localizar esforços para introduzir um conjunto de atividades denominadas de “recreação racional”, como o escotismo e as primeiras viagens de trabalhadores organizadas por Thomas Cook⁶⁴. Os chamados “divertimentos adequados” frequentemente representavam reconfigurações de antigas práticas populares que haviam sido combatidas e proibidas, e, poderíamos dizer, “higienizadas” (Melo, 2010, p. 17). Seguindo esses indícios, interpretamos de maneira similar as ações contra determinadas práticas consideradas inconvenientes e “bárbaras”, como as touradas e as brigas de animais, além da emergente definição do esporte em seu sentido moderno, que logo estabeleceria um diálogo com as concepções de saúde e aptidão física. Ao historicizar o processo de surgimento do lazer, somos capazes de perceber a sua conexão inquebrantável com um determinado modo de produção, assim como sua intrínseca relação com uma particular reprodução social que dele decorre. Essas informações nos dão pistas sobre como o tempo liberado do trabalho nessa sociabilidade torna-se permeado por um conjunto de elementos de continuidade que nos remetem à totalidade. Se, na superficialidade e na aparência do cotidiano, tempo de trabalho e tempo de não trabalho podem sinalizar aspectos e atributos opostos e antagônicos, Picollo (2008, p. 16, grifo nosso) nos diz algo que aprofundaremos no próximo tópico:

[...] é preciso perceber ainda o tempo livre como uma forma de vida típica do capitalismo, **em que trabalho e tempo livre na aparência são opostos, mas na verdade formam um binômio indissociável. O tempo livre torna-se a extensão da própria lógica de produção, ou seja, hegemonicamente, ele se curva ao capital.**

3.2.2 CAPITALISMO, “TEMPO LIVRE” E LAZER

Uma análise puramente lógica do devir humano poderia nos levar a uma singela conclusão: o histórico desenvolvimento das forças produtivas, da capacidade laboriosa de nosso gênero, ao permitir a produção de mais bens (valores de uso) em menos tempo, reduziria o tempo social total destinado à necessidade e ampliaria, como consequência, o tempo destinado à liberdade — liberdade esta expressa, por exemplo, na fruição de

⁶⁴ Thomas Cook (1808–1892) foi um missionário batista e um empresário inglês.

atividades espirituais, tais como as artísticas, filosóficas e científicas. Entretanto, ao examinarmos ontologicamente a distribuição do tempo social no capitalismo atual, perceberemos um caminho inverso, especialmente no que diz respeito à estruturação do tempo total do cotidiano da classe trabalhadora.

[...] **um incremento inesperado do tempo de trabalho no mundo.** Uma pessoa nascida em 1935 podia trabalhar 95 mil horas; previa-se para uma pessoa que nasceu em 1972 uma vida laboral de 40 mil horas; **as pessoas recém-empregadas na primeira década do século XXI terão de trabalhar 100 mil horas** (ver Berardi Bifo, 2007, p. 160) (Antunes, 2019, grifo nosso).

O capitalismo tardio ancorou a sua reestruturação, entre outros elementos: (i) na ampliação da exploração da força de trabalho com o aumento das jornadas (uma tentativa de resposta às insolúveis contradições desse modo de produção, como a tendência à diminuição da taxa média de lucro presente no “chão da fábrica”), remetendo-nos à extração de mais-valia absoluta tão presente no momento inicial da Revolução Industrial; (ii) na adoção de contrarreformas trabalhistas que se espalharam por todo o mundo. Essa realidade trouxe consequências para o cada vez mais reduzido tempo de não trabalho da classe trabalhadora e, como uma das dimensões que o constitui, para um possível tempo de lazer.

Logo, o aumento da produtividade decorrente da elevação da composição orgânica do capital e o conseqüente desenvolvimento recente das forças produtivas, mesmo reduzindo o tempo de trabalho necessário para a produção de bens, não resultaram, como uma análise puramente lógica poderia indicar, no aumento do tempo livre para a grande maioria das pessoas. A correlação de forças entre as classes sociais e as suas frações no estágio atual do capitalismo internacional, bem como a ausência de um horizonte que revolucione o modo de produção vigente são elementos que podem nos explicar o porquê dessa dinâmica.

Na verdade, a reestruturação produtiva que discutimos anteriormente originou, em um polo, a explicitação do desemprego estrutural típico do modelo de sociabilidade hegemônico pelo capital (Padilha, 2000, p. 150), ampliando, portanto, o exército industrial de reserva (Marx, 2013b); e, no outro, entre os empregados, um crescente uso da força de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, constituindo um grande contingente de trabalhadores precarizados (Antunes, 2018). Tanto o desemprego

quanto a precarização alteram significativamente a relação da classe trabalhadora com o tempo.

Como corolário desse movimento, constitui-se um tempo de “não trabalho” incompatível com qualquer tipo de ampliação da fruição de um tempo livre, mesmo que na perspectiva rebaixada do lazer — mais à frente demonstraremos o porquê desse rebaixamento. Afinal, tal insegurança econômica afeta de maneira significativa a vida dos trabalhadores, transbordando os momentos de utilização de suas forças de trabalho, tanto física quanto espiritual (Polato, 2003, 2004). Conforme Húngaro e Athayde (2011, p. 539, grifo nosso):

O trabalhador acaba destinando o tempo que tem disponível fora do trabalho para buscar uma qualificação profissional — na teoria, essa qualificação lhe daria maiores garantias de ter seu emprego assegurado — e também para procurar outros empregos que o ajudariam a ampliar a renda familiar.

De mais a mais, a atual etapa da sociabilidade burguesa impôs novas determinações ao próprio complexo do lazer. Afinal, se, em um momento inicial, essa esfera era permeada por atividades que se destinavam ao controle da classe trabalhadora, auxiliando na recomposição de sua força de trabalho e moldando-a moralmente, atualmente, ela submete-se de maneira ascendente ao processo de acumulação de capital, subsumindo-se à sua forma mercadoria (Ório, 2019). Por esse caminho, o valor de troca de suas atividades passou a se sobrepor ao valor de uso de outrora. Essa relação deve ser compreendida sempre de maneira dialética, portanto de mútua determinação, apesar da predominância do polo vinculado ao valor de troca. Mascarenhas (2005, p. 14) expõe da seguinte maneira a transformação pela qual passa o lazer:

Seu antigo valor e utilidade sociais, propugnados como verdade e enormemente difundidos nas décadas anteriores como força auxiliar para a produção e reprodução da força de trabalho, passam a se subordinar aos interesses econômicos de uma heterogênea e crescente indústria do lazer. [...] tal indústria resgata e confere nova vida às concepções subjetivistas, uma vez que a afirmação do prazer do indivíduo e de sua liberdade de escolha no mercado se misturam ao enaltecimento e estandardização de práticas de lazer cada vez mais individualistas e hedonistas, diante do objetivo primeiro da troca e do lucro, pouco importando seu valor moral e utilitário.

Ademais, a afirmação de um lazer estruturado sobre o seu valor de troca reitera, conforme o texto supracitado de Mascarenhas, concepções subjetivistas do complexo,

dando vazão às práticas de caráter individualista e hedonista. Nesse sentido, Marilena Chauí (1999), no prefácio de uma reedição do famoso livro de Paul Lafargue intitulado “O direito à preguiça”, originalmente publicado em 1880, ressaltou que: a burguesia habilmente transformou em vantagem o que parecia ser um revés — a possibilidade de um tempo liberado do trabalho conquistado pela classe trabalhadora. Para tanto, estabeleceu indústrias como as da moda, da cultura, do esporte e do turismo.

Dessa maneira, a classe dos donos de meios de produção, por intermediação dos seus representantes políticos, passou a direcionar e a moldar o tempo livre dos trabalhadores, instigando desejos de consumo artificiais e efêmeros. Por essa via, ela não só manteve seu poder, como o ampliou, tornando a dominação de classe e a exploração menos perceptíveis. Vejamos este trecho do texto:

[...] a burguesia soube perfeitamente transformar em ganho o que, num primeiro momento, parecia ser uma perda, criando a indústria da moda, a indústria cultural, do esporte e do turismo, e com isso pôde controlar o tempo livre dos trabalhadores, criando neles necessidades fictícias de consumo, “[...] Ela nada perdeu e muito ganhou, pois tornou invisível a dominação de classe e a exploração” (Chauí, 1999, p. 49, grifo nosso).

Pensemos um pouco mais a esse respeito: segundo Padilha (2000), na sociedade capitalista, a felicidade e o bem-estar estão intrinsecamente atrelados ao consumo alienado de mercadorias, cumprindo o lazer uma função essencial nessa dinâmica. Com esse propósito, os mais distintos complexos que constituem aquele modo de produção tendem a operar segundo leis que permitam a acumulação de capital. Nesse sentido, é fundamental que se criem, de maneira ininterrupta, diferentes necessidades e desejos, passíveis de atendimento (temporariamente) apenas pelo comércio, ou seja, mediante a compra de uma camisa, um carro, uma moradia, um relógio, um ingresso, determinada comida etc.

Logo, o “lazer-mercadoria” (Mascarenhas, 2005), ao compilar práticas que permitem a circulação de diversos bens e serviços, torna-se peça indispensável ao quebra-cabeça da acumulação, transformando-se, assim, em um contraponto apenas aparente ao trabalho alienado, típico da sociabilidade burguesa. Afinal, se, no plano ideológico, o tempo de lazer promete liberdade e autonomia — estas, em tese, opostas às imposições do tempo de trabalho, a materialidade da sociedade burguesa nos demonstra que aquele tempo é, igualmente, um espaço de inautenticidade e estranhamento.

No próximo capítulo, aprofundaremos um pouco mais a discussão sobre a alienação. Por ora, cabe a nós salientarmos que, já no século XIX, transcorrida, então, a primeira centúria sob o impacto da Revolução Industrial, tanto Marx (2011b, p. 41) — ao constatar que “produção não apenas fornece à necessidade um material, mas também uma necessidade ao material” —, quanto Lafargue (1999) tinham identificado na cultura do consumismo um elemento essencial do modo de produção capitalista. Trata-se, pois, de um tópico de continuidade, apesar das distintas expressões particulares, da reprodução social que ocorre com base naquele modo, sendo uma das respostas necessárias — ao lado, dentre outras, da obsolescência programada (Lafargue, 1999; Marx, 2013b; Mészáros, 2011) — à superprodução decorrente da anarquia produtiva e da propriedade privada dos meios:

[...] o grande problema da produção capitalista não é mais encontrar produtores e redobrar suas forças, mas descobrir consumidores, excitar seus apetites e neles criar falsas necessidades [...] Em Lyon, em vez de deixar a fibra da seda com sua simplicidade e flexibilidade naturais, sobrecarregam-na com sais minerais que, aumentando-lhe o peso, tornam-na quebradiça e de pouca utilidade. **Todos os nossos produtos são adulterados a fim de facilitar seu escoamento e encurtar sua existência.** Nossa época será chamada de a **idade da falsificação** (Lafargue, 1999, p. 83, grifo nosso).

Superado um século da afirmação de Lafargue, Padilha (2000) — autora que estuda o par relacional produção/consumo, mediado pela dimensão da necessidade, em um país periférico e dependente da divisão internacional do trabalho, como o Brasil — constata a permanência daquele elemento, essencial à reprodução social desse modo de produção, dizendo-nos que:

[...] aumento da produção requer, em grande medida, um aumento do consumo que, por sua vez, requer um aumento das necessidades. Sendo assim, **é o consumo motivado pelas necessidades criadas pelo sistema que reforça a produção.** Esse é um dos princípios da **produção flexível** dos tempos atuais, embora o incentivo ao consumo sempre tenha sido uma das **principais marcas do capitalismo** (Padilha, 2000, p. 74, grifo nosso).

Por essa via, não é difícil verificar que, em sociedades capitalistas, a produção não se limita mais ao atendimento de demandas básicas. Busca-se, na verdade, a reprodução ampliada de capital. À vista disso, produzir mercadorias de maneira ininterrupta, inclusive as destinadas ao tempo de lazer, torna-se indispensável. Criam-se excedentes

ditados pela demanda de acumulação do capital, o que exige um contínuo fomento de novos desejos que impulsionem a circulação. O consumismo e o desperdício tornam-se, como consequência, pedras-de-toque dessa forma de reprodução social. A “obsolescência programada” — categoria que expressa uma produção que encurta o ciclo útil de uma mercadoria — também se consolida como uma das dimensões dessa realidade. Incrementa-se a produção em volume e diversidade, mas não em qualidade e longevidade.

Nas sociedades capitalistas, o homem não produz mais apenas para satisfazer suas necessidades originais. Existem outras necessidades em jogo que são as **necessidades de valorização do capital.** A produção de **mercadorias converteu-se em uma fonte de lucro,** dado que cada trabalhador produz, para os donos das empresas, muito mais do que precisaria para a satisfação de suas próprias necessidades. **A produção capitalista gera excedentes que não são calculados com base nas necessidades naturais do homem e sim nas do capital, o qual, por sua vez, precisa criar novas necessidades para estimular a demanda e o consumo.** Assim, a produção deve visar a um **consumo descartável, uma cultura do desperdício,** o que reflete o princípio da “**obsolescência planejada**” (os objetos são feitos para serem obsoletos). Esse sistema **precisa sempre aumentar a produção de mercadorias em quantidade e variedade,** mas não em qualidade e durabilidade (Padilha, 2007, p. 33, grifo nosso).

Como a produção e o consumo são pares relacionais de uma unidade, a exigência de uma reprodução ampliada do capital acaba por moldar desejos (ancorados em complexos como as indústrias cultural, da moda, do turismo etc.) que, desde que se tenha condição de pagar, serão atendidos com o consumismo, isto é, pela forma hegemônica de expressão do consumo em sociedades capitalistas. Portanto, uma histórica forma de produzir, vinculada a determinadas relações de produção, leva a uma maneira particular de consumo, mediado por necessidades conjunturais. Vejamos como Mascarenhas (2005, p. 178, grifo nosso) nos apresenta essa relação:

Entretanto, antes de chegarmos à troca, ponto de partida para a compreensão de como o lazer se insere na atual dinâmica de produção e reprodução do capital, **torna-se preciso familiarizar-nos um pouco com a relação que guardam entre si produção e consumo.** Conforme ensina Marx (2003), como momentos do processo geral de trabalho, ambos são, cada qual, imediatamente, o seu oposto. **Toda produção é, ao mesmo tempo, consumo, do mesmo modo que todo consumo pode ser considerado produção.** Observemos os argumentos por ele apresentados. **Do lado do consumo, pode-se dizer que qualquer produto, uma vez produzido, só se confirma como tal, no momento do consumo.** Assim como uma bola só se converte efetivamente em bola quando é usada, uma sala de cinema a ser inaugurada e que, conseqüentemente, ainda não se consome, não é, de fato, um

equipamento de lazer, deduz-se. **Consequentemente, o produto não pode ser entendido apenas como atividade coisificada, mas como o objeto para o sujeito em atividade, objeto para fruição. O consumo impulsiona a produção, pois sem a necessidade criada ou reproduzida por ele não há produção. Por conseguinte, do lado da produção, é ela que fornece o produto, sem o qual, não há consumo, o que significa dizer que a produção também cria o consumo.**

Marx (2011b), nos Manuscritos Econômicos de 1857 – 1858 (Grundrisse), faz uma interessante análise sobre como a produção molda não apenas o que consumimos, mas a forma como consumimos. Com esse propósito, o revolucionário alemão utiliza-se de um singelo exemplo, a fome. Afinal, embora o ato de comer seja uma necessidade básica, por ser a única ação capaz de saciar a fome, ele ganhará contornos bastantes diferentes se a comida for cuidadosamente preparada e consumida com garfo e faca ou se a fome for aplacada comendo-se carne crua com mãos, unhas e dentes.

A fome é fome, mas se é satisfeita com carne preparada e cozida e se é ingerida com a ajuda de garfo e faca é diferente da fome que é satisfeita devorando a carne crua, destroçada com as mãos, as unhas e os dentes. Não se trata somente do objeto de consumo, mas também o modo de consumo, criado pela produção, tanto em sua forma objetiva como subjetiva. (Marx 2011b, p. 65-66, grifo nosso).

No contexto atual de capitalismo tardio, se analisarmos o lazer, concluiremos que essa esfera se tornou, em grande medida, um tempo e um espaço preenchido por certas atividades que impulsionam necessidades e desejos socialmente compartilhados, coagulando, de maneira ascendente, práticas que deságuam na compra, na venda e no consumo (Ório, 2019). Podemos citar, especialmente, aquelas decorrentes da indústria do entretenimento, tais como as vinculadas a cinemas, bares, viagens, restaurantes e *shoppings*, entre outras. Segundo Chauí (1999, p. 48, grifo nosso): “[...] a sociedade administrada também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso [...] **A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer** estarão estruturadas em **conformidade com as exigências do mercado** capitalista [...]”.

Aprofundando essa análise, como já explicitamos em diferentes momentos desta tese, cabe-nos constatar que, no cotidiano da reprodução social burguesa, distintas dimensões da alienação se expressam em diferentes espaços da vida (Heller, 2000, p. 38). Do trabalho alienado, consequência da propriedade privada dos meios de produção, que retira do trabalhador a autonomia e a criatividade no processo produtivo, transformando-

o em mero insumo deste último, às demais esferas sociais — tais como a política, a religiosa ou a do consumo —, surgem inúmeras mistificações e falsas consciências que distanciam o indivíduo do gênero e que se expressam, a título de exemplo, no Estado (Marx, 2005a, 2005b; Marx; Engels, 2007b), no domínio da divisão sociotécnica do trabalho sobre o indivíduo (Engels, 2015; Lukács, 2010, 2012, 2013b), na redução da personalidade aos produtos que possui ou na própria relação com o tempo.

Theodor W. Adorno (1903-1969), filósofo, sociólogo, musicólogo, crítico cultural alemão e um dos principais formuladores da Escola de Frankfurt de Teoria Crítica, em um texto sobre o tempo livre publicado em 1969, consolidado em uma coletânea de textos daquele autor, realizada por Jorge M. B. de Almeida, sob o título de “Indústria Cultural e Sociedade” (1995), apresenta-nos pistas interessantes sobre a relação mútua existente entre o tempo livre e o tempo de trabalho. Isso porque, na medida em que o modo de produção, concretizado em uma específica formação social, constitui uma totalidade, elementos gerais e essenciais (de continuidade) da sociedade, inevitavelmente, perpassarão e conectarão ambos os tempos. Entre esses elementos, encontra-se um traço marcante do modo de produção capitalista, qual seja, a alienação. Eis o trecho de Adorno:

A questão do tempo livre: o que as pessoas fazem com ele, que chances eventualmente oferece o seu desenvolvimento, **não pode ser formulada em generalidade abstrata.** A expressão, de origem recente, aliás — antes se dizia ócio, e este era um privilégio de uma vida folgada e, portanto, algo qualitativamente distinto e muito mais grato, mesmo desde o ponto de vista do conteúdo —, **aponta a uma diferença específica que o distingue do tempo não livre, aquele que é preenchido pelo trabalho e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado desde fora. O tempo livre é acorrentado ao seu oposto.** Esta oposição, a relação em que elas se apresentam, imprime-lhe traços essenciais. Além do mais, **muito mais fundamentalmente, o tempo livre dependerá da situação geral da sociedade** (*In:* Almeida, 1995, p. 62, grifo nosso).

Pensemos no *shopping center*, um espaço recorrente das sociedades capitalistas, já que ele pode nos fazer refletir a respeito da conexão existente entre o tempo liberado do trabalho e o tempo de trabalho, tendo como eixo estruturante a alienação. Como já dissemos anteriormente, teremos a oportunidade de discuti-la um pouco mais a fundo no próximo capítulo. De toda sorte, neste momento da tese, analisar de maneira superficial os centros modernos de compra nos apresentará pistas sobre a referida relação. Pois bem, símbolos de formações sociais cujas reproduções expressam um alto grau de estranhamento, esses espaços privados, construídos artificialmente, tornam-se

impermeáveis às agruras presentes no cotidiano das desiguais sociedades capitalistas, tais como a pobreza e a violência. Higienizados, racionalmente falseados, tais complexos buscam influenciar e manipular as necessidades e os desejos. Como consequência, contribuem para o afloramento de individualidades que, cada vez mais, expressam e ratificam a sua particularidade especialmente por meio das práticas de compra e venda (Padilha, 2003, 2007).

Em que pesem as distintas funções cumpridas pela arte e pela ciência — sendo a primeira, na linha do pensamento lukacsiano (2018), uma compreensão antropomorfizada da realidade e, a segunda, um entendimento desantropomorfizado dela —, peço licença ao leitor para transcrever um poema de Carlos Drummond de Andrade, visto que ele nos dá alguns indícios sobre os desejos e as necessidades socialmente criadas e compartilhadas, as quais, por sua vez, têm nos centros modernos de compras um lugar privilegiado de explicitação. Trata-se da poesia “Eu, Etiqueta” (1989). Nela, o autor sintetiza magistralmente como, na sociabilidade burguesa, os indivíduos buscam reforçar a sua particularidade com as mercadorias que possuem. Eis o que Drummond diz:

Em minha calça está grudado um nome
que não é meu de batismo ou de cartório,
um nome... estranho. Meu blusão traz lembrete de bebida
que jamais pus na boca, nesta vida.
Em minha camiseta, a marca de cigarro
que não fumo, até hoje não fumei.
Minhas meias falam de produto
que nunca experimentei
mas são comunicados a meus pés.
Meu tênis é proclama colorido
de alguma coisa não provada
por este provador de longa idade.
Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
minha gravata e cinto e escova e pente,
meu copo, minha xícara,
minha toalha de banho e sabonete,
meu isso, meu aquilo,
desde a cabeça ao bico dos sapatos,
são mensagens,
letras falantes,
gritos visuais,
ordens de uso, abuso, reincidência,
costume, hábito, premência,
indispensabilidade,
e fazem de mim homem-anúncio itinerante,
escravo da matéria anunciada.
Estou, estou na moda.
É duro andar na moda, ainda que a moda
seja negar minha identidade,

trocá-la por mil, açambarcando
todas as marcas registradas,
todos os logotipos do mercado.
Com que inocência demito-me de ser
eu que antes era e me sabia
tão diverso de outros, tão mim mesmo,
ser pensante, sentinte e solidário
com outros seres diversos e conscientes
de sua humana, invencível condição.
Agora sou anúncio,
ora vulgar ora bizarro,
em língua nacional ou em qualquer língua
(qualquer, principalmente).
E nisto me comprazo, tiro glória
de minha anulação.
Não sou — vê lá — anúncio contratado.
Eu é que mimosamente pago
para anunciar, para vender
em bares festas praias pérgulas piscinas,
e bem à vista exibo esta etiqueta
global no corpo que desiste
de ser veste e sandália de uma essência
tão viva, independente,
que moda ou suborno algum a compromete.
Onde terei jogado fora
meu gosto e capacidade de escolher,
minhas idiossincrasias tão pessoais,
tão minhas que no rosto se espelhavam
e cada gesto, cada olhar
cada vinco da roupa
sou gravado de forma universal,
saio da estamperia, não de casa,
da vitrine me tiram, recolocam,
objeto pulsante mas objeto
que se oferece como signo de outros
objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
de ser não eu, mas artigo industrial,
peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa.
Eu sou a coisa, coisamente.

As “catedrais das mercadorias”, termo cunhado por Padilha (2003) que retrata com perfeição a função social desempenhada pelos centros de compra, criam espaços ideais, concentrando opções de consumo de bens e serviços. São ponto de encontro de uma **população seleta**, de seres *semiformados*, incompletos, que aceitam fenômenos historicamente construídos como se fizessem parte do curso da natureza. “Compro, logo existo” (Oliveira, 2016, p. 105; Padilha, 2007, p. 35). É interessante notar como a expressão “população seleta”, utilizada por Padilha em seu texto “A sociologia vai ao

shopping center” (2007), lembra-nos que, em uma sociedade de classes, as oportunidades não são iguais. Certos espaços, tempos e atividades não são para todos. Afinal, ir ao *shopping* comprar não é uma prática que prescindia da condição desempenhada pelo indivíduo na divisão social do trabalho e da sua quota-parte recebida da riqueza socialmente criada. Segundo Cunha (1987, p. 20, grifo nosso):

[...] o lazer permanece como categoria interna da economia política, sendo gerado e apropriado em decorrência das mesmas relações sociais. É por isso que ele traduz — à sua maneira — as esferas da produção, da distribuição, da troca e do consumo [...] quanto mais acentuada a hierarquia de classes; maiores se apresentam as distinções do tempo e das atividades do lazer.

Neste momento do texto, em que, com um alto grau de abstração, apresentamos algumas formulações de Padilha sobre os centros de compras modernos, é importante fazermos uma pequena digressão. Nos últimos anos, houve um significativo avanço do **comércio eletrônico**, em decorrência, dentre outros elementos, do desenvolvimento das forças produtivas, expresso, por exemplo, no surgimento de “telefones inteligentes”, além da ampliação do acesso da população à internet — em que pese a desigualdade social que também se expressa nesse indicador⁶⁵. Para termos uma ideia desse avanço, no Brasil, em 2021, o comércio eletrônico já representava 17,9% das vendas varejistas (Evolução, 2022). Tal constatação, contudo, não infirma as descobertas da autora no que diz respeito aos elementos alienantes presentes nos espaços higienizados dos centros em análise, bem como o estranhamento decorrente do consumismo (uma dimensão estruturante do modo de produção burguês). Afinal, a lógica da necessidade socialmente compartilhada, que incutirá desejos e levará às compras, presencial ou virtualmente, como forma de reafirmar a particularidade do indivíduo, estará presente nas duas dimensões e ocupará, em muitos momentos, o tempo liberado do trabalho.

Aproveitando o ensejo dessa pequena exposição sobre os centros modernos de compra, o tempo liberado do trabalho e a sua forma típica de fruição na sociedade moderna e capitalista, o *licere*, apresentemos mais uma possível articulação entre esses elementos. Para tanto, exporemos certas elaborações de Mateus Vieira Ório dispostas na obra “Capital recreativo: a apropriação capitalista do lazer” (2019). Em um dado

⁶⁵ Para mais informações sobre o tema, sugerimos, a título de exemplo, a leitura do texto “Mais de 33 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, diz pesquisa”, que pode ser acessado no Portal G1 de notícias, no seguinte endereço: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/03/21/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet-diz-pesquisa.ghtml>.

momento do texto, ao analisar a relação entre lazer, capital e lucro, o autor identifica duas possíveis categorias, quais sejam: a **mercadoria** e a **mercancia**. A primeira é explicitada em todas as suas determinações por Marx (2013b) e consubstanciada, grosso modo, em um bem material produzido para ser trocado, com base em uma produção voltada ao valor de troca. Já a segunda está relacionada à forma-mercadoria que tanto os serviços quanto a cultura assumem em sociedades capitalistas. Nos termos do autor:

Estas coisas, para serem vendidas, e conseqüentemente contribuírem para a reprodução do capital, **precisam assumir a “forma” de mercadoria, sendo assim portadoras de valor de troca**. Então, estas outras produções sociais, são **mercantilizadas**, tornam-se **mercancias** (Cf. VIANA, 2016), que não saem diretamente da produção capitalista, não se constituindo em formas de extração de mais-valor, mas **são consumadas como forma de apropriação de mais-dinheiro** (Ório, 2019).

Dessa maneira, a **mercancia**, ou seja, a **forma-mercadoria assumida por algumas práticas sociais no capitalismo** permite, em decorrência da mercantilização de sua prática, uma apropriação de **mais-dinheiro**. É preciso salientar que mais-dinheiro e mais-valor são categorias distintas. O mais-valor deriva do intercâmbio orgânico da humanidade com a natureza, consubstanciado, nos termos de Marx (2014), nos setores I e II da economia. Já o mais-dinheiro encontra-se vinculado à circulação monetária — a qual, no limite, mesmo com a financeirização presente no capitalismo tardio, atrela-se ao mais-valor, embora não se reduza a ele. Isso porque o capitalismo possui inúmeros elementos de alavancagem, como a bancária⁶⁶, além de processos de ampliação da base monetária das sociedades⁶⁷. “Assim, as mercancias são elementos mercantilizados da

⁶⁶ A alavancagem bancária refere-se à relação entre o capital de um banco (os próprios recursos) e seus ativos totais (recursos emprestados e os próprios recursos). É uma medida de até que ponto um banco pode aumentar sua base de ativos usando dívida em relação ao seu capital. Em termos mais simples, a alavancagem bancária indica quantos ativos totais um banco possui para cada unidade de capital. O conceito de alavancagem é central para o setor bancário, porque os bancos, por natureza, operam com uma grande quantidade de passivos em relação ao seu capital. Eles pegam depósitos de clientes (passivos) e emprestam esses recursos a outros clientes na forma de empréstimos (ativos), mantendo apenas uma fração dos depósitos totais como reservas.

⁶⁷ A ampliação da base monetária de uma sociedade refere-se ao aumento da quantidade total de moeda e reservas bancárias em um sistema financeiro. A base monetária, também conhecida como oferta de moeda ou simplesmente “base”, é composta de duas coisas principais: (I) moeda em circulação — a quantidade total de moeda física (cédulas e moedas) que está nas mãos do público; (II) reservas bancárias — reservas que os bancos mantêm em seus cofres ou no banco central. A ampliação da base monetária é frequentemente uma ação deliberada tomada por um banco central. Por exemplo, durante uma política de *quantitative easing* (QE) ou “afrouxamento quantitativo”, um banco central pode comprar ativos financeiros, como títulos do governo, de bancos comerciais. Isso aumenta a quantidade de reservas que os bancos têm, o que efetivamente amplia a base monetária.

sociedade capitalista que podem ser vendidos, fazendo com que seu vendedor se aproprie de parte do mais-valor distribuído na sociedade na forma de mais-dinheiro” (Ório, 2019).

Um pequeno adendo: para Marx (2014), o **setor I** da economia refere-se ao departamento da produção que fabrica bens de capital (meios de produção). Tais bens, por sua vez, não são consumidos diretamente, mas, sim, utilizados na produção de outros bens. Incluem, portanto, mercadorias como máquinas, ferramentas, edifícios industriais e outros meios de produção. Já o **setor II** da economia refere-se ao departamento da produção que produz meios de consumo individual. Trata-se daqueles bens que são consumidos diretamente pelas pessoas, tais como: alimentos, roupas, além de outros produtos que satisfazem as necessidades humanas diretas. Karl Marx discute esses setores no segundo volume de *O Capital*, particularmente na seção sobre a “A Reprodução e a Circulação do Capital Social Total”. Ao fazê-lo, objetivando analisar a circulação de mercadorias e de valor na economia capitalista, ele estabelece a divisão supracitada. Eis um exemplo:

O produto total — portanto, também a produção total — **da sociedade se decompõe em dois grandes setores: 1. Meios de produção: mercadorias que, dada a sua forma, têm de entrar no consumo produtivo**, ou pelo menos podem fazê-lo. **2. Meios de consumo: mercadorias que, dada a sua forma, entram no consumo individual** da classe capitalista e da classe trabalhadora. Em cada um desses setores, **os diversos ramos da produção que o compõem formam um único grande ramo de produção: o dos meios de produção, num caso, e o dos artigos de consumo, no outro**. O capital total empregado em cada um desses dois ramos de produção constitui um grande setor particular do capital social (Marx, 2014, p. 682-683).

Marx (2013b) igualmente salienta que ambos os setores se determinam mutuamente, uma vez que o setor I fornece os meios necessários para que o setor II opere, assim como os trabalhadores do setor I dependem dos produtos do setor II para atender suas necessidades básicas de subsistência. De mais a mais, o setor II proporciona um mercado para o setor I, visto que aquele necessita dos meios de produção para fabricar os bens de consumo. Destarte, a reprodução e a expansão do capital no sistema capitalista dependem, dentre outros fatores, dessa interação. Por fim, é válido mencionar que, enquanto os dois setores se determinam mutuamente em um nível abstrato, a complexidade do capitalismo real faz com que essa interação seja influenciada por uma miríade de fatores, incluindo as políticas estatais, as inovações tecnológicas, as atuações dos oligopólios etc.

Feita essa modesta digressão, retornemos ao lazer e às categorias da **mercadoria** e da **mercancia** para, a partir desse estágio, falarmos do **capital recreativo**. O lazer engloba muitos elementos da produção material (setor II), como brinquedos, acessórios para esportes, vestuário, souvenirs, objetos de decoração etc. Ademais, ele também abarca elementos cujo conteúdo principal não está, necessariamente, em sua materialidade. Por exemplo, ao visitar um parque de diversões, o consumidor não compra os brinquedos nos quais se diverte, mas apenas os utiliza por um tempo predeterminado. Essa utilização temporária assume a “forma de uma mercadoria”, tendo um valor de uso e um valor de troca, ainda que não possua o conteúdo dessa mercadoria, pelo fato de o consumidor não poder levar os brinquedos do parque para sua casa. Essa possibilidade de utilização do brinquedo por um tempo determinado, no interior de um parque temático, constitui uma **mercancia**, que, ao ser vendida, proporciona a transferência de valor do consumidor para o proprietário do parque.

Seguindo esses indicativos, Ório (2019) conclui que o **capital recreativo**, ou seja, aquele que circula no complexo do lazer, tem duas dimensões: o **capital industrial recreativo** e o **capital comercial recreativo**. O primeiro se apropria de mais-valor por meio da produção de mercadorias que serão utilizadas em momentos de lazer, como jogos e brinquedos, produtos do setor II da economia. Já em relação ao capital que obtém lucro com o mais-dinheiro, o comercial recreativo, ele o faz mediante a circulação de produções sociais mercantilizadas (consumação de mercancias), como filmes, concertos musicais, passeios em parques temáticos etc. Eis o que o autor nos diz:

[...] **capital que se lança sobre lazer para se apropriar de mais-valor e mais-dinheiro, chamamos capital recreativo. O capital produtivo lançado sobre o lazer para a produção de mais-valor em torno de mercadorias como jogos e brinquedos é um capital industrial recreativo**, enquanto o capital que obtém lucro improdutivo por meio do lazer, ou seja, a partir da consumação de **mercancias como filmes e concertos musicais é um capital mercantil recreativo** (Ório, 2019, grifo nosso).

Um pequeno passeio por dados oficiais de nosso país sobre a participação da cultura na economia nacional já nos apresenta informações relevantes que tangenciam as formulações expressas acima. Por exemplo, a quinta edição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC)⁶⁸, que abrangeu o período de 2009 a 2020 e trouxe consigo

⁶⁸ Informações sobre a referida edição podem ser encontradas em SIIC (2021) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), respectivamente, nos seguintes endereços:

relevantes estatísticas culturais — com a consolidação de distintas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —, demonstra-nos que, em 2019, 6,5% das empresas nacionais estavam vinculadas ao setor em comento. Encontravam-se subdivididas em: atividades de patrimônio natural e cultural; apresentações artísticas e celebrações; artes visuais e artesanatos; livros e imprensa; mídias audiovisuais e interativas; *designs* e serviços criativos; esportes e recreação; educação e capacitação; equipamentos e materiais de apoio. No mesmo ano, tais empresas tiveram uma receita líquida de R\$ 608 bilhões.

O documento em análise também relata que, em 2020, os gastos públicos no setor atingiram R\$ 9,8 bilhões de reais. Ademais, naquele ano, 4,8 milhões de brasileiros trabalhavam na cultura, o que representava 5,6% da força de trabalho nacional, sendo que 42% o faziam por conta própria. Salários e outras remunerações somaram, em 2019, R\$ 73,5 bilhões, resultando em um salário médio mensal de R\$ 3.595, 21% acima da média apresentada pelas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE.

Além desses montantes, é importante indicar que, entre 2017 e 2018, o valor médio mensal gasto pelas famílias com o setor totalizou R\$ 291,18, variando de R\$ 704,18 entre os brasileiros que possuíam nível superior, a R\$ 87,32 entre os sem instrução — um indicador, vale sublinhar, diretamente relacionado à posição ocupada pelo trabalhador na divisão social do trabalho, logo à classe social a que pertence. Por fim, esse gasto se distribuiu da seguinte maneira: 60,8% com serviços de telefonia, TV por assinatura e internet; 11,9% com despesas de serviços culturais; e 11,3% com artigos de residência.

Terminado este pequeno excursus sobre o “capital recreativo” segundo a obra de Ório (2019), além de disponibilizados alguns dados oficiais consentâneos à cultura nacional, ambos os tópicos relacionados ao lazer, devemos nos ater, agora, à relação entre as classes sociais e os tempos sociais, incluída a possibilidade de fruição de um tempo liberado do trabalho. N’A *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1974, p. 37-38) exibem algumas pistas interessantes sobre essa interação. No texto, ambos salientam que, se a uma parcela (seleta) da população são dadas as condições para o gozo do tempo livre e de uma atividade igualmente desinteressada, isso se dá em decorrência da imposição, pela força explícita ou econômica, aos escravos, aos servos ou aos trabalhadores assalariados

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101893> e <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32481-siic-2009-2020-setor-cultural-ocupava-4-8-milhoes-de-trabalhadores-em-2020>.

da função de produção material da vida, a depender do modo de produção,. Essa determinação se sustenta, grosso modo, na divisão sociotécnica do trabalho e nas relações de propriedade dos meios de produção (Oliveira, 2022; Peixoto, 2007), portanto na matriz econômica, a qual colocará determinações na forma de reprodução da sociedade, desde a ideologia hegemônica até o arcabouço jurídico-institucional que a sustentará. Dessa maneira, segundo Faleiros (1980, p. 56, grifo nosso):

Se buscamos entender determinadas manifestações sociais que ocorrem no modo de vida de determinado grupo, temos de recorrer à análise dos mecanismos responsáveis pelo processo social mais amplo vivenciado por esse grupo. Partimos do pressuposto de que são as suas condições de existência que moldam todos os setores do seu modo de vida.

Ainda sobre essa relação, em 2006, Marcellino, em seu texto “Estudos do lazer: uma introdução”, constatou o impacto dos aspectos econômicos tanto no tempo livre dos indivíduos quanto em sua formação educacional. Tais fatores tendem a limitar o acesso a atividades de lazer, tornando-as um privilégio de poucos. Nessa linha, a pesquisa “O lazer do brasileiro” (2017), financiada pelo Ministério do Esporte e realizada com a participação de oito universidades nacionais, trouxe certos dados que nos permitem refletir sobre o tema. O estudo foi feito sob uma abordagem empírica, considerando uma amostra de 2.400 brasileiros de todas as idades, gêneros e classes sociais, e buscou analisar “a representação do lazer e a sua realização prática”. Para tanto, empregaram-se técnicas como a observação participativa, o uso de diários de campo e a aplicação de questionários.

Como um dos componentes do projeto, foi elaborado o texto “O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça” (2017), de autoria de Cinthia Casimiro Pedrão e Ricardo Ricci Uvinha. Mesmo que o estudo não se alinhe ao entendimento marxista de classes sociais, por reduzi-las ao nível de renda e, de maneira mediada, à escolaridade — o que, para nós, marxistas, são apenas expressões fenomênicas da posição assumida pelo indivíduo na divisão social do trabalho —, ele nos apresenta pontos importantes. Segundo os autores, os resultados da pesquisa indicam, por exemplo, uma visão reducionista sobre o lazer, visto que, do total de entrevistados, 77,9% associam “lazer” à diversão, 20,5% o veem como descanso e apenas 0,3% o interpreta como uma oportunidade de desenvolvimento pessoal — sendo que a formação acadêmica do indivíduo cumprirá um papel importante não só na

capacidade de compreensão e discernimento dos indivíduos em relação ao mundo e à sociedade em que vivem, como também na ampliação do arco de possibilidades do lazer.

A pesquisa retrata que brasileiros com menor escolaridade, ao serem questionados sobre as atividades de lazer realizadas semanalmente, frequentemente mencionam aquelas atividades de natureza social e físico-esportiva. No entanto, à medida que o nível educacional aumenta, as respostas diversificam-se, abrangendo não só tais atividades, mas também outras, artísticas e intelectuais. Assim, pode-se concluir que, quanto mais elevada a escolaridade dos entrevistados, tanto mais variadas são as suas preferências de lazer.

Outro aspecto relevante é que, indagados sobre os desejos para o tempo livre, os participantes, em unanimidade, apontaram atividades turísticas como o principal interesse, independentemente do nível educacional. No entanto, ao serem questionados sobre o porquê de não se engajarem nessas atividades, os entrevistados com menor escolaridade frequentemente citaram a falta de recursos financeiros, enquanto aqueles com maior formação indicaram a falta de tempo — notavelmente, entre os pós-graduados, 57% deram essa justificativa. Isso ilustra como a escolaridade, mediada pela classe social, influencia não só os desejos de lazer não atendidos, como também a maneira como os brasileiros usufruem o tempo livre.

Ademais, Almeida e Gutierrez (2011) identificam que a escassez de recursos financeiros, aliada a questões de espaço, baixo investimento estatal e à expansão da indústria cultural de massa, contribui para que o lazer se torne um espaço de exclusão para as classes mais desfavorecidas. Os dados da pesquisa de 2017 corroboram essa afirmação: em respostas relativas ao que faziam em seu tempo livre semanal, 23,7% dos entrevistados citavam as atividades físico-esportivas, e 17,1% se referiam às atividades de natureza social. Em um país capitalista, em que a maioria das opções de lazer é de iniciativa privada, as famílias com orçamentos mais restritos tendem a priorizar necessidades como saúde, alimentação e educação. Destarte, o lazer muitas vezes é relegado a um plano secundário, resumindo-se a um futebol com os amigos ou a um encontro social.

Por fim, o impacto da classe social na possibilidade de fruição de um tempo liberado do trabalho fica ainda mais evidente quando os entrevistados são perguntados sobre suas atividades nas férias. Pessoas com renda mais baixa tendem a indicar o ócio como sua principal atividade, enquanto aquelas com renda mais elevada mencionam

atividades turísticas. Especificamente, 50,9% do grupo de brasileiros com renda acima de 20 salários-mínimos apresenta o turismo como atividade de férias.

Vivemos apartados socialmente não por marcações necessariamente vistas, mas por ocupações distintas de territórios, de espaços sociais, de espaços culturais. Pobres e ricos, exceto à produção cultural artística de massa, escutam diferentes músicas, assistem a diferentes filmes, frequentam diferentes espaços culturais, diferentes equipamentos de lazer e diferentes pedaços de praias (Souza, 2008, p. 128).

Seguindo pistas semelhantes, Melo (2003) salienta que há uma crescente necessidade de se reavaliar o lazer, na medida em que o complexo se configura progressivamente como um mercado notadamente seletivo, acessível em sua totalidade apenas para aqueles privilegiados financeiramente. Ademais, a influência da indústria cultural acaba por intensificar uma concepção de cultura rasa, linear e limitada, o que restringe as opções de lazer da população e ameaça as autênticas expressões da cultura popular. Segundo o autor, o desafio, portanto, seria garantir um lazer de qualidade e acessível a todos, de tal sorte que a esfera possa inclusive, considerados os seus limites de atuação, contrapor-se a uma sociedade baseada em desigualdades e disparidades.

Finalizando esta discussão, relembremos que, no início do século, em sua tese de doutorado, Mascarenhas (2005) também apresentou uma interessante reflexão sobre a existência de uma possível pirâmide social que se expressa na fruição das atividades vinculadas ao lazer em sua forma predominantemente mercadológica, nos termos do autor, no **mercolazer** — o lazer em sua etapa atual de hegemônica submissão ao processo de acumulação do capital.

Para Mascarenhas, na ponta dessa pirâmide, estaria o lazer-mercadoria, destinado a uma pequena parcela da população. Em decorrência da redução do tempo livre e do ritmo de vida cada vez mais acelerado, ambos fruto da intensificação dos processos de trabalho, nessa forma de lazer seria buscado o prazer imediato, a compensação concentrada para o estresse provocado pelo dia a dia intenso. Esportes de aventura, como o *body-jump*, em que o indivíduo dá vazão à adrenalina de maneira bastante rápida, seriam a expressão máxima dessa forma de lazer, atrelada ao êxtase. Já no nível intermediário da pirâmide, estaria uma classe média da população, que não tem acesso ao lazer-mercadoria sofisticado e, por isso, recorre a versões mais baratas de “êxtase-lazer”. Por fim, para a grande maioria da população, restaria um pouco de lazer gratuito, principalmente a

televisão, além de um lazer filantrópico, como os pertencentes às políticas sociais voltadas ao combate às drogas e à violência.

Vejamos a relação que o autor faz entre as classes sociais e a fruição do tempo livre:

Na ponta da pirâmide, o que existe para uma pequena parcela da população, está o lazer-mercadoria. Havendo cada vez menos tempo livre e um ritmo de vida cada vez mais acelerado, busca-se justamente o prazer imediato, a compensação concentrada para o estresse provocado pelo dia a dia intenso, [...] Daí, que a forma mais avançada que construíram de mercolazer foi apelidada de “êxtase-lazer”. Trata-se do esporte de aventura, como o *body-jump*, onde o indivíduo dá vazão à adrenalina de forma bastante rápida. No nível intermediário da pirâmide, uma classe média da população que não tem acesso ao lazer-mercadoria sofisticado, recorre a versões mais baratas de “êxtase-lazer”. Já para a grande maioria da população, o que sobra é o pouco de lazer gratuito, principalmente a televisão. [...] Outra forma de lazer que chega a esta população é o filantrópico [*sic*], como por exemplo, dentro de políticas sociais voltadas para afastá-la das drogas e da violência. (Mascarenhas, 2005, p. 106-107).

Neste tópico da tese, nós analisamos: (i) a forma como a reestruturação produtiva do capitalismo internacional iniciada no último quartel do século passado afetou, para além do tempo de trabalho, o próprio tempo de não trabalho da classe produtora de valor; (ii) a subsunção do lazer, usufruído neste tempo, ao seu valor de troca; (iii) o transbordamento da alienação da esfera da produção para todos os demais momentos da vida social, entre os quais, o próprio lazer; (iv) os centros comerciais como lugares “privilegiados” de consolidação do estranhamento da sociabilidade burguesa; (v) as distintas maneiras de fruição desta tríade “atividades/espço/tempo” conquistada pelos trabalhadores, de acordo com as diferentes classes sociais.

Terminado este percurso, não seria de todo incompreensível se, em uma atitude de resignação, infirmássemos ou negássemos, por completo, qualquer tipo de potencial emancipatório presente no complexo do lazer. Entretanto, como todo sistema de objetivações, a esfera em análise também é permeada pela contradição. Nesse sentido, nas próximas linhas, realizaremos determinados apontamentos sobre as condições e as possibilidades contra-hegemônicas capazes de tensionar, mesmo nas circunstâncias atuais, o caráter rebaixado, mistificador e alienante do lazer. Afinal, os “homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade [...]” (Marx, 2011a, p. 25), visto que as circunstâncias em que agem não foram necessariamente criadas

por eles, mas, sim, herdadas das ações, da tradição, das falsas consciências e das alienações das gerações anteriores. Não obstante, apesar dessa realidade, os seres humanos podem transformar de maneira intencional o mundo.

3.2.3 *BREVES APONTAMENTOS SOBRE AS POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS DO LAZER*

Felicidade. Uma palavra singela, corriqueira, idealizada e perseguida por parte significativa da humanidade, mesmo sob a ausência de reflexões críticas capazes de demonstrar a concretude necessária à sua consecução. Sentimento novo na Europa e no mundo, conforme o proclamado por Louis Antoine Léon de Saint-Just (1767–1794)⁶⁹, no auge do processo revolucionário francês, decorrente, em grande medida, das descobertas do gênero humano, consolidadas especialmente pelo humanismo e pelo racionalismo moderno (Coutinho, 2010; Húngaro, 2001), as quais submeteram, por exemplo, o teocentrismo ao antropocentrismo, ajudando a enfraquecer a concepção vigente no velho continente de que a vida terrenal necessariamente seria um momento de expiação dos pecados, logo de sofrimento.

Pois bem, não há como negar que, a despeito da conjuntura pouco alvissareira descrita no tópico anterior, a conquista da felicidade é uma das “promessas” do lazer. Afinal, ele seria, pelo menos na aparência, um complexo social capaz de relegar ao segundo plano a miséria existencial de parte significativa da humanidade, decorrente, por exemplo, do trabalho alienado (abstrato, assalariado e heterônomo) e da esfera da necessidade. Nessa linha, **ao se contrapor, mesmo que de maneira superficial e não intencional, à miséria do cotidiano burguês, o lazer acaba por evidenciar a infelicidade generalizada presente na reprodução social vinculada ao modo de produção capitalista**⁷⁰. Eis aí uma potência emancipatória desse complexo (Húngaro; Athayde, 2011), decorrente do próprio devir do modo de produção que dá vazão a ele.

De mais a mais, atividades como a prática esportiva com os amigos, a fruição de uma peça de teatro, uma boa refeição com a família, uma atividade política não

⁶⁹ Louis Antoine Léon de Saint-Just, geralmente conhecido como Saint-Just, (1767–1794) foi um revolucionário francês e uma das principais figuras do período “radicalizado” da Revolução Francesa. Compôs o Comitê de Salvação Pública e tinha uma estreita associação com Maximilien de Robespierre.

⁷⁰ O próprio termo “sextou”, em uso nos dias atuais, sinaliza a profunda separação entre os dias de trabalho e os dias liberados do trabalho (Ferreira Neto, 2019).

obrigatória, entre outras, igualmente se inclinam na direção da autonomia e da liberdade. **São momentos em que, com maior ou menor intensidade, nós nos apropriamos do desenvolvimento histórico-genérico e nos aproximamos de potências afetivas, intelectuais, corporais e artísticas já alcançadas por nossa espécie.** Essa, sem dúvida, também é uma dimensão que tende à adequação dos indivíduos ao potencial do gênero humano e que, portanto, expressa possíveis traços emancipatórios do *licere*.

Porém, **tanto a denúncia quanto as atividades fruídas no tempo liberado do trabalho que nos colocam em contato com a generidade humana são aspectos contra-hegemônicos do lazer.** Afinal, eles surgem, diferenciam-se e passam a tensionar a conservadora gênese dessa esfera — vinculada ao controle dos trabalhadores e à busca pela constituição de seres humanos produtivos, adaptados às exigências do modo de produção hegemônico da modernidade —, além de se oporem, em tese, ao processo de submissão do complexo à dinâmica de acumulação do capital. Ainda que não se constituam como momentos predominantes dessa esfera social, compõem, em determinação mútua com as atividades hegemonicamente estranhadas, essa dimensão da vida.

É bom salientarmos que a fidelidade ao objeto exige que realizemos os apontamentos supracitados. Contudo, quando o fazemos, não nos alinhamos a idealismos de distintos matizes que superdimensionam as perspectivas revolucionárias e/ou emancipatórias do lazer. Isso porque não há possibilidade de subversão do existente que ocorra apenas no plano da consciência ou unicamente a partir dos desdobramentos de um dos complexos que constituem a generidade humana. Como já dissemos em outros momentos deste texto, a real emancipação demanda uma concreta transformação material da realidade (Marx; Engels, 2007a; Suchodolski, 1976), especialmente das relações sociais de produção (e do modo de produção como um todo), de tal sorte que não haja mais exploração entre os seres humanos, tampouco as estruturas alienantes que surgem para garantir a manutenção desse *status quo*.

Além disso, práticas de lazer como as mencionadas anteriormente, por não serem, em princípio, expressões e manifestações de controle, cumprem funções incipientes tanto de autonomia quanto de formação educacional, mesmo que não possuam um caráter formal. Logo, ganha importantes contornos educacionais e de autogestão a própria organização coletiva dos trabalhadores, como classe para-si, objetivando demandar do Estado políticas públicas que garantam espaços e equipamentos de fruição dessa forma de lazer, bem como o direito de produzir conteúdos culturais próximos aos seus interesses.

Em sua tese, Mascarenhas (2005), sob uma perspectiva contra-hegemônica do lazer, que tensiona a contemporânea predominância do poder econômico na constituição do complexo, propõe a construção de um tempo liberado do trabalho associado a um espaço, os quais sejam permeados por práticas estruturadas sobre princípios, tais como: planejamento (constatamos a importância da prévia ideação no devir da humanidade com base nas formulações lukacsianas), participação, autonomia, organização, justiça e democracia. A essa possível dimensão do *licere*, travejada pela liberdade e pela cidadania, Mascarenhas chamou de “lazerania”. Vejamos:

O que estamos concebendo como lazerania, ao passo em que procura expressar **a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade**, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao **lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio** ou instrumento daqueles que concentram **poder econômico** (Mascarenhas, 2005, p. 249, grifo nosso).

Seguindo as mesmas pistas, Húngaro e Athayde (2011) nos lembram das práticas educacionais voltadas à emancipação, das iniciativas políticas que possibilitam o envolvimento e a participação popular na definição e na construção da forma e do conteúdo das políticas públicas destinadas ao lazer, bem como das manifestações artístico-culturais que se opõem à indústria cultural. Eis a formulação de ambos:

Entre outras palavras: **mesmo na ordem burguesa, algumas atividades contribuem na adequação do indivíduo ao desenvolvimento de todo gênero**. São elas: as **atividades educativas de caráter emancipatório**; as **atividades políticas, como exercício de participação**; e as atividades **artístico-culturais de resistência** à chamada Indústria Cultural (Húngaro; Athayde, 2011, p. 551, grifo nosso).

Além disso, se é verdade que o lazer pode, sob determinadas condições, apresentar uma dimensão subversiva, contraditando os seus históricos elementos de continuidade — cumpridores de funções sociais conservadoras, portanto submetidas à manutenção do *status quo* —, igualmente é verídico que, quanto mais as individualidades sociais são educadas para uma fruição minimamente consciente e “liberta” do tempo de lazer, tanto mais tensiona-se o caráter estranhado desse complexo.

E, seguindo tal direção, não há como as vertentes progressistas da sociedade renunciarem à função social da escola. Salientamos, contudo, que estamos falando não de

uma escola acrítica, submetida à razão instrumental, pragmática e utilitarista, ou mesmo crítico-reprodutivista (Saviani, 2018), mas de uma escola que considere o trabalho educativo um “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2011, p. 13). Aproveito essa citação do professor Saviani para sublinhar que não pretendo aprofundar a polêmica que questiona o caráter de trabalho da práxis educacional. Seguindo as pistas lukacsianas, tenderia a aproximar o pôr da ação educativa daquilo que Lukács denominou como pôr secundário, e não primário, tal qual o presente no trabalho. De toda sorte, trata-se apenas de uma hipótese.

Falamos de uma escola que seja capaz de, aproveitando-se das contradições do capitalismo e do pequeno arco de possibilidades que essas contradições criam, aproximar as singularidades sociais do potencial genérico já desenvolvido até o tempo presente — conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos etc. —, ao possibilitar, para tanto, que essas individualidades entrem em contato com o arcabouço cultural, científico, artístico e filosófico que a humanidade produziu ao longo de sua história. Ademais, uma escola que prime, igualmente, pela formação *omnilateral*, voltada às múltiplas capacidades humanas, entre as quais, a própria educação dos sentidos (visão, tato, paladar, audição e olfato). Essa educação tenderia a qualificar a fruição do lazer, visto que condicionaria, a título de exemplo, a própria produção e o desfrute artístico. Ombreamonos, nessa vereda, com Bracht (2003, p. 165, grifo nosso):

A tese que gostaria de defender é a que não responsabilizemos exclusivamente uma ou outra disciplina escolar pela educação para o lazer (a Educação Física e a Educação Artística, por exemplo), mas que a escola como um todo assuma a educação para o lazer como tarefa nobre e importante, o que implica em colocar em questão as próprias finalidades sociais da instituição escolar.

Parafraseando Húngaro e Athayde (2011), ratificaríamos que uma educação voltada para o lazer deve ser uma atribuição integral da formação escolar, com a literatura refinando o apreço humano pelos clássicos, o ensino artístico democratizando o entendimento necessário à apreciação da arte, a filosofia fomentando o pensamento crítico e com todas as matérias se alinhando a esse propósito educacional.

Destarte, ao se criarem as condições para um lazer que aproxime o indivíduo do potencial genérico, também estaria dado, em parte (considerando que a alienação é típica do modo de produção capitalista e que não pode ser desconstruída apenas idealmente, ou

seja, pelo seu conhecimento), um cenário em que a “**educação para o lazer**” se transformaria na “**educação pelo lazer**”. Afinal, na medida em as individualidades ampliariam o seu enriquecimento cultural, mesmo que premidas pelo arco de perspectivas de uma reprodução social submetida ao modo de produção burguês, poderia se qualificar o leque de possibilidades surgidas dos interesses virtuais, esportivos, intelectuais, turísticos, manuais, sociais e artísticos passíveis de serem explicitados no tempo liberado do trabalho. **Assim, seria possível vislumbrar uma inclinação à determinação mútua entre os polos do par relacional educação para o lazer/educação pelo lazer.** Isso porque o indivíduo (e a classe) educado para o lazer, em tese, ampliaria o feixe de práticas sociais possíveis de serem fruídas no tempo liberado e capazes de aproximá-lo do patamar genérico.

Bem, com o desiderato de ser um pouco mais abrangente na exposição do tipo de educação a que nos alinhamos, pedimos licença ao leitor para mais uma pequena digressão. Nesse sentido, apresentaremos, inicialmente, algumas formulações do professor Demerval Saviani, em especial aquelas dispostas em seu texto intitulado “Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos” (2007). Nesse texto, o autor nos apresenta elementos indispensáveis ao entendimento dessa esfera, considerados os distintos modos de produção e de reprodução social.

Com um alto grau de abstração, Saviani (2007) enfatiza que, se, no comunismo originário, a educação e o aprendizado ocorriam no próprio processo de trabalho, com o desenvolvimento das forças produtivas, o surgimento do trabalho excedente e o aparecimento, pela força, da submissão de um grupo de seres humanos a outro, o que levaria ao advento da propriedade privada dos meios de produção — da Antiguidade Clássica aos dias atuais —, o processo de transmissão e generalização do conhecimento transformou-se quantitativa e qualitativamente, com especial atenção para a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Ao apresentar essa dinâmica, o autor nos evoca que, na Antiguidade Clássica, os **homens livres e seus sucessores** eram educados em **escolas**, a partir tanto da arte da guerra quanto da direção política. Lembremos que o substantivo **escola** advém do grego *scholé*, que significa “o lugar do ócio”. Tratava-se, portanto, de uma educação intelectual, atrelada à estética, à cultura e à ludicidade. Aos **escravos**, restava um processo de aprendizado presente na própria dinâmica de trabalho forçado.

Já na Idade Média, contrapondo-se ao papel central desempenhado pelo Estado no período anterior, coube à Igreja a função social de educar os “seus”, sob uma

perspectiva confessional. Em que pese o fato de a Idade Média abranger um período muito longo (aproximadamente do século V ao século XV d.C.) e uma vasta geografia, ocasionando diferentes situações educacionais de acordo com a região e o período, é inegável que, durante grande parte desse tempo, a educação esteve fortemente associada às instituições religiosas, especialmente à Igreja Católica na Europa do Oeste.

Existiam várias razões para isso: (I) durante a Alta Idade Média, os mosteiros eram frequentemente os principais centros de aprendizagem; (II) a queda do Império Romano no Ocidente, no século V, levou ao declínio das instituições educacionais seculares, e, com a desintegração das estruturas romanas, a Igreja permaneceu como uma das poucas instituições organizadas capazes de manter a educação; (III) o latim, língua da Igreja Católica, era a língua erudita da Europa Ocidental; (IV) a finalidade primordial da educação, para muitos, era o serviço religioso; (V) a sociedade medieval era estratificada, sendo que a maioria da população vivia no campo e estava envolvida na agricultura — para essas pessoas, a alfabetização e a educação formal não eram vistas como necessárias ou acessíveis, logo apenas a nobreza e o clero tinham acesso à educação, visto que suas funções exigiam habilidades de leitura e escrita.

No capitalismo, o Estado retomou o protagonismo do processo educativo, forjando a ideia de uma escola pública, universal, laica, gratuita e obrigatória, diferenciando-a, todavia, de acordo com a origem social dos estudantes: aos **“filhos da elite”**, uma formação humanista, intelectualizada, que permitia o acesso ao mais alto patamar cultural, filosófico e científico alcançado pela humanidade; aos **“filhos da pobreza”**, a preparação e o adestramento para o desempenho das atividades profissionais (“trabalho manual”) que garantiam o processo de reprodução material da vida.

Quanto à função desempenhada pela educação em um modo de produção **comunista**, Saviani (2007) faz menção à necessária subversão da oposição entre o trabalho manual e o intelectual, constituindo, assim, uma educação tecnológica, ou seja, politécnica. Nesse recorte, **o princípio educativo do trabalho** — entendido como o intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza — teria de estruturar todo o processo formativo, da educação básica à superior. No ensino fundamental, as crianças conheceriam: (I) as leis da natureza que permeiam o processo de transformação do meio; (II) a matemática; (III) a língua materna; e (IV) as relações sociais presentes nos distintos contextos históricos. No ensino médio, o trabalho ganharia centralidade, permitindo aos alunos uma reflexão científica e filosófica pautada pela própria transformação da natureza, especialmente de materiais como a madeira e o metal.

Por fim, no ensino superior, os educandos aprofundariam o estudo da cultura mais elevada que o gênero humano já produziu — sempre tendo como parâmetro a “reprodução ideal do movimento real”, ou seja, teorias que reflitam a realidade como ela é, e não como os seres humanos gostariam que ela fosse —, concomitantemente à aprendizagem, levando-se em consideração a totalidade do processo produtivo, de uma função social a ser desempenhada na divisão sociotécnica do trabalho. Destarte, seria aliado o trabalho intelectual ao manual, o que permitiria uma formação *omnilateral* dos indivíduos. Ao passo que estes, em uma sociedade de produtores autônomos associados, definiriam, de forma consciente, livre e voluntária, a função que desempenhariam no processo de produção material da vida social.

Ainda objetivando expressar, em linhas gerais, o tipo de educação que poderia “educar para o lazer”, pensemos nas formulações do marxista e revolucionário sardo Antônio Gramsci (1891–1937). Afinal, por meio de “Cartas” (2005) e “Cadernos” (2017), escritos no cárcere, o autor italiano legou à humanidade uma obra colossal, capaz de lançar luz sobre complexos diversos, entre os quais, o da ideologia e, como um dos seus elementos constituintes, o da educação. Considerada essa tradição, é importante, a título de exemplo, a constatação do papel ativo das consciências singulares, sempre banhadas por uma determinada concepção de mundo, na transformação da realidade. Isso porque tal entendimento coloca em xeque o mecanicismo positivista de certa tradição marxista que reduziu os indivíduos a meros espectadores do processo de reprodução social.

Também nos é fundamental o correto entendimento do autor de que o **Estado** — historicamente, um arcabouço jurídico-institucional a serviço da classe dominante de um particular modo de produção — e as suas forças repressivas (polícia, exército e poder judiciário), consolidados na “sociedade política” e na atividade coercitiva, amparam-se, para se legitimarem, no **consenso ideológico** construído na própria sociedade civil. É esse o espaço em que se conformam determinadas concepções de mundo a serviço (ou não) da manutenção do estado das coisas como estão. Essas premissas abrem um campo de luta para a criação de uma contra-hegemonia no seio da própria sociedade capitalista, podendo a escola cumprir um papel importante.

Seguindo esses indícios, o revolucionário sardo propôs uma educação que, com a **politecnia**, pudesse ser o lugar do rompimento da dicotomia entre a ação intelectual e a ação manual, sendo o trabalho, mais uma vez, o elemento pedagógico central e a forma de vinculação do ato educativo à realidade concreta. Isso explicitaria, ademais, as condições para uma adesão do indivíduo à vontade coletiva da classe trabalhadora. Dessa

maneira, a formação educacional poderia criar fendas contra-hegemônicas, enfraquecendo, assim, o **bloco histórico** constituído pela exploração econômica, pela dominação política e pela submissão ideológica ao capital.

Ao cabo dessa digressão, falemos um pouco dos escritos de Marx e Engels sobre a educação. De início, é importante sublinhar que esse tema nunca foi discutido isoladamente pelos revolucionários alemães. De toda sorte, a obra intitulada “Textos Sobre Educação e Ensino” (1992), coordenada por José Claudinei Lombardi, apresenta um conjunto de excertos elaborados por ambos que nos permite delinear algumas ideias abrangentes sobre o complexo educacional.

Como ponto central, é fundamental salientar que as constatações dos autores alemães sobre o tema se opuseram ao entendimento liberal de educação que sublima uma possível “autonomia” desse complexo quando comparado à totalidade social em que se insere. Assim, para Marx e Engels, os objetivos e os princípios hegemônicos de um determinado processo educativo vinculam-se predominantemente às necessidades da sociedade em que ele se desenvolve. Por exemplo, no âmbito do modelo societal burguês, grosso modo, a dinâmica educativa destinada à classe trabalhadora tende a se reduzir à preparação de uma força de trabalho que seja descartável, acrítica e subserviente ao processo de acumulação do capital.

Para além da sociedade burguesa, Marx e Engels também vislumbraram algumas dimensões estruturais do processo educacional indispensáveis a uma formação social que tenha superado a propriedade privada dos meios de produção, tais como: (I) a unidade entre a educação e o trabalho; (II) a politecnia; (III) a vinculação entre a educação e a política; (IV) e a relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre, ou seja, de não trabalho. Afinal, se, no capitalismo, educa-se a criança e o jovem para o desempenho posterior do trabalho alienado, no comunismo, trabalha-se, de forma “desalienada”, para educar. Como consequência, o trabalho torna-se o fundamento do processo de formação.

Também há que se sublinhar que a **politecnia** proposta por Marx e Engels não se resume a um adestramento acrítico que permita a operação de diferentes tarefas produtivas, mas, sim, é uma proposta de subversão da dicotomia típica do capitalismo entre a teoria e a prática, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre o campo e a cidade etc. Só assim a educação tenderia à *omnilateralidade*, isto é, a uma formação humana multifacetada que levasse em consideração as distintas dimensões da interação da espécie com o meio, o que a afastaria do atual caráter unilateral, especializado e descontextualizado.

Educar, politizando; politizar, educando. Pela discussão e pela prática de relações sociais autênticas, que se aproximem de uma sociedade em que a liberdade não seja apenas o direito de ser proprietário, educa-se. Destarte, consolida-se um processo de formação humana a serviço de uma coletividade em que a produção social seja de todos. Finalmente, no movimento de constituição da sociedade em que “o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos” (Marx; Engels, 1998, p. 50), as atividades realizadas no tempo de não trabalho, “livre” também estariam disponíveis à totalidade dos seres humanos, e não apenas à classe proprietária dos meios de produção e à pequena burguesia (profissionais autônomos e trabalhadores assalariados responsáveis pela gestão do capital da classe de proprietários), como no capitalismo. Sobre esse tema, falaremos um pouco mais no próximo tópico.

Pois bem, retornando desse giro relativo à perspectiva educacional de Marx e Engels (2012), Saviani (2007) e Gramsci (1995) e atendo-nos a alguns elementos de continuidade que permeiam as formulações dos autores, poderíamos sublinhar, mais uma vez, a chance de qualificação do arco de possibilidades de fruição do lazer da classe trabalhadora, caso a escola cumprisse a função de, consideradas as contradições de todo processo social, **aproximar as individualidades do patamar genérico** alcançado por nossa espécie, na linha do proposto pela Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2011, 2018), possibilitando **uma apropriação crítica da cultura**. Parte-se sempre do **princípio educativo do trabalho**, mais um elemento indispensável à própria qualificação da formação para o lazer.

Seguindo essas pistas, se pensarmos especificamente na Educação Física, ela teria de, entre outros elementos, sob um ponto de vista revolucionário, colocar as individualidades em contato com a riquíssima cultura corporal já desenvolvida pela humanidade (Soares *et al.*, 1992), historicizando e refletindo, crítica e ontologicamente, as distintas práticas sociais — jogos, danças, esportes, lutas etc. —, de tal maneira que a sua fruição no momento de lazer ganhasse sentido e significado.

Finalmente, ressalvadas as restritas possibilidades de um lazer criativo em nossa sociabilidade, além da necessária luta pelo acesso ao patrimônio genérico, repisamos algo dito algumas vezes ao longo do texto: apenas em uma sociabilidade que supere a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho alienado/assalariado — com uma regulação social da esfera da produção que coloque os seus meios sob o domínio dos seres humanos e que crie, como consequência, um significativo tempo destinado às esferas espirituais (Engels, 2015; Marx, 2013b, p. 633) —, o gozo e o desenvolvimento das

faculdades do gênero serão acessíveis a todos, além de fins em si mesmos (Marx, 2017d, p. 1163), independentemente, portanto, da atividade desempenhada pelo indivíduo. Afinal, nessas circunstâncias, as criações e as produções humanas não serão mais meras mercadorias, e a função social desempenhada pelo trabalhador, a sua atividade vital, para além da redução do tempo, poderá ser lócus de criatividade e de autonomia (Húngaro; Athayde, 2011). Ampliemos essa discussão no próximo tópico.

3.2.4 NOTAS SOBRE A CONCRETUDE DE UMA LIBERDADE PLENA

Nas páginas a seguir, faremos uma breve discussão sobre a categoria da liberdade, tão cara ao lazer e, para nós, marxistas, necessariamente vinculada ao modo de produção e à reprodução social que a ela dão vazão. Para tanto, vamos nos ater, em grande medida, aos textos de Marx (2013b, 2017d), Lukács (2013b) e Engels (2015). Ao longo do tópico, sob a vertente crítica, apresentaremos desde a sua expressão mais simples, vinculada à categoria da “alternativa” presente no trabalho, até os seus tipos mais complexos, atrelados à regulação planejada e coletiva do metabolismo orgânico entre o ser social e o ser orgânico — de tal maneira que, sobre essa base, amplie-se exponencialmente o “reino da liberdade” e criem-se as condições para que as atividades espirituais e o desenvolvimento pleno das faculdades humanas sejam fins em si mesmos.

Falemos um pouco sobre o valor “liberdade” em sua dimensão mais incipiente e rudimentar. Segundo Lukács (2013b, p. 76, 77, 105, 137, 138, 139, 140), tal momento se expressa na capacidade humana de agir, especialmente no trabalho, de maneira correta e eficaz, sempre a partir de possibilidades concretas e factíveis. Desse ponto de partida, a categoria em análise se desdobra, alcançando as suas proporções mais complexas, sem, contudo, jamais se desfazer daquele momento inicial. Trata-se, portanto, de mais uma expressão do movimento de negação, conservação e superação de um estágio anterior de sociabilidade, típico de devir dialético, sintetizado por Lukács com a categoria da “identidade da identidade e da não identidade”. Aprofundemos esse argumento nos próximos parágrafos.

Como já dissemos, o trabalho é o modelo, a protoforma das demais atividades humanas (Lukács, 2013b, p. 82). De mais a mais, ele é o único complexo que cumpre a função de mediar a reprodução do ser social tendo como contraparte indispensável o ser orgânico (Lukács, 2013b, p. 83, 84, 105, 153, 161, 219). Todos os demais sistemas de

objetivação já realizam a mediação entre os próprios seres sociais (ex.: a educação, a linguagem, o lazer, a cultura corporal etc.). Além disso, é importante ressaltar que todo trabalho parte de uma escolha, de uma alternativa concreta entre distintas possibilidades de ação. Nesse sentido, para que a categoria da “alternativa” presente no trabalho se consolide em uma “coisidade” que seja útil aos seres humanos, é indispensável ao indivíduo que age, sempre mediado pela respectiva classe social, conhecer e reconhecer as diferentes cadeias causais presentes no objeto de sua ação.

Como consequência, quanto maior o entendimento sobre as variáveis que permeiam o agir, tanto mais ampla a liberdade daquele que transforma a realidade de maneira teleológica, permitindo-lhe modificar as cadeias causais da natureza, cujos movimentos repousam sobre si próprias, com base em relações “se → então”, em cadeias causais postas segundo as necessidades humanas. Logo, quanto maior o domínio dos nexos causais, mais ampla a liberdade para o livre movimento na matéria, por parte do agente.

Eis o que os professores Ronaldo Vielmi Fortes e Alexandre Aranha Arbia nos dizem sobre a compreensão de “liberdade” de Lukács, na *Ontologia do Ser Social*: “Entenda-se bem, no espírito da Ontologia, Lukács não defende uma liberdade ‘ilimitada’ (algo que não passaria de mera abstração arbitrária), mas a liberdade de fazer escolhas entre alternativas concretas” (Fortes; Aranha Arbia, 2020, p. 26). Segundo a pena do próprio revolucionário magiar:

O conteúdo da liberdade se diferencia, portanto, essencialmente daquele das formas mais complexas. Podemos descrevê-lo assim: **quanto mais apropriado é o conhecimento que o sujeito adquiriu dos nexos naturais em cada momento, tanto maior será o seu livre movimento na matéria.** Dito de outra forma: **quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais adequadamente elas poderão ser transformadas em cadeias causais postas, tanto maior será o domínio** que o sujeito exerce sobre elas, **ou seja, a liberdade** que aqui ele pode alcançar (Lukács, 2013b, p. 103, grifo nosso).

Já quando nos referimos, sempre segundo a tradição marxista, à dimensão da liberdade em uma medida mais complexa, relacionada a uma respectiva totalidade social e a um particular modo de produção e reprodução da vida, podemos afirmar que o seu “reino” ou a sua explicitação se inicia quando o intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza — o trabalho e as suas relações — deixa de ser determinado por uma necessidade imposta e heterônoma. Tentemos ser um pouco mais didáticos: em modos de

produção classistas, a classe que trabalha o faz, via de regra, sob a regência da classe de proprietários, isto é, segundo regras, ritmos, durações e intensidades que não são definidos pelos trabalhadores. Sob essa roupagem, tais relações tendem a assumir a feição de uma “segunda natureza” que se impõe aos indivíduos como uma coisidade indomável, um poder “natural” que dita os rumos da humanidade.

Mais à frente, teremos a oportunidade de apresentar uma formulação marxiana que sublinha a dimensão da liberdade provavelmente em sua expressão mais vigorosa, aquela decorrente do livre movimento na matéria, por parte do trabalhador, em um estágio de sociabilidade em que essa práxis não seja mais determinada pela necessidade ou adaptada a “finalidades externas” (Marx, 2017d, p. 1163) — presumivelmente, em um estágio de sociabilidade em que o desenvolvimento das valências humanas sejam um fim em si mesmo.

Também não são necessários muitos argumentos para demonstrar que não há como se atingir a plenitude de uma ação livre quando a própria subsistência orgânica se encontra sob risco. De toda forma, em um período de transição, a liberdade se encontraria para além do complexo do trabalho, sendo passível de fruição desde que a dimensão econômica estivesse conscientemente controlada pela coletividade, mediante uma regência associada, planejada, racional e universal. Para tanto, seriam exigidas novas relações sociais de produção, um novo modo de produzir materialmente a existência.

Como contraponto ao citado acima, o leitor poderia nos perguntar sobre a possibilidade de constituição de cooperativas no interior do próprio capitalismo, bem como se essas organizações não poderiam cumprir a função de expressão da liberdade a que nos referimos. Ao respondê-lo, eu teria de sublinhar que, apesar da ampliação da participação democrática no interior da própria organização, como uma cooperativa de trabalhadores, de consumidores, de crédito, entre outras, no modo de produção burguês, essa organização necessariamente estaria em relação direta com dinâmicas específicas da sua respectiva totalidade social, como a lei da oferta e da procura, a prevalência do lucro, a concorrência, a propriedade privada das empresas que se relacionam com ela etc. Portanto, ela teria incontornáveis interações com os elementos particulares (e típicos) de uma reprodução social cuja base é o modo de produção burguês. Logo, ao nos remetermos à categoria da totalidade, explicitada com o modo de produção que estrutura uma particular formação social, vislumbramos a impossibilidade de se garantir a liberdade na dimensão proposta pela tradição marxista, unicamente com a formação de cooperativas

— submetidas às regras do mercado capitalista —, visto que, nesse contexto, o próprio mercado restringiria a atuação daquelas organizações e lhes imporiam condições.

Assim, apenas em uma totalidade social regida por outras relações sociais de produção, estruturada, a título de exemplo, sobre a propriedade coletiva dos meios de produção e a sua contraface, o trabalho liberto, consciente, criativo, autônomo, associado e universal, portanto fonte de emancipação (Antunes, 1999), a **liberdade** poderia se explicitar a partir de uma síntese superior, sempre tendo como par relacional um determinado “reino da necessidade”.

Na esteira da eliminação das classes sociais — inviabilizando a exploração e a opressão de uma classe sobre a outra, decorrente da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho assalariado, abstrato e alienado —, inicia-se um processo de transição cujo horizonte estratégico é constituir formações sociais em que cada indivíduo trabalhe de acordo com a sua capacidade e receba de acordo com suas necessidades (Marx, 2012).

Ademais, tão somente com uma produção voltada ao valor de uso dos produtos, à supressão das necessidades humanas, aos interesses mais abrangentes da totalidade social e à redução das jornadas de trabalho, decorrente, dentre outros fatores, da ampliação da produtividade, o desenvolvimento das potências humanas poderá se tornar, no limite, o objetivo final do gênero. Pedimos licença para transcrever uma longa formulação marxiana, na medida em que ela tangencia o conjunto desses argumentos ora expostos:

A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar constantemente seu processo de produção não **dependem**, desse modo, da duração do mais-trabalho, mas **de sua produtividade e das condições mais ou menos abundantes de produção** em que ela tem o seu lugar. Com efeito, **o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas**; pela própria natureza das coisas, portanto, **é algo que transcende a esfera da produção material propriamente dita**. [...] Aqui, **a liberdade não pode ser mais do que o fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo**, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam **com o mínimo de emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com a sua natureza humana**. Mas este continua a ser sempre um reino da necessidade. Além dele **é que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade**, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. **A redução da jornada de trabalho é a condição básica** (Marx, 2017d, p. 1163, grifo nosso).

De mais a mais, ao romper com os grilhões da propriedade privada, que transforma a atividade vital da espécie em um ser estranho ao produtor e que o subjuga segundo interesses que lhe são indiferentes e antagônicos (Antunes, 2011, p. 122; Marx, 2013b, p. 578), a humanidade abre caminho para a explicitação das potências físicas e intelectuais das individualidades. Nesse diapasão, a própria esfera da necessidade se tornaria fonte de prazer e de criatividade, por ser ditada pela autoconsciência, pela autorregulação e pela autonomia. Vejamos o que Engels (2015, p. 370, grifo nosso) nos apresenta:

O trabalho produtivo, em vez de ser um meio de escravização, **torna-se um meio de libertação dos seres humanos**, proporcionando a cada indivíduo a oportunidade de **formar plenamente e utilizar em todos os sentidos todas as suas capacidades, tanto físicas como intelectuais**, de modo que o trabalho, no lugar de ser uma carga, **se torne um prazer**.

Além disso, vencidos os obstáculos das relações sociais de produção vigentes atualmente, seriam eliminadas, também, as barreiras que impedem um novo salto no desenvolvimento das forças produtivas, visto que as amarras dos interesses privados atomizados não mais restringiriam a típica socialização ascendente do devir humano. Pensemos um pouco a esse respeito: hoje, a produção já é extremamente social. Um pequeno telefone inteligente, por exemplo, sintetiza esforços e conhecimentos que interconectam classes trabalhadoras de diversos continentes do mundo (ex.: a matéria-prima é extraída na África ou na América do Sul, o conhecimento tecnológico advém do Vale do Silício, nos EUA, e a produção da “coisidade” ocorre na Ásia). Não obstante, no capitalismo, a socialização do processo produtivo tem no interesse privado um inimigo intransponível — interesse que, por sua vez, em decorrência da “anarquia” produtiva, desemboca em desperdícios de tempo e de produtos.

Tendo em vista o atual desenvolvimento das forças produtivas, **o aumento da produção resultante de fatores como a socialização das forças produtivas, a eliminação dos entraves e das perturbações gerados pelo modo de produção capitalista e o desperdício de produtos e meios de produção já é suficiente para reduzir o tempo de trabalho a um parâmetro baixo** pelas concepções atuais, **presumindo a participação de todos no trabalho** (Engels, 2015, p. 370).

Esse novo modo de produção, conhecido como comunismo, ao desenvolver e socializar as forças produtivas, reduzindo significativamente o tempo de trabalho (voltado

à necessidade), permitiria o encontro da humanidade com a sua “essência”, que, apesar de histórica e conjuntural, é umbilicalmente **social**. Isso porque possibilitaria a todos o acesso aos conhecimentos e às habilidades constituídas socialmente, em razão do fim das mercadorias e da consolidação de um tempo disponível que permitisse essa apropriação. Não é difícil imaginar como essa nova condição quebraria os atuais bloqueios, cristalizados em interesses particulares e de mercado, à livre interação entre os complexos sociais, levando a uma ascendente socialização.

De mais a mais, o desenvolvimento das forças produtivas e o conseqüente avanço da produtividade enriqueceriam a própria dimensão da liberdade, à medida que o avanço da produção criaria inéditas necessidades, que passariam a incorporar as individualidades sociais e os próprios complexos sociais espirituais (arte, ciência, filosofia etc.). Tais desejos tenderiam a estar presentes na própria esfera da liberdade, tornando-se passíveis de expressão no tempo liberado do trabalho.

Seguindo essas pistas, poderíamos afirmar, igualmente, que o surgimento do trabalho associado, autônomo, racional e planejado, como conseqüência do fim da propriedade privada dos meios de produção, colocaria as condições para uma adequação do indivíduo ao gênero, na medida em que romperia com as amarras que deformam a atividade vital da espécie. Ademais, o livre intercâmbio de esforços decorrente dessa nova realidade tenderia a ampliar de maneira exponencial a socialização, além de colocar a relação da humanidade com a natureza em um patamar não mais restrito às correntes do utilitarismo e da destrutividade presentes no modo de produção capitalista. Sobre esses tópicos, eis o que Marx (2004, p. 105, grifo nosso) nos diz em um texto da juventude, com um arsenal categorial ainda imaturo, mas já capaz de tocar questões basilares:

O comunismo na condição de suprassunção (Aujhebung) positiva da propriedade privada, enquanto estranhamento-de-si (Selbstentfremdung) humano, e por isso enquanto apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado: naturalismo. **Ele é a verdadeira dissolução (Aujlöschung) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução (Aujlösung) do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação (Selbstbestdtigung), entre liberdade e necessidade (Notwendigkeit), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução.**

Nesse novo enquadramento, em que o trabalho se encontraria dotado de sentido (Antunes, 1999) e o desenvolvimento das faculdades humanas se tornaria um fim em si mesmo (Marx, 2017d, p. 1163), o tempo de vida que o desbordasse se inclinaria, igualmente, na direção da plenitude de sentido — quando falamos em plenitude de sentido, temos por parâmetro aquelas ações humanas que adéquam o indivíduo ao potencial genérico; ações, portanto, que explicitam simultaneamente as individualidades e a generidade, o singular e o universal, em uma dada particularidade, e que são preenchidas pela ética, pela arte, pela filosofia ou pela própria apropriação da cultura corporal de nosso gênero.

Ademais, desde que superada a propriedade privada dos meios de produção, tais complexos estariam acessíveis a todos. Constituir-se-ia, assim, um tempo verdadeiramente livre, porque desapareceriam os estranhamentos representados pelo trabalho alienado, pela divisão sociotécnica do trabalho, pelo Estado, pelas mistificações de toda sorte. Afinal, todos esses elementos constituem forças que subjugam o ser humano como entes desconhecidos e aparentemente não submetidos à sua teleologia; portanto, tenderiam ao fenecimento, por se tornarem anacrônicos.

De mais a mais, o tempo disponível em uma sociedade em que há uma regulação coletiva da produção e da distribuição poderá ser significativamente maior do que o atual. Para chegarmos a essa conclusão, basta retornarmos à dialética entre o **tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário** presente na contemporaneidade. O atual estágio das forças produtivas reduziu de forma significativa o tempo necessário à reprodução da força de trabalho. No entanto, submetida à teleologia do lucro (do valor de troca), a jornada total se manteve igual ou até mesmo aumentou, ampliando, assim, o tempo excedente, o que consolida um mais-valor que, posteriormente, na esfera da circulação, poderá se transformar em lucro.

Em uma sociabilidade que supere a propriedade privada dos meios de produção, grande parte desse tempo excedente tende a ser convertido em tempo disponível, realmente livre (Antunes, 1999; Húngaro, 2008). “O reino da liberdade no socialismo, a possibilidade de cultivar um ócio sensato, acaba baseando-se nessa peculiaridade fundamental do trabalho de produzir mais que o necessário à própria reprodução de quem trabalha” (Lukács, 2013b, p. 119). Um tempo disponível usufruído, ademais, em uma totalidade social por si só moldada à explicitação genérica. Segundo Antunes (1999, p. 177, grifo nosso):

Uma **sociabilidade tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados**, na qual **a ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas**, suscitadas no interior da **vida cotidiana**, possibilitem as condições para a efetivação da **identidade e gênero humano**, na multilateralidade de suas dimensões. [...] Se **o trabalho torna-se dotado de sentido**, será também (e decisivamente) por meio da **arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se** e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

Trata-se de um tempo disponível de verdadeira liberdade, pois teria como pressuposto a garantia da subsistência de todos, advinda do controle social dos meios de produção e da distribuição do que foi criado; de autonomia, igualmente, porque estaria em determinação reflexiva com a adequação dos seres humanos ao patrimônio histórico-genérico — garantindo, entre outros elementos, uma compreensão desantropomorfizada das ciências da natureza e um entendimento dos processos sociais despido de interesses de classe. Tais características, ao afastarem as mistificações, as idealizações e as alienações (estranhamentos) de toda ordem presentes no cotidiano burguês, ampliariam o grau de liberdade das objetivações humanas, as quais tenderiam a qualificar ainda mais os complexos da filosofia, da ciência, da arte, da cultura corporal, do lazer etc. Sem segregação, sem mercadorias, elevando os patamares da generidade!

Essas dinâmicas são condições indispensáveis à eliminação do estranhamento presente na relação entre os seres humanos e no interior de suas respectivas atividades vitais, pois possibilitam a constituição de totalidades sociais em que o desenvolvimento de cada singularidade social seja uma “condição indispensável ao desenvolvimento de todos” (Marx; Engels, 1998), permitindo o reencontro do gênero com a sua substância irremediavelmente social.

3.2.5 A DIFERENÇA ENTRE O ÓCIO E O LAZER: ALGUMAS NOTAS HISTÓRICAS E ONTOLÓGICAS

O trabalho como práxis produtora de valores de uso é um elemento histórico-universal (Lukács, 2010, 2012, 2013a, 2013b; Marx, 2013b). Dos primórdios da humanidade aos dias atuais, executado com uma pedra lascada ou em uma complexa e automatizada planta industrial, o trabalho é um elemento indispensável à reprodução do gênero humano. Afinal, a supressão das necessidades do estômago ou do imaginário é

uma condição incontornável de nosso devir. Como corolário dessa constatação, podemos igualmente afirmar que faz parte de nossa existência, em maior ou menor medida, um tempo de recuperação do trabalho, possibilidade que se encontra diretamente determinada pela divisão sociotécnica do trabalho.

O que mostraremos nas próximas linhas, sempre pautados por uma análise ontológica e histórica — portanto, tendo como parâmetro a particular função social que cumpriram as atividades que ocuparam esse tempo, bem como identificando as pessoas, os estamentos ou as classes que as usufruíram —, e não atados às percepções subjetivas ou aos logicismos, é que: apesar de pequenas aparentes semelhanças, no essencial, há significativas e profundas diferenças entre os distintos complexos que compõem essa recuperação do trabalho ao longo da história humana. Além disso, a própria interação dessa esfera com a totalidade social que a ela dá vazão ganha contornos bem distintos. Em outras palavras, a depender do modo de produção e de sua particular maneira de reproduzir-se, o tempo de recuperação cumpre funções deveras dissemelhantes.

Vale ressaltar que essa análise se torna importante, pois o objeto de nosso estudo, em sua superficialidade, remete-nos à sensação de liberdade, de autonomia, de desenvolvimento das capacidades humanas como objetivo primordial, igualmente presentes, por exemplo, no ócio fruído por certos estamentos e classes pertencentes a modos de produção que não mais existem. Logo, caso não pontuemos as diferenças existentes entre esses complexos, podemos incorrer no erro de buscar no passado mais que remoto respostas para as questões que permeiam o lazer, forma típica de fruição do tempo liberado do trabalho nas sociedades modernas, especialmente no modo de produção capitalista. Para essa historicização, utilizaremos, em grande medida, os estudos de Munné (1980)⁷¹, Mascarenhas (2005), Melo e Alves Jr. (2012) e Ório (2019).

Não é correto, portanto, considerar o lazer como a finalidade histórica do ócio. Há entre eles **muitas bifurcações**. É certo que o conhecimento do lazer como manifestação contemporânea de apropriação do tempo livre é condição para o melhor conhecimento do ócio como experiência do não trabalho desde a antiguidade até nossos dias, porém, **não conforme a leitura daqueles que fazem desaparecer todas as fronteiras entre ambos**, tomando-os como iguais e **enxergando o lazer em todos os períodos do desenvolvimento histórico anterior** (Mascarenhas, 2005, p. 228, grifo nosso).

⁷¹ Em seu texto, Munné (1980, p. 138) apresenta uma linha de continuidade entre o ócio da Antiguidade e o ócio burguês, o lazer. Nós, como já dito anteriormente, não nos alinhamos a esse entendimento. Todavia, utilizaremos o texto do autor espanhol em função dos ricos detalhes que apresenta sobre o tempo de não trabalho em sociedades antigas.

Iniciemos nosso percurso voltando à Antiguidade Clássica. No período Helênico, vigeu o ideal clássico de *skholé* ou do **ócio antigo**. Tal complexo constituía um específico modo de vida dos “homens livres”, cujas ações orientavam-se pela contemplação e pela reflexão dos valores supremos da época, entre os quais, a verdade, a bondade, a beleza, a sabedoria etc. — um fim em si mesmo, uma condição de estar livre da necessidade de trabalhar. Portanto, o ócio não era, naquele momento, concebido como um tempo livre do trabalho, mas todo um tempo social de não trabalho, privilégio dos poucos homens livres que desfrutavam das prerrogativas e dos direitos inerentes à organização da pólis (Mascarenhas, 2005; Melo; Alves Jr., 2012; Munné, 1980; Ório, 2019).

O profundo sentido cultural grego idealizou o desejo de estar, não só predisposto, mas, sim, **voltado à contemplação dos valores supremos deste mundo: a verdade, a obrigação e a beleza**; em síntese, para a contemplação da **sabedoria!** Esta exigia uma vida de ócio, de *skholé* (OK OXT). A *skholé* não era um simples não fazer nada, mas a sua antítese: **um estado de paz e de contemplação criadora** — dedicada à teoria — em que se somava o espírito⁷² (Munné, 1980, p. 40, grifo nosso).

Naquela realidade, apesar da complexidade e da diversidade das diferentes cidades-Estados (pólis) gregas, tais como Atenas, Esparta, Corinto e Tebas, cabia aos escravos a produção material da vida, de tal sorte que a uma outra parcela da sociedade permitia-se viver mediante atividades espirituais. Em linhas gerais, os estratos sociais eram compostos de homens livres, mulheres, metecos (estrangeiros) e escravos. Os homens livres, nascidos nas cidades, tinham direito à propriedade da terra e à participação no governo. Quanto às mulheres, via de regra, não tinham direitos políticos e estavam sujeitas à autoridade masculina. Os metecos (estrangeiros) também não gozavam de direito político e ocupavam-se, prioritariamente, do comércio. Finalmente, grande parte da sociedade era composta de escravos. Cabia a eles a realização dos trabalhos manuais, além dos afazeres domésticos. Era, portanto, com o trabalho escravo que se garantia a reprodução material da vida, permitindo um tempo de ócio para os homens livres.

⁷² Livre tradução do seguinte texto: “El profundo sentido cultural griego idealizó el hecho de estar uno no sólo predispuesto, sino dispuesto para la contemplación de los supremos valores de aquel mundo: la verdad, la bondad y la belleza; en síntesis, para la contemplación de la sabiduría! Esta exigía una vida de ocio, de *skholé* (OK OXT). La *skholé* no era un simple no hacer nada, sino su antítesis: un estado de paz y de contemplación creadora — dedicada a la *theoria* — en que se sumía el espíritu”.

Façamos um pequeno adendo a essa discussão: assim como a arte grega (Marx, 2008, p. 272), ainda hoje o valor “liberdade” presente na vida dos estamentos “livres” daquela sociabilidade toca fundo em nosso espírito (Húngaro, 2008). Não à toa, por vezes, estudiosos do lazer buscam naquela realidade, fruto de um particular modo de produção, respostas para as contradições atuais do lazer (De Grazia, 1966). Trata-se, entretanto, de um límpido anacronismo. Afinal, “é a anatomia do homem que explica a anatomia do macaco” (Marx, 2008, p. 264). Logo, é o lazer que explica o *skholé*, e não o inverso. Ademais, como dissemos acima, consoante Mascarenhas (2005, p. 228), o lazer não é o final pré-estabelecido, teleológico, para o ócio daquele tempo. Entre um e outro há inúmeras bifurcações históricas.

Sim, o valor “liberdade” pode ser considerado um elemento de continuidade presente em ambos os contextos; contudo, à medida que nos remetemos à totalidade social, afastando-nos de idealismos, subjetivismos e logicismos de distintos matizes, perceberemos as profundas diferenças existentes entre o *skholé* e o lazer. Ainda, a não ser que estejamos dispostos a retornar a uma sociabilidade escravocrata — e nós, marxistas, não estamos —, consideramos inviável reproduzir o ócio antigo em uma sociabilidade burguesa. Com as devidas adequações, alinhamos essa análise à formulação marxiana tematizando o encanto que ainda hoje a arte grega e a epopeia⁷³ nos causam:

O difícil não é compreender que a arte grega e a epopeia se acham ligadas a certas formas de desenvolvimento social, mas que ainda possam proporcionar gozos estéticos e sejam consideradas em certos casos como norma e modelos inacessíveis. Um homem não pode voltar a ser criança sem retornar à infância. Mas não se satisfaz com a ingenuidade da criança e não deve aspirar a reproduzir, em um nível mais elevado, a sinceridade da criança? [...] **Por que a infância social da humanidade, no seu mais belo florescimento, não deveria exercer uma eterna atração, como uma fase desaparecida para sempre?** Há meninos mal-educados e meninos envelhecidos. Muitas nações ainda pertencem a essa categoria. Os gregos eram meninos normais. **O encanto que encontramos em sua arte não está em contradição com o caráter primitivo da sociedade em que essa arte se desenvolveu.** É, ao contrário, sua produção; poder-se-ia dizer melhor que se acha **indissolivelmente ligada ao fato de as condições sociais imperfeitas em que nasceu e nas quais forçosamente tinha que nascer não poderiam retornar nunca mais** (Marx, 2008, p. 271-272, grifo nosso).

⁷³ O termo “epopeia” refere-se a um gênero literário criado na Grécia Antiga, normalmente estruturado sobre uma longa narrativa poética, centrada em um herói ou em uma heroína cujas ações, façanhas e moralidade têm grande significado e impacto sobre uma nação, um povo ou o mundo humano de maneira mais abrangente. Pode tratar de eventos históricos, lendários ou mitológicos. As epopeias *Iliada* e *Odisseia*, de Homero, constituem os modelos mais famosos desse gênero.

Já no Império Romano, o *otium* tornou-se um tempo de descanso do corpo e de recreação do espírito para aqueles que exerciam atividades no comércio, no exército ou no governo. Diferentemente do que ocorreu na Grécia, o trabalho na Roma Antiga perdeu a sua conotação negativa, e o ócio assumiu, pela primeira vez, o significado de um tempo livre de trabalho. Naquele contexto, criaram-se um ócio destinado aos de baixo, vinculado à recreação — a política do pão e do circo —, e um distinto, usufruído pela classe dirigente (Mascarenhas, 2005; Melo; Alves Jr., 2012; Munné, 1980; Ório, 2019).

O trabalho — no comércio, no exército, na política, etc. — apesar da sua etimologia, não tem, como na Grécia, um significado negativo. Pelo contrário, **o ócio consiste em não trabalhar, num tempo livre do trabalho, que ocorre após o trabalho e para retornar a ele.** O ideal grego inverteu-se: **o ócio torna-se um meio e o trabalho um fim.** Mas tanto o ócio como os negócios constituem o homem completo; somente tal é o homem que reúne o *otium* cum *dignitate*. **O *otium ciceroniano*⁷⁴, que implica sempre o respeito pelo governo e pelos seus representantes, não é um momento de ociosidade, mas de descanso e recreação, bem como de meditação⁷⁵** (Munné, 1980, p. 43, grifo nosso).

Também é indispensável sublinhar que o conceito de *otium* constituía uma parte significativa da cultura romana, especialmente entre as classes superiores. Em contraste com o *negotium* (o oposto de ócio, geralmente traduzido como “negócio”), o *otium* era um tempo dedicado à reflexão intelectual, às atividades culturais, ao relaxamento e à recreação pessoal. Era mais do que simplesmente uma pausa do trabalho ou um período de inatividade, tratava-se de um tempo que permitia o desenvolvimento pessoal e a realização. Poderia incluir uma variedade de atividades, como a leitura, a escrita, a conversação filosófica, a contemplação e mesmo o engajamento em esportes e jogos. Ademais, era frequentemente associado à vida no campo e à retirada temporária dos deveres e das preocupações da vida pública e comercial.

⁷⁴ Marco Túlio Cícero foi um dos principais filósofos e políticos romanos. Nasceu em 3 de janeiro de 106 a.C., tendo sido assassinado no dia 7 de dezembro de 43 a.C., aos 63 anos.

⁷⁵ Livre tradução do seguinte texto: “El trabajo — en el comercio, el ejército, la política, etc. — a pesar de su etimología, no tiene, como en Grecia, una significación negativa. Más bien el ocio consiste en no trabajar, en un tiempo libre de trabajo, que se da después del trabajo y para volver a éste. El ideal griego ha sido invertido: el ocio pasa a ser un medio y el trabajo, el fin. Pero ambos, ocio y negocio, forman parte constitutiva del hombre completo; sólo es tal el hombre que reúne el *otium* cum *dignitate*. El ocio ciceroniano, que supone siempre el respeto al gobierno y a sus representantes, no es tiempo de ociosidad, sino de descanso y de recreo tanto como de meditación” (Munné, 1980, p. 43).

Poderíamos dizer, superficialmente — pois não é o escopo deste estudo —, que a sociedade romana possuía dois tipos de classes: os homens livres e os escravos. O primeiro grupo, dos **homens livres**, subdividia-se em três agrupamentos sociais: os **patrícios**, os **cavaleiros-publicanos** e os **plebeus**. Os patrícios, no topo da hierarquia social, tinham acesso à maior parte dos cargos políticos e administrativos e angariavam riquezas com a apropriação de percentuais das terras confiscadas pelo Império com suas guerras. O grupo dos cavaleiros-publicanos era formado por plebeus enriquecidos que se dedicavam à cobrança de impostos, ao empréstimo de dinheiro e à atuação como armadores. Já os plebeus eram, normalmente, pequenos proprietários e comerciantes, rendeiros e artesãos. Quanto aos escravos, eles formavam a base da estrutura social, sendo propriedades de seus donos. Podiam ser adquiridos por meio de guerras, nascimentos ou comércio e realizavam vários trabalhos, desde as tarefas domésticas até os trabalhos pesados nas minas ou nos campos.

Sobre o “circo”, do binômio “pão e circo”, e a recreação destinados aos cidadãos romanos, vale ressaltar que eles eram compostos, especialmente, de jogos. Os “Jogos” ou “Ludos”, também conhecidos como *Ludi*, em latim, constituíam formas públicas de entretenimento. Originalmente, esses eventos compunham os festivais religiosos, servindo para render homenagem ao imperador. De início, as corridas a cavalos em circo eram a principal atração. Com o tempo, outros espetáculos foram adicionados, como as demonstrações com animais selvagens e as performances teatrais. De mais a mais, nos dias em que esses jogos ocorriam, proclamavam-se feriados públicos, suspendendo-se os negócios. Embora o aspecto de diversão muitas vezes eclipsasse o significado religioso original dos jogos, eles continuaram a ser vistos como uma forma de veneração aos deuses tradicionais até a Antiguidade Tardia⁷⁶. Por essa razão, os líderes cristãos da época desencorajavam os primeiros seguidores do cristianismo a participarem dos eventos. Pois bem, quando citamos o ócio da Grécia Antiga e o *otium* presente no Império Romano, remetemo-nos a modos de produção escravistas que, com as suas particularidades, explicitaram-se em ambas as formações sociais.

⁷⁶ Antiguidade Tardia é um termo usado para descrever o período que abrange, aproximadamente, do século III ao século VIII d.C., embora as datas exatas possam variar dependendo do contexto geográfico e acadêmico. Esse período marcou uma época de transição entre a Antiguidade Clássica e a Idade Média na Europa, no Oriente Próximo e no norte da África. Durante a Antiguidade Tardia, como já dissemos em outro momento da tese, o Império Romano enfrentou uma série de desafios que levaram à sua queda no Ocidente, em 476 d.C.

Agora, se dermos um salto na história e nos ativermos ao modo de produção feudal, estruturado sobre o trabalho servil, constataremos significativas transformações. Afinal, em linhas gerais, na Idade Média, especialmente no continente europeu, existia um ócio que se encontrava vinculado, de maneira prioritária, ao ideal de nobreza. Esse complexo caracterizava-se por ser repulsivo ao trabalho, associado, grosso modo, a um tempo não produtivo contenedor de um forte componente lúdico. Eminentemente estamental, era visto, igualmente, como uma forma de demonstração de posses e de riquezas. Tais fortunas permitiam uma vida de ociosidade às classes detentoras, sempre ostensivamente demonstrada. Do outro lado do espectro social, existia um ócio popular caracterizado por um tempo de descanso e de comemorações organizadas sob o rígido controle dos poderes da Igreja e dos senhores feudais (Mascarenhas, 2005; Melo; Alves Jr., 2012; Munné, 1980; Ório, 2019).

O tipo de ócio que surge é inspirado num espírito lúdico classista. Consiste na **abstenção do trabalho** e, ao contrário da Grécia, na **dedicação total a atividades livremente escolhidas**, como a guerra, a política, o desporto, a ciência ou a religião. A **dedicação a eles passa a ser considerada honrosa** e, conseqüentemente, pré-requisito para o gozo do decoro social. Assim entendido, o **ócio** “não implica indolência ou quietude; **significa passar o tempo sem fazer nada produtivo**: 1. por um sentimento de indignidade do trabalho produtivo, e 2. como demonstração de uma **capacidade pecuniária que permite uma vida de ociosidade**”⁷⁷ (Veblen *apud* Munné, 1980, p. 44).

Na Idade Moderna, como tivemos a oportunidade de demonstrar no item “A construção histórica de um tempo de não trabalho e a origem do lazer”, sob o manto do nascimento de uma sociedade ancorada no trabalho assalariado (alienado/abstrato), na propriedade privada dos meios de produção e em um caldo cultural, ideológico, fortemente influenciado pela Reforma Protestante — que adequou o cristianismo aos preceitos da sociabilidade burguesa —, o ócio passou a ser considerado um vício, sinônimo de degradação, passível de fortes críticas (Melo; Alves Jr., 2012; Ório, 2019). Afinal, os “princípios ético-religiosos desta época exaltam o trabalho, tornando-o

⁷⁷ Livre tradução do seguinte texto: “El tipo de ocio que surge está inspirado en un espíritu lúdico clasista. Consiste en la abstención del trabajo y, a diferencia de Grecia, en la dedicación plena a actividades libremente elegidas tales como la guerra, la política, el deporte, la ciencia o la religión. La dedicación a las mismas llega a estimarse honrosa y, en consecuencia, es una condición previa para disfrutar del decoro social. Así entendido, el ocio “no comporta indolencia o quietud; significa pasar el tiempo sin hacer nada productivo: 1. por un sentido de la indignidad del trabajo productivo, y 2. como demostración de una capacidad pecuniaria que permite una vida de ociosidad” (Veblen *apud* Munné, 1980, p. 44).

sinônimo do esforço pessoal necessário para o acúmulo de riquezas, o que justificaria a ascensão da burguesia” (Mascarenhas, 2005, p. 226). Apenas o trabalho seria capaz de garantir as salvaçãoes terrenal e transcendental, redimindo os seres humanos dos males da pobreza. São instituídas, assim, as bases do combate à desocupação.

Assim, o **ócio passa de ideal a condenado**; é tempo perdido, tempo que deve ser eliminado socialmente. **O protestantismo suprimiu o culto aos santos, e com ele também todos os feriados a eles dedicados**, que se tornaram assim dias produtivos. O movimento **puritano restringia prazeres e distrações, e olhava para a prática com total desconfiança**, mesmo a educação física e os esportes, que sofriam fortes limitações [...]”⁷⁸ (Munné, 1980, p. 48, grifos nossos).

Por esse caminho, já no interior das formações sociais capitalistas, surgiu o complexo objeto deste estudo, o lazer, que é a forma típica de fruição do tempo conquistado pelos trabalhadores com suas lutas no evolver da Revolução Industrial. Não obstante, por ter sido criado sob a hegemonia do modo de ser burguês, é estratégico para o próprio controle da classe produtora de valor. Por isso, foi moldado para que fosse fruído de uma maneira “correta e adequada”. Erradicaram-se, nesse caminho, as tradicionais manifestações de ócio, culpabilizadas pela suposta “doença moral e física” dos trabalhadores (Melo; Alves Jr., 2012).

Como discutimos anteriormente, essa esfera desdobrou-se, a pouco e pouco, respondendo às necessidades do próprio capital, em um complexo subsumido aos ditames do valor de troca (Ório, 2019). “Além de se apresentar como uma possibilidade de controle [...], frente aos interesses mais imediatos do capital, dada sua potencialidade temporal para o consumo, o lazer vai pouco a pouco subsumindo à forma mercadoria [...]” (Mascarenhas, 2005, p. 227).

Essa superficial retrospectiva nos demonstra as profundas diferenças existentes entre os distintos ócios de outrora e o lazer presente na Idade Moderna. Afinal, apesar da presença de certos elementos universais (ex.: a existência do lúdico ou a ação “livre” e desinteressada daqueles que os usufruem), que garantem, apenas na superficialidade, um suposto movimento de continuidade entre os diferentes momentos, as particularidades em

⁷⁸ Livre tradução do seguinte texto: “Así, el tiempo de ocio pasa de ser un ideal a condenarse; es tiempo perdido, un tiempo que hay que eliminar socialmente. El protestantismo suprimió el culto a los santos, y con ello también todos los días de fiesta a ellos dedicados, que pasaron de este modo a ser días productivos. El movimiento puritano restringió los placeres y las distracciones, y miró con total recelo la práctica, incluso de la educación física y los deportes, los cuales sufrieron fuertes limitaciones [...]” (Munné, 1980, p. 48).

que se desenvolvem os complexos citados explicitam as inequívocas diferenças e as constatáveis rupturas (ex.: a depender do contexto, a função social exercida pela esfera em análise ou os grupos/estamentos/classes que a acessaram) ocorridas entre as esferas do ócio de tempos passados e o moderno complexo do lazer. Igualá-los ou identificá-los é como afirmar que as atuais lutas de *Ultimate Fighting Championship* são idênticas às lutas que ocorriam no Coliseu, à época do Império Romano, pelo simples fato de ambos os eventos terem na luta um elemento central. Tal equívoco constituiria um imperdoável anacronismo.

Ratificamos, por fim, o que já apontamos algumas vezes ao longo do texto: os verdadeiros conteúdos dos fenômenos sociais são acessados apenas por meio de “análises concretas de situações concretas” (Lênin, 1981, p. 136). É necessário, para tanto, identificar os modos de ser do específico complexo e as determinações de sua existência, sempre concretas e em relação dialética (de determinação reflexiva/mútua) com a totalidade que o engloba.

CAPÍTULO IV

4 ALIENAÇÃO EM LUKÁCS E MARX: POSSÍVEIS MEDIAÇÕES COM O COMPLEXO DO LAZER

O conceito de alienação⁷⁹ é um elemento central das reflexões filosófica e sociológica. Desde suas raízes, nas formulações hegelianas (2003), o termo evoluiu, adquirindo significados diversos, em distintas correntes de pensamento. No contexto da Teoria Social, são inegáveis a influência e a profundidade das contribuições de Karl Marx e Georg Lukács ao se debruçarem sobre a temática. Marx, em sua análise crítica da economia política capitalista, abordou a alienação como uma consequência desse modo de produção, no qual o trabalhador é alienado do produto de seu trabalho, do processo de trabalho, de si mesmo e dos outros trabalhadores. Já Lukács, tanto em sua obra da maturidade, intitulada *Ontologia do Ser Social*, quanto em seu clássico do início da caminhada no marxismo, denominado *História e Consciência de Classe*, investigou a alienação e reificação, ambas presentes em contextos nos quais as relações sociais se tornam coisificadas, despersonalizadas e estranhas ao indivíduo.

Ademais, como buscamos demonstrar no terceiro capítulo desta tese, o lazer assume de maneira ascendente, no cenário contemporâneo, a forma mercadoria, estando profundamente imbricado com as lógicas de consumo da reprodução social do atual modo de produção. Dessa forma, é indispensável apresentar certas determinações mais abrangentes da alienação a fim de que possamos identificar as suas manifestações no complexo do lazer. Seguindo por esse caminho, neste capítulo, traçaremos uma ponte entre as reflexões clássicas de Lukács e as descobertas da Teoria Social de Marx sobre o estranhamento, para, posteriormente, mediá-las com o cenário atual do lazer. Investigaremos, a título de exemplo, como o consumo estranhado de atividades de lazer reflete e intensifica os processos de alienação identificados pelos revolucionários supracitados.

Tal mediação é crucial para entendermos características típicas do capitalismo tardio, assim como as suas formas de expressão no cotidiano dessa sociedade. Destarte, ao tratar do lazer como um espaço mediado por relações de produção e consumo

⁷⁹ Ao longo do capítulo, utilizaremos como sinônimos os termos “alienação” e “estranhamento”, assim como as suas derivações. Para mais informações, vide a Nota de Rodapé nº 11, presente no tópico sobre o Trabalho do primeiro capítulo da Tese.

vinculadas à sociabilidade mais abrangente, somos desafiados a entender como os indivíduos, embora busquem, nesse âmbito, uma fuga das pressões da vida cotidiana, ao fim e ao cabo, acabam por reproduzir, no próprio *licere*, as mesmas dinâmicas de alienação e reificação presentes na totalidade social.

Para alcançar os objetivos deste capítulo, ele será dividido em seis tópicos, quais sejam: (I) “Alienação: as diferenças entre Hegel, Marx e Lukács”; (II) “O solo genético da alienação”; (III) “Sensibilidade e alienação”; (IV) “As reificações humanas e as suas possíveis expressões no lazer”; (V) “Notas sobre a reificação e a alienação para Lukács no texto ‘História e Consciência de Classe – HCC’”; (VI) “Apontamentos sobre o ‘consumo de prestígio’ e as suas possíveis influências sobre o lazer”. Iniciemos o nosso caminho...

4.1 Alienação: as diferenças entre Hegel, Marx e Lukács

Neste item, aprofundaremos a análise sobre as concepções de alienação em Marx e Lukács, além de, minimamente, diferenciá-las da perspectiva de Hegel. Este último autor, o ápice do pensamento da burguesia em sua etapa revolucionária, baseado em uma dialética idealista, compreendia a alienação como um estágio necessário do desenvolvimento do Espírito, culminando em sua reconciliação e autoconsciência. Marx, por seu turno, contextualizava a alienação centrado na realidade material do trabalho no modo de produção capitalista, destacando o estranhamento do trabalhador em relação ao produto de seu labor e à própria natureza do seu trabalho. Já Lukács, influenciado por Marx, mas com ênfase própria, discutiu a alienação, por exemplo, trazendo à baila a predominância da reificação, decorrente da transformação das relações humanas em relações entre coisas, típica da reprodução social vinculada ao modo de produção capitalista.

Em nome da didática, é importante começarmos essa reflexão repisando uma premissa já discutida no capítulo sobre a reprodução social: tanto para Marx quanto para Lukács, não existe ser consciente que surja descolado de uma dada objetividade. Tal realidade, por sua vez, independe, em maior ou menor medida, da própria capacidade de compreensão daquele. Essa singela constatação leva os nossos autores a uma descoberta indispensável ao correto entendimento do ser, qual seja: a antecedência da objetividade, da materialidade simples, quando relacionada à consciência. Tal compreensão

materialista do real contrapõe-se ao entendimento idealista de outrora, que tem o seu ápice em Hegel.

Pois bem, como já exposto em outros momentos da tese, o idealismo atingiu o seu apogeu nas formulações do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Para ele, a realidade, em uma apertada e arriscada síntese, reduzia-se à explicitação do Espírito, o qual, por sua vez, antecedia a própria objetividade. Do “Espírito em-si” ao “Espírito Absoluto” — a máxima expressão do Espírito, que, supostamente, garantiria uma identidade com a realidade —, a razão evidenciava-se ao longo da história, de maneira necessária e teleológica, por meio de complexos como a arte, a religião e a filosofia (Hegel, 2003). Por esse movimento, confirmava-se a “suprassunção da objetividade em geral na consciência de si” (Lukács, 2013b, p. 578). Assim, quando Hegel faz menção à transição da objetividade para a consciência de si, ao longo de diferentes etapas, salienta a ideia de que a autoconsciência envolve um movimento pelo qual o Eu percebe a si mesmo como objeto apenas para superar essa objetivação e se reconhecer como sujeito autoconsciente. Eis um singelo exemplo desse processo:

O Eu simples, porém, é imediatamente seu oposto, um imediato, ou seja, um objeto; e a consciência-de-si se suprassume como consciência e faz de si mesma objeto, ou, dito de maneira inversa, suprassume o objeto e o torna pensamento, que é o Eu ou o puro ser-para-si. Esta movimentação que vai e volta é, em geral, o que é chamado de experiência (Hegel, 2003).

Subvertendo essa relação sujeito-objeto disposta no pensamento hegeliano e colocando-a sob os próprios pés (Paulo Netto, 1981a), Marx (2017b) constatou o seguinte: a existência real e corpórea de um ser humano, que é um ser da natureza, com forças naturais e sensíveis, porém com características sociais, apenas é capaz de manifestar-se em interação com outros seres igualmente reais e sensíveis. Nessa interação, o próprio ser humano torna-se um terceiro, com existência real e sensível, quando comparado a outro ser da mesma espécie.

Desdobrando essa investigação, o revolucionário alemão verificou que mesmo uma carência primária do nosso gênero, como a fome, necessita de um objeto exterior para ser suprimida, ou seja, de um alimento, também real e sensível. Logo, para sua reprodução, o ser humano precisa de outro ser que dele seja ontologicamente diferente (inorgânico, orgânico e/ou social).

Do mesmo modo, um ser orgânico, como a planta, necessita de um ser inorgânico, como o Sol, para garantir a sua reprodução. Além disso, essa mesma planta, ao reproduzir-se, expressa dialeticamente a potência do próprio Sol, que necessita, nesse caso, da flora, para dar vazão à sua força natural. Dessa maneira, um ser apenas será objetivo caso se relacione, objetivamente, com seres existentes fora de si. Vejamos como Marx (2017b) expressou essa relação, em seu texto de juventude intitulado *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Pedimos licença para transcrever a integralidade da formulação, em função de sua densidade:

O homem é diretamente um ser da natureza. Como ser natural e enquanto ser natural vivo é, por um lado, **dotado de poderes e faculdades naturais**, que nele existem como tendências e capacidades, como pulsões. Por outro lado, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, **é um ser que sofre**, condicionado e limitado, tal como o animal e a planta, quer dizer, **os objetos das suas pulsões existem fora dele**, como objetos independentes, e, no entanto, tais objetos são objetos das suas necessidades, objetos essenciais, indispensáveis ao exercício e à confirmação das suas faculdades. **Que o homem seja um ser corpóreo, dotado de forças naturais, vivo, real, sensível, objetivo, significa que ele tem objetos reais, sensíveis como objetos do seu ser**, ou que pode exteriorizar a própria existência só em objetos reais, sensíveis. **Ser objetivo, natural, sensível e simultaneamente ter fora de si o objeto, a natureza, o sentido para uma terceira pessoa, é a mesma coisa.** A fome é uma necessidade natural; portanto, requer uma natureza fora de si, um objeto fora de si, de maneira a satisfazer-se e a acalmar. **A fome constitui a necessidade objetiva de um corpo por um objeto exterior**, indispensável à sua integração e à expressão da própria natureza. **O Sol é o objeto da planta, objeto indispensável e que lhe assegura a vida, da mesma maneira que a planta é objeto do Sol, enquanto expressão da força suscitadora de vida do sol, do poder objetivo do Sol.** Um ser que não tenha a sua natureza fora de si não é nenhum ser natural, não participa do ser da natureza. **Um ser, que não tenha objeto fora de si, não é nenhum ser objetivo. Um ser, que não seja ele próprio objeto para um terceiro ser, não tem existência para o respetivo objeto**, quer dizer, não possui relação objetiva, o seu ser não é objetivo (Marx, 2017b, p. 237-238, grifo nosso).

Submetidos à dinâmica de supressão das carências com objetos existentes fora de si, a pouco e pouco, os seres humanos passam a compreender os nexos causais da realidade que os circunda. Explicita-se, pois, uma consciência. Destarte, é de uma dada realidade, de uma específica relação entre seres ontologicamente distintos, que surge o pensamento.

Essa perspectiva lança luz sobre outro ponto essencial à compreensão do real: o “fato de os homens apreenderem as objetividades efetivamente existentes mostra que as

coisas e o reflexo delas na consciência são ontologicamente diferentes” (Alcântara, 2014, p. 35). Isto é, os objetos exteriores não são idênticos aos seus respectivos reflexos nas consciências. Desse modo, divergindo da compreensão hegeliana do “Espírito Absoluto” (2003), Marx e, posteriormente, Lukács, especialmente em suas obras de maturidade, defendem não haver identidade possível entre o sujeito e o objeto, mesmo quando este último esteja saturado de determinações pelo primeiro, a partir de categorias reflexivas. Afinal, a realidade é sempre muito mais complexa do que a nossa capacidade de apreendê-la conscientemente, além de ser ontologicamente primária, originária e inseparável do próprio ser. Nos termos de Lukács (2013b, p. 773): “[...] a objetividade não é produto do pensamento ponente, mas algo ontologicamente primário, uma propriedade originária de todo ser não dissociável do ser (que, quando se pensa corretamente, não pode ser separada do ser pelo ato de pensar)”.

Essas breves formulações introdutórias delineiam um elemento necessário ao entendimento da diferença existente entre a perspectiva hegeliana de alienação e a compreensão marxiana e lukacsiana dessa categoria. Em uma direção, para Hegel, os objetos da realidade nada mais são do que a autoconsciência objetivada, portanto a autoconsciência como objeto, sendo a essência humana a própria autoconsciência. Tal compreensão vincula a alienação unicamente ao pensamento, à subjetividade, na mesma medida em que confere a ela o estatuto de eterna condição humana, visto que: a “[...] objetividade como tal, vale como relação humana *alienada*, inadequada à *essência humana*, à autoconsciência” (Lukács, 2013a, p. 773). Em outra direção, para Marx (2017b) e Lukács (1978, 2013a), a alienação é uma categoria concreta e histórica, decorrente da especificidade de uma dada objetividade, aí incluídas as relações sociais existentes. Nesse sentido, ela diz respeito, como demonstraremos a seguir, a um processo concreto, socialmente posto, de “negação da essência humana” (Alcântara, 2014, p. 73).

Essa negação apresenta-se, de maneira prioritária, pela contradição que se expressa na histórica diferença entre o desenvolvimento do nosso gênero — consolidado nos conhecimentos, nas capacidades, nos valores, nas habilidades etc. alcançados pela humanidade em um dado momento — e o incremento dos próprios indivíduos. Essa contradição, fruto de distintos fatores, distancia as singularidades da espécie humana do potencial genérico já alcançado em uma específica etapa histórica, bem como impede a explicitação de personalidades socialmente referenciadas em plenitude — logo, de individualidades que se aproximem do potencial humano daquele tempo histórico, em suas diferentes dimensões, tais como: intelectual, física, afetiva, social, entre outras.

De mais a mais, para Hegel, qualquer processo de exteriorização é, por si só, alienante, visto que, segundo seu idealismo objetivista (Húngaro, 2001), necessariamente caracterizaria uma separação entre a objetividade e a essência humana, isto é, entre a realidade posta e a autoconsciência; para Marx e o Lukács da maturidade, exteriorização e alienação são categorias distintas. Conforme ambos, a exteriorização é uma condição humana universal, par dialético (relacional) da objetivação, típica do ser social. Entretanto, a alienação não o é, pois surge apenas sob circunstâncias históricas concretas.

Vejam, a **alienação**, para Marx (2013b, 2017b), especialmente em uma sociedade capitalista, diz respeito à forma como o trabalhador entra em contradição com a sua capacidade criativa, com os produtos de seu trabalho, com as relações sociais e consigo mesmo. É, portanto, uma consequência direta daquela organização societal, de maneira principal, das relações de propriedade que a acompanham. Afinal, na reprodução social que se dá nesse modo de produção, a classe trabalhadora **se aliena do produto do trabalho**, na medida em que não tem gerência sobre o destino de sua criação, visto que essa possibilidade pertence aos proprietários dos meios de produção (o capitalista). Logo, o produto do trabalho torna-se algo estranho e hostil ao próprio trabalhador.

Ainda, a classe trabalhadora **aliena-se do processo de produção**, visto que, no capitalismo, as decisões sobre o que, como (intensidade e ritmo) e quando produzir são tomadas pelo capitalista. Além disso, essa classe **aliena-se do gênero humano**, na medida em que entra em contradição com a própria característica genérica, relacionada à capacidade de inserir conscientemente o novo no mundo, por meio do trabalho — mas não só por ele. E, finalmente, **aliena-se das (e nas) relações sociais e de si mesmo**, uma vez que, nesse sistema, elas se transformam em relação entre coisas (mercadorias e proprietários de mercadorias). Ainda que essas singelas constatações nos bastem para os objetivos deste tópico, teremos a oportunidade de aprofundá-las ao longo do capítulo.

Seguindo as pistas marxianas, para Lukács, como tentamos demonstrar no capítulo sobre a reprodução social, historicamente, a síntese das ações singulares — tendo o trabalho como a sua protoforma — inclina-se ao impulsionamento da humanidade a patamares superiores de sociabilidade. Contudo, em contextos específicos, podem surgir complexos sociais, isto é, sistemas de objetivações originários da própria ação humana, que passam a impedir a explicitação tanto do gênero quanto dos indivíduos — ainda que esses mesmos complexos já tenham exercido, outrora, uma função progressista.

Os exemplos dessa dinâmica são abundantes: o trabalho alienado, a mercadoria, as classes sociais, o capital, o Estado, as ideologias metafísicas etc. Assim, sob certas

circunstâncias, o par dialético objetivação-externalização molda, socialmente, obstáculos para o “desenvolvimento da generalidade humana” (Alcântara, 2014, p. 147), negando a própria humanidade. Cria-se uma desumanidade socialmente posta. Para finalizar este tópico, vejamos o que Lukács (1979b, grifo nosso) tem a nos dizer sobre o tema:

Na enorme maioria das vezes, **a síntese dos atos singulares em tendência histórico-genéricas impulsiona a humanidade para patamares superiores** de sociabilidade. Contudo, isso nem sempre ocorre. Em **dadas situações** históricas, **mediações e complexos sociais**, mesmo que anteriormente tenham impulsionado o desenvolvimento sócio-genérico, podem passar a exercer um **papel inverso, freando ou dificultando o desenvolvimento humano**.

4.2 O solo genético da alienação

Partindo das constatações presentes no tópico anterior, ao aprofundarmos algumas indicações dos revolucionários alemão e húngaro, ao mesmo tempo que nos ancoramos em formulações dispostas nas obras de Alcântara (2014) e José Paulo Netto (1981a), ao longo dos próximos parágrafos, tentaremos ser o mais didáticos possível para podermos aprofundar o debate sobre o solo genético dessa categoria intitulada alienação. Para tanto, pedimos licença para, mais uma vez, retornarmos a pontos presentes no capítulo do trabalho e da reprodução social, de tal maneira que, mais à frente, possamos tangenciar aquele solo genético, assim como discutir o estranhamento no âmbito do lazer.

Sigamos: o carecimento material coloca em movimento o complexo humano do trabalho. Ao trabalhar, buscando suprir as suas necessidades, o ser social dá respostas conscientes mediante um contínuo intercâmbio com a natureza. “Ao pôr em movimento as forças da natureza, suas qualidades e relações, o homem passa a dominá-las cada vez mais, ao mesmo tempo que desenvolve as próprias capacidades em níveis mais elevados” (Alcântara, 2014, p. 38). Nesses termos, com o trabalho, práxis originária das demais ações humanas, constitui-se, de maneira ascendente, um ser que cria a si próprio e que ganha características sociais, ao afastar as barreiras naturais de si e do próprio entorno, sem, contudo, jamais fazê-las desaparecer.

Segundo Lukács (1978, p. 54, grifo nosso):

[...] **o trabalho se revela como o instrumento de autocriação do homem como homem.** Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. **Com a sua autorrealização,** que também implica, obviamente, nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, **ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social.**

Dessa forma, cada ato de trabalho sintetiza, em um processo unitário, teleologia e causalidade, isto é: a partir de uma ação intencional e planejada (teleologia), o ser humano domina a causalidade natural — ou seja, aquele automovimento de nexos causais que repousa sobre si próprio por meio de relações “se... então”, típico dos seres orgânicos e inorgânicos — e a transforma em uma causalidade “posta”, capaz de suprir as necessidades desse animal que, por tal dinâmica, humaniza-se. Humaniza-se, por exemplo, mediante a generalização de suas ações, na medida em que as consequências derivadas do trabalho se espalham, em maior ou menor amplitude, por toda a coletividade. Portanto, a nova realidade que surge dessa ação intencional mediada pela natureza — um machado, um alimento cozido ou uma desenvolvida planta industrial contemporânea — passa a compor o acervo do próprio gênero humano.

Como já tivemos a oportunidade de aprofundar a explicação sobre os momentos do trabalho no capítulo sobre esse complexo e sobre a reprodução social, é suficiente neste trecho sobre a alienação apenas ratificarmos que, segundo Lukács, a “objetivação” é o momento do processo de trabalho em que o novo surge no mundo pela ação intencional humana, fazendo, assim, com que um objeto adquira uma “utilidade social” (Lukács, 2013a, p. 779). O par relacional da objetivação é a “exteriorização”. Isso porque, em cada processo de trabalho, exterioriza-se uma dada individualidade, expressando-se, então, um específico nível de conhecimentos, habilidades, valores etc. De mais a mais, o resultado desse processo retroage sobre o próprio sujeito, dando forma a um dos momentos de constituição das subjetividades.

Ao objetivar-se no objeto, a teleologia enquanto prévia ideação realizada por um sujeito na interação com a objetividade dá origem a algo totalmente novo que, sem negar a natureza, dela se distingue. **Esse momento do processo de trabalho no qual a teleologia se objetiva numa causalidade posta é o momento da objetivação que a ele corresponde necessariamente outro momento, o da exteriorização (*Entäußerung*).** Diferentemente da objetivação, ainda que a ela articulada, **a exteriorização é o momento em que o processo de objetivação retroage sobre o sujeito dando origem à subjetividade,** conseqüentemente, à própria individualidade humana (Alcântara, 2014, p. 40, grifo nosso).

Nessa linha, em um trecho da *Ontologia do Ser Social II*, que tivemos a oportunidade de apresentar no capítulo sobre reprodução social, Lukács (2013a, p. 778-779) afirma que, na prática real do trabalho, a **objetivação** e a **exteriorização** estão intrinsecamente ligadas. A primeira refere-se à concretização do trabalho humano em um objeto ou produto, já a segunda está diretamente relacionada à expressão de um dado ser humano que ocorre a partir do processo de trabalho, teleologicamente definido. Essa dinâmica confere utilidade humana, segundo as necessidades do próprio gênero, a um objeto que antes existia apenas na natureza, seguindo as próprias leis.

Além disso, durante o processo de trabalho, constantemente, o agente realiza escolhas diante de distintas alternativas possíveis. Essas opções, por sua vez, são direcionadas pelos objetivos últimos da ação. Escolhas corretas permitirão a transformação da objetividade segundo a intencionalidade daquele que trabalha, dando origem, por consequência, a novos objetos e valores concretos, tais como: o útil ou inútil, o bom ou ruim, o adequado ou inadequado, entre outros. Andrade (2016, p. 66) nos ajuda a compreender tal dinâmica ressaltando que, segundo “Lukács, na medida em que satisfaz necessidades, a utilidade surge no ser social como um ‘valor fundamental’. Originariamente, o valor caracteriza-se por sua utilidade, ou seja, por ser algo útil à satisfação de necessidades humano-sociais”.

Ademais, é importante ressaltar que, no processo de trabalho, o arco de alternativas passíveis de serem adotadas de maneira prática pelos indivíduos singulares ou pelos coletivos é sempre determinado pelo processo social em sua dimensão mais abrangente, mesmo que as alternativas daquele processo apresentem características que, ao fim e ao cabo, remetam-nos às personalidades responsáveis por suas escolhas. Afinal de contas, se analisarmos de maneira pormenorizada, perceberemos que, no “próprio trabalho material, começando em tempos muito remotos e vindo até nossos dias, nos simples produtos do trabalho, ‘a mão’ (a personalidade) do seu produtor” (Lukács, 2013a, p. 562) estará sempre presente.

Bem, grosso modo, poderíamos sintetizar o que discutimos até aqui, neste tópico, apresentando o seguinte fluxo: necessidade material → trabalho → alternativa → objetivação/exteriorização → nova realidade → retroação sobre o sujeito e a coletividade. Dito isso, e após relembrarmos algumas questões que serão indispensáveis à compreensão do solo genético da categoria da alienação, façamos uma breve diferenciação entre o

momento predominante da escolha que perfaz o processo de trabalho e o momento predominante que direciona a alternativa relacionada à alienação e à sua superação.

Segundo o nosso autor (Lukács, 2013a), como já tivemos a oportunidade de citar, as alternativas dispostas no processo de trabalho tendem a ser, em larga medida, determinadas pelo processo social mais abrangente, especialmente pela exigência imposta pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas da totalidade social em que a escolha ocorrerá. Não obstante, as alternativas que concernem à alienação e à sua libertação não possuem, necessariamente, essa mesma estrutura.

Para Lukács (2013a, p. 785-786), em princípio, dependerá do indivíduo “se e como uma insatisfação com a própria vida estranhada, que eventualmente esteja latente ou que repentinamente aflore à consciência, se transformará em ação” de resistência àquela realidade. Nessa dinâmica específica, ganham relevo as ponderações pessoais. Vejamos como Alcântara (2014) nos apresenta, com base no próprio Lukács, o momento predominante das alternativas que constituem as alienações, bem como aquelas que objetivam superá-la:

[...] derivam, portanto, da personalidade, do modo como as exteriorizações retroagem sobre cada um. Assim, a constituição da personalidade exerce um peso fundamental na apreensão do fenômeno das alienações. Melhor dizendo, a alienação tem aqui “uma das suas origens sociais”, mas também um “veículo da sua superação” [...] (Alcântara, 2014, p. 43-44, grifo nosso).

Nessa linha, se a adoção e a retroação das alternativas presentes no processo de trabalho — socialmente determinadas e restritas ao respectivo arco de possibilidades estabelecido pelo desenvolvimento das forças produtivas — são o solo genético, o momento inicial tanto do desenvolvimento das subjetividades, quanto das escolhas mais complexas que os seres humanos são obrigados a adotar, seja individual ou coletivamente, as alternativas relacionadas à superação da alienação assentam-se, precipuamente, na categoria da personalidade. Essa categoria, por sua vez, molda-se sobre a constância de certos tipos de decisões e escolhas que um indivíduo realiza ao longo da vida, incluída a própria maneira como se relaciona com as consequências do seu agir.

Essa descoberta, entretanto, não deve nos levar a subjetivismos falseadores. Afinal, as alternativas individuais estão necessariamente articuladas à objetividade do ser social. Logo, não existe polo da personalidade que esteja desconectado do leque de ações possíveis definido pela respectiva (e particular) totalidade social a que pertence o agente

(Lukács, 2013a). Essa afirmação vale, igualmente, para as alternativas e escolhas atreladas à categoria da alienação. Vejamos o que Lukács (2013a, p. 781, grifo nosso) nos diz sobre essa questão:

Quando Marx falou certa vez que sempre é fruto do acaso quem está na liderança do movimento dos trabalhadores em determinado momento, isso se refere, por um lado, não só à liderança no sentido literal, mas à liderança de cada grupo ou cada grupinho, e, por outro lado, é expressão do fato de que cada trabalhador reage individualmente ao modo como as suas alienações retroagem sobre a sua personalidade. As decisões alternativas que se originam daí são direta e primeiramente individuais. E visto que nós, como já detalhamos repetidamente, vislumbramos no homem singular um dos polos ontológicos, um dos polos reais de todo e qualquer processo social, visto que o estranhamento é um dos fenômenos sociais que mais decididamente está centrado no indivíduo, torna-se importante lembrar que, também nesse caso, não se trata de uma “liberdade” abstrata individual, à qual se contraporia, no outro polo, no da totalidade social, uma “necessidade” igualmente abstrata, só que abstrata social, mas que não é possível eliminar totalmente a alternativa de nenhum processo social.

Em outras palavras, podemos salientar que, ao longo da existência, cada ser humano é confrontado com uma infinidade de escolhas socialmente determinadas pela totalidade social em que se encontra, desde as mais simples, como o que vestir pela manhã, até as mais complexas, como escolhas profissionais ou relações interpessoais. Cada decisão tomada, conscientemente ou não, desenha o contorno da personalidade do indivíduo, sempre mediada pela classe social a que pertence. Essa específica maneira de reagir ao movimento do real também se encontra presente, segundo Lukács, na forma como nos relacionaremos com as alienações que aflorarem à nossa consciência.

Como percebemos da exposição que fizemos até o presente momento, o par relacional objetivação/exteriorização é central no processo da reprodução social, estando presente tanto na dinâmica do trabalho quanto em todas as demais objetivações humanas. Ele sustenta o desenvolvimento das forças produtivas e, de maneira correlata, porém não idêntica, das personalidades. Seguindo tais pistas, afirmamos também que a complexificação das objetivações humanas leva ao incremento das forças produtivas (e vice-versa), ao passo que a maneira como essas ações retroagem sobre os indivíduos influencia a constituição de suas “personalidades” (Lukács, 2013a). Além disso, como tentamos demonstrar no capítulo sobre a reprodução social, a sociabilidade que surge desse fluxo e a individuação que a ela é imanente estão em mútua determinação contínua.

Expandindo esse raciocínio e nos aproximando do ponto nodal da categoria da alienação, é importante salientar que, em uma perspectiva histórica, o desenvolvimento das forças produtivas amplia, na imediatez, o arco de capacidades humanas. Entretanto, esse movimento, como tantas outras tendências sociais, expressa-se de maneira desigual e combinada. Afinal, nas sociedades de classes, em função da própria divisão social do trabalho, as capacidades que surgem desse intercâmbio orgânico com a natureza não são acessadas por todos e muitas vezes se dão até mesmo às expensas de certos indivíduos ou classes. Pensemos, por exemplo, nas grandes obras realizadas às custas da força de trabalho dos escravos. Segundo Lukács (2013a, p. 775-776, grifo nosso):

O que interessa, neste ponto, é o fato de que **o desenvolvimento das forças produtivas acarreta de imediato um incremento na formação das capacidades humanas**, que, no entanto, **abriga em si simultaneamente a possibilidade de sacrificar os indivíduos (e até classes inteiras) nesse processo.**

No livro *Teorias da Mais-Valia* (1987), Marx também salienta como, ao longo da história, a humanidade como um todo, ou seja, a espécie humana expandiu suas capacidades. No entanto, esse desenvolvimento aconteceu às custas de muitos indivíduos e classes sociais. Contraditoriamente, ao mesmo tempo que inúmeros seres humanos eram sacrificados em nome do desenvolvimento das forças produtivas, criava-se uma dinâmica que permitia o florescimento de individualidades em-si, pares relacionais da complexificação da própria sociedade em que afloravam. Trata-se da dialética entre o progresso da sociedade como um todo e o custo humano desse progresso, bem como da possibilidade concreta de se construir um modo de produção (comunismo) em que haja uma identidade entre esses dois polos (indivíduo e plena sociabilidade). Vejam:

Não se compreende que este desenvolvimento das capacidades da espécie homem, ainda que se realize primeiramente à custa do maior número de indivíduos humanos e de todas as classes humanas, parta, enfim deste antagonismo e coincida com o desenvolvimento do indivíduo singular, que, portanto, **o mais alto desenvolvimento da individualidade seja obtido somente através de um processo histórico no qual os indivíduos são sacrificados** (Marx, 1987, p. 234, grifo nosso).

Assim, para Lukács, seguindo as pistas marxianas, o **solo genético da categoria da alienação é a contradição** entre o **desenvolvimento das forças produtivas**, com a

consequente ampliação das capacidades humanas, e a **não explicitação**, nas sociedades de classe, de **individualidades** que se **reconheçam como socialmente constituídas**, partícipes da construção do seu gênero, e que tenham a **possibilidade de acessar o patamar histórico** já alcançado.

Afinal, na medida em que os seres humanos, em função de um dado contexto, realizam objetivações com as quais não se reconhecem no resultado e não acessam as possibilidades decorrentes da própria ação, tende-se a uma alienação, isto é, a um afastamento da potência de práxis que lhes são vitais. De maneira concomitante, há uma tendência à consolidação de novos sistemas de objetivação que garantam a própria reprodução da sociedade alienada. Um exemplo dessa dinâmica é o surgimento do Estado em formações sociais hierarquizadas. Seguindo por essa trilha, a humanidade passa a estranhar, a não compreender uma realidade construída por ela própria e a não se reconhecer nesta. Segundo a bela síntese de Chasin (2017, p. 39, grifo nosso):

Temos, em suma, o seguinte **processo contraditório**: 1) **universalização do homem**, enriquecimento da essência/natureza humana pelo **desenvolvimento das forças produtivas**; 2) mas **enriquecimento da essência humana na forma da alienação**, ou seja, pela desapropriação material e espiritual do agente da atividade vital.

Esse processo se acentua na medida em que, enquanto amplia, no conjunto, as capacidades humanas necessárias à sustentação do respectivo avanço material, o incremento produtivo — associado, entre outros elementos, à divisão social do trabalho — o faz exigindo ascendentes dinâmicas de especialização. Trata-se de uma especialização decorrente de condição imposta pela própria reprodução social, que leva os indivíduos a agirem de uma determinada forma, de tal sorte que possam moldar-se à totalidade social a que pertencem. Contudo, essa hegemonia das especialidades também tem o potencial de deformar as personalidades, tendo em vista que dificultam um entendimento mais abrangente da realidade. Em que pese o fato de que, sob certas circunstâncias, “[...] o retorno das exteriorizações provoca, nos mesmos sujeitos envolvidos no processo de trabalho, diferenças bastante significativas que podem ser favoráveis ou não ao desenvolvimento da personalidade [...]” (Alcântara, 2014, p. 60).

Reflitamos sobre o trabalho manufatureiro europeu, surgido nos idos do século XV d.C.: economicamente, aquela forma de organização do processo de trabalho constituiu um avanço quando comparada ao antigo trabalho artesanal. Afinal, ao dividir o processo de trabalho em distintas etapas, realizadas por trabalhadores diferentes,

aquelas coletividades passaram a produzir mais objetos em um menor lapso de tempo. Contudo, se coube ao artesão da Idade Média a produção de valores de uso em um processo que, em função do requinte da técnica e da integração do produto, aproximava-se até mesmo da arte, em uma dinâmica que ia do planejamento ao acabamento, ao trabalhador da manufatura restou a execução de apenas uma parte da produção, ancorada em movimentos repetitivos e especializados. Assim, contraditoriamente, ao passo que se ampliou o leque das capacidades humanas totais, fruto do progresso econômico, desumanizou-se o trabalhador individual, deformando as suas personalidades.

O **artífice da Idade Média tardia** e da Renascença alçou o seu modo de trabalhar a níveis que **beiravam a arte, criou valores de uso para cuja produção não bastava apenas ter habilidades**, experiências etc. singulares, que pressupunham uma **visão unitária**, direcionada para proporções visuais. (Abstrairamos agora do conhecimento, igualmente requerido para essa tarefa, da peculiaridade qualitativa das diversas matérias-primas, da capacidade de valorizá-las etc. de um modo que às vezes chegava às raias da arte escultórica.) **Se compararmos esse estágio do trabalho com aquele que o substituiu, a saber, o da manufatura**, na qual o trabalhador **se converteu em “especialista”** unilateral vitalício de um só movimento repetido à exaustão, temos claramente diante dos olhos o **caráter desvalorizador do homem**, próprio do **progresso econômico** (Lukács, 2013a, p. 1016, grifo nosso).

Logo, naquele nascente modo de produção, os seres humanos transformaram-se, a pouco e pouco, em meros instrumentos de produção, partes constitutivas de um trabalhador coletivo que produz objetivando extrair da força de trabalho uma mais-valia que garanta a reprodução ampliada do capital. Como já ressaltamos ao longo do texto, essa dinâmica separou o trabalhador tanto do planejamento quanto da gerência e do próprio produto do trabalho. Vejamos o que Alcântara (2014, p. 50, grifo nosso) nos diz sobre o tema:

Desde o trabalho manufatureiro, embora este constitua, no plano econômico, um progresso em face do antigo artesanato, e enquanto tal desenvolva as capacidades humanas singulares, contraditoriamente, degrada os indivíduos no que eles têm de mais essencial: a construção da sua personalidade. Neste sentido, coisifica-os na medida em que os insere indistintamente no processo de produção enquanto partes constitutivas de uma máquina, e isso, **ao contrário de impulsionar o seu desenvolvimento, simplesmente equaliza homem e máquina como meros instrumentos da produção**, processo no qual o único interesse é a extração da força de trabalho como meio de reprodução deste primeiro modo de produzir efetivamente capitalista.

Aproveitando a citação disposta acima, é importante ressaltarmos que a transformação do ser humano em coisa, portanto a sua **reificação** — lembremos que *res*, em latim, significa “coisa” —, não é uma categoria lateral e conjuntural do processo de reprodução capitalista. Na verdade, expressando-se de diferentes maneiras em função dos distintos contextos históricos, a reificação é uma categoria fundamental e indispensável ao sucesso da acumulação desse modo de produção, estruturado sobre a propriedade privada e o trabalho heterodeterminado (abstrato), constituindo-se, dessa forma, em uma das dimensões da alienação.

Nesse sentido, no capitalismo, as objetivações que dão origem às reificações que empobrecem o espírito do trabalhador são as mesmas que enriquecem a força produtiva social. São deformações socialmente postas que, de maneira contraditória e necessária, explicitam a força produtiva da totalidade em que ocorrem, ao passo que deformam as personalidades. Segundo Marx (2013a, p. 503), na “manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por conseguinte, do capital em sua força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais”.

Sob tais circunstâncias, na medida em que a totalidade social se enriquece, as exteriorizações, mediante seus movimentos de retorno sobre aqueles que trabalham, ganham contornos que aviltam as personalidades, alienando-as. Logo, as personalidades que surgem nesse contexto, a pouco e pouco, perdem a capacidade de entender de maneira ampla os nexos causais da realidade circundante, bem como de se reconhecerem em um mundo criado por elas próprias. A realidade social, portanto, ganha contornos de uma segunda natureza (Lukács, 2003, 2013a), com leis e tendências que, supostamente, são impermeáveis à ação teleológica humana. Orientado por vestígios semelhantes, porém em apologia ao capitalismo, Adam Ferguson, filósofo e historiador liberal escocês do século XVIII, citado por Marx n’*O Capital* (2013a, p. 503), disse o seguinte:

A ignorância é mãe tanto da indústria quanto da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de mover o pé ou a mão não depende nem de uma nem de outra. Por essa razão, as manufaturas prosperam mais onde mais se prescinde do espírito, de modo que a oficina pode ser considerada uma máquina cujas partes são homens (Ferguson, [1782], p. 280, grifo nosso).

Destarte, apresenta-se mais uma vez aquela contradição de fundo: o caráter desigual e combinado entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento dos indivíduos singulares na direção de uma formação *omnilateral*. Afinal, enquanto a divisão sociotécnica do trabalho coloca as condições que ampliam, no geral, as capacidades humanas, exigindo dos trabalhadores a realização de objetivações adequadas às forças produtivas em expansão, impulsiona, igualmente, exteriorizações que retornam e provocam naqueles mesmos trabalhadores a deformação de suas personalidades. Dito isso, é importante salientar que a forma como cada trabalhador reagirá a essa deformação, sempre diante de um arco de possibilidades posto pela realidade, diferirá. Vejamos o que Lukács (2013a, p. 780-781, grifo nosso) nos diz sobre esse traço da alienação:

[...] a escala que vai dos heróis abnegados da luta de classes até os que se submetem apaticamente e os fura-greves pode naturalmente ser exposta em termos estatísticos por meio de uma descrição técnica, mas jamais poderá produzir uma média efetiva. Com efeito, trata-se de uma sumarização social e de um agrupamento de **pessoas que individualmente reagem de modo qualitativamente distinto, muitas vezes até mesmo antagônico, ao modo das suas alienações individuais no trabalho.** O fato de **toda reação individual ter uma base social** que a determina amplamente e ter também as suas consequências sociais **naturalmente não consegue abolir essas diferenças individuais**, mas, ao contrário, **confere-lhe um perfil marcadamente individual (e simultaneamente histórico, nacional, social etc.).**

Em resumo, as objetivações e as exteriorizações cotidianas moldam as personalidades humanas, sendo imanentes tanto à socialização quanto à individuação. Em “condições objetivas desfavoráveis, porém, as exteriorizações podem dar origem a alienações” (Alcântara, 2014, p. 60), que, por seu turno, não afetarão os seres humanos de maneira uniforme. Bem, partindo dessa constatação, pensemos no porquê da centralidade da personalidade quando nos referimos à resistência contextualmente possível às deformações impostas pelo estranhamento: diariamente, as posições teleológicas individuais, por mais que estejam atreladas às possibilidades impostas pela realidade, isto é, pela base econômica e social, no imediato, dizem respeito à vida pessoal, subjetiva. Nesse sentido, a relação com as consequências de um agir teleológico, em um momento inicial, concerne ao indivíduo. A mesma linha de raciocínio vale para a possibilidade de os seres humanos reagirem de maneiras distintas à insatisfação que pode surgir em decorrência de uma vida alienada.

Segundo Lukács (2013a, p. 784-785, grifo nosso):

Sob circunstâncias normais, contudo, **o indivíduo depende só de si mesmo justamente no tocante a essas questões**; se e como uma **insatisfação com a própria vida estranhada**, que eventualmente esteja latente ou que repentinamente aflore à consciência, **se transformará em ação depende, via de regra, predominantemente de ponderações e decisões pessoais**. Isso se refere a **todas as formas do estranhamento**, tanto às que surgem no plano **socioeconômico imediato** quanto às que surgem no plano **fenomênico imediato** (ideológica (religião), **embora também estes e semelhantes modos de estranhamento, por mais remotamente mediados que sejam, estão, em última análise, socialmente fundados**. Porém, talvez nem seja demasiadamente ousado afirmar que, **no caso destes últimos, as decisões puramente pessoais têm mais peso**.

Sem subjetivismos idealistas, considerado o arcabouço teórico apresentado até o momento sobre a necessária e indispensável relação entre individualidade e totalidade social, o revolucionário húngaro também compara a centralidade concedida à decisão individual presente na relação conformada (ou não) com uma vida alienada àquela que perpassa as escolhas éticas, vejamos: “Elas compartilham tal característica com algumas outras decisões alternativas que influenciam imediatamente sobre estas formas de ser; por exemplo, com aquelas da ética [...]” (Lukács, 2013a, p. 783) — em contraponto a outras decisões, como as políticas, em que a sociabilidade objetiva determina de maneira decisiva as posições adotadas no imediato.

De mais a mais, como o autor húngaro nos lembra no trecho supracitado, essa resistência individual pode se dar no que tange tanto às alienações socioeconômicas quanto às alienações religiosas, compostas de momentos ideológicos em que os seres humanos transferem a um ser transcendental as circunstâncias e as consequências da própria ação e da coletividade em que se inserem. Agora, para aprofundarmos as formulações que dizem respeito às alienações socioeconômicas, voltemos à divisão sociotécnica do trabalho.

A divisão do trabalho pode permitir o aprofundamento de certas capacidades singulares, as quais passam a influenciar a constituição da própria personalidade. Segundo Lukács (2013a), a heterogeneidade de capacidades que o ser humano desenvolve ao longo da vida, especialmente, mas não só, com o trabalho, inclina-se a uma unificação, a uma síntese do diverso, marcada por certa uniformidade, certa constância nos tipos e nas formas de resposta aos desafios impostos pelo contexto social.

Vejam os:

Porém, visto que ontologicamente o homem singular constitui um polo fundamental do ser social — o que há muito já sabemos —, exatamente no plano ontológico é inevitável que **essa simultaneidade de tarefas heterogêneas adquira em cada homem singular a tendência para a sua uniformização**, para a sua unificação, para a sua **síntese**. A inevitabilidade ontológica de tal **síntese resulta do simples fato de que cada homem só é capaz de viver e atuar como essência irrevogavelmente unitária**. Uma consideração unilateralmente diferenciadora pode até tentar acomodar os seus **atos práticos singulares em rubricas totalmente distintas e na aparência independentes umas das outras, mas para a sua vida pessoal eles formam uma unidade inseparável**, encontram-se nela em interações recíprocas indissolúveis, exercem, em sua execução e em suas consequências, em suas **repercussões sobre o próprio homem**, uma influência irrevogavelmente **uniformizadora**, ainda que essa influência seja posta em marcha de modo individualizado no plano imediato (Lukács, 2013a, p. 786-787).

Não obstante, apesar dessa inclinação à uniformização das ações de uma dada individualidade, tendo como eixo estruturante as capacidades que surgem do processo de trabalho, é sempre importante salientar que as personalidades que afloram de uma mesma tarefa imposta pela divisão do trabalho não são idênticas. Elas podem possuir “perfis diferenciados, fruto do efeito de retorno das exteriorizações sobre cada um em particular” (Alcântara, 2014, p. 62).

Nessa direção, cada indivíduo, a depender da construção histórica de sua personalidade — aí incluídos o patamar de sociabilidade alcançado, as diferentes experiências acumuladas, entre outras peculiaridades sociais —, pode reagir de uma maneira diferente àquele determinado por relacional objetivação/exteriorização presente no trabalho ou mesmo fora dele. Portanto, não devemos incorrer no erro de imputar uma necessária relação de causa e efeito entre uma dada tarefa do trabalho e um determinado tipo de personalidade dela decorrente. Afinal, assim como no polo da totalidade social, o processo de individuação também se configura como uma síntese de múltiplas determinações.

4.3 Sensibilidade e alienação

Para Marx (2017b) e Lukács (2013a), expressa-se em toda a existência humana o longo e desigual desenvolvimento humano que transforma, pelo trabalho, uma determinada espécie animal em um gênero que se reconhece como tal ou, ainda, que faz com que um indivíduo dessa espécie ganhe características de uma autêntica generidade. Ele não decorre, como pensam as religiões e os idealismos de distintos matizes, de uma necessária explicitação das capacidades “superiores” desse ser, como o pensamento, que tenderiam a reprimir a sensibilidade inferior. Ao contrário, no imediato, esse desenvolvimento ancora-se, de partida, na própria sensibilidade. Isto é, na capacidade humana de ser suscetível aos estímulos sensoriais e, com eles, perceber o meio externo, mediado pelo olfato, pelo paladar, pela audição, pelo tato e pela visão, para então transformá-lo. Segundo Lukács (2013a, p. 791, grifo nosso):

[...] o desenvolvimento do homem até chegar a uma autêntica generidade de modo algum é, como descrevem a maioria das religiões e quase todas as filosofias idealistas, meramente um simples desenvolvimento das assim chamadas capacidades “superiores” dos homens (pensamento etc.) com a simultânea repressão da sensibilidade “inferior”, mas precisa expressar-se no complexo total da existência humana, portanto também — no plano imediato até: antes de tudo — em sua sensibilidade.

Como consequência dessa constatação, podemos afirmar, sem medo de incorrerem em indevidas universalizações, que, em uma sociedade vertebrada pela propriedade privada, pela divisão social do trabalho, pelo capital, por uma incessante luta cotidiana aparentemente individual pela supressão das necessidades do estômago e do imaginário, entre tantos outros obstáculos à explicitação do gênero, a própria percepção sensorial da realidade dos indivíduos que a constituem sofrerá interferências. Afinal de contas, não há como se descolar a sensibilidade humana nem do contexto imediato nem de sua construção histórica.

Além disso, também é importante salientar que a socialização dessa percepção, ancorada no afastamento das barreiras naturais, torna-se possível apenas em um ambiente em que as exigências reprodutivas básicas tenham sido vencidas. Por exemplo, a fome só se torna apetite depois de suprimida a necessidade biológica (Lukács, 2013a, p. 795). Da mesma forma, a relação com o outro só se tornará a própria essência humana objetivada (Marx, 2017b) quando os indivíduos da espécie não forem reduzidos a instrumentos coisificados do processo de acumulação de capital, tendo as suas subsistências garantidas

pelo simples fato de pertencerem ao gênero humano. Segundo a bela formulação marxiana (Marx, 2017b, p. 189, grifo nosso):

A formação dos cinco sentidos é a obra de toda a história mundial anterior. O sentido aprisionado sob a grosseira necessidade prática possui unicamente um significado restrito. **Para o homem que morre à fome, não existe a forma humana do alimento,** mas só o seu caráter abstrato como alimento; poderia igualmente existir na sua forma mais crua e é impossível dizer em que medida esta atividade alimentar se distinguiria da atividade alimentar animal. **O homem esmagado pelas preocupações, necessitado, não tem qualquer sentido para o mais belo espetáculo; o negociante de minerais vê apenas o seu valor comercial,** e não a beleza e a natureza característica do mineral; **encontra-se desprovido do sentido mineralógico.** Assim, **a objetivação da essência humana,** tanto do ponto de vista teórico como prático, **é necessária para humanizar os sentidos do homem** e criar **uma sensibilidade humana correspondente a toda a riqueza do ser humano** e natural.

Seguindo essa linha da investigação, Marx (2017b) ressalva que a capacidade de admirar a beleza natural ou distintos sabores ou sons, depende, inicialmente, de uma garantia mínima de subsistência, além de ser fruto da milenar construção de nossa espécie. É nesse sentido que se constata também na sensibilidade um processo de afastamento das barreiras naturais, ou seja, de socialização, consolidando mais uma dimensão da dinâmica que suprassume a “identidade da identidade” na “identidade da não identidade”. Tal elemento possui desdobramentos para o próprio tempo de lazer, como tivemos a oportunidade de apresentar no terceiro capítulo desta tese.

Não obstante, o que notamos nas sociedades classistas é que a propriedade privada dos meios de produção deforma a vida como um todo, incluída a própria percepção da realidade, na medida em que transforma as objetivações humanas em mercadorias. Como consequência, tanto a ação quanto a relação com o produzido ganham determinações estruturadas sobre a “posse” e o “ter”, estando vinculadas, necessariamente, ao mercado e à sua típica perspectiva utilitarista.

A interposição dessa mediação faz com que tanto a objetivação daquele que produz quanto a fruição daquele que se relaciona com o produzido percam a característica de uma relação direta entre seres humanos. São as coisas que se relacionam por meio dos seres humanos (Lukács, 2003, 2013a; Marx, 2013b), isto é, são as mercadorias que realizam essa mediação entre humanos, ganhando a centralidade da dinâmica. Esse processo encontra-se presente tanto na produção e no consumo de um pedaço de pão,

quanto na produção e fruição de uma peça de teatro ou de uma partida profissional de futebol (pensemos na dinâmica atual do “sócio torcedor”, a título de exemplo).

Sob tais condições, vida humana e propriedade se entrelaçam de tal modo, que se vive pelo “ter”. Portanto, vive-se pela reprodução das respectivas posses: a força de trabalho (mercadoria do trabalhador), as demais mercadorias em-si e o capital (propriedade do burguês). Por esse caminho, os indivíduos são reduzidos paulatinamente a personificações econômicas (Lukács, 2003). Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ao compreender o impacto da propriedade privada sobre os próprios sentidos, Marx (2017b) aproveitou a oportunidade para fazer alguns apontamentos sobre o desenvolvimento da percepção em uma sociedade que não seja mais classista. Vejamos:

A eliminação da propriedade privada constitui, portanto, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas. Mas só é tal emancipação porque os sobreditos sentidos e propriedades se tornaram humanos, tanto do ponto de vista subjetivo como objetivo. O olho tornou-se um olho humano, no momento em que o seu objeto se transformou em objeto humano, social, criado pelo homem para o homem. Por conseguinte, os sentidos tornaram-se diretamente teóricos na sua prática. Relacionam-se à coisa por ela mesma, mas a própria coisa já constitui uma relação humana objetiva a si mesma e ao homem, e vice-versa. A necessidade ou o prazer perderam assim o caráter egoísta e a natureza perdeu a sua mera utilidade, na medida em que a sua utilização se tornou utilização humana. De igual modo, os sentidos e o espírito dos outros homens tornaram-se a minha própria apropriação. Por conseguinte, além dos órgãos diretos, constituem-se órgãos sociais, na forma da sociedade, por exemplo, a atividade em direta associação com os outros tornou-se um órgão da manifestação de vida e um modo da apropriação da vida humana (Marx, 2017b, p. 187-188, grifo nosso).

Segundo o revolucionário alemão, portanto, na medida em que o mercado deixa de ser a mediação que permite o usufruto da produção humana, em decorrência do fim da propriedade privada dos meios de produção, aliado ao surgimento de um trabalho individual que seja associado, livremente, à totalidade da produção social, os objetos tornam-se diretamente humanos: de ser humano para ser humano, sem a intermediação do interesse privado. Apenas nesse contexto, os sentidos e as formulações de outros seres humanos poderão ser apropriados pela espécie em plenitude, superando-se o utilitarismo e colocando-se o desenvolvimento das forças produtivas, especialmente as capacidades humanas (incluídas as sensoriais), como fim em si mesmo.

Ademais, é no âmbito das sociedades classistas que o **egoísmo** se torna um traço estruturante do agir. Na medida em que, no capitalismo, a subsistência não se encontra

garantida de partida, simplesmente por sermos partes constitutivas do gênero, os seres humanos, em constante concorrência com os demais seres da espécie, buscam conquistá-la diariamente. Essa luta de todos contra todos é o solo genético do comportamento egoísta, com rebatimentos que levam à atrofia da própria potência sensorial.

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando por nós é diretamente possuído, comido, bebido, transportado no corpo, habitado etc., numa palavra, **quando é utilizado**. Embora a propriedade privada conceba todas estas formas diretas de propriedade como simples meios de vida, **a vida à qual servem de meios é a vida da propriedade privada — o trabalho e a criação de capital** (Marx, 2017b, p. 187, grifo nosso).

De mais a mais, como já tivemos a oportunidade de salientar ao longo da tese, a contraface da propriedade privada dos meios de produção é o trabalho alienado e abstrato, portanto, heterodeterminado, imposto e parcelar. Foi por esse motivo que Marx (2017b) concluiu, ao analisar a vida do operário inglês, que aquele trabalhador apenas se sentia “livre e ativo” em suas funções animais, tais como comer, beber, procriar, entre outras — atividades, por sua vez, que também compõem o acervo de toda a fauna, e não apenas do ser social, por isso o termo “animalesco” utilizado pelo nosso autor.

Animalesca, ademais, porque, naquela realidade (e atualmente), infirmava-se o potencial humano de não apenas adaptar-se ao meio, mas, principalmente, construí-lo de maneira consciente; de não apenas matar a fome, mas dar um sentido humano ao comer. Essa realidade, portanto, afeta tanto a atividade que nos retira da esfera puramente orgânica, o trabalho, quanto a própria sensibilidade relacionada às atividades vitais.

Chega-se à conclusão de que o **homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais** — comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. — enquanto **nas funções humanas se vê reduzido a animal**. O elemento **animal torna-se humano e o humano animal**. Comer, beber e procriar, etc., são também certamente genuínas funções humanas. Mas, abstratamente consideradas, o que as separa da restante esfera da atividade humana e as transforma em finalidades últimas e exclusivas é o elemento animal (Marx, 2017b, p. 152-153, grifo nosso).

Para Lukács (2013a), a centralidade do “ter” no capitalismo e as alienações decorrentes dessa predominância também se relacionam com aquela contradição que citamos anteriormente: o conflito entre o desenvolvimento das capacidades humanas, em razão do desdobramento das forças produtivas, e a formação das personalidades sociais.

A inadequação do indivíduo ao gênero. Esse conflito gera consequências em todos os aspectos da existência do ser. Segundo Lukács (2013a), a partir de Marx (2017b):

Ele mostra, ao mesmo tempo, que **“o ter” representa, na vida dos homens enquanto indivíduos, uma força motriz determinante para o estranhamento.** Trata-se, nesse caso, igualmente do fenômeno básico que nos ocupa agora, ou seja, do **conflito socialmente originado entre desenvolvimento e desdobramento das capacidades dos homens e a formação de sua personalidade enquanto homem.** É muito importante compreender claramente que esse conflito **se refere à esfera vital inteira** do homem, portanto, **também à vida dos seus sentidos** (Lukács, 2013a, p. 792, grifo nosso).

A deformação da sensibilidade se expressa, por exemplo, na sexualidade. Com base nas pistas apresentadas por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 (2017b), façamos algumas breves formulações sobre esse aspecto da vida social, trazendo elementos que não abordamos no capítulo sobre a reprodução, quando mencionamos essa conhecida passagem do texto supracitado.

Para o revolucionário alemão, a “relação imediata, natural, necessária, do homem ao homem é também a relação do homem à mulher” (Marx, 2017b, p. 181). Tal interação, apesar de sua incontestável importância biológica para o processo de reprodução da nossa espécie, ganha profundos contornos sociais com o desenvolvimento do gênero humano, a ponto de indicar, até mesmo, o grau de sociabilidade de uma determinada formação social.

Dessa maneira, na medida em que os indivíduos, no capitalismo, transfiguram-se em personificações de categorias econômicas — além de estarem imersos em um contexto patriarcal, em que há a predominância da propriedade privada e a coisificação do humano —, a própria mulher passa a ser percebida como “propriedade” do homem, tornando-se mais uma de suas colecionáveis mercadorias. Essa determinação pode ser constatada, a título de exemplo, nos crescentes números de feminicídios, agressões e estupros sofridos pelo gênero feminino, no Brasil e em todo o mundo capitalista.

Vejam, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) — órgão público federal brasileiro criado em 1964 com a finalidade de subsidiar as ações de planejamento para o desenvolvimento econômico e social do país, atualmente vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento —, entre os anos 2009 e 2019, foram

registrados 50.056 (cinquenta mil e cinquenta e seis) assassinatos de mulheres⁸⁰. Apenas no ano de 2018, 4.519 (quatro mil quinhentos e dezenove) mulheres foram mortas, o que significa dizer que houve um feminicídio a cada duas horas. Quanto aos estupros, estima-se que ocorram, aproximadamente, 822 mil por ano. Ademais, segundo essa mesma pesquisa, a mulher negra tem um risco 1,7 vez maior de ser assassinada do que uma mulher não negra, o que indica um recorte de raça e de classe⁸¹ das vítimas. Esse comportamento masculino nos dá pistas sobre o processo de objetificação pelo qual passam as mulheres nessas sociedades.

Ampliando essas reflexões, também é importante salientar que, assim como o processo de humanização tem no trabalho e nas capacidades por ele desenvolvidas elementos indispensáveis à produção subjetiva, a relação com os semelhantes igualmente assume um lugar de destaque na dinâmica do “se fazer humano”. E a relação entre indivíduos mais imediata, ou seja, mais próxima de determinantes biológicos é a própria interação entre homens e mulheres.

Seguindo tais pistas, considerada a dialética entre a parte e o todo, não é de se estranhar que a reprodução de uma formação social assentada sobre o modo de produção capitalista incline-se à valorização do indivíduo consideradas a sua riqueza material, a sua posição social e a sua capacidade de consumir. Nem é de se estranhar que esse paradigma passe a determinar de igual maneira a relação entre homens e mulheres. Acrescido o patriarcado à dinâmica, não à toa, em diversos momentos, a mulher torna-se não uma companheira ou um igual, mas, sim, um símbolo de *status* para o homem.

Nesse sistema, o tipo de mulher que um homem conquista, em termos de beleza, educação, classe social ou até mesmo profissão, pode ser percebido como um reflexo da própria posição social que ele ocupa. Por exemplo, a noção estereotipada de uma “esposa troféu” refere-se à ideia de que homens bem-sucedidos, especialmente aqueles com grande riqueza ou influência, escolhem parceiras principalmente com base em sua aparência física, desconsiderando outros atributos intangíveis, selecionando aquelas que

⁸⁰ Dados disponíveis no “Atlas da violência 2022: infográficos” (IPEA), que pode ser acessado no seguinte endereço: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>.

⁸¹ Sobre a relação entre raça e classe social no Brasil, o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) intitulado “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, elaborado no ano de 2022, destaca, por exemplo, que 79,1% dos proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários (mais de 10 mil ha) são brancos. Ademais, indica que 64,1% da população desocupada é preta ou parda, bem como 65,6% dos trabalhadores subutilizados também se declaram pretos ou pardos. E o mais impactante: entre os 10% com menor rendimento domiciliar *per capita*, 74,8% são pretos ou pardos, ao passo que, entre os de maior rendimento, 71,8% são brancos. Essa pesquisa pode ser acessada no seguinte endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>.

possam ser “exibidas” à sociedade. A imagem dessa mulher que concede *status* a quem a conquista é moldada de distintas maneiras, pela mídia corporativa, pela indústria da publicidade ou pela cultura pop. No entanto, ao fim e ao cabo, o que se tem é objetificação do ser humano.

Ademais, sem falsos moralismos conservadores — mas, sim, constatando um desdobramento na esfera comportamental de uma dinâmica que tem a sua raiz mais profunda na própria matriz econômica de uma sociabilidade submetida à lógica do capital —, no complexo do lazer, a reificação da mulher pode ser constatada, entre outros momentos, nas **saídas noturnas**. Bares, clubes e festas tornam-se palcos para comportamentos que tratam o gênero feminino como mercadoria, reduzindo-o a objeto de desejo e consumo. Um indício desse processo é a categorização e a avaliação a que são submetidas as mulheres em tais espaços, em decorrência de suas roupas, sua maquiagem, seu físico etc. — em uma palavra: a aparência. Essa avaliação superficial é mais uma das expressões da objetificação a que estão sujeitas, tornando-as itens a serem desejados, conquistados ou, até mesmo, adquiridos.

Nessa linha, a indústria do sexo é um outro complexo em que a reificação da mulher (e do homem) se expressa, com rebatimento na própria esfera do lazer. Ampla e diversa, ela inclui a prostituição, o turismo sexual, a produção pornográfica, entre outros elementos. Os impactos que acarreta são inúmeros, desde a exploração e o tráfico humano, em que indivíduos são forçados, enganados ou coagidos a entrar na prostituição — o que inclui situações de trabalho forçado, exploração infantil e outras formas graves de abuso (Borges, 2016; Tráfico, [2022]) —, até a reificação das pessoas.

Como já debatido, a individualidade se expressa na própria relação do sujeito com o mundo, tendo como porta de entrada os órgãos sensoriais e os seus desdobramentos afetivos e intelectivos, o que dá vida e autenticidade ao que poderíamos chamar, depois de Marx (2017b, p. 186-187), de “experiência humana”. Diante disso, não nos surpreende, como dissemos anteriormente, que a concretude da reprodução social capitalista gere profundas deformações na esfera da sexualidade, com consequências para as relações humanas.

Não obstante, se essa interação contém uma dimensão da generidade em-si, vinculada à estrutura da formação social em que ocorre, temos de lembrar, igualmente, que o processo de complexificação da sociedade cria as condições para a expressão também da generidade para-si, ou seja, aquela que se inclina à modelagem de relações

sociais pautadas pela intenção de garantir a explicitação genérica — o que a distancia, no caso da sexualidade, da pura satisfação biológica, e a submete a afetos elevados.

Em outra direção, para que se alcance essa última dimensão, há uma dependência não só de uma determinada estrutura social — constituída pelo tipo de trabalho, por específicas forças produtivas, pelas relações sociais de produção existentes etc. —, mas, igualmente, de consciências que sejam capazes de **escolher**, entre as alternativas concretas, **a tessitura de relações mais humanas** — incluída aquela que nos é imediatamente mais sensível. Vejamos o que Lukács (2013a, p. 796-796, grifo nosso) nos diz sobre esse tema:

Assim como o tornar-se homem acontece objetivamente no trabalho e no desenvolvimento das capacidades produzido subjetivamente por ele somente quando o homem não reage mais de modo animalesco ao mundo que o cerca, isto é, quando deixa de simplesmente se adaptar ao respectivo mundo exterior dado e, por seu turno, **passa a participar de modo ativo e prático de sua remodelação em um meio ambiente humano** cada vez mais social, criado por ele mesmo, **assim também enquanto pessoa ele só pode se tornar homem se a sua relação com o seu semelhante humano assumir formas cada vez mais humanas**, como relações entre homens e homens, e dessa forma se realizarem na prática. **A biologicamente mais imediata e mais irrevogável dessas relações é**, como reconheceu Fourier corretamente, a relação entre **homem e mulher**. **O processo de humanização** nessa área se efetua, como em toda parte — aqui, contudo, de modo singularmente exacerbado —, por duas vias autônomas, mas de múltiplos modos entrelaçadas, da **generidade**, as quais ganha **expressão a identidade última de humanização e socialização** [...].

Na medida em que se submeter passivamente à dinâmica hegemônica de reprodução dessa sociabilidade deforma de maneira ascendente a personalidade tanto daquele que oprime, o homem, quanto daquela que é oprimida, a mulher, encetar um movimento de resistência cotidiana, mesmo que ainda sob a regência do capital, não é irrelevante. Afinal, seguindo as pistas de Engels (1978), por inúmeras vezes ao longo da *Ontologia do Ser Social II*, como no trecho a seguir, Lukács (2013a) salienta a importância da ação individual, ainda que restrita às potencialidades e aos limites do contexto sócio-histórico.

Desse modo, não se põe em dúvida a verdade da constatação universal de que **todo o desenvolvimento rumo à civilização, incluindo a relação entre homem e mulher, costuma se efetuar por meio de formas estranhadas**, ou seja, que uma série de formas de

estranhamento são componentes necessárias do desenvolvimento até aqui e **só poderão ser superadas no comunismo real**. Contudo, **tanto o fenômeno do próprio estranhamento como a importância social e humana das tentativas de superá-lo mudam muito** significativamente de fisionomia dependendo de onde, como, com que intensidade etc. **o ser-estranhado está vinculado com a consciência de que se trata de uma condição indigna** do homem (Lukács, 2013a, p. 798-799, grifo nosso).

Nesse sentido, se pensarmos especificamente no tensionamento possível no âmbito do gênero feminino, a oposição à sujeição e à subalternidade sexual pode ser um fio condutor capaz de dar vazão a contraposições mais amplas no que tange à reprodução social típica desse modo de produção (Alcântara, 2014; Lukács, 2013a). Por esse motivo, o nosso autor ressalta que a luta feminista “deve também visar a própria autolibertação interior” (Lukács, 2013a, p. 817).

Esse embate, segundo o revolucionário húngaro, é uma “declaração de guerra contra a ideologia do ‘ter’, que [...] constitui uma das bases fundamentais de todo estranhamento humano, impossível de ser superado [...] sem um cancelamento radical da sujeição sexual da mulher” (Lukács, 2013a, p. 817); é, por esse motivo, um momento importante da libertação total. Afinal, a atrofia de um dos aspectos naturais (apesar de profundamente social), como a sexualidade, tem potencial significativo de deformação das personalidades.

De toda forma, “é impossível que uma libertação sexual isolada por si só proporcione uma solução autêntica para a questão central da humanização das relações sexuais” (Lukács, 2013a, p. 817). Isso porque uma libertação plena passa necessariamente pela constituição de relações mútuas de seres naturais, socialmente constituídos, que sejam conscientes de que o próprio desenvolvimento humano é tributário de uma relação com o próximo que identifique “humanização e socialização” (Lukács, 2013a, p. 797) — condição inviável em sociedades estruturadas sobre as relações sociais de produção capitalistas.

Por fim, salientamos que a discussão que Lukács realiza sobre a alienação que se expressa na sexualidade, especialmente na *Ontologia do Ser Social II*, demonstra-nos como a contradição entre o desenvolvimento das capacidades em decorrência do incremento das forças produtivas e a constituição de personalidades sociais engloba uma miríade de contradições. Logo, inúmeras determinações podem tanto desenvolvê-las em direção ao gênero humano, à generidade, quanto degradá-las a meras “particularidades burguesas” (Alcântara, 2014, p. 73).

4.4 As reificações humanas e as suas possíveis expressões no lazer

Apresentados alguns elementos que permeiam a alienação, vamos nos ater, nos próximos parágrafos, a uma de suas dimensões constituintes: a reificação e as suas categorias. Pois bem, de início, é importante indicar que, diariamente, a reprodução social se inclina à economicidade, à “lei do menor esforço”, isto é, os seres humanos buscam garantir a própria existência de uma maneira prática e pragmática, em que pesem as distintas particularidades. Nessa dimensão, campeiam a tradição e os conceitos pré-estabelecidos. Segundo Lukács (1966, p. 45), faz “[...] parte da economia necessária da vida cotidiana que, em média, todo o seu ambiente — na medida em que funciona bem — só é coletado e estimado com base em seu funcionamento prático (e não com base em sua essência objetiva)”⁸².

Destarte, as ações cotidianas geralmente se inclinam à imediatividade. Para tanto, são calcadas na fusão da teoria à prática, consolidando um materialismo espontâneo, irrefletido (Lukács, 1966). Por exemplo, ao atravessar a rua diariamente, um transeunte não calcula, com a física e a matemática, a velocidade do carro que se aproxima nem a velocidade que precisa impor aos seus passos. Ele simplesmente atravessa, utilizando-se prioritariamente dos sentidos e das experiências pregressas.

Além disso, com o desenvolvimento das forças produtivas, diariamente entramos em contato com um conjunto cada vez maior de objetivações oriundas de outros seres humanos com as quais nos relacionamos de maneira “coisal” e reificada. Afinal, não controlamos nem mesmo compreendemos o processo histórico que deu origem àquele objeto. Por exemplo, usa-se “uma lâmpada elétrica apertando um botão ao ligá-la ou ao desligá-la e normalmente a ninguém nem de longe ocorreria pensar que estaria pondo em movimento ou interrompendo um processo. O processo elétrico tornou-se uma coisa no quadro do ser cotidiano” (Lukács, 2013a, p. 884).

Isso vale para a nossa relação corriqueira com um motor de carro que acaba de ser ligado, com uma televisão que transmite determinados sons e imagens ou com um celular que encurta o tempo e o espaço, fazendo com que mensagens de texto sejam

⁸² Livre tradução do seguinte texto: “[...] parte de la necesaria economía de la vida cotidiana el que, por término medio, todo su entorno — en la medida en que funcione bien — no se recoja ni estime sino en base a su funcionamiento práctico (y no en base a su esencia objetiva)”.

imediatamente trocadas. Por esse caminho, mais uma vez se manifesta aquela contradição de fundo tantas vezes salientada por Lukács: enquanto o desenvolvimento das forças produtivas impõe o avanço, considerada a totalidade da humanidade, tanto do conhecimento quanto da técnica, na vida cotidiana, individual, decreta-se uma miríade de relações reificadas, tanto sociais quanto aquelas decorrentes da interação com outros objetos produzidos por humanos.

Encontramo-nos, assim, diante da estranha contradição: **o desenvolvimento ascendente da socialidade, de um lado, em parte desenvolve e em parte erradica a reificação no campo do conhecimento**; de outro lado, na própria vida, desde a cotidianidade até as formas ideológicas mais elevadas, produz e reproduz a reificação constantemente em dimensões sempre maiores (Lukács, 2013a, p. 969).

Para Lukács (2013a, p. 884), toda vez que reagimos a um processo histórico, “na produção ou no comércio ou no consumo”, de forma não consciente, ou seja, por um reflexo condicionado, aquela dinâmica torna-se coisificada. Para o autor magiar, tais momentos ideais, sempre vinculados a uma específica materialidade, constituem as **reificações espontâneas e “inconscientes”**. Essas reificações, contudo, não necessariamente pavimentarão o caminho até as alienações.

De toda sorte, quando esses comportamentos sociais inocentes permeiam de maneira profunda o devir diário dos seres humanos, coisificando-o, mais facilmente os indivíduos passam a se adaptar à realidade, considerando-a como “fatos da natureza” (Lukács, 2013a, 885) e, por conseguinte, independente das ações humanas — algo semelhante a uma “segunda natureza” (Lukács, 2013a, p. 155, 196, 336, 337, 411, 509, 516, 726, 989), que seria imune à resistência “espiritual-moral” (Lukács, 2013a, p. 885) do indivíduo. Já essa condição de “impotência”, sim, pode abrir espaço tanto para as reificações autênticas quanto para as alienações propriamente ditas.

Agora, falemos um pouco sobre as **reificações autênticas**. Essas reificações são momentos ideais que, apesar de se conectarem com toda sorte de alienações da sociabilidade burguesa, encontram-se prioritariamente em relação direta com a forma mercadoria e com o seu processo de intercâmbio. Pensemos um pouco a esse respeito. No capitalismo, em função de determinadas relações sociais de produção (propriedade privada dos meios e trabalho abstrato/assalariado), o produto do trabalho humano torna-se uma objetividade fantasmagórica, uma “[...] simples geleia [*Gallerte*] de trabalho

humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (Marx, 2013a, p. 143-144).

Esse trabalho humano abstrato, que prescinde da concreticidade da práxis, como as habilidades de um específico trabalhador, constitui o valor de um produto, sendo mensurado e quantificado de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (Coggiola, 2021; Grespan, 2021). É a partir dele que as trocas ocorrem, pois se trata do único elemento em comum presente em qualquer trabalho, o seu denominador universal. Pelo fato de ser o denominador comum, é ele quem pode garantir a equivalência do processo de troca.

Destarte, no mercado, os seres humanos permutam dispêndio de força de trabalho, “[...] referência tangível para um conjunto historicamente específico de relações sociais” (Grespan, 2021, p. 29), consolidado nos mais distintos produtos. Na imediatividade, porém, não somos capazes de perceber a essência dessa dinâmica e hipotecamos um determinado valor à qualidade da mercadoria — uma televisão, um rádio, um prédio, um foguete ou qualquer outra objetivação humana.

Por esse caminho, a coisa ganha “vida” e as relações humanas, inclusive as de produção, são cobertas por um véu que impede a compreensão, por parte da humanidade, das reais conexões e relações que direcionam o processo de troca. “Sobre essa base [...] brota do intercâmbio de mercadorias, enquanto forma material-espiritual de reprodução da sociedade humana, a reificação propriamente dita, a reificação socialmente relevante [...]” (Lukács, 2013a, p. 886-887). Essa reificação torna-se relevante na medida em que, com o seu funcionamento, o ser humano passa a reificar, a coisificar a própria práxis (Alcântara, 2014, p. 115). Por isso, em decorrência da maneira como essa realidade é refletida nas consciências, Marx utilizou o termo “objetividade fantasmagórica” para caracterizar a forma mercadoria.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (Marx, 2013a, p. 185).

Além do mais, poderíamos supor que, com o desenvolvimento das forças produtivas, associado ao avanço da técnica e da ciência, e com a complexificação da sociedade, tais “véus” seriam retirados. Todavia, a história nos demonstra que, ao sabor da espontaneidade, sem a suprassunção da classe trabalhadora em classe para-si e mantida a dinâmica de intercâmbio de mercadorias, essas reificações ganham contornos ainda mais enraizados na reprodução da vida — fazendo com que os seres humanos se submetam de maneira acrítica tanto às **reificações espontâneas** quanto às **reificações autênticas**. Afinal, as próprias relações de produção existentes impulsionam e exigem certo tipo de comportamento pessoal imprescindível à reprodução em escala ampliada daquelas. Para Lukács (2013a, p. 893, grifo nosso):

[...] **o desenvolvimento na sociedade**, o seu constante tornar-se cada vez mais social, **de modo algum necessariamente reforça a compreensão que os homens têm da verdadeira constituição das reificações** por eles efetuadas espontaneamente. Pelo contrário, **evidencia-se uma tendência crescente de submeter-se acriticamente a esses modos de vida, de apropriar-se deles cada vez mais intensamente**, de modo cada vez mais determinante da personalidade, como componentes **irrevogáveis de cada vida humana**.

De toda forma, o incremento das forças produtivas também cria as condições objetivas para a constituição de individualidades em-si, portanto de singularidades que, ao mesmo tempo que se consolidam no interior das coletividades, reconhecem-se como diferentes dos demais. Entretanto, como já tivemos a oportunidade de demonstrar, essas personalidades surgem profundamente vinculadas à totalidade social, incluídas as suas reificações e alienações.

Não obstante, sem falsos idealismos subjetivistas, como salientado por Lukács (2013a) sobejamente na sua obra de maturidade, não é de menor importância que, na medida em que os indivíduos tenham a possibilidade de compreender o solo genético das reificações que agem cotidianamente em suas vidas, no próprio processo de consolidação de suas personalidades, passem a decidir a favor do aprofundamento dessas alienações ou contra ele. E, ainda, com essa decisão, alterem o seu comportamento diário, em um constante processo de autoprodução, distanciando-se, por exemplo, de práticas que remetam ao transcendente as explicações das ações humanas, imanentemente sociais e terrenais.

Vejamos:

O significado das objetivações [Objektivationen] ideológicas superiores se mede, em termos histórico-universais, exatamente por sua capacidade de agir, influenciando positiva ou negativamente, dando exemplos etc. sobre o comportamento cotidiano do homem. Neste, cada homem singular, enquanto homem singular, precisa decidir-se a favor ou contra o seus estranhamentos em contato direto com outros indivíduos. É por isso que se reveste de importância decisiva o fato ontologicamente fundado da consciência — que brota da práxis e determina a práxis — referente a se o próprio homem, em última análise, no círculo da sua socialidade, cria a sua própria vida, a sua própria personalidade, ou se ele atribui a poderes transcendentais a decisão sobre esse complexo vital (Lukács, 2013a, p. 989-990, grifo nosso).

Se concebermos o conjunto dos elementos já apresentados neste capítulo, não podemos ser acusados de generalizações abstratas por afirmarmos que a reprodução social do modo de produção burguês se encontra, considerados os diferentes complexos do tecido social, travejada por momentos de alienação. Logo, situações em que as práxis sociais são coisificadas e ganham a característica de uma segunda natureza estão presentes nos mais diferentes extratos e classes (Alcântara, 2014, p. 132). Somos cada vez menos senhores da nossa história.

Nessa linha, aprofundando essa dinâmica de reificação, também podemos citar o papel exercido tanto pela divisão social do trabalho quanto pela crescente especialização. Afinal, ambos os elementos fazem com que os seres humanos, em sua grande maioria, submetam-se cada vez mais aos instrumentos de seus trabalhos, reduzindo as suas existências à explicitação dessa divisão. Eis o que Engels nos diz, segundo Lukács (1981, p. 148, grifo nosso):

No Antiduring Engels descreve esse fenômeno em termos inequívocos e o conecta ao desenvolvimento da divisão social do trabalho: **“E não só os operários, mas também as classes que os exploram direta ou indiretamente são submetidos pela divisão do trabalho ao instrumento da sua atividade: o burguês de sórdido espírito miserável ao próprio capital e à própria avidez dos lucros; o jurista aos seus ossificados conceitos jurídicos estéreis que o dominam como um poder que paira sobre si próprios; os ‘extratos cultos’ em geral às múltiplas mesquinhas e unilateralidades do próprio ambiente, à própria miopia física e espiritual, a sua deformidade produzida pela educação imposta segundo uma especialização e pelo aprisionamento por toda vida nesta vinculação da vida natural durante esta própria especialização, mesmo se depois esta especialização é o puro não fazer nada.”**

Para encorpar esse argumento, apresentaremos a seguir um pequeno trecho de “A Sagrada Família” (2011). Antes, porém, é importante indicar que, nessa obra, escrita no final de 1844, Marx e Engels, além de construírem uma forte crítica a Bruno Bauer e seus irmãos, jovens hegelianos (ou hegelianos de esquerda) alemães, começam a delinear alguns conceitos centrais à Teoria Social que ganharia corpo ao longo das décadas seguintes. A título de exemplo, podemos citar a compreensão que surge no texto de que tanto as forças produtivas quanto as relações sociais de produção são os principais motores da história. Outro eixo estruturante presente na obra que seria aprofundado pelos nossos autores nos anos seguintes constata que a consciência e as ideias (incluída a religião) de um contexto estão diretamente relacionadas às condições materiais. Dito isso, em um dado momento, ambos fazem a seguinte observação sobre a alienação no modo de produção capitalista:

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana (Marx; Engels, 2011, grifo nosso).

Destarte, burguesia e proletariado expressam dimensões distintas de um mesmo processo alienante. Enquanto o proletariado é alienado pelo fato de ser explorado e não ter controle sobre o processo e o produto de seu trabalho, a burguesia é alienada na medida em que, apesar de sua posição de mando e apropriação de parte significativa do excedente social, sua existência e seu bem-estar dependem da constante exploração do proletariado e da manutenção das relações capitalistas de produção, o que exige toda sorte de ideologias que justifiquem essa exploração. Não nos esqueçamos que ela também é prisioneira de um sistema que a obriga a competir incessantemente, a acumular mais capital e a expandir a produção, mesmo à custa da própria humanidade (de si e daqueles que ela explora). Ao realizar a mediação entre essa descoberta da Teoria Social e o complexo do lazer, tivemos a oportunidade de indicar os impactos da particularidade classe social no conteúdo e nas distintas possibilidades de fruição do *licere*. Para tanto, ativemo-nos, no terceiro capítulo desta tese, ao estudo de Cinthia Casimiro Pedrão e Ricardo Ricci Uvinha (2017).

De mais a mais, desdobrando aqueles argumentos e considerando o que discutimos no presente capítulo, cabe-nos aqui salientar que, independentemente da classe social, a dimensão da **alienação** estará presente, em maior ou menor medida, tanto na **viagem turística das classes mais abastadas** (seguindo as pistas do consumo de prestígio que discutiremos mais à frente), quanto no tempo destinado às atividades sociais e de ócio dos menos favorecidos. Tais atividades, muitas vezes ao longo da vida da classe trabalhadora, acabam por se transformar em ociosidade, tendo em vista que o desemprego estrutural, típico do modo de produção capitalista, avança na sua dinâmica de constituição de um ascendente exército industrial de reserva⁸³.

Podemos realizar inferências semelhantes ao analisarmos o estudo de Gabriela Varjão Gruber e Edmur Antônio Stoppa, intitulado “O lazer do brasileiro: representações e concretizações nos espaços e equipamentos” (2017). Vejam, em uma de suas constatações, o texto salienta que, em nosso país, 24,3% dos entrevistados praticam **atividades físicas** no tempo liberado do trabalho e de outras obrigações sociais (Gruber; Stoppa, p. 85). Considerada a própria dinâmica de reprodução da sociabilidade capitalista, não é difícil supor que tais práticas estejam travejadas por **dimensões da alienação** — sejam elas despreziosas partidas de futebol com os amigos que, provavelmente, tenderão a reproduzir, a título de exemplo, comportamentos observados no futebol profissional em sua contemporânea dimensão de **espetáculo** (Reis, 2022)⁸⁴, sejam **práticas físicas destinadas à modelagem estética** condizente com os padrões de beleza da sociedade atual e com a lógica do reforço da “particularidade” (Lukács, 2013b, p. 73, 716, 717).

⁸³ “Exército industrial de reserva” é um conceito fundamental no pensamento marxista e refere-se à população de trabalhadores desempregados ou subempregados na economia capitalista. Especialmente n’*O Capital* (2013b), Marx argumentou que o desemprego não é um acidente ou uma aberração temporária no capitalismo, mas, sim, uma característica inerente e necessária ao sistema. Afinal, ele serve para regular os salários e a exploração da força de trabalho. Isso porque, sempre que houver uma abundância de mão de obra disponível, os salários tendem a permanecer baixos, em decorrência da competição entre os trabalhadores por empregos. De mais a mais, vale salientar que, historicamente, o capitalismo tem uma natureza cíclica, passando por períodos de expansão e retração (que se tornam cada vez mais agudas). Durante a expansão, temporariamente o desemprego pode diminuir à medida que as empresas contratam mais trabalhadores. Contudo, ao longo dos períodos de retração (cada vez mais frequentes), as empresas demitem trabalhadores, expandindo novamente o exército industrial de reserva. Por fim, vale salientar que tal categoria não é homogênea, podendo ser dividida em diferentes segmentos, como os desempregados de longa duração, aqueles que estão temporariamente fora do trabalho e aqueles que trabalham em tempo parcial ou em empregos precários, mas desejam trabalhar por mais tempo.

⁸⁴ Em sua tese de doutorado, apresentada em 2022 ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, Reis investigou o “ser” (social) do futebol-espetáculo e sua correspondente economia política no contexto tardio do capitalismo.

Ademais, compreendida a alienação sob a perspectiva da inadequação do indivíduo ao gênero, logo da não expressão no polo singular de uma complexidade já existente em âmbito universal e genérico, provavelmente essas práticas não explicitarão o potencial da cultura corporal historicamente produzida pela respectiva formação social. Isso porque, em decorrência tanto da limitação das possibilidades oferecidas pelo poder público (cada vez menor para as políticas sociais e mais abrangente para o processo de acumulação de capital) de realização de distintas práticas, como esportes, jogos, lutas, educação estética, danças etc., quanto da própria transformação dessas práticas em mercadorias, amplia-se a dificuldade de circulação daquela cultura, levando à não absorção, por parte das individualidades sociais, do coetâneo potencial genérico.

Pois bem, esses argumentos mais uma vez reforçam a constatação de que a alienação, necessariamente, encontra-se imbrincada a “uma estrutura econômica socialmente determinada” (Alcântara, 2014, p. 138), sendo indissociável do nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção que a ela são inerentes. Essa estrutura se desdobrará em uma totalidade social — conforme indicamos no item sobre modos de produção e no próprio capítulo sobre a reprodução social — que é depositária de certos elementos de continuidade, como a alienação. Por seu turno, tais componentes se expressarão em diferentes espaços e de distintas maneiras — sempre ressaltando, como já dissemos algumas vezes, conforme Lukács (2013a), que, dentro de certos limites estabelecidos pelas possibilidades do contexto, a práxis social pode fazer com o indivíduo tensione esse estado de alienação.

Tal indicação nos dá a oportunidade de aprofundar o argumento no seguinte sentido: o desenvolvimento das forças produtivas, quando descolado de uma ação teleológica coletiva que leve à revolução do próprio modo de produção, não é capaz de retirar da humanidade as raízes ontológicas do estranhamento. Isso porque, por maior que seja o recuo das barreiras naturais, fruto do incremento daquelas forças, o que surge desse movimento, como já demonstramos ao longo da tese, é uma generidade em-si. Logo, a dinâmica capaz de nos levar a uma síntese superior, a uma generidade para-si, demanda uma ação política dos indivíduos socialmente organizados, especialmente com base em suas classes sociais.

Caso tracemos uma linha entre o lazer e essa ação consciente e política na direção de uma generidade para-si, considerados os limites do próprio complexo, poderíamos concluir que uma teleologia subsumida a tal dinâmica teria de ensejar um *licere* que superasse a mera distração ou recreação. Para tanto, entre outros elementos, essa ação

política haveria de ter como princípio estruturante possibilitar aos seus participantes um envolvimento crítico que transcendesse a trivial fruição, permitindo-lhes, também, produzir, coletivamente e com base na própria realidade social, o conteúdo da atividade lúdica⁸⁵. Ao discorrer sobre a categoria “lazerania”, Mascarenhas (2005) nos trouxe algumas pistas interessantes sobre o tema, por exemplo, ao ressaltar a importância da autodeterminação, mesmo que ainda nos limites de um reformismo que não toque necessariamente nas questões estruturais. Vejam:

Distante da noção que restringe o lazer ao prazer e gozo individual de objetos de fruição disponibilizados no mercado, a lazerania requer participação, pois objetiva **o exercício do poder a partir da sociedade civil organizada** articulando-se à capacidade dos “de baixo” — isto é, dos setores populares — de se impor e de se **autodeterminar** (Mascarenhas, 2005, p. 250, grifo nosso).

Se, a supressão tanto da classe quanto da genericidade de sua dimensão em-si à sua expressão para-si demanda não apenas as **teleologias** primárias, mas, de igual maneira, aquelas denominadas por Lukács de **secundárias** (2013b, p. 83, 105, 153, 161, 289, 358, 668), entendimento análogo vale para a possibilidade de se consolidar um complexo do lazer despido de seus aspectos funcionalistas e/ou mercadológicos. Assim, podemos afirmar que apenas as forças sociais consolidadas em classe para-si e com um considerável grau de consciência das questões estruturais serão capazes de dar concretude não só aos momentos reformistas, como os citados nos parágrafos acima (“lazerania”),

⁸⁵ No Brasil, especialmente no âmbito da União, um exemplo de política pública voltada ao lazer que buscou se estruturar com a participação popular foi o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. Criado em 2003, no primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, o programa viveu até 2015, portanto durante os governos Lula I (2003 a 2006), Lula II (2007 a 2010), Dilma I (2011 a 2014) e o início do segundo mandato da presidenta (2015). No terceiro governo Lula, especialmente no ano de 2023, foi retomado, após oito anos de interrupção. Em linhas gerais, o PELC promovia (e promove) ações de esporte, recreação e lazer para os cidadãos, sob uma perspectiva de convivência social e de formação da cidadania. Entre as suas características principais, podemos citar: **(I) a universalidade** — o PELC visa atender a todos os cidadãos, independentemente de idade, gênero ou condição física; **(II) a integração comunitária** — uma das propostas do programa é promover a integração entre diferentes segmentos da comunidade, fortalecendo laços sociais e promovendo a paz e a cidadania; **(III) a diversidade de atividades** — o programa contempla uma variedade de atividades que vão desde esportes tradicionais, como futebol e vôlei, até atividades culturais e recreativas, como danças, jogos e brincadeiras; **(IV) a formação** — para garantir a qualidade das atividades e a segurança dos participantes, o programa prevê a formação continuada de profissionais e gestores envolvidos, qualificando-os para planejar e executar as ações propostas; **(V) a descentralização** — o PELC visa atuar em diferentes territórios, desde áreas urbanas densamente povoadas até regiões rurais e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas; **(VI) a participação da comunidade** — o programa estimula que as próprias comunidades participem ativamente das decisões, desde a escolha das atividades até a gestão dos núcleos; **(VII) a infraestrutura** — apesar de muitas atividades serem realizadas em espaços abertos sem infraestrutura específica, o PELC também prevê a requalificação e o uso de espaços públicos, como praças, ginásios e quadras.

como, também, aos revolucionários, especialmente nas quadras históricas em que as relações sociais de produção entrarem em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas.

4.5 Notas sobre a reificação e a alienação para Lukács no texto “História e Consciência de Classe – HCC”

Em que pese a necessidade de interpretá-lo à luz do seu tempo e considerando a particularidade do capitalismo que se expressava naquele contexto, Lukács, em um clássico texto intitulado *História e Consciência de Classe – HCC* (2003) — obra que retrata uma importante síntese do filósofo e revolucionário húngaro no início da década de 20 do século passado, especialmente em 1923, momento em que as suas elaborações ainda apresentavam fortes traços hegelianos⁸⁶ —, disponibiliza-nos interessantes formulações para adensarmos a compreensão da reificação e da alienação. E, na medida em que ambas se tornam dimensões que se expressam em distintos momentos e espaços de uma sociedade capitalista moderna, incluídas as práticas de lazer, é de bom tom nos debruçarmos um pouco mais sobre as suas determinações.

De início, há que se ressaltar que, no momento de sua publicação, o trabalho recebeu duras críticas de intelectuais de diversas vertentes da Internacional Comunista, tendo sido tachado, especialmente, de um retrocesso idealista. Pois bem, tais críticas, aliadas ao desejo de Lukács de permanecer vinculado ao movimento comunista internacional, fizeram-no renunciar à obra, de modo que o autor não permitiu novas edições até a década de 60 do século passado — embora cópias não autorizadas circulassem tanto em alemão quanto em francês.

Em 1967, após um longo período sem reedições, Lukács autorizou uma nova tiragem, contudo fez uma exigência: que ela fosse acompanhada de um prefácio escrito por ele próprio. Nesse prólogo (2003), Lukács tocou em questões candentes, como as circunstâncias da criação do livro e a recepção crítica que recebeu. Eis algumas das ideias apresentadas pelo autor na referida introdução.

⁸⁶ Esses traços levaram, por exemplo, a uma compreensão teleológica da histórica — segundo a qual o comunismo seria o resultado necessário do devir —, bem como a uma identidade entre o sujeito e o objeto expresso na função social desempenhada pela classe trabalhadora.

- **Autocrítica e reavaliação:** Lukács reconhece algumas das críticas feitas à sua obra, em um sincero processo de autoavaliação. Nesse sentido, admite, por exemplo, a presença de elementos “dogmáticos” e “não dialéticos”.
- **Contexto histórico:** Lukács enfatiza que “História e Consciência de Classe” foi escrito em um momento de grande turbulência política e social. A Revolução Russa de 1917 e a situação na Hungria, particularmente a Revolução de 1919, tiveram uma profunda influência sobre o seu pensamento.
- **Rejeição ao idealismo:** no prefácio, Lukács reafirma sua oposição ao idealismo, defendendo o materialismo dialético como a abordagem correta de uma teoria social.
- **A natureza da consciência de classe:** Lukács rediscute o conceito de “consciência de classe”, reconhecendo certa unilateralidade em sua abordagem original.
- **Legado e influência:** finalmente, Lukács reflete sobre o impacto de “História e Consciência de Classe” no pensamento marxista e na teoria social mais ampla, reforçando que, apesar de suas falhas, o livro teve um impacto duradouro e significativo.

O prefácio de 1967 é uma peça fascinante, pois permite ao leitor ter contato com um intelectual maduro refletindo criticamente sobre uma de suas obras mais influentes, reconhecendo suas falhas e limitações, enquanto ainda reconhece o seu valor. Dito isso, façamos um pequeno percurso por “História e Consciência de Classe” (2003), especialmente pelo capítulo dedicado à “Reificação e à Consciência do Proletariado” (Lukács, 2003, p. 193). Ao longo do tópico, traremos outras fontes capazes de adensar a escrita e o entendimento. De toda sorte, pretendemos, ao cabo desta parte da tese, apresentar alguns elementos que podem nos auxiliar, na esteira dos demais itens deste capítulo, a entender a reificação, a alienação e os seus impactos no complexo do lazer.

No capítulo supracitado, inicialmente, Lukács (2003, p. 194) salienta o caráter estruturante que assume a **mercadoria** e o fetichismo a ela inerente, na reprodução social do modo de produção capitalista. Afinal, no momento que a produção passa a ter como

objetivo final o valor-de-troca — e essa característica se generaliza por todo o tecido social, transformando-se em elemento típico da sociabilidade —, segundo o nosso autor, há uma mudança de qualidade na própria dinâmica da reprodução.

Isso porque, diferentemente daquelas sociedades voltadas à produção de valores-de-uso — nas quais as trocas se limitam apenas aos produtos que extrapolavam as necessidades imediatas dos indivíduos e das coletividades —, as sociedades ancoradas na produção hegemônica de valores-de-troca tendem a moldar a realidade, subjetiva e objetivamente (Lukács, 2003, p. 200), à imagem e semelhança daquele elemento estruturante, ou seja, da mercadoria.

Nesse contexto, a totalidade da vida, o conjunto das “manifestações vitais” (Lukács, 2003, p. 196), reduz-se àquele aspecto: das relações sociais às práticas de lazer, da força de trabalho aos alimentos. Nada é capaz de subverter a inclinação autoexpansionista de redução do humano à coisa, do humano à mercadoria. E o capitalismo moderno, por seu turno, consolida-se como a forma de sociabilidade que melhor dá vazão a esse processo.

Bem, para o correto entendimento dessa nova qualidade — um elemento de continuidade, logo essencial — que surge na reprodução das atuais sociedades capitalistas, é necessário fazermos um pequeno preâmbulo, com um alto nível de abstração, de tal sorte que tangenciemos uma particular transformação histórica, qual seja: aquela que se encontra presente na modificação do artesanato do período medievo na indústria moderna. Por que essa mudança nos interessa? Especialmente porque, na referida transição, perceberemos um crescente processo de **racionalização, mecanização e burocratização** da vida que transbordará os limites do próprio trabalho e se apossará de parte significativa da reprodução, moldando objetiva e subjetivamente a realidade, a ponto de, entre outros elementos, facilitar a predominância da forma mercadoria.

Vejam, como tentamos demonstrar ao longo da tese, a evolução das formas de produção reflete, em linhas gerais, a própria história da humanidade. Dessa maneira, ao historicizarmos a dinâmica de formações sociais concretas, considerando suas forças produtivas e as respectivas relações sociais de produção colocadas em movimento na busca pela supressão das necessidades e dos desejos da coletividade, alcançamos indícios importantes para a compreensão de outros elementos que constituem um determinado todo articulado, como a cultura, o tipo de Estado que garante a reprodução, a ideologia dominante etc.

Em vista disso, passear, mesmo que de maneira geral, pela dinâmica de transformação do artesanato em indústria lançará luz sobre a gênese de determinações ainda presentes em nosso cotidiano que nos auxiliam a entender, por exemplo, traços da reificação e da alienação. Há que se salientar que alguns dos elementos que apresentaremos a seguir já foram abordados no capítulo destinado à reprodução social com base em Lukács (2013a) e também no capítulo sobre o lazer, especialmente na seção em que discutimos a relação das sociedades com o tempo. De toda sorte, agora, pretendemos fazê-lo adensando às formulações de outrora descobertas presentes no início da trajetória lukacsiana. Quem sabe, por esse caminho, não conseguimos trazer novas camadas de reflexão ao tema?

De pronto, é importante sublinhar que o movimento que levou ao surgimento do modo de produção burguês foi marcado por grandes saltos qualitativos. Esses saltos sempre estiveram ancorados em inovações tecnológicas que levaram a alterações significativas das próprias relações sociais de produção. Destarte, do artesanato, passando pela cooperação, pela manufatura e, por fim, chegando à indústria, a reprodução social se modificou de maneira substantiva.

Observem, o **artesanato** é uma das formas mais antigas de produção. Caracterizado pela produção manual, ele tem no artesão o único responsável por todas as etapas do processo, desde a seleção da matéria-prima até a venda do produto. As ferramentas são simples e a produção é feita sob medida, de acordo com as necessidades específicas. Típico de sociedades pré-capitalistas, tinha (e tem)⁸⁷ uma produção limitada, voltada principalmente para o consumo local.

Não obstante, a complexificação das sociedades europeias no período denominado de Baixa Idade Média (séc. XI ao séc. XV d.C.)⁸⁸, que, no decorrer de um longo processo,

⁸⁷ É importante ressaltar que o devir humano não é linear nem teleológico, mas, sim, desigual e combinado. Assim sendo, é fundamental termos em mente que processos de trabalhos artesanais ainda podem se fazer presentes de maneira subordinada, mesmo no interior de sociedades industrializadas.

⁸⁸ A Baixa Idade Média, que se estende aproximadamente do século XI ao XV, representa a segunda metade da Idade Média e é marcada por diversas transformações que contrastam com a fase anterior, a Alta Idade Média. Entre as características desse período, podemos citar: **(I) reavivamento econômico** — a Baixa Idade Média testemunhou o renascimento do comércio e da agricultura, o que incluiu o desenvolvimento de feiras e o surgimento de cidades mercantis, especialmente na Itália e nas regiões do norte da Europa; **(II) urbanização** — com o renascimento comercial, houve um aumento no desenvolvimento urbano, de maneira que cidades anteriormente pequenas ou abandonadas começaram a crescer em tamanho e importância, tornando-se centros de comércio e artesanato; **(III) surgimento das universidades** — a educação e o conhecimento começaram a florescer novamente, levando ao surgimento das primeiras universidades, como as de Bolonha, Oxford, Paris e Lisboa (posteriormente transferida para Coimbra); **(IV) Cruzadas** — no contexto religioso e militar, as Cruzadas foram expedições lançadas pelos cristãos da Europa Ocidental para recuperar a “Terra Santa” do domínio muçulmano; esses movimentos tiveram profundas consequências culturais, econômicas e políticas; **(V) formação dos Estados nacionais** — a

levaria à transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, impôs a necessidade de um incremento produtivo. Como consequência, surgiu, naquele contexto, a **cooperação** (Marx, 2013a). Nela, já sob o mando dos primeiros “capitalistas” (donos das matérias-primas e dos instrumentos de produção), diferentes artesãos “executavam os trabalhos encomendados”, atuando “em seus domicílios” (Coggiola, 2021, p. 44). Posteriormente, tais artesãos foram reunidos em um mesmo espaço. De todo modo, nessa etapa, o processo de trabalho ainda se mantinha artesanal, visto que cada trabalhador processava a totalidade do produto, “desde a primeira até a última fase” (Coggiola, 2021, p. 45).

A partir do século XV, ao acomodar e superar a cooperação, a **manufatura** (Marx, 2013a, p. 475) representou um salto qualitativo na produção, se considerarmos a capacidade total de produção de riqueza de uma dada formação social. A produção passou a ser dividida em tarefas específicas, sendo cada trabalhador, no interior da oficina ou da fábrica, responsável por uma etapa do processo, o que permitiu o aperfeiçoamento das ferramentas. Ao contrário da cooperação, que ainda mantinha um caráter artesanal, a manufatura introduziu uma ascendente **racionalização**. Esse processo de trabalho levou a especialização dos trabalhadores a um patamar inaudito, criando as condições para o surgimento da produção em massa. Para Coggiola (2021), a manufatura correspondeu “a uma maior divisão do trabalho no interior da oficina ou da fábrica, consecutiva a um aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho” e acarretou “uma maior especialização do trabalhador” (p. 45).

No século XVIII, com a **Revolução Industrial**, a produção manufatureira foi substituída pela produção industrial. As máquinas, *a priori*, tendo o vapor como fonte de energia, revolucionaram o processo. Um grande **aparato**, inicialmente mecânico e depois elétrico, passa a consolidar (e controlar) uma série de ferramentas que trabalham de maneira simultânea (Coggiola, 2021). Consequentemente, o trabalho manual foi

Baixa Idade Média testemunhou a formação dos primeiros estados nacionais europeus, particularmente em Portugal, na França, na Inglaterra e na Espanha; as monarquias começaram a centralizar o poder, reduzindo a influência de senhores feudais; **(VI) crises** — o período também foi marcado por diversas crises; a Grande Peste, por exemplo, dizimou grande parte da população europeia no século XIV; houve, de igual maneira, importantes conflitos, como a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra; **(VII) declínio do feudalismo** — ao longo dessa época, o sistema feudal começou a declinar, em parte devido ao crescimento do comércio e das cidades e ao fortalecimento das monarquias nacionais; **(VIII) avanços na tecnologia e navegação** — o final da Baixa Idade Média também presenciou avanços tecnológicos, como a invenção da prensa móvel por Gutenberg e os aperfeiçoamentos na navegação, preparando o cenário para as grandes explorações geográficas da Era Moderna; **(IX) questionamento da Igreja** — a influência da Igreja Católica começou a ser questionada, levando a movimentos como o da Reforma, que ocorreria no início da Idade Moderna, cujas sementes já eram visíveis nesse período.

substituído pelo maquinário, permitindo a realização de tarefas repetitivas de maneira rápida e eficiente. Por esse caminho, a **racionalização** da produção alcançou o seu ápice, dando origem à linha de montagem e à produção em larga escala.

A indústria, por seu turno, transformou as relações sociais, urbanizou as sociedades e impulsionou o crescimento econômico. Essa **racionalização crescente**, observada na transição do artesanato à indústria, refletia a busca do modo de produção nascente por eficiência, especialização e aumento da produção. Cada etapa desse processo trouxe consigo inovações tecnológicas e mudanças sociais, moldando a sociedade e a economia de maneiras profundas e duradouras.

Realizada essa pequena digressão, temos agora condições de retornar ao texto de Lukács, escrito em 1923, e compreender o porquê de, naquela obra, o revolucionário húngaro salientar que **a racionalização e a burocratização** (heterodeterminação) da vida presentes no modo de produção burguês têm o seu solo genético no **trabalho** (Lukács, 2003, p. 201). Tal dinâmica, de igual maneira, leva ao contínuo apagamento das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador, isto é, o seu **trabalho concreto**, reduzindo-o ao dispêndio de força física e mental que possa ser socialmente mensurada, o **trabalho abstrato**.

Uma pequena ressalva: no tópico deste capítulo em que discutimos as reificações, especialmente ao discorrermos sobre as **reificações autênticas** com base na *Ontologia do Ser Social* de Lukács (2013a), tivemos a oportunidade de realizar uma primeira aproximação do tema que trataremos a seguir. Dessa forma, mais uma vez, peço licença ao leitor para adensar a discussão, desta feita buscando mediá-la com trechos do texto de 1923 do revolucionário e intelectual húngaro (Lukács, 2003).

Vamos lá: no capitalismo, a prática que nos distingue dos demais animais, tornando-nos seres sociais, reduz-se, como demonstramos em alguns trechos da tese, à forma **mercadoria**. Sob o invólucro da mercadoria, o trabalho ou a **força de trabalho** passa a ser um simples meio de subsistência, fonte de desefetivação humana. Isso porque, na medida em que o trabalhador não detém os meios de produção, ele acaba por se afastar do planejamento (que fica a cargo do detentor da propriedade), da gerência do processo (que lhe é imposto por outrem) e do próprio destino do produto que é fruto de sua ação (pertencente ao capitalista). Por esse caminho, o agente entra em contradição com a atividade vital que nos constitui como gênero, o que leva, no limite, a um estranhamento de si mesmo.

Nos termos do professor Ricardo Antunes (2011, p. 80, 122), seguindo as pistas

de Marx (2004): a “efetivação do trabalho, portanto, é sua própria situação de desefetivação”, ou seja, trata-se de uma “efetividade que se configura como perda, que o trabalhador se desrealiza, se desefetiva e se estranha no processo de trabalho”. Sob essas condições, o ser humano torna-se mais um elemento presente na produção, tal qual a máquina, a energia utilizada, as matérias-primas etc., descartável como todas as demais (Lukács, 2003, p. 203-204). Para Marx (1978, p. 293, 299, grifo nosso):

Meu trabalho seria livre projeção exterior de minha vida, portanto desfrute de vida. Sob o pressuposto da propriedade privada (em troca) é estranhamento de minha vida, posto que trabalho para viver, para conseguir os meios de vida. **Meu trabalho não é vida**. [...] Uma vez pressuposta a propriedade privada, **minha individualidade se torna estranhada** a tal ponto, que **esta atividade se torna odiosa**, um suplício e, mais que atividade, aparência dela; por consequência, é também uma **atividade puramente imposta** e **o único que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca e acidental, não a necessidade interna e necessária**.

Como desenlace dessa realidade, surgem duas categorias que aprofundam a alienação no capitalismo: o **fetichismo da mercadoria** e a **“coisificação” das relações sociais** (Marx, 2013a, p. 221). Isso significa que, no capitalismo, as coisas (mercadorias) ganham vida, e os seres humanos se transformam em coisas. Pensemos um pouco a esse respeito: mesmo que os seres humanos não saibam, no mercado eles trocam mercadorias valoradas segundo o tempo de trabalho socialmente necessário às suas respectivas produções, sob condições normais (Marx, 2013a). Afinal, a quantidade dispendida de trabalho, mensurada em tempo, é o único elemento presente em todas as mercadorias, logo o seu denominador comum.

Caso nos apegássemos à utilidade dos produtos como elemento garantidor da equivalência da troca, estaríamos em um beco sem saída, já que, a depender do contexto, um saco de arroz é tão útil e necessário quanto uma garrafa de água ou um carro. Dessa forma, a utilidade não pode ser considerada a característica capaz de garantir uma troca proporcional. Ainda que o valor de uso de um objeto seja um pré-requisito à sua expressão como mercadoria, não é a utilidade em si que determina o seu valor de troca.

Dito isso, também há que se ressaltar que uma terceira mercadoria, o **dinheiro** — que, no capitalismo, assume distintas funções, em decorrência da própria dinâmica de complexificação desse modo de produção, tais como: medida de valor, meio de circulação, reserva de valor (tesouro), meio de pagamento e capital (Marx, 2013a) —,

realiza a mediação entre os produtos, facilitando a sua circulação.

Em linhas gerais, essas funções poderiam ser assim descritas:

- **medida de valor:** o dinheiro serve como a unidade padrão de medida para o valor das mercadorias⁸⁹. Ou seja, o valor de uma mercadoria é representado pela quantidade de dinheiro pela qual ela pode ser trocada, que, por seu turno, indica o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (Marx, 2013a, p. 209). Essa função do dinheiro permite a comparação dos valores de diferentes mercadorias;
- **meio de circulação:** nesta função, o dinheiro facilita a troca de mercadorias (Marx, 2013a, p. 231). Quando mercadorias são trocadas, elas são primeiro transformadas em dinheiro (vendidas) e depois o dinheiro é transformado novamente em outras mercadorias (compradas). Essa dupla transformação — de mercadorias em dinheiro e depois novamente em mercadorias — caracteriza a circulação M – D – M (mercadoria – dinheiro – mercadoria);
- **entesouramento ou reserva de valor:** o dinheiro pode ser guardado e mantido para uso futuro. Nesse sentido, atua como uma reserva de valor (Marx, 2013a, p. 248);
- **meio de pagamento (Marx, 2013a, p. 248):** isso se torna particularmente relevante com o desenvolvimento de sistemas de crédito e obrigações financeiras. Aqui, o dinheiro é usado para liquidar dívidas. Por exemplo, quando um empréstimo vence, o devedor paga ao credor usando dinheiro;
- **capital universal:** em sua forma de dinheiro, o capital pode ser facilmente movido de um investimento para outro, adaptando-se às mudanças nas condições de mercado. Assim, o dinheiro serve como uma forma de capital que pode ser universalmente aplicada;

⁸⁹ Em outro momento da tese, já apresentamos a diferença entre valor e preço.

- **dinheiro como capital-dinheiro:** na forma desenvolvida do capitalismo, o dinheiro pode ser usado para gerar diretamente mais dinheiro, por meio de empréstimos, juros e outras formas financeiras, bem como mediante o processo produtivo (Marx, 2013a, 271).

Assim, na imediatividade do cotidiano burguês, dada “a prevalência do trabalho abstrato em relação ao trabalho concreto, tem-se [...] o afloramento do caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria, que encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho” (Antunes, 2011, p. 124). Na empiria diária, aquela etiqueta com o **preço** de um produto qualquer disposto em uma gôndola de supermercado aparentemente nos **apresenta qualidades da própria coisa**, não nos remetendo ao esforço humano presente em cada um dos produtos ou às relações sociais que possibilitaram a sua produção (Marx, 2013a, p. 143-144).

Seguindo tais pistas, Coggiola (2021) sublinha que o “fetichismo da mercadoria consiste no fato de que, para os produtores, as relações de troca existem e se realizam por características intrínsecas às próprias mercadorias” (p. 105). Dessa maneira, os **seres humanos**, insumos do processo de produção, transformam-se em **coisas**, em decorrência do aparente apagamento das ações humanas, e as **coisas (mercadorias)** ganham vida própria. Eis aí as categoriais do **fetichismo das mercadorias** e da **coisificação das relações sociais** (Alves, 2006; Antunes, 2011; Marx, 2013a). Sob essa concretude de subsunção do humano às coisas, que nos reduz a guardiões de nossas respectivas mercadorias (força de trabalho, meios de produção, capital etc.), dificilmente percebemos o fato de sermos parte movida, mas, também, movente da nossa história.

Apresentadas as categorias supracitadas com novos elementos, não explicitados no item deste capítulo destinado à “reificação”, retornemos ao debate sobre a **racionalização** e a **burocratização** da vida feito pelo filósofo magiar em sua obra *HCC* (2003). Observem: na medida em que, na sociedade capitalista, o cálculo racional do tempo médio socialmente necessário de trabalho ganha centralidade no processo de produção (Lukács, 2003, p. 200-201) e considerando a importância assumida pelo trabalho no processo de reprodução social, a **racionalização** objetivamente calculável que advém do processo de trabalho tende a pautar todo o “complexo de complexos” (Lukács, 2013a, p. 213, 264, 328, 338) que se consolida a partir de então.

Um pequeno parêntesis: caso analisássemos a expressão dessa **racionalização** na esfera do lazer, poderíamos destacá-la, entre outras: na dinâmica de **mercantilização** de suas práticas (parques temáticos, espetáculos, atividades esportivas vendidas no mercado etc.); na **automação e na tecnologia** presentes no tempo e no espaço em que a cultura do lazer se expressa, desde a automação de parques de diversões, passando pela implementação de tecnologias de realidade virtual, os jogos de videogame, até a função desempenhada pelos aparelhos telefônicos e pelas redes sociais na fruição do tempo de lazer; na **padronização de experiências**, decorrente da oferta, por parte das empresas, de produtos e serviços previsíveis, o que leva à uniformização das vivências, como os restaurantes de “comida rápida” (*fast food*) que disponibilizam o mesmo cardápio em todo o mundo; no **turismo de massa**, em que grandes empresas do setor oferecem pacotes de viagem padronizados; ou, até mesmo, na **programação rigorosa das atividades** realizadas no tempo livre, de tal sorte que a **eficiência** esteja presente na própria busca de maximização do tempo disponível.

Voltando à análise do quadro mais amplo, é importante indicar que, em uma conjuntura em que o ser humano se torna apêndice da máquina e do processo de produção massificada de mercadorias, a pouco e pouco, a **especialização** também se converte em mola propulsora do devir (Lukács, 2003, p. 202). Vejam, embora a especialização que se expressa no capitalismo do início do século XX seja, sem dúvida, distinta da presente nos dias atuais, ela permeia ambos os contextos. Por conseguinte, a complexificação da produção, estruturada com base em uma intrincada divisão social do trabalho, faz com que o nível de compreensão do processo produtivo total seja cada vez menos plausível.

Ademais, a própria relação do produtor com esse processo social total da produção humana, na medida em que inexiste uma regulação direta, passa a ser feita por meio das coisas, dos produtos do trabalho, portanto é mediada pelo mercado (Coggiola, 2021). Logo, imersas em **processos calculados, racionalizados e especializados**, além de heterodeterminados, as relações humanas se ancoram, de maneira crescente, no imediatismo, no utilitarismo e no pragmatismo. Segundo Lukács (2003, p. 203-204, grifo nosso):

O homem não aparece, nem objetivamente, nem em seu comportamento em relação ao processo de trabalho, como o verdadeiro portador desse processo; em vez disso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já se encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e a cujas leis ele deve se submeter.

Um cotidiano vertebrado por essas características dá vazão a **personalidades que não se reconhecem como protagonistas do processo social total** e consolida uma ampla massa de “espectadores” da história, que lhes é cada vez mais estranha (Lukács, 2003, p. 205). Esses traços atingem a universalidade da classe trabalhadora (Lukács, 2003, p. 206-207), apesar de algumas nuances decorrentes do tipo de trabalho exercido, e atingem os próprios donos dos meios de produção.

Dessa maneira, se, nas sociedades pré-capitalistas, em que pese a existência de outro leque de alienações, as relações sociais tinham maior “transparência”, no capitalismo moderno, elas se reificam (Lukács, 2003, p. 207), tornam-se relações intermediadas por coisas (mercadorias), segundo um fetichismo mercantil aparentemente intransponível.

As tribos primitivas criavam fetiches aos quais depois atribuíam personalidades e poderes próprios (atrair a chuva, por exemplo). Se essa forma de fetichismo natural desapareceu, **foi suplantada por um fetichismo social: os produtos do trabalho humano (mercadorias, capital) aparecem aos homens como se fossem dotados de personalidade própria e os dominam**. Nas sociedades primitivas, a criação de fetiches tinha como motivo o escasso poder dos homens diante da natureza. A sociedade estava desarmada diante das secas, das tormentas, das epidemias. **Na sociedade atual, alcançou-se um alto domínio sobre a natureza. As pestes modernas têm uma origem puramente social: falta de empregos, impossibilidade de comprar mercadorias etc.** [...] (Coggiola, 2021, p. 107-108, grifo nosso).

Pensemos um pouco na relação entre o lazer e a reificação, considerando o que já discutimos até o presente momento. No texto a “Importância da recreação e do lazer” (2011), de autoria de Machado da Silva *et al.*, em um dado momento, os formuladores ressaltam que a cultura (praticada, conhecida ou assistida) que se expressa no tempo disponível, por meio, por exemplo, de atividades físico-esportivas, sociais, artísticas, manuais, intelectuais ou turísticas, pode ser desenvolvida, em linhas gerais e consideradas as distintas gradações, de maneira: (I) conformista e passiva; (II) conformista, mas com certo grau de criticidade; (III) ou criativa e ativa (Machado *et al.*, p. 32). Ou seja, o nível de interação — e isso independe de a atividade ser passiva (ex.: assistir a programas de televisão) ou ativa (ex.: jogar futebol) — é uma dimensão que compõe aquela cultura. Portanto, reconhecer até que ponto os indivíduos socialmente mediados são capazes de compreender a historicidade da atividade praticada, criticá-la em seus fundamentos, para,

consequentemente, transformá-la de maneira criativa, não é algo que possa ser negligenciado.

Pois bem, sem nos submetemos a tipos ideais que supostamente expressariam de maneira estanque as possíveis dimensões da relação dos indivíduos com a cultura que se expressa no tempo de lazer de uma sociedade, essa classificação pode nos ser útil, desde que mediada pela categoria da reificação apresentada por Lukács, tanto em *HCC* (2003) quanto na *Ontologia do Ser Social* (2013a), posto que nos alerta sobre a importância de uma reflexão que tangencie as questões estruturais da atual tendência ao avanço da perspectiva conformista (passiva) de fruição do lazer (vejam o impacto das redes sociais nesse tempo, a título de exemplo), que se expressa, entre outros elementos, na ascensão de sua forma-mercadoria. Não à toa, seguindo as pistas das formulações de Mascarenhas (2005) sobre a “lazerania”, salientamos a importância de políticas públicas que permitam aos sujeitos coletivos organizados participarem não só do consumo, mas, também, da produção crítica dos conteúdos culturais do lazer.

Voltando às questões mais abrangentes da reprodução social capitalista, é importante indicar que, considerados os elementos estruturantes por ora citados, não deve nos surpreender que os seres humanos passem a se relacionar cada vez mais por meio de suas respectivas posses. Afinal de contas, eles estão cotidianamente submetidos a processos calculados, racionalizados, especializados, coisificados e mercantilizados. Por essa via, acabam por se tornar, objetivamente, representantes (e personificações) de categorias econômicas que os antecedem (Coggiola, 2021). O desdobramento na consciência dessa realidade material é a percepção atomizada da vida, o que gera consequências para todas as demais manifestações da sociedade, a qual, por sua vez, cada vez mais, articula-se em um grande mercado mundial, cujas leis (tendências) se impõem, em maior ou menor medida, à totalidade do gênero humano.

Nesse sentido, considerando a centralidade do trabalho no processo de reprodução social, podemos afirmar que a estruturação da sociedade com base na propriedade privada dos meios de produção e as suas conseqüentes contrafaces — tais como (I) o trabalho abstrato e parcelar; (II) a produção ancorada no valor de troca e destinada à fabricação de mercadorias; (III) o fetichismo da mercadoria e a coisificação do humano — desencadeiam conseqüências que transcendem e muito o “chão da fábrica”, o ambiente de trabalho. Afinal, ao romper com qualquer tipo de unidade produtiva, pulverizando-a com fragmentação, racionalização e especialização, o que se cria, na aparência, é uma

completa “atomização do indivíduo” (Lukács, 2003, p. 208), com desdobramentos para as consciências que afloram dessa realidade.

Para tais consciências reificadas, as formas que o capital assume no seu processo de reprodução ampliada, assim como o dinheiro e a mercadoria, tornam-se inevitavelmente os autênticos símbolos da vida em sociedade. Com elas, dissipam-se as interações humanas e as relações com os objetos concretos, voltados à satisfação genuína de suas demandas (Lukács, 2003, p. 211).

A ascensão do comércio e a circulação expandida de mercadorias, inauguradas no século XVI, sinalizam, por seu turno, o início dessa história moderna do capital (Marx, 2013a, p. 265) — primeiro, em sua dimensão comercial e/ou portadora de juros (bancária); depois, em sua forma industrial. Daquele século em diante, de igual maneira, uma das manifestações fenomênicas do capital, o dinheiro, torna-se a mola propulsora da produção, definindo tanto o seu início quanto o seu final. Segundo Marx (2013a, p. 265, grifo nosso):

[...] não é preciso recapitular **toda a gênese do capital** para reconhecer o **dinheiro como sua primeira forma de manifestação**, pois a mesma história se desenrola diariamente diante de nossos olhos. **Todo novo capital entra em cena — isto é, no mercado, seja ele de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro — como dinheiro, que deve ser transformado em capital** mediante um processo determinado.

Vencidos esses primeiros e aligeirados argumentos e considerando o impacto que **o capital** acarreta na consciência humana, reflitamos agora um pouco mais sobre essa categoria, tocando de maneira especial nas formas particulares que ele assume no capitalismo, quais sejam: **industrial, bancário, comercial e financeiro**.

Vamos lá, chamamos de **capital industrial**, segundo Marx (2013a, p. 275, 2014a, p. 826, 843), aquele capital investido diretamente na produção de mercadorias, especialmente na fabricação dos meios de produção (setor I) e dos meios de subsistência (setor II). Para tanto, esse capital participa da compra de matérias-primas, máquinas e força de trabalho. Tal intercâmbio orgânico com a natureza, mediado pela força de trabalho, transforma as matérias-primas em mercadorias que serão, posteriormente, vendidas na esfera da circulação. Essas **mercadorias**, por seu lado, incorporam um determinado **valor**, expresso pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, bem como um **mais-valor**, aquele tempo de trabalho não repassado ao trabalhador em forma de salário. Uma pequena ressalva: em função do nosso objeto de

estudo, é importante salientar que a complexificação das sociedades capitalistas tardias levou à transladação da lógica desse capital industrial ao setor de serviços e à própria cultura.

De igual maneira, aproveito o ensejo para salientar, reforçando um argumento já apresentado no segundo capítulo da tese, que, para Marx (2013a), o capital investido em máquinas, edifícios, matérias-primas e outros insumos consumidos durante a produção é um **capital constante**, pois apenas transfere parte do seu valor para a mercadoria final (Marx, 2013a, p. 337). Já o **capital variável** (Marx, 2013a, p. 337), aquele investido na compra da força de trabalho, que é a única mercadoria capaz de criar um valor a mais, o mais-valor decorrente da exploração, recebe essa denominação exatamente pelo surgimento desse *quantum* a mais. Como já tivemos a oportunidade de fazer essa discussão no primeiro capítulo da tese, especialmente quando falávamos da categoria de reprodução social, segundo Lukács (2013a), neste momento do texto, são suficientes tais indicações.

Falemos agora do **capital bancário**. Esse capital cumpre a função de facilitar as operações dos capitais industrial e comercial. Afinal, os bancos centralizam os fundos das sociedades e os redistribuem na forma de empréstimos, créditos e financiamentos. Ao fornecerem capital aos empresários, os bancos cobram juros, de modo que o capital bancário se apropria de uma quota-parte do mais-valor gerado nos setores I e II da economia. Logo, embora o capital bancário não crie valor por si só, apropria-se, via juros, do mais-valor gerado no “chão da fábrica”, ao facilitar a circulação e a expansão dos capitais industrial e comercial, mediante um adiantamento de capital social global⁹⁰.

No que tange ao **capital comercial**, enquanto o capital produtivo (ou industrial) vincula-se à produção de mercadorias e à extração de mais-valia dos trabalhadores, o capital comercial está envolvido na compra e venda dessas mercadorias, facilitando sua circulação e conseqüente realização do valor. Em outras palavras, o capital em análise, ao permitir a venda rápida das mercadorias produzidas, realiza o valor e o reconverte em dinheiro.

De mais a mais, esse capitalista obtém o seu lucro comprando mercadorias do industrial a um preço e vendendo-as a um preço mais alto ao consumidor final. Com essa

⁹⁰ Na obra de Karl Marx, o termo “capital social” não se refere ao conceito sociológico moderno de redes e conexões sociais que beneficiam indivíduos e grupos em uma sociedade. Em vez disso, quando Marx fala de “capital social”, ele está se referindo ao capital total em uma sociedade, ou seja, à soma de todos os capitais individuais.

dinâmica de transferência de propriedade, ele também se apropria de uma parte da mais-valia gerada nos setores I e II da economia. Ressalte-se, por fim, que a redução do tempo de rotação do capital (tempo de produção + tempo de circulação), permitida pelo capital comercial, é uma dinâmica indispensável ao próprio processo de acumulação (Marx, 2017c).

Já o **capital financeiro** surge em um estágio avançado do capitalismo, por meio da fusão entre o capital bancário (bancos e instituições financeiras) e o capital industrial, que cria um capital monopolista (Dowbor, 2017; Lênin, 2012; Marx, 2013a). Trata-se de uma forma de capital que se orienta tanto para a produção quanto para a especulação. Além dessa última característica, o capital financeiro cumpre, no capitalismo tardio, outras tarefas, tais como: disponibilizar crédito; permitir a despersonalização do capital com ações, títulos e outros instrumentos; e centralizar o capital em grandes bancos, instituições financeiras, fundos de investimento etc.

Antes de retornarmos ao debate sobre a reificação e a alienação presente em *HCC* (2003), falemos um pouco a respeito das diferentes circulações existentes no modo de produção em comento. Afinal, capital e circulações impõem determinações às formas de consciência que surgem no capitalismo. Começemos com a circulação definida por Marx (2013a, p. 266) como imediata, simples: $M - D - M$, em que M significa mercadoria e D, dinheiro. Nesse circuito, vende-se uma mercadoria para se comprar outra mercadoria, sendo o uso ou consumo a motivação. Isso significa que o indivíduo não está buscando lucro; em vez disso, ele está trocando mercadorias de igual valor para satisfazer alguma necessidade. Vende-se para comprar.

Não obstante, adjacente àquela, existe uma circulação típica do capital: $D - M - D$ ou $D - M - D'$. Nesta, compra-se para vender, sendo o objetivo último do processo um acúmulo de dinheiro que, nesse circuito, atua como capital, em decorrência de determinadas relações sociais de produção (Marx, 2013a; Rubin, 1987). Trata-se da fórmula fundamental da circulação capitalista. O dono de um meio de produção começa com certa quantidade de dinheiro (D), usa-o para comprar uma mercadoria (M), para, em seguida, terminado o processo produtivo, vender o produto por uma quantidade maior de dinheiro (D'). A diferença entre D e D' advém da mais-valia, elemento que permite o lucro, após a realização. Nesse contexto, a motivação é a acumulação de valor, ou seja, a obtenção de lucro. Vejamos como Marx (2013a, p. 266, grifo nosso) explica tais dinâmicas:

Inicialmente, o dinheiro como dinheiro e o dinheiro como capital se distinguem apenas por sua diferente forma de circulação. **A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar.** Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: **a forma D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender.** O dinheiro que **circula deste último modo transforma-se, torna-se capital** e, segundo sua determinação, já é capital. Analisemos mais de perto a circulação D-M-D. Ela atravessa, como a circulação simples de mercadorias, duas fases contrapostas: **na primeira, D-M, a compra, o dinheiro é convertido em mercadoria e, na segunda, M-D, a mercadoria volta a se converter em dinheiro.** Porém, **a unidade das duas fases é o movimento inteiro da troca de dinheiro por mercadoria e desta última novamente por dinheiro,** o movimento da compra da mercadoria para vendê-la, ou, caso se desconsiderem as diferenças formais entre compra e venda, da compra de mercadoria com dinheiro e de dinheiro com mercadoria. O resultado, no qual o processo inteiro se apaga, é a troca de dinheiro por dinheiro, D-D. Se compro 2 mil libras de algodão por £100 e revendo as 2 mil libras de algodão por £110, o que faço no fim das contas é trocar £100 por £110, dinheiro por dinheiro.

De mais a mais, é importante salientar que a circulação $D - M - D'$ é composta de duas fases unidas. Primeiro, troca-se dinheiro por determinadas mercadorias; posteriormente, vendem-se tais mercadorias e acumula-se uma quantidade de dinheiro maior do que a presente inicialmente. Como apresentamos em outro momento deste texto, a força de trabalho é a mercadoria que, em intercâmbio com a natureza, a partir de matérias-primas, máquinas e energia, possibilita um acréscimo de valor ao final do circuito. O dinheiro inicial se paga e, ao mesmo tempo, amplia o seu *quantum*.

Há, ainda, a circulação $D - D'$ (dinheiro – dinheiro mais). Nessa fórmula, o processo de produção é enevado. Capitalistas emprestam ou investem dinheiro para obter mais dinheiro, sem a necessidade explícita de passar pelo processo de compra e venda de mercadorias. Isso é comum em operações financeiras e especulativas, nas quais o dinheiro parece gerar dinheiro diretamente. Por exemplo: investir R\$ 1.000 (D) em ações e, após certo período, vendê-las por R\$ 1.100 (D'). O ganho de R\$ 100 é obtido diretamente do movimento do dinheiro, sem a produção intermediária de uma mercadoria. De toda sorte, em maior ou menor medida, esse acréscimo só é possível em decorrência da exploração da força de trabalho no “chão das fábricas” às quais as ações estão vinculadas. Vejam o que Lukács (2003, p. 212, grifo nosso) nos diz sobre a coisificação das relações sociais presente nesse circuito:

Na fórmula D-D', temos a forma não conceitual do capital, a inversão e a coisificação das relações de produção na mais alta potência: a forma portadora de juro, forma simples do capital que tem como condição de sua própria reprodução a capacidade do dinheiro, ou seja, da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução — mistificação do capital sob sua forma mais gritante.

Diante das formulações supracitadas, não é difícil perceber como a categoria econômica intitulada **capital** não se reduz ao dinheiro ou à mercadoria, mas, sim, reflete uma determinada relação social de produção (ancorada em específicas relações de propriedade), intrinsecamente ligada à exploração da classe trabalhadora, em decorrência da apropriação, por parte dos donos dos meios de produção, do tempo de trabalho excedente dos proletários (Rubin, 1987). Trata-se, portanto, de um valor que se valoriza, em decorrência de um particular movimento (Marx, 2013a). Não permanecendo estático, ele passa por diferentes formas, do dinheiro à mercadoria, e volta a ser dinheiro novamente, num aparente infinito processo de expansão.

Na prática cotidiana, absorvida por consciências reificadas, incapazes de compreender a complexidade e as diferentes mediações presentes no processo de produção, as formas assumidas pelo capital (dinheiro, mercadoria e capital) se transformam nos “verdadeiros representantes da sua vida social, justamente porque nelas se esfumam [...] as relações dos homens entre si e com os objetos reais destinados à satisfação real de suas necessidades” (Lukács, 2003, p. 211). Como consequência, à medida que o sistema capitalista se autoalimenta e se expande a um nível superior, a estrutura da reificação também se infiltra nas consciências de forma cada vez mais intensa, inescapável e duradoura. Afinal, quanto mais mediadas as relações, tanto menos percebemos a complexidade do real, da mercadoria ao todo.

Se, portanto, o próprio objeto particular que o homem enfrenta diretamente, enquanto produtor ou consumidor, é desfigurado em sua objetivação por seu caráter de mercadoria, é evidente que esse processo deve intensificar-se na proporção em que as relações que o homem estabelece com os objetos enquanto objetos do processo vital em sua atividade social forem mediadas (Lukács, 2003, p. 210, grifo nosso).

Logo, na aparência diária, inverte-se a relação entre o sujeito e o predicado do binômio trabalho/capital. Se, na realidade (essência), é a exploração da força de trabalho, decorrente de determinadas relações sociais de produção (Marx, 2013a; Rubin, 1987),

que permite o surgimento do capital, na aparência, é o capital quem oferece emprego aos trabalhadores. Para Coggiola (2021), na medida em que o produto do trabalho se separa do proletário, dominando-o “sob a forma de capital, todo o trabalho aparece para ele como tendo sido realizado pelo capital; o operário só teria realizado uma tarefa subordinada” (p. 106). Tais reificações, por seu turno, ampliam o controle ideológico, dificultando ainda mais a supressão da classe trabalhadora em classe para-si e afastando as possibilidades de serem criadas as condições para construção de uma outra forma de reprodução social, após a ruptura com o modo de produção hegemônico.

Com as devidas adequações, inversões semelhantes se explicitam em outros complexos que compõem a reprodução social capitalista. No terceiro capítulo desta tese, tivemos a oportunidade de demonstrá-las, a título de exemplo, nas formas de compreensão da esfera do lazer. Agora, pensemos no Estado (arcabouço jurídico-institucional): se, historicamente, o seu surgimento encontra-se intrinsecamente ligado às relações de produção de sociabilidades classistas — longe, portanto, de qualquer neutralidade ou imparcialidade e, sim, a serviço da classe dominante, apesar de possíveis e conjunturais contradições —, na imediatividade, aquele complexo se apresenta às consciências reificadas como um ente acima dos interesses particulares, árbitro garantidor do interesse universal (Marx; Engels, 1998, 2007b).

O fetichismo do Estado é muito mais velho que a sociedade mercantil: tem origem no direito “divino” de reis e faraós. Se, nas sociedades mais antigas, a “vontade divina” bastava para disfarçar o Estado, na **moderna sociedade** capitalista ele encobre-se com um disfarce mais humano: “**a expressão da vontade geral**”. Porém, em sua própria origem — a dívida pública contraída pelos monarcas dos usureiros, que obrigou a convocatória do Parlamento, **situação na qual os capitalistas acharam o terreno político para fazer valer seus interesses** — **revela a subordinação do Estado ao capital** (Coggiola, 2021, p. 111).

Por essa via, **a racionalização, a burocratização e a fragmentação** que se impõem no processo produtivo de mercadorias, com desdobramentos para as esferas da circulação, também se explicitam na esfera do Estado, de tal maneira que a reprodução social ocorra com menos sobressaltos. Segundo Lukács (2003, p. 214), “o desenvolvimento capitalista criou um sistema de leis que atendessem suas necessidades e se adaptasse à sua estrutura, um Estado correspondente”. Cabe ao burocrata se adaptar

aos pressupostos socioeconômicos gerais da economia (Lukács, 2003, p. 219), dando a eles previsibilidade e amparo jurídico-institucional.

Eis o que Lukács (2003, p. 221) nos diz:

O gênero específico de “probidade” e objetividade burocrática, a submissão necessária e total do burocrata individual a um sistema de relações entre coisas, a ideia de que são precisamente a sua “honra” e o seu “senso de responsabilidade” que exigem dele semelhante submissão, tudo isso mostra que a divisão do trabalho penetrou na “ética” — tal como, no taylorismo, penetrou no “psíquico”. Isso não é, todavia, um abrandamento, mas, ao contrário, um reforço da estrutura reificada da consciência como categoria fundamental para toda a sociedade.

Dinâmica semelhante se consolida no complexo científico. Fragmentação e especialização tornam-se, assim como no trabalho, pedras-de-toque. Perde-se qualquer possibilidade de compreensão totalizante da realidade, em função de um discurso técnico ensimesmado supostamente “desideologizado” (Lukács, 2013b, p. 568, 569, 684, 718, 794). A ciência despedaçada em particularidades cada vez mais restritas expressa uma dinâmica que ocorre na própria base produtiva da sociedade capitalista. Quanto mais se atém à especialização segundo legalidades próprias das suas distintas esferas, reduzindo-se ao formalismo, ao utilitarismo e ao pragmatismo, tanto menos é capaz de dar resposta às questões essenciais da realidade, tidas como inapreensíveis. Segundo Lukács (2003, p. 229, grifo nosso):

Quanto mais desenvolvida e científica ela for, maior é sua probabilidade de se tomar um sistema formalmente fechado de leis parciais e especiais, para o qual o mundo que se encontra fora do seu domínio e sobretudo a matéria que ela tem por tarefa conhecer, ou seja, seu próprio substrato concreto de realidade, passa sistemática e fundamentalmente por inapreensível.

Ainda segundo o Lukács de *História e Consciência de Classe* (2003, p. 231), apenas durante as crises sistêmicas, mínima e temporariamente, aquela ciência submetida à reprodução social capitalista movimenta-se em busca da essência qualitativa das “coisas”. Afinal, aquelas questões que, em tempo de normalidade econômica, são descartadas, emergem inesperadamente para o pensamento lógico e objetificado como o elemento crucial. Sob o modo de produção hegemônico nos dias atuais, apenas nesses

momentos há um mínimo de espaço para reflexos que transcendam o imediatismo e o formalismo, inclinando-se às questões totais e essenciais, com base em uma razão dialética.

Bem, este pequeno percurso tendo como eixo central um dos trechos do clássico de Lukács já é capaz de nos apresentar um amplo leque de possibilidades para podermos pensar as reificações e as alienações presentes na reprodução social burguesa, ao lado dos impactos que podem causar no tempo liberado do trabalho. Tentamos tocar nessas questões tanto no terceiro capítulo da tese quanto no atual. Finalizando esse esforço, no próximo tópico, apresentaremos uma das possíveis dimensões que a alienação assume no modo de produção capitalista, o “consumo de prestígio”.

4.6 Apontamentos sobre o “consumo de prestígio” e as suas possíveis influências sobre o lazer

Apesar de não ter vinculado o seu trabalho teórico diretamente à compreensão da categoria do “consumo de prestígio”, Lukács, especialmente na *Ontologia do Ser Social II* (2013a), indicou algumas pistas essenciais ao entendimento da cultura e do consumo modernos, de maneira prioritária quando consideramos a sua análise sobre a reificação e a dimensão mercantil assumida pelo complexo cultural na atualidade. Ao longo deste capítulo, tivemos a oportunidade de expor elementos que expressam a categoria lukacsiana da reificação. De mais a mais, em distintos momentos desta tese, tentamos demonstrar como, no modo de produção capitalista, a sua reprodução transforma, de maneira ascendente, as relações humanas em mercadorias, coisificando-as.

Essa dinâmica também tem implicações para o campo da cultura, especialmente quando reduzida à forma mercadoria e submetida à lógica de reprodução do capital (Paulo Netto, 1996), assim como para a dimensão cultural que se expressa no lazer. Bem, sob essa perspectiva, o que chamamos, depois de Lukács (2013a), de “consumo de prestígio” poderia ser entendido como uma forma de reificação da cultura. Ou seja, certos bens ou experiências culturais seriam consumidos não por seu valor intrínseco ou pela experiência que proporcionam, mas pelo prestígio ou *status* social que conferem ao consumidor. Nesse contexto, a cultura se tornaria mais uma mercadoria, submetida aos parâmetros de distinção e prestígio, e se afastaria de possíveis valores autênticos, capazes de adequar o indivíduo ao gênero.

Destarte, em decorrência de uma específica forma de reprodução social, que se assenta, a título de exemplo, na emergência da necessidade do fornecimento de mercadorias em grande escala, o par relacional produção/consumo evolui para uma força que se apossa da vida individual em sua completude. Nesse sentido, há que se estruturar uma dinâmica de manipulação das consciências que permita esse fluxo esbanjador (Mészáros, 2011). Conseqüentemente, o desenvolvimento das forças produtivas, associado ao incremento das capacidades humanas — que se expressa, porém, de maneira fenomênica —, nesse modo de produção, por meio da reificação e da deformação das personalidades sociais, explicita-se, na **dimensão cultural**, consolidando **individualidades** que, pelo consumo, buscam **reforçar a sua particularidade** distanciando-se do gênero e da genericidade.

Esta surgiu da necessidade de **oferecer mercadorias em massa para o consumo a muitos milhões de compradores singulares** e, a partir disso, se transformou num poder que **solapa toda vida privada**. Aqui, tampouco vemos como nossa tarefa examinar a situação assim surgida em termos de “**crítica cultural**”. Apenas remetemos ao que já foi discutido em outros contextos: à diferença entre essência e fenômeno no sentido econômico, a partir da qual com muita frequência pode se desdobrar um antagonismo abrupto, como no caso, investigado a seu tempo por nós, **do antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas como desenvolvimento simultâneo das faculdades humanas (essência) e seu modo fenomênico no capitalismo**, que levou a uma degradação e um **estranhamento** dos homens (Lukács, 2013a, p. 447-448).

Para garantir que esse processo ocorra sem muitas resistências, há a necessidade de manipular as consciências, de forma que seja possível controlar cada aspecto da vida. Cria-se, dessa forma, uma profusão de informações manipulatórias capazes de fazer com que as pessoas busquem, cada vez mais, o acúmulo de bens e experiências mercantilizadas que as diferenciem dos demais seres humanos. Como resultado, o modo de produção se reproduz de tal maneira que se retira da rotina das pessoas qualquer vestígio de busca pela universalidade. Em contrapartida, acentua-se a dinâmica que leva ao ensimesmamento na própria particularidade, dando vazão a um individualismo que deturpa e inviabiliza a construção de uma individualidade para-si, ou seja, de uma individualidade social, capaz de se reconhecer como partícipe de um gênero e de buscar expressar em si própria a complexidade dessa genericidade.

Assim, há uma corrida para se diferenciar dos demais seres humanos, com uma identidade (“imagem”) que tem no consumismo manipulado um elemento estruturante

(Lukács, 2013a, p. 954) — pela mercadoria que se tem (óculos, carro, camisa, casa etc.), pelo tipo de viagem de turismo que se faz, pelo restaurante que se frequenta, pelo clube de lazer a que se associa etc. Uma vida de tamanha inautenticidade seria inviável sem a categoria da **manipulação**. Eis o que Lukács (2013a, p. 449, grifo nosso) nos diz:

A diferença essencial nesse ponto consiste em que a máquina figura na própria produção revolucionando-a, ao passo que a **manipulação é economicamente uma categoria determinante da circulação**, isto é, como diz Marx, da **troca “considerada em sua totalidade”**.

Na medida em que as relações humanas se tornam cada vez mais inautênticas, “casuais”, o “consumo de prestígio” (Lukács, 2013a, p. 230, 449, 892, 954, 966, 1005, 1033) se transforma em uma das possibilidades, superficial e fenomênica, de aparentar uma condição superior, capaz de garantir um prestígio diferenciado ao indivíduo que a ostenta. Essa dinâmica, por seu turno, rebaixa ainda mais a individualidade, garantindo um efeito “autoestranhador” (Lukács, 2013a, p. 892).

Na atualidade, há uma prática (referenciada por um neologismo) que indica o nível de inautenticidade decorrente dessa forma de relacionamento com o mundo: *instagramar* (Giantomaso, 2018). Trata-se de uma expressão informal que descreve o ato de documentar e compartilhar momentos, lugares, objetos ou experiências no Instagram, uma popular plataforma de mídia social — geralmente, tal processo é feito por meio de fotos e vídeos. Ao *instagramar* uma experiência, o usuário da rede pode, além de registrar um momento, demonstrar aos seus seguidores o que está acontecendo em sua vida pessoal, objetivando criar, por exemplo, uma identidade de sucesso, felicidade, ostentação etc. Para tanto, capturam-se imagens que se alinham a uma determinada estética ou um tema desejado. Ao compartilhar essa experiência, o indivíduo visa, entre outros elementos, a engajamento, reconhecimento e validação social. Como consequência, troca-se a fruição do momento presente, incluído o de lazer, pela documentação (registro) e socialização de uma imagem pré-fabricada.

A prática em questão, além de interferir nos próprios momentos de lazer — tanto daqueles que deixam em segundo plano a fruição da atividade para interagir com uma máquina, quanto daqueles que utilizam o tempo livre para “navegar” na internet — deu origem a uma nova profissão: os criadores de conteúdo das redes sociais (Delgado, 2023). São indivíduos ou grupos que produzem e compartilham informações, entretenimento, opiniões, estilos de vida ou outros tipos de conteúdo por meio de plataformas de mídia

social, tematizando os mais distintos assuntos, como, viagens, moda, comida, tecnologia, jogos de videogame etc., e são remunerados com a monetização do engajamento alcançado.

Para garantir a fluidez de uma reprodução social profundamente inautêntica, o consumo de massa cumpre uma função de destaque, visto que, em razão da dominação da opinião pública decorrente da ação dos aparelhos ideológicos, as pessoas são levadas a acentuar e reforçar a sua particularidade, especialmente em função de uma imagem construída pelo consumo diferenciado⁹¹. Eis o que Lukács (2013a, p. 954, grifo nosso) nos diz:

A importância de um consumo de massa nesse campo cria um aparato ideológico muito extenso, que domina os órgãos da opinião pública, cujo ponto central de motivação é o consumo de prestígio, que toma forma como meio de criar uma “imagem”, como indução a ela; ou seja, a pessoa se veste, fuma, viaja, tem relações sexuais não por causa dessas coisas em si e por si, mas para aparentar no ambiente em que se vive a “imagem” de certo tipo de pessoa que é apreciada enquanto tal.

Ao escrever a *Ontologia do Ser Social*, na década de 60 do século passado, mesmo em um contexto em que a manipulação ainda não tinha alcançado o patamar atual — decorrente da transformação do processo de trabalho, atrelada à hegemonia do modelo toyotista ou da lógica do empreendedorismo, do arrefecimento das grandes lutas coletivas da classe trabalhadora, da privatização de todos os espaços da vida, do avanço do setor de serviços, do surgimento e crescimento das redes sociais como mais um local de reforço de particularidades alienadas, entre outros elementos —, o filósofo e revolucionário magiar já foi capaz de identificar o aparecimento dessa deformação no objeto de nosso estudo, o **tempo livre**. Isso porque modelar “o tempo livre de modo a adequá-lo ao sistema” (Alcântara, 2014, p. 152) é uma das formas de garantir o processo de reprodução social.

⁹¹ Mascarenhas (2005) captou esse movimento. Eis o que ele relata em sua tese: “Segundo pesquisa realizada pela Research International sobre *intermercados*, divulgada no jornal *O Popular*, de 9/3/2003, através da matéria ‘Consumidor mantém preferência por importado’, as mercadorias e marcas globais são classificadas como *dominantes*, reconhecidas como marcas mundiais de valor universal, como Coca-Cola, Nike e Disney; *de prestígio*, que se destacam pela identidade cultural ou de procedência, como Chanel, BMW, Rolex e Gucci; *superiores*, as que mesmo sem serem líderes são consideradas *superiores*, a exemplo da IBM, McDonald’s e Pepsi; e *locais* — isto é, globais-locais — que, embora globais como Dove, Nestlé e Danone, se comportam como marcas de origem reconhecida, e devido ao chamado *marketing* social, conseguem se fixar localmente” (Mascarenhas, 2005, p. 37).

Vejam:

[...] essas “atenuações” do caráter de luta introduziram na consciência social um completo sistema de novas reificações, que vão desde o **“papel” que o homem aprende a desempenhar visando à sua própria promoção**, passando pela **formação da sua “imagem” no embate com a concorrência e indo até o consumo de prestígio**, que também é proveniente das mesmas fontes; **essas reificações têm a tendência de deformar toda a vida, incluindo o tempo livre**. De acordo com isso, todos os estranhamentos têm de ampliar-se e reforçar-se continuamente (Lukács, 2013a, p. 966, grifo nosso).

Ainda dialogando sobre o lazer e o reforço da particularidade mediante o consumo de prestígio, é interessante nos atermos a uma formulação de Mascarenhas (2005). Ele constata uma “cultura de saída” presente no capitalismo tardio, de acumulação flexível, que suplanta a “cultura de casa” de outrora, especialmente aquela presente à época da produção fordista. Segundo o autor, os valores atrelados ao puritanismo, ao proibicionismo, à poupança (consumo tutelado) e ao espírito doméstico do fordismo dão lugar à busca pelo prazer, à superfluidade do luxo (sempre considerado o marcador de classe) e ao desejo de se diferenciar pelo consumo. Tais elementos se expressam, prioritariamente, fora de casa, no tempo liberado do trabalho, em saídas para centros de compra, boates, bares, viagens (turismo) etc. — de preferência, acrescentamos, registrados e compartilhados nas redes sociais. Eis a formulação de Mascarenhas (2005, p. 128, grifo nosso):

No oposto das coerções diretas e indiretas exercidas sobre a massa pelo puritanismo e proibicionismo, administrando seu tempo livre, as pessoas **hoje são arrebatadas pelo desvario**. Isto pois, **o afastamento do ambiente doméstico** figura como passo indispensável em direção a **gastança**. Sem desconsiderar o imenso mercado voltado ao lugar de moradia, é privilegiadamente na e pelas **saídas que se processa a superfluidade do luxo, o consumo do “demais”**. É lá, **longe de casa, que se adianta a abundância e a variedade de mercadorias consumíveis** individualmente, cuja venda alimenta o modelo da acumulação flexível. **Não é à toa que a mobilidade se torna um evidente sinal de distinção**. Julga-se o indivíduo pela frequência e seus tipos de saída.

Sob tais circunstâncias, o poder do **ter** ganha contornos inauditos. Não se trata mais de uma busca por suprir necessidades cotidianas com mercadorias e serviços socialmente produzidos, mas, sim, de uma necessidade de competir com os outros seres humanos e grupos, “na tentativa de aumentar o valor pessoal pela quantidade e qualidade

do ter” (Lukács, 2013a, p. 1058). Comprar específicas mercadorias ou ter a possibilidade de frequentar certos espaços no tempo de lazer, especialmente aqueles que, em função da publicidade, são reconhecidos socialmente, confere prestígio aos que o fazem — sendo o prestígio o elemento realmente buscado pelas deformadas individualidades submetidas a essa dinâmica.

No caso da sugestão, **o que importa é, antes de tudo, influenciar de tal maneira o desejo dos homens de serem tidos como personalidades que eles o satisfaçam justamente com a compra do objeto de consumo ou do serviço que constitui o objeto da publicidade.** Portanto, o efeito sobre o homem está direcionado primordialmente para que **ele acredite que a aquisição das respectivas loções capilares, gravatas, cigarros, automóveis etc., que frequentar determinados balneários etc. faz com que ele seja considerado como personalidade autêntica, reconhecida pelo seu entorno.** Nesse caso, a questão primordial não é, portanto, a exaltação das mercadorias, como ocorria originalmente na exaltação pelos anúncios publicitários, mas **o prestígio pessoal que será proporcionado ao comprador por sua aquisição** (Lukács, 2013a, p. 1060).

Essa ideologia manipulatória do capitalismo ganha contornos universais, aliando o desenvolvimento econômico à sua contraface subjetiva, a explicitação de uma consciência profundamente reificada e alienada. Esse par relacional facilita o processo de reprodução social das formações burguesas e se torna um entrave à síntese superior da classe trabalhadora, isto é, ao surgimento de uma classe para-si, o que apenas aprofunda ainda mais a dinâmica de alienação. Nos termos de Lukács (2013a, p. 1035), “a ideologia brotou objetivamente do desenvolvimento econômico, mas subjetivamente ele se impôs mediante uma falsa consciência que naturalmente também é determinada por esse movimento”.

E vejam que interessante: no capítulo sobre alienação, em que discute a categoria do “consumo de prestígio”, o próprio Lukács sinalizou a falta de materialidade de teorias que, décadas após, surgiriam no complexo dos estudos do lazer no Brasil e no mundo, as quais denominamos, depois de Mascarenhas (2005), de **crítico-idealistas**, bem como aquelas que propugnam um retorno ao ócio de outrora como resposta às contradições da parte e do todo (De Grazia, 1966). Isso porque buscam uma solução para a fixação da particularidade alienada, no contexto atual do capitalismo, sem tocar nos fundamentos econômicos contemporâneos e desconhecendo os nexos ontológicos daquela fixação, a qual leva à aparente separação entre o singular e o universal, subjacente a uma

particularidade ensimesmada. Essa incompreensão inviabiliza qualquer possibilidade de superação profunda da realidade.

Hoje já há uma literatura não insignificante sobre como se poderia transformar o tempo livre possibilitado pela economia atual em ócio fecundo. Essa literatura com muita frequência desvenda o aspecto negativo na situação atual com **grande quantidade de material muito útil**, apontando muitas vezes com conhecimentos autenticamente históricos para investidas bem-sucedidas mais antigas — todavia sempre sumamente parciais — na **direção de uma solução favorável.** **Em seus traços básicos**, contudo, ela permanece no plano de uma **crítica abstrata romântico-utópica**, porque ela só é capaz de **contrastar o tempo presente com períodos passados, “mais felizes”, com “realizações limitadas”, mas não é capaz** de abordar os fundamentos econômicos contemporâneos e, por conseguinte, **não é capaz de tratar ontologicamente da ligação e separação entre particularidade e sua superação no plano tanto do homem singular como da sociedade** (Lukács, 2013a, p. 1063, grifo nosso).

Para garantir uma reprodução sem resistências, tanto objetiva quanto subjetivamente, e usando métodos que variam entre o grosseiro e o refinado, a manipulação impõe uma pressão contínua sobre o indivíduo. Não obstante, como tivemos a oportunidade de salientar com base em Lukács, não é de todo inviável que o indivíduo busque tensioná-la, caso esteja disposto a enfrentar certas consequências e alguns riscos de suas ações (Alcântara, 2014, p. 146). É lógico que esse tensionamento não é capaz de dar conta das estruturas mais profundas da sociabilidade capitalista, apenas passíveis de serem superadas com uma revolução do próprio modo de produção. De toda forma, a dimensão social da atividade humana jamais pode ser ignorada ou vista como insignificante, especialmente se estiver mediada pelo complexo da classe para-si que aponte para a busca de uma generidade também para-si.

O fator subjetivo da história consegue desenvolver todo o seu potencial para o enfrentamento e a resolução dos conflitos só quando, por um lado, a insatisfação meramente imediata com as condições sociais dadas, a oposição contra elas, **chega também teoricamente à negação da sua totalidade e quando, por outro lado, a fundamentação daí resultante não permanece só como mera crítica da totalidade do existente**, mas também se torna capaz de **converter em práxis** as concepções assim obtidas, ou seja, de **eleva a noção teórica à condição de práxis eficaz da ideologia** (Lukács, 2013a, p. 692, grifo nosso).

Afinal, como apontamos ao longo deste capítulo, a alienação, para ser apreendida em sua complexidade, deve considerar a totalidade social, aí incluído o modo de produção que a sustenta e a sua específica maneira de reproduzir-se socialmente. Segundo Lukács (2013a, p. 1015), a alienação “adquire contornos tanto mais definidos quanto mais ela é considerada um momento — claro que um momento com traços específicos — da totalidade social”. Logo, para compreendê-la em plenitude, há que se analisar a proporção objetiva, relativa ao desenvolvimento econômico-social, assim como o elemento subjetivo, isto é, aquele momento configurado pelas “[...] reações ideológicas das pessoas ao *status*, à tendência do movimento etc. do conjunto da sociedade” (Lukács, 2013a, p. 1015).

Por fim, há que se ressaltar que a superação da etapa de fixação da particularidade, típica do modo de produção capitalista em seu estágio tardio, que garante uma submissão acrítica dos indivíduos à reprodução social nos termos em que ela se encontra, demanda, além do acesso à arte realista e à teoria (razão dialética), como momentos que nos tiram da superficialidade e do pragmatismo do cotidiano (Lukács, 1966), um envolvimento em causas que nos remetam para além de nós mesmos, não só ampliando a consciência de classe, como também nos educando para a busca de uma individualidade para-si, logo uma individualidade social, que aponte para uma generidade para-si.

No que tange ao *licere*, tivemos a oportunidade de salientar, nas indicações do terceiro capítulo, os elementos que poderiam permitir fruições contra-hegemônicas do tempo de lazer, como a educação dos sentidos, a educação para/pelo lazer, a função social desempenhada por uma escola pautada pela razão dialética, tendo o trabalho como princípio educativo, além de equipamentos de lazer que permitam à população tanto a produção quanto a fruição de conteúdos críticos do lazer. Logo, mesmo submetidos ao arco de possibilidades definido pela materialidade de uma reprodução social vinculada ao modo de produção capitalista, **existem elementos e ações que não devem ser negligenciados pelas forças progressistas da sociedade**, pois aproximam o indivíduo do potencial genérico

De mais a mais, há que se ressaltar que, conforme nos apontou Lênin (1977), “a verdadeira consciência de classe é levada aos operários ‘do exterior’, isto é, de fora do seu imediato ser econômico”. Isso porque o autocriar-se do ser humano, tendo o trabalho como práxis originária, quando submetido às deformações do cotidiano do modo de produção burguês e à sua espontaneidade reprodutiva, não é capaz de garantir essa síntese superior, seja dos indivíduos, seja do gênero.

Logo, além das possibilidades listadas anteriormente, que tangenciam o nosso objeto de estudo, também é imprescindível, quando nos voltamos à esfera mais abrangente da reprodução, de maneira especial quando nos referimos às ações que podem sedimentar um caminho para a supressão da classe e do gênero, a participação dos (e nos) sujeitos coletivos da classe trabalhadora, tais como partidos, sindicatos e movimentos sociais. São espaços que, como ressaltado por Lênin (1977), podem retirar as individualidades de suas particularidades, enraizadas no individualismo, colocando-as em contato com demandas, em maior ou menor medida, do próprio gênero e com uma teoria capaz de dar suporte à transformação das raízes da sociedade atual.

Finalmente, no campo da batalha das ideias, esperamos que teses como a que ora se encerra cumpram o papel, apesar de suas possíveis inconsistências, de ampliar as consciências, de tal sorte que, aliadas à contradição contemporânea que se expressa na impossibilidade de as atuais relações sociais de produção continuarem a dar vazão ao desenvolvimento das forças produtivas, incluída a do próprio ser humano, nós possamos revolucionar o modo de produção e iniciar a transição para uma nova sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final da tese. As considerações apresentadas ao longo do texto refletem os limites desta síntese momentânea, ou seja, do estágio em que me encontro como pesquisador, vinculado a um determinado processo de desvelamento do real, tanto em sua dimensão universal, quanto em seu aspecto particular, o do lazer. De toda sorte, espero que as linhas que ora terminam se articulem com as reflexões dos demais autores marxistas que se dispuseram a estudar o tema em busca das determinações, das contradições, dos limites e das possibilidades desse objeto. Afinal, a compreensão da realidade é um projeto coletivo, efetuado por meio de sucessivas aproximações.

É importante ressaltar que este texto nos permitiu sistematizar alguns resultados dos últimos anos de estudo da *Ontologia do Ser Social* de Lukács, realizados não só por mim, mas por um sujeito coletivo de pesquisa, o AVANTE. Os acertos que, por acaso, esta tese possui são tributários desse sujeito coletivo, um espaço compartilhado de reflexão e investigação. Já os erros, estes são de minha inteira responsabilidade e reflexo das muitas insuficiências que ainda possuo como pesquisador. Além disso, vale indicar que, apesar do esforço em sintetizar algumas ideias centrais daquela obra e, de maneira especial, da reprodução social, com certeza, muitas outras não foram explicitadas e/ou aprofundadas como deveriam. As perguntas dispostas a seguir apenas refletem temas tratados por Lukács em sua obra de maturidade que são merecedores de um aprofundamento nas minhas próximas investigações sobre o lazer.

- Como o afastamento das barreiras naturais e a conseqüente socialização ascendente, típicos da reprodução social, influenciam o lazer?
- Qual a função da educação dos sentidos na explicitação do gênero e na possibilidade de potencialização do lazer?
- Qual o grau de autonomia relativa do lazer em totalidades sociais capitalistas?
- Qual o impacto da luta de classes no lazer?
- Qual impacto do lazer na luta de classes?

Enfim, esses são apenas alguns tópicos debatidos por Lukács no capítulo da *Ontologia* sobre a reprodução social (afastamento das barreiras naturais, socialização dos sentidos, autonomia relativa, luta de classes etc.) que podem nos auxiliar a pensar o lazer, ao passo que nos ajudam, de igual maneira, a discutir o próprio processo de desenvolvimento da sociabilidade de nosso gênero e o futuro ao nosso alcance.

A despeito das minhas lacunas, ao tangenciar os objetivos a que me propus inicialmente, com base nas justificativas dispostas na Introdução deste documento, espero ter contribuído com a vertente marxista brasileira que analisa o lazer. Relembro esses objetivos: (I) descrever a trajetória de Lukács e elucidar a sua importância para a tradição crítica; (II) apresentar a categoria da reprodução social, segundo Lukács; (III) identificar as determinações ontológicas da atual reprodução social capitalista; (IV) expor as determinações ontológicas do lazer, especialmente no capitalismo tardio; e (V) explicitar uma categoria estruturante tanto da reprodução social que tem por suposto o modo de produção capitalista, quanto do próprio lazer, ou seja, a alienação, mediando-a, quando possível, com o próprio complexo analisado. Tais intentos encontram-se submetidos à perspectiva mais abrangente de identificar as possibilidades que se abrem das formulações de Lukács em sua obra derradeira, a *Ontologia do Ser Social*, para a compreensão do lazer.

Por fim, apontadas as contradições que se avolumam no atual estágio do capitalismo, esperamos que estas singelas páginas, ao lado de tantas outras formulações marxistas, também contribuam, minimamente, apesar dos seus grandes limites, com o movimento de supressão da classe trabalhadora em uma classe para-si, de tal sorte que ela possa cumprir com a sua função histórica de capitanear o processo de superação do modo de produção vigente na atualidade, por meio de uma revolução social que seja capaz de legar à humanidade um contexto em que se exija “de cada um de acordo com as suas possibilidades” e no qual se ofereça “a cada um de acordo com as suas necessidades” (Marx, 2012, p. 33).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. **Indústria Cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALCÂNTARA, N. **Lukács: ontologia e alienação**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- ALVES, G. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, V. (Org.). **Dialética do Lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 19-49.
- ANDRADE, M. **Ontologia, Dever e Valor em Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- ANTUNES, R. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, abr. 1996.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 1, p. 121-131, 2011.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. Edição Digital.
- ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil — trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. São Paulo: Boitempo, 2019. v. IV. Edição Digital.
- ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020a. Edição Digital.
- ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020b. Edição Digital.
- ATTALI, J. **Historias del tiempo**. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2001.
- BARROS, H. S. Estudo: jornada média de entregadores de aplicativos é de 65 horas semanais. **UOL**, São Paulo, 15 dez. 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/15/estudo-entregadores-aplicativos-plataformas-oit-cut.htm>>. Acesso em: 1º set. 2023.
- BARROS JÚNIOR, B. L. **Crise do capital e a negação da corporalidade: uma contribuição crítico ontológica para os estudos do corpo na Educação Física**. 2023. Tese

(Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

BAUMAN, Z. **Globalização e as consequências humanas**. São Paulo: Diálogo e Cultura 2, 1999.

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. *In*: BOSCHETTI, I. *et al.* (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2018.

BILIONÁRIOS do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial. **OXFAM Brasil**, São Paulo, 19 jan. 2020. Notícias. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

BORGES, T. Documentário relata turismo sexual no Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 maio 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/03/documentario-relata-turismo-sexual-no-brasil>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BORÓN, A. **Império e Imperialismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos**. Rio de Janeiro: BNDES, [19--]. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finame-todos>>. Acesso em: 1º set. 2023.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999.

BRACHT, V. A educação física brasileira e a crise da década de 1980: entre a solidez e a liquidez. *In*: MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas: Papyrus, 2010.

BRAMANTE, A. C. Concepções e Significados de Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, 1998.

BRECHT, B. **A vida de Galileu**. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

CAIRES, L. Parcerias entre universidades e empresas impulsionam a inovação no Brasil. **Com Ciência**, Campinas, 8 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/parcerias-entre-universidades-e-empresas-impulsionam-inovacao-no-brasil/>> Acesso em: 1º out. 2023.

CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 73-84, edição especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

- CARLI, R. **Lukács e as raízes históricas da sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- CARVALHO, M. C. B; PAULO NETTO, J. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- CASIMIRO PEDRÃO, C.; UVINHA, R. R. O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça. *In*: STOPPA E. A.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas: Autores Associados, 2017. p. 37-48 (Coleção Educação Física e Esportes).
- CASTELLANI FILHO, L. Lazer e Qualidade de vida. *In*: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 7-21.
- CASTELLANI FILHO, L. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte. *In*: HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G.; GARCIA, C. C. (Org.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Alpharrabio, 2008. p. 129-144.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- CHASIN, J. Excertos sobre revolução, individuação e emancipação humana. **Verinotio**, ano XII, v. 23, n. 1, p. 10-105, abr./2017.
- CHADE, J. Mundo vive recorde de pessoas afetadas por conflitos e diplomacia fracassa. **UOL**, São Paulo, 9 out. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/10/09/mundo-vive-recorde-de-pessoas-afetadas-por-conflitos-e-diplomacia-fracassa.htm>> Acesso em: 10 out. 2023.
- CHAUÍ, M. Introdução. *In*: Lafargue, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1999.
- CHEVITARESE, L. As “Razões” da Pós-Modernidade. *In*: SEMANA DOS ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA PUC-RIO, 1., 2001, Rio de Janeiro. **Análogos. Anais...** Rio de Janeiro: Booklink, 2001. ISBN 85-88319-07-1.
- COGGIOLA, O. **Teoria econômica marxista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. Edição Digital.
- CORONA, S.; FARIZA, I. Apple dobra de valor em plena pandemia e supera valor do PIB do Brasil. **El País**, Madrid, 19 ago. 2020. Economia. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-08-20/apple-dobra-de-valor-em-plena-pandemia-e-supera-valor-do-pib-do-brasil.html>>. Acesso em: 21 ago. 2020.
- COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CUEVA, A. A concepção marxista de classes sociais. Tradução: Hermann Iark Oberdiek e Nelson Dácio Tomazi. **Mediações**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 69-79, jul./dez. 1997.

CUNHA, N. **A felicidade imaginada — a negação do trabalho e do lazer**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade**: Os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017. Edição Digital.

DAOLIO, J. Educação física brasileira: autores e atores da década de 80. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 18, n. 3, mai. 1997.

DARWIN, C. **A Origem das espécies**. [S. l.]: FV Editions. 2017.

DE BARROS, C. M. **O conceito de modo de produção**. Material de apoio e introdutório aos participantes do Módulo Marxismo do Curso Livre de Humanidades – Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo: UESP, 2009.

DE GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Tecnos, 1966.

DELGADO, C. Influenciadores; quem são, como vivem? **Consumidor Moderno**, São Paulo, 26 abr. 2023. Comportamento. Disponível em: <<https://consumidormoderno.com.br/2023/04/26/influenciadores-creators/#:~:text=Na%20defini%C3%A7%C3%A3o%20do%20Squid%20criadores,s%C3%A3o%20antes%20de%20influenciadores%20criadores>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante. 2000.

DE MASI, D. A economia do ócio. In: DE MASI, D. (Org.). **A economia do ócio**: Bertrand Russel & Paul Lafargue. Rio de Janeiro: Sextante, 2001. p. 11-45.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. Edição Digital.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

EVOLUÇÃO do e-commerce: cinco fatos para entender melhor o mercado. **E-Commerce Brasil**, [s. l.], 20 mar. 2022. Mercado. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/evolucao-do-e-commerce/#:~:text=Dados%20do%20final%20de%202021,benef%C3%ADcio%20para%20o%20consumidor%20final>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**: desporto e lazer no processo civilizacional. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

EMPRESAS compram patentes para se proteger. **Universidade Estadual do Ceará**, Fortaleza, 10 jan. 2012. Notícias. Disponível em: <<https://www.uece.br/agin/noticias/empresas-compram-patentes-para-se-proteger/>>. Acesso em: 1 out. 2023.

ENGELS, F. Carta a Joseph Bloch em Kalinigrado. 21 e 22 de Setembro de 1890. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras de Karl Marx e Friedrich Engels**. Berlim: Dietz, 1967. v. 37. p. 462.

ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. *In*: TUCKER, R. C. (Org.). **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 2001, v. 2. p. 267-280.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, F. **Anti-Duhring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Duhring. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: LeBooks, 2019.

FALEIROS, M. I. L. Repensando o lazer. **Perspectiva**, São Paulo, n. 3, p. 51-65, 1980.

FERGUSON, A. **An Essay on the History of Civil Society**. Londres: T. Cadell, [1782]. Disponível em: https://oll-resources.s3.us-east-2.amazonaws.com/oll3/store/titles/1428/Ferguson_1229_EBk_v6.0.pdf

FERREIRA, A. **Lazer Operário**: Um Estudo da Organização Social das Cidades. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

FERREIRA NETO, S. de C. Sextou: o que a veneração pela sexta-feira revela sobre a nossa sociedade? *In*: PEREIRA DOS SANTOS, C. (Org.). **Tempo Livre, Lazer e Sociedade**. CuritibaPR: CRV Editora, 2019. Livro Digital.

FONTES, V. O profot fascismo – arranjo institucional e policialização da existência. **Marxismo 21**, [s. l.], maio [2017?]. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-profot fascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORTES, R. V.; ARBIA, A. (Org.). **Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas/ G. Lukács (1966–1971)**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREDERICO, C. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.

FREDERICO, C. O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 237-254, 2016.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GANZ LÚCIO, C. Reforma Trabalhista no Brasil e no Mundo: nós não estamos sós. **Carta Capital**, [s. l.], 21 set. 2017. Brasil Debate. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/reforma-trabalhista-no-brasil-e-no-mundo-nao-estamos-sos/>>. Acesso em: 1º ago. 2020.

GERVAIS, B.T; MORRIS, I. L. How the tea party paved the way for Donald Trump. **Washington Post**, Washington D.C., 7 sept. 2018. News. Monkey Cage. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2018/09/07/how-the-tea-party-paved-the-way-for-donald-trump/%3foutputType=amp>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

GIANTOMASO, I. O que significa instagrammer? Conheça os influenciadores da rede social. **TechTudo**, [s. l.], 15 ago. 2018. Notícias. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/08/o-que-significa-instagrammer-conheca-os-influenciadores-da-rede-social.ghtml>> 2018.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GOLDMANN, L. **El hombre y lo absoluto: El dios oculto**. Barcelona: Península, 1985.

GOMES, Cristina Marques. **Pesquisa científica em lazer no Brasil: bases documentais e teóricas**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 1.

GRESPLAN, J. **Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. Edição Digital.

MAIS de 33 milhões de brasileiros não tem acesso à internet. **Portal G1**, [s. l.], 21 mar. 2022. Tecnologia. Notícia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/03/21/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Tradução de Manuel Jiménez Redondo. Madri: Taurus, 2001.

HARNECKER, M. **Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. Trad. Alexandre Gaspar. 2. ed. Lisboa: Editora Presença, 1976. v. 1.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica: a doutrina do ser**. Petrópolis: Vozes, 2016.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos extremos, 1914-1991: o breve século XX**. São Paulo: Schwarcz, 1995.

HOBBSAWM, E. J. **A era do capital, 1848 a 1857**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

HÚNGARO, E. M. **Modernidade e Totalidade: em defesa de uma categoria ontológica**. 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

HÚNGARO, E. M. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer**. 2008. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

HÚNGARO, E. M. A educação física e a tentativa de deixar de mentir: o projeto de “intenção de ruptura”. In: MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas: Papyrus, 2010.

HÚNGARO, E. M. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In: CUNHA, C.; ABÁDIA DA SILVA, M.; VIEIRA, J. S. (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. São Paulo: Autores Associados, 2014. p. 15-78.

HÚNGARO, E. M.; ATHAYDE, P. F. A. Lazer, trabalho e sociedade. *In*: SANCHES, A. B. (Coord.). **Educação física a distância: módulo 8**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

ILHA das flores (gravação de vídeo). Direção: Jorge Furtado. Roteiro: Jorge Furtado. Porto Alegre: Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989. 1 videodisc. (13 min). NTSC, color.; 4 3/4 pol.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Sistema de informações e indicadores culturais 2009-2020**. Informativo e Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101893>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Informativo e Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101972>> Acesso em: 13 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, [2022?]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2022**: infográficos. Violência contra mulher. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

INSTITUTO PARA ECONOMIA E PAZ. **Global Peace Index 2022**: Measuring Peace in a Complex World. Sydney: IEP, 2022. Disponível em: <<https://www.economicsandpeace.org/reports/>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Venezuela e as guerras híbridas na América Latina**. Dossiê n. 17. [S. l.]: Tricontinental, 2019. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/06/190604_Dossier-17_PT_Web-Final.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2020.

INSUFICIÊNCIA de empregos remunerados afeta quase meio bilhão de pessoas, destaca novo relatório da OIT. **Organização Internacional do Trabalho**, [s. l.], 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_734838/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 1º jun. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment and Social Outlook (WESO)**: Trends 2020. Genebra: ILO, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_734455.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

- JAMESON, F. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.
- JINKINS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JUNTA, C. M. Notas sobre a destruição da razão de George Lukács: filosofia e história. *In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR*, 5., 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2009. p. 472-478.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LEE, S.; MCCANN, D.; MESSENGER, J. C. Secretaria Internacional de Trabalho **Duração do Trabalho em Todo o Mundo: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada**. Brasília: OIT, 2009.
- LÊNIN, V. I. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. *In: LÊNIN, V. I. Obras Escolhidas de V. I. Lênine*. Lisboa: Editorial Avante, 1977. p. 79-214.
- LÊNIN, V. I. Uma Grande Iniciativa – Sobre o heroísmo dos Operários na Retaguarda. A propósito dos Sábados Comunistas. *In: LÊNIN, V. I. Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa: Edições Avante, 1979. t. 3. p. 141-160.
- LÊNIN, V. I. «Коммунизм»: «Журнал Коммунистического Интернационала Для Стран Юго-Восточной Европы» (На Немецком Языке). Вена, Тетради 1—2, от 1 Февраля 1920, до 18-ой, от 8 Мая 1920 [Comunismo. **Periódico da Internacional Comunista para os países do Sudeste europeu (em língua alemã)**. Viena, cadernos 1-2, de 1º fev. 1920 a 8 maio 1920]. *In: LÊNIN, V. I. Полное Собрание Сочинений* t. 41. 5. ed. Moscou: Издательство Политической Литературы, 1981. p. 135-137.
- LÊNIN, V. I. **As três partes constitutivas do marxismo**. Prosvechtchénie, [s. l.], n. 3, 1913. Disponível em: <https://pcrbrasil.org/wp-content/uploads/2010/06/AS_TRES_FONTES.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.
- LÊNIN, V. I. **Imperialismo: la fase superior del capitalismo**. 2. ed. Madrid/ES: Editora Taurus, 2012.
- LESSA, S. **A Ontologia de Lukács**. 2. ed. Alagoas: Ed. Ufal, 1997.
- LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 5, p. 83-100, 2001.
- LESSA, S. (Org.). **Lukács e a atualidade do Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LESSA, S. **Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social**. 3. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUCE GOMES, C. Verbete Lazer – Ocorrência histórica. *In*: LUCE GOMES, C. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 133-141.

LUCE GOMES, C.; PINTO, L. O lazer no Brasil - Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. *In*: GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L.; ELIZALDE, R. (Org.). **Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 65-122.

LUKÁCS, G. **Tática e Ética**. Trad., notas e acréscimos Caique de Oliveira Sobreira Cruz e Manassés de Jesus Santos Júnior. [S. l.]: [s. n.], 1919. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1919/mes/41.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

LUKÁCS, G. **Estética**. Barcelona/México: Ediciones Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, G. **El Assalto a la Razón**. Barcelona: Grijalbo, 1976.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978. n. 4. p. 1-20.

LUKÁCS, G. **A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

LUKÁCS, G. L'estraniamento. Trad. Norma Holanda. *In*: LUKÁCS, G. **Per una ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981. v. II, IV.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a. Edição Digital.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética Marxista**: Sobre a Particularidade como Categoria da Estética / Georg Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

- LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUXEMBURGO, R. **A crise da social-democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MACHADO DA SILVA, D. A. *et al.* **Importância da recreação e do lazer**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MAITO, E. E. The tendency of the rate of profit to fall since the nineteenth century and a world rate of profit. *In*: CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. (Ed.). **World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability**. Chicago: Haymarket Books, 2018. Edição Digital. p. 186-225.
- MARCASSA, L. **A invenção do lazer no Brasil: educação, cultura e tempo livre (1888–1935)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- MARCASSA, L. As faces do lazer: categoria necessárias à sua compreensão. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 15., 2003, Santo André. **Anais...** Santo André: SESCSP, Prefeitura de Santo André, 2003.
- MARCASSA, L. Ócio. *In*: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntico, 2004.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1998.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Humanização**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2000.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.
- MÁRKUS, G. **Marxismo e antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTINS, J. C. de O. Sentidos e possibilidades subjetivas do tempo livre. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-15, ago. 2008.

- MARX, K. Extractos de lectura – James Mill. *In*: MARX, K. Obras de Marx y Engels, OME 5: manuscritos de Paris y anuários franco-alemanes 1844, Barcelona: Grijalbo, 1978.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos (1844)**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2005a. Edição Digital.
- MARX, K. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel – Introdução**. *In*: Crítica à Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, K. **Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857 – 1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **O Capital – Livro 1**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2013a. Edição Digital.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, K. **O Capital – Livro II**. São Paulo: Boitempo, 2014a. Edição Digital.
- MARX, K. **O Capital – Livro II**. São Paulo: Boitempo, 2014b.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa/PT: Edições 70, 2017b. Edição Digital.
- MARX, K. **O capital – Livro 3**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017c. Edição Digital.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política — o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017d. v. 3.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Porto: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1974. 2 v.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos Sobre Educação e Ensino**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo: 2007a. Edição Digital.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**: Ou a crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo, 2011. Edição Digital.

MASCARENHAS, F. **Lazer e grupos sociais**: concepções e métodos. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MASCARENHAS, F. Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia. *In*: SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 2., 2001, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEF/UFMG, 2001. p. 81-93.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005.

MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo...e “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas: Papyrus, 2010.

MELO, V. A. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

MELO, V. A. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 5-26, jan.-jun. 2010.

MELO, V. A.; ALVES JR., E. D. **Introdução ao Lazer**. 2. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2012.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. Edição Digital.

MESZÁROS, I. **O conceito da dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MULLER, A.; DA COSTA, L. P. **Lazer e Trabalho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MUNNÉ, F. **Psicosociologia del tiempo libre**: un enfoque crítico. México: Trillas, 1980.

O IPHONE e a taxa de exploração. **The Tricontinental**, [s. l.], 22 set. 2019. Disponível em: <<https://www.thetricontinental.org/pt-pt/o-iphone-e-a-taxa-de-exploracao/>>. Acesso em: 1º jun. 2020.

OLIVEIRA, B. A. **Subjetividade e lazer**: contribuições para uma análise crítica. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, B. A. **Quando e onde termina o trabalho?** Para a crítica do lazer no século XXI. 2022. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

ÓRIO, M. V. **Capital recreativo**: a apropriação capitalista do lazer. Curitiba: Editora CRV, 2019. Edição Digital.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une**. Relatório escrito por Rafael Georges e coordenado por Katia Maia, divulgado no sítio da OXFAM Brasil. São Paulo: OXFAM Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Organização Mundial da Saúde. **Folha informativa sobre COVID-19**. [S. l.]: OPAS, [202-]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em: 25 jun. 2020.

ORTIGARA, V. **Ausência sentida nos estudos em Educação Física**: a determinação ontológica do ser social. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas: Alínea, 2000.

PADILHA, V. **Shopping center**: a catedral das mercadorias e do lazer reificado. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/290968>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PADILHA, V. (Org.). **Dialética do Lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

PADILHA, V. A sociologia vai ao shopping center. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 40, n. 237, p. 30-35, 2007.

PADINGER, G. Guerras no mundo: quantos conflitos estão ativos neste momento? **CNN Brasil**, [s. l.], 9 out. 2023. Internacional. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guerras-no-mundo-quantos-conflitos-estao-ativos-neste-momento/>> Acesso em: 9 out. 2023.

PAULO NETTO, J. **Lukács e a Crítica da Filosofia Burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981a.

PAULO NETTO, J. **Os Grandes Cientistas Sociais**: Georg Lukács. Tradução José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática, 1981b.

PAULO NETTO, J. **Lukács**: o guerreiro sem repouso. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PAULO NETTO, J. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

PAULO NETTO, J. **Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista**. [S. l.]: [PCB], [1998]. Disponível em: <https://www.pcb.org.br/porta1/docs/elementos.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PAULO NETTO, J. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: LESSA, S. (Org.). **Lukács e a atualidade do Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002. p.77-101.

PAULO NETTO, J. **O que é marxismo**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULO NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO NACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”, 3., Serpa, 2010. **Anais...** Serpa: [PCB], 2010. p. 1-41. Texto de comunicação na seção temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, J. **O conceito da dialética em Lukács**: Prefácio. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULO NETTO, J. **Lukács**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2023.

PEIXOTO, E. M. de M. **Estudos do lazer no Brasil**: apropriação da obra de Marx e Engels. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PEIXOTO, E. M. M.; PEREIRA, M. F. R.; FREITAS, F. M. C. Marxismo e estudos do lazer no Brasil. In: PIMENTEL, G. G. A. (Org.). **Teorias do Lazer**. Maringá: Eduem, 2010. p. 103-150

PEREIRA, F. Não é só comércio: mais 2 setores intensificam pressão sobre governo de SP. **UOL**, São Paulo, 24 abr. 2020. Coronavírus. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/24/pressao-contra-quarentena-vem-do-comercio-turismo-e-setor-automotivo.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 1º maio 2020.

- PICOLLO, G. M. As Antinomias Dialéticas do Lazer. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XX, n. 30, p. 9-27, jun. 2008.
- PIKETTY, T. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014. Edição Digital.
- POLATO, T. H. P. Lazer e Trabalho: algumas reflexões a partir da ontologia do ser social. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XV, n. 20-21, p. 139-162, mar./dez. 2003.
- POLATO, T. H. P. Reflexões Sobre o Lazer: contribuições da Ontologia do Ser Social. **Licere**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 54-64, 2004.
- PRONER, C.; CITTADINO, G.; RICOBOM, G.; RICARDO DORNELLES, J. (Org.). **Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula**. São Paulo: Canal 6 Editora, 2017.
- REIS, L. J. A.; CAVICHIOLLI, F. R.; STAREPRAVO, F. A. A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva configuracional. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 63-78, maio 2009.
- REIS, N. S. **Esboço da crítica da economia política do futebol**. 2022. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- REQUIXA, R. **O Lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RHODEN, I. O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. **Revista Mal-Estar e Subjetividade** [on-line], Fortaleza, 2009, v. 9, n. 4, p. 1233-1250.
- ROBERTS, M. A world rate of profit: a new approach. *In*: ROBERTS, M. **Michael Robert's Blog**. Londres: [s. n.], 2020. Disponível em: <<https://thenextrecession.wordpress.com/2020/07/25/a-world-rate-of-profit-a-new-approach/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Editora Pólis. 1987.
- SALUDJAN, A.; MIRANDA, F.; CARCANHOLO, M. Marx, marxismo e mercado mundial: lei do valor, método e historicidade. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-21.
- SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Sociologia do Trabalho**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Edição Digital.
- SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. Ed. Ver. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2018.

SIIC 2009-2020: setor cultural ocupava 4,8 milhões de trabalhadores em 2020. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 8 dez 2021. Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32481-siic-2009-2020-setor-cultural-ocupava-4-8-milhoes-de-trabalhadores-em-2020>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Magistério 2º grau, série Formação do Professor).

SOUSA, M. F. de. **Trabalho e alienação-estranhamento**: contribuições da ontologia do ser social para o debate sobre o corpo na Educação Física brasileira. 2020. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUZA, F. F. Estrutura política excludente, práticas culturais normalizadoras, políticas de alívio à pobreza: o lazer em questão. *In*: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e sociedade**: múltiplas relações. Campinas: Alínea, 2008. p. 121-137.

SUTTO, G. As 17 marcas mais consumidas no mundo. **InfoMoney**, [s. l.], 16 maio 2019. Consumo. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/consumo/as-17-marcas-mais-consumidas-no-mundo/>>. Acesso em: 10 set. 2023.

STOPPA E. A.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas: Autores Associados, 2017. (Coleção Educação física e esportes).

SUCHODOLSKI, B. **Teoria Marxista de Educação**. São Paulo: Editorial Estampa, 1976.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 3.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONET, I. Lukács, trabalho e emancipação humana. *In*: DEL ROIO, M. (Org.). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 73-88.

TRABALHO Interno. Direção: Charles Ferguson. Produção: Charles Ferguson e Audrey Marrs. Roteiro: Charles Ferguson. Nova Iorque: Sony Pictures Classics, 2010. 5 partes (108 min). Disponível em plataformas de *streaming*.

TRÁFICO de Pessoas. **Conselho Nacional de Justiça**, Brasília, [2022]. Programas e ações. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/trafico-de-pessoas/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

TRUMP estimula reabertura da economia dos EUA em 1º de maio. **CNN Brasil**. São Paulo, 16 abr. 2020. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/16/trump-estimula-reabertura-da-economia-dos-eua-em-1-de-maio>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

UNESCO: 1 em cada 5 crianças e adolescentes está fora da escola. **Nações Unidas**, [s. l.], 2 mar. 2018. Centro de Imprensa. Notícias. Disponível: <<https://nacoesunidas.org/unesco-1-em-cada-5-criancas-e-adolescentes-esta-fora-da-escola/>>. Acesso em: 1º jun. 2020.

VELASCO, C; CAESAR, G.; REIS, T. Número de pessoas mortas pela polícia no Brasil cresce em 2018, assassinatos de policiais caem. **Portal G1**, [s. l.], 19 abr. 2019. Monitor da Violência. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/19/numero-d/-pessoas-mortas-pela-policia-no-brasil-cresce-em-2018-assassinatos-de-policiais-caem.ghtml>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

VERSIGNASSI, A.; BARROS, C. Donos do mundo: os fundos que mandam nas maiores empresas da terra. **Você S/A Abril**, São Paulo, 9 dez. 2022, atualizado em 11 set. 2023. Mercado Financeiro. Disponível em: <<https://vocesa.abril.com.br/mercado-financeiro/donos-do-mundo-os-fundos-que-mandam-nas-maiores-empresas-da-terrahttps://vocesa.abril.com.br/mercado-financeiro/donos-do-mundo-os-fundos-que-mandam-nas-maiores-empresas-da-terra>>. Acesso em: 1º ago. 2023.

VIANA, Nildo. A mercantilização do lazer. **Revista Espaço Livre**, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 56-68, jul./dez. 2014.

VIANA, Nildo. **Modo de produção capitalista e formas sociais burguesas**. Rio de Janeiro: Appris, 2016.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992. v. 1-2.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 2000. v. 1-2.

WOOD, E. M. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.